Rio PREFEITURA
DIÁRIO OFICIAL
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro I Poder Executivo I Ano XXXV I Nº 247 I Quarta-feira, 9 de Março de 2022

Observação do céu da cidade está de volta ao Planetário

Atividade, suspensa por dois anos devido à pandemia, permite a contemplação de objetos celestes

Após dois anos de interrupção na programação, devido à pandemia, a observação do céu está de volta ao Planetário do Rio, na Gávea. O retorno de uma das atrações mais tradicionais do local acontece hoje, e, sempre às quartas-feiras, os telescópios vão ficar à disposição do público para a contemplação de objetos celestes.

Por meio de equipamentos adequados, os participantes terão a oportunidade de observar a Lua com suas crateras e mares, os planetas e outros objetos interessantes, como aglomerados de estrelas e nebulosas, sempre sob a supervisão de astrônomos que ficam à disposição para esclarecer dúvidas.

Essa atividade estará disponível durante todo o ano, mostrando um céu diferente a cada observação. O visitante pode voltar sempre que quiser. A entrada é gratuita, com distribuição de senhas por ordem de chegada.

Vale lembrar que a atividade depende das condições meteorológicas para acontecer. Caso o tempo esteja nublado ou chuvoso, a observação fica automaticamente cancelada. A programação está em http://planeta.rio/observacao-do-ceu/.



Foto Divulgação

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55
Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25
Código de Autenticação: 2070f86d

D.O. RIO
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Prefeito
Eduardo Paes

Vice-Prefeito
Nilton Caldeira

Gabinete do Prefeito
Fernando dos Santos Dionisio

Centro de Operações e Resiliência
Alexandre Goldfeld Cardeman

Subprefeitura da Zona Sul
Flávio Guimarães Bittencourt do Valle

Subprefeitura da Zona Norte
Diego Vaz Ferreira

Subprefeitura da Grande Tijuca
Wagner Azevedo Coe

Subprefeitura da Barra da Tijuca
Raphael Silva De Leo Lima

Subprefeitura do Centro
Leonardo Leal Regis

Subprefeitura da Zona Oeste
Diogo de Freitas Borba

Subprefeitura de Jacarepaguá
Talita Galhardo Martins Borges Sousa

Subprefeitura das Ilhas
Rodrigo Toledo

Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública - SEGOVI
Marcelo Calero Faria Garcia

Empresa Municipal de Artes Gráficas - IMPRENSA DA CIDADE
André Felipe da Fonseca Gelli - Respondendo pelo expediente

Riocentro S.A. - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro - RIOCENTRO
Mauricio Xisto Freire - Respondendo pelo expediente

Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME
Eduardo Antônio Campos de Andrade Figueira

Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIOZOO
Melquisedec Ferreira da Rocha - Respondendo pelo expediente

Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro - PLANETÁRIO
Gledson Vinicius da Silveira Machado

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SMFP
Pedro Paulo Carvalho Teixeira

Instituto Fundação João Goulart - FJG
Rafaela Maria Bastos Barreto

Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro - PREVI-RIO
Melissa Garrido Cabral

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO
Claudio Luna Borges Fonseca

Companhia Carioca de Securitização - RIO SECURITIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SMPU
Washington Menezes Fajardo

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH
Laura Di Blasi

Instituto Municipal Pereira Passos - IPP
Washington Menezes Fajardo - Respondendo pelo expediente

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS
Francisco Siemsen Bulhões Carvalho da Fonseca

Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro S/A - INVEST.RIO
Rodrigo Stallone Vieira da Silva

Secretaria Municipal de Infraestrutura - SMI
Jorge Luiz de Souza Arraes

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO
André Américo Senos

Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE
Rafael Cotecchia Salgueiro

Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ
Pierre Alex Domiciano Batista

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP
Gustavo Di Sabato Guerrante

Secretaria Municipal de Transportes - SMTR
Maína Celidonio de Campos

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO
Joaquim Dinis Amorim dos Santos

Companhia Municipal de Transportes Coletivos - MOBI-RIO
Claudia Antunes Secin

Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA
Anna Laura Valente Secco Freire

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
Flavio Augusto da Silva Lopes

Secretaria Municipal de Educação - SME
Renan Ferreirinha Carneiro

Empresa Municipal de Multimeios do Rio de Janeiro - MULTIRIO
Paulo Roberto de Mello Miranda

Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
Maria Laura Monteza de Souza Carneiro

Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Daniel Ricardo Soranz Pinto

Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro - RIOSAÚDE
Roberto Rangel Alves da Silva

Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - SMTE
Sergio Luiz Felippe

Secretaria Municipal de Cultura - SMC
Marcus Vinícius Faustini

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD
Helena Terezinha de Mattos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC
Eduardo Cavaliere Gonçalves Pinto

Fundação Parques e Jardins - FPJ
Fabiano Lima da Silva Carnevale

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIO-ÁGUAS
Wanderson José dos Santos

Secretaria Municipal de Esportes - SMEL
Guilherme Nogueira Schleder

Secretaria Municipal de Habitação - SMH
Cláudio Sobral de Caiado Castro Junior

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT
Willian Carvalho dos Santos

Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SMESQV
Tadeu Amorim de Barros Junior

Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP
Brenno Carnevale Nessimian

Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-RIO
José Ricardo Soares da Silva

Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - SMPDA
Vinicius Cordeiro

Secretaria Especial de Turismo - SETUR
Bruno Kazuhiro Otsuka Nunes

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR
Daniela Maia

Fundação Cidade das Artes
Claudio Impellizieri Versiani

Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher - SPM-RIO
Joyce Trindade de Faria Gama

Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-RIO
Salvino Oliveira Barbosa

Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC-RIO
Marli Ferreira Lima Peçanha

Secretaria Especial de Cidadania - SECID
Renato Moura

Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON CARIOCA
Igor Costa

Secretaria Especial de Integração Metropolitana – SEIM
Achilles Almeida Barreto Neto

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM
Gustavo de Avellar Bramili

Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro - PGM
Daniel Bucar Cervasio

Tribunal de Contas do Município
Luiz Antonio Guaraná

SUMÁRIO

Leis Promulgadas .....
Leis Sancionadas e Vetos .....
Atos do Poder Executivo .....
Atos do Prefeito 3
Despachos do Prefeito 14
Gabinete do Prefeito .....
Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública 15
Resolução Conjunta .....
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento 16
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano 18
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação 18
Secretaria Municipal de Infraestrutura 22
Secretaria Municipal de Transportes 24
Secretaria Municipal de Conservação 29
Secretaria Municipal de Educação 30
Secretaria Municipal de Assistência Social 45
Secretaria Municipal de Saúde 45
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda 54
Secretaria Municipal de Cultura 54
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência 54
Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade 55
Secretaria Municipal de Esportes 55
Secretaria Municipal de Habitação 56
Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia .....
Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida 56
Secretaria Municipal de Ordem Pública 56
Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais .....
Secretaria Especial de Turismo 59
Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher 61
Secretaria Especial da Juventude Carioca 61
Secretaria Especial de Ação Comunitária .....
Secretaria Especial de Cidadania 61
Secretaria Especial de Integração Metropolitana .....
Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro .....
Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro .....
Tribunal de Contas do Município 62
Avisos, Editais e Termos de Contratos 63
Publicações a Pedido 187

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

D.O. RIO
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

ATOS DO PREFEITO

DECRETO RIO Nº 50315 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 322.629,08, em favor da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº GEO-EIO-2022/00044,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 322.629,08 (trezentos e vinte e dois mil e seiscentos e vinte e nove reais e oito centavos), em favor da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1541.1554300233.539	F	100	4	4	90	51	53	8º		322.629,08	-
Total GEO-RIO										**322.629,08**	**-**
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	322.629,08
Total PGM										**-**	**322.629,08**
									TOTAL FISCAL	**322.629,08**	**322.629,08**
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	**-**	**-**
									TOTAL GERAL	**322.629,08**	**322.629,08**

Relação das Ações
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA
3539 - ESTABILIZACAO GEOTECNICA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1541.1554300233.539	0007	322.629,08	-

Relação das Ações
3539 - ESTABILIZACAO GEOTECNICA

Relação dos Produtos
0007 - OBRA DE CONTENCAO E DRENAGEM EXECUTADA

DECRETO RIO Nº 50316 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 3.740.976,64, em favor da Secretaria Especial de Turismo.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº TLO-EIO-2022/00002,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Especial de Turismo,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 3.740.976,64 (Três milhões, setecentos e quarenta mil e novecentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), em favor da Secretaria Especial de Turismo, para reforço das dotações constantes do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Especial de Turismo e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
BRUNO KAZUHIRO OTSUKA NUNES

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	3.740.976,64
Total PGM										**-**	**3.740.976,64**
3301.2312203832.163	F	100	3	3	90	30	51	8º		600,00	-
	F	100	3	3	90	33	09	8º		75.000,00	-
	F	100	3	3	90	35	69	8º		878.000,00	-
	F	100	3	3	90	39	90	8º		2.681.876,64	-
	F	100	3	3	90	40	25	8º		18.500,00	-
	F	100	4	4	90	52	44	8º		87.000,00	-
Total SETUR										**3.740.976,64**	**-**
									TOTAL FISCAL	**3.740.976,64**	**3.740.976,64**
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	**-**	**-**
									TOTAL GERAL	**3.740.976,64**	**3.740.976,64**

Relação das Ações
2163 - APOIO ADMINISTRATIVO - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, COMPETITIVIDADE E INOVACAO
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA

D.O. RIO
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro
http://doweb.rio.rj.gov.br

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A

Imprensa da Cidade

Diretor Presidente: André Felipe da Fonseca Gelli
(Respondendo pelo expediente)

Diretoria de Administração e Finanças: Vania Carmo do Nascimento

Diretor Industrial: André Felipe da Fonseca Gelli

A CAPA DO DIÁRIO OFICIAL É PRODUZIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA

AVISO

A Imprensa da Cidade comunica aos órgãos e entidades municipais que a Agência do D.O. Rio não aceitará a publicação de extrato de contrato que esteja em desacordo com o § 2º do art. 441 do RGCAF.

Preço das publicações (centímetro de coluna)
Empresas Públicas, Fundações e Sociedades de Economia Mista do Município..... R$ 5,60
Terceiros (entidades externas ao Município)..... R$ 110,49
Os textos para publicação devem ser apresentados em cd, pendrive, digitados em fonte Arial, corpo 12, em linhas de 13 centímetros de largura, acompanhados de uma cópia com assinatura e identificação do responsável.
As páginas do Diário Oficial são formadas por três colunas de 08 centímetros.
Exemplar atrasado (sujeito à disponibilidade)..... R$ 3,35
Entrega de matérias para publicação e forma de pagamento: A entrega das matérias, os pagamentos de publicações e a aquisição de exemplares atrasados devem ser efetuadas diretamente na Agência D.O. Rio – Centro Administrativo São Sebastião – CASS.
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Térreo – Cidade Nova.Tel.: 2976-2284.
Para reclamações sobre publicações dirigir-se Agência D.O. Rio – Centro Administrativo São Sebastião – CASS.
Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Térreo – Cidade Nova.Tel.: 2976-2284, através do e-mail pdoficial@pcrj.rj.gov.br no prazo de 10 dias da data da veiculação.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO
339035 - SERVICOS DE CONSULTORIA
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
339040 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50317 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Autoriza a liberação de recursos e abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 485.606,93, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº IFR-EIO-2022/00037,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica disponível, na forma do Anexo I, a dotação contingenciada através do Decreto nº 50163 1º de fevereiro de 2022, no valor de R$ 638.393,07 (seiscentos e trinta e oito mil e trezentos e noventa e três reais e sete centavos), referente à da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 485.606,93 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e seis reais e noventa e três centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço da dotação constante do Anexo II.

Art. 3º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 4º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo II, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 5º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo III.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
1503.1545203191.364	F	100	4	4	90	51	12	638.393,07
							TOTAL FISCAL	638.393,07
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-
							TOTAL GERAL	638.393,07

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545203191.364	F	100	4	4	90	51	12	8º		485.606,93	-
							Total SMI			485.606,93	-
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	485.606,93
							Total PGM			-	485.606,93
									TOTAL FISCAL	485.606,93	485.606,93
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	485.606,93	485.606,93

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO III

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545203191.364	0439	485.606,93	-

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS

Relação dos Produtos
0439 - PREDIO REFORMADO

DECRETO RIO Nº 50318 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 1.311.607,59, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº IFR-EIO-2022/00039,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 1.311.607,59 (hum milhão, trezentos e onze mil e seiscentos e sete reais e cinquenta e nove centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1502.1545102002.142	F	100	3	3	90	39	42	8º		1.311.607,59	-
							Total SMI			1.311.607,59	-
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	1.311.607,59
							Total PGM			-	1.311.607,59
									TOTAL FISCAL	1.311.607,59	1.311.607,59
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	1.311.607,59	1.311.607,59

Relação das Ações
2142 - ESTUDOS E PROJETOS VIARIOS E ESTRUTURAIS
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

DECRETO RIO Nº 50319 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 572.715,00, em favor da Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº LUZ-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 572.715,00 (quinhentos e setenta e dois mil e setecentos e quinze reais), em favor da Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1552.1545200714.204	F	100	4	4	90	52	65	8º		572.715,00	-
Total RIOLUZ										**572.715,00**	**-**
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	572.715,00
Total PGM										**-**	**572.715,00**
									TOTAL FISCAL	**572.715,00**	**572.715,00**
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	**-**	**-**
									TOTAL GERAL	**572.715,00**	**572.715,00**

Relação das Ações
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA
4204 - OPERACAO E MANUTENCAO DE PLANOS INCLINADOS, ESCADAS ROLANTES E GERADORES DO MUNICIPIO

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50320 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 35.935.624,24, em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº ASS-EIO-2022/00004,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 35.935.624,24 (Trinta e cinco milhões, novecentos e trinta e cinco mil e seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, para reforço das dotações constantes do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Assistência Social, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Os produtos alterados, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, estão demonstrados no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1701.0824403812.521	S	100	3	1	90	11	80		III	-	35.935.624,24
1703.0830606252.916	S	100	3	3	50	39	41	9º / IV		29.997.781,24	-
	S	100	3	3	90	39	61	9º / IV		5.937.843,00	
									TOTAL FISCAL	**-**	**-**
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	**35.935.624,24**	**35.935.624,24**
									TOTAL GERAL	**35.935.624,24**	**35.935.624,24**

Relação das Ações
2521 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - IGUALDADE E EQUIDADE
2916 - IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
335039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1703.0830606252.916	5220	2.600.858,07	-
1703.0830606252.916	5221	27.396.923,17	-
1703.0830606252.916	5289	5.937.843,00	-

Relação das Ações
2916 - IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Relação dos Produtos
5220 - PARTICIPACAO REGISTRADA EM ATIVIDADES DO CRESAN
5221 - REFEICAO SERVIDA NAS COZINHAS COMUNITARIAS DO PROSAN
5289 - REFEICAO SERVIDA - CARTAO PRATO FEITO CARIOCA

DECRETO RIO Nº 50321 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 52.500.505,28, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº IFR-EIO-2022/00034,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 52.500.505,28 (cinquenta e dois milhões, quinhentos mil e quinhentos e cinco reais e vinte e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545102001.794	F	100	4	4	90	51	66	8º		52.500.505,28	-
Total SMI										**52.500.505,28**	**-**
2201.2884690005.023	F	100	3	1	90	91	05		III	-	52.500.505,28
Total PGM										**-**	**52.500.505,28**
									TOTAL FISCAL	**52.500.505,28**	**52.500.505,28**
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	**-**	**-**
									TOTAL GERAL	**52.500.505,28**	**52.500.505,28**

Relação das Ações
1794 - IMPLANTACAO, URBANIZACAO E REVITALIZACAO DE VIAS PUBLICAS
5023 - PRECATORIOS JUDICIAIS - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJERJ)

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319091 - SENTENCAS JUDICIAIS
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545102001.794	4285	52.500.505,28	-

Relação das Ações
1794 - IMPLANTACAO, URBANIZACAO E REVITALIZACAO DE VIAS PUBLICAS

Relação dos Produtos
4285 - OBRA EXECUTADA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

DECRETO RIO Nº 50322 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 435.611.134,67, em favor da Secretaria Municipal de Conservação.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº CSV-EIO-2022/00005,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Conservação,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 435.611.134,67 (Quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e onze mil e cento e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos), em favor da Secretaria Municipal de Conservação, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Conservação, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, dos Encargos Gerais do Município, Recursos a Supervisão da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento/Subsecretaria de Gente e Gestão Compartilhada e do Gabinete do Prefeito, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1401.0412203892.529	F	100	3	1	90	11	05		III	-	165.000.000,00
Total SMFP										-	**165.000.000,00**
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	10.611.134,67
Total PGM										-	**10.611.134,67**
3101.0412203892.326	F	100	3	1	90	11	95		III	-	90.000.000,00
3101.0412203892.384	F	100	3	1	90	11	81		III	-	75.000.000,00
Total EGM										-	**165.000.000,00**
4101.0412203892.529	F	100	3	1	90	11	70		III	-	50.000.000,00
Total GBP										-	**50.000.000,00**
4301.1545200712.778	F	100	3	3	90	39	00	8º		435.611.134,67	-
4303.1545203802.520	F	100	3	1	90	11	83		III	-	45.000.000,00
Total SECONSERVA										**435.611.134,67**	**45.000.000,00**
TOTAL FISCAL										**435.611.134,67**	**435.611.134,67**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										-	-
TOTAL GERAL										**435.611.134,67**	**435.611.134,67**

Relação das Ações
2326 - PESSOAL DO MUNICIPIO A DISPOSICAO DE OUTROS ORGAOS
2384 - OUTRAS DESPESAS COMPLEMENTARES COM PESSOAL
2520 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - LONGEVIDADE, BEM-ESTAR E TERRITORIO CONECTADO
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA
2778 - CONSERVACAO DE LOGRADOUROS

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
4301.1545200712.778	4136	435.611.134,67	-

Relação das Ações
2778 - CONSERVACAO DE LOGRADOUROS

Relação dos Produtos
4136 - LOGRADOURO CONSERVADO

DECRETO RIO Nº 50323 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 539.878,72, em favor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº EIS-EIO-2022/00002,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 539.878,72 (Quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), em favor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, para reforço das dotações constantes do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
FRANCISCO SIEMSEN BULHÕES CARVALHO DA FONSECA

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	539.878,72
Total PGM										-	**539.878,72**
5201.1112203832.163	F	100	3	3	90	14	20	8º		48.000,00	-
	F	100	3	3	90	30	46	8º		66.800,00	-
	F	100	3	3	90	39	85	8º		295.975,72	-
	F	100	4	4	90	52	39	8º		17.600,00	-
5201.1112203832.413	F	100	3	3	90	39	99	8º		111.503,00	-
Total SMDEIS										**539.878,72**	-
TOTAL FISCAL										**539.878,72**	**539.878,72**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										-	-
TOTAL GERAL										**539.878,72**	**539.878,72**

Relação das Ações
2163 - APOIO ADMINISTRATIVO - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, COMPETITIVIDADE E INOVACAO
2413 - CONCESSIONARIAS DE SERVICOS PUBLICOS - ADM. DIRETA - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, COMPETITIVIDADE E INOVACAO
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339014 - DIARIAS - CIVIL
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50324 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 29.193.325,08, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº IFR-EIO-2022/00004,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 29.193.325,08 (vinte e nove milhões, cento e noventa e três mil e trezentos e vinte e cinco reais e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Assistência Social, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES
MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545203191.364	F	100	4	4	90	51	12	8º		29.193.325,08	-
Total SMI										**29.193.325,08**	**-**
1701.0824403812.521	S	100	3	1	90	11	80		III	-	29.193.325,08
Total SMAS										**-**	**29.193.325,08**
TOTAL FISCAL										**29.193.325,08**	**-**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**29.193.325,08**
TOTAL GERAL										**29.193.325,08**	**29.193.325,08**

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS
2521 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - IGUALDADE E EQUIDADE

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545203191.364	0438	29.193.325,08	-

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS

Relação dos Produtos
0438 - PREDIO CONSTRUIDO

DECRETO RIO Nº 50325 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 2.000.000,00, em favor da Secretaria Municipal de Cultura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº SMC-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), em favor da Secretaria Municipal de Cultura, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Cultura e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
MARCUS VINÍCIUS FAUSTINI

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	2.000.000,00
Total PGM										**-**	**2.000.000,00**
3001.1339206312.961	F	100	3	3	90	39	07	8º		2.000.000,00	-
Total SMC										**2.000.000,00**	**-**
TOTAL FISCAL										**2.000.000,00**	**2.000.000,00**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**2.000.000,00**	**2.000.000,00**

Relação das Ações
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA
2961 - APOIO E FOMENTO A PRODUCAO CULTURAL, ARTISTICA E SOCIOCULTURAL

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

DECRETO RIO Nº 50326 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 1.801.518,68, em favor da Secretaria Municipal de Conservação.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº CSV-EIO-2022/00006,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Conservação,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 1.801.518,68 (Hum milhão, oitocentos e um mil e quinhentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Conservação, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Conservação e da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
2201.0206103892.529	F	100	3	1	90	11	04		III	-	1.801.518,68
Total PGM										**-**	**1.801.518,68**
4301.1545200712.778	F	100	3	3	90	39	00	8º		1.801.518,68	-
Total SECONSERVA										**1.801.518,68**	**-**
TOTAL FISCAL										**1.801.518,68**	**1.801.518,68**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**1.801.518,68**	**1.801.518,68**

Relação das Ações
2529 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - GOVERNANCA
2778 - CONSERVACAO DE LOGRADOUROS

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
4301.1545200712.778	3926	1.801.518,68	-

Relação das Ações
2778 - CONSERVACAO DE LOGRADOUROS

Relação dos Produtos
3926 - TUNEL CONSERVADO

DECRETO RIO Nº 50327 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Aprova o Projeto de Desmembramento e Remembramento - PAL 49.625 - para as áreas da Quadra 4 do PAL 48.193 destinadas a Escola, Jardim 1 e Jardim 2, com testadas para a Rua Geógrafo Milton Santos, Santo Cristo - I Região Administrativa.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos processos administrativos 02/000.020/2022 e 01/959.928/2019, e,

CONSIDERANDO a cessão e transferência ao FUNPREVI, pelo Município, através do Termo N° 12/2020-F/SUBPA, do Lote de Escola que figura do PAL 48.193;

CONSIDERANDO a conveniência da reconfiguração do lote transferido ao FUNPREVI, de modo a dele excluir-se parcela utilizada pela Guarda Municipal, conforme elucidado no processo 01/959.928/2019,

DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Desmembramento e Remembramento - **PAL 49.625** - para as áreas da Quadra 4 do PAL 48.193 destinadas a Escola, Jardim 1 e Jardim 2, com testadas para a Rua Geógrafo Milton Santos, Santo Cristo - I Região Administrativa.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

§ 1º O PAL 49.625 modifica o PAL 48.193.

§ 2º Por desmembramento e remembramento das áreas do PAL 48.193 mencionadas no caput deste artigo, passam as mesmas a compor as áreas destinadas a Escola, Jardim 1 e Jardim 2 do PAL 49.625, com superfícies totais, respectivamente, de 3.978,51 m², 1.203,45 m² e 1.550,92 m².

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES

DECRETO RIO Nº 50328 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Aprova o Projeto de Remembramento - PAL 49.628 - de Lote de Escola e de área anexada à Escola da Quadra XV do PAL 4.222, situados na Rua Cardoso Júnior, Laranjeiras - IV Região Administrativa.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos processos administrativos 02/000.454/2019 e 04/550.189/2019 e,

CONSIDERANDO a conveniência da regularização da situação do lote destinado a escola da Quadra XV do PAL 4.222 e da área do mesmo projeto figurada como anexada ao referido lote de escola, ambos registrados em nome do Município;

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei Orgânica do Município em seu art. 236;

DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o Projeto para Remembramento - **PAL 49.628** - de Lote de Escola e de área anexada à Escola, ambos da Quadra XV do PAL 4.222, situados na Rua Cardoso Júnior, Laranjeiras - IV Região Administrativa.

Parágrafo único. O projeto mencionado no caput deste artigo modifica o PAL 4.222.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES

DECRETO RIO Nº 50329 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 26.550.099,51, em favor da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº URB-EIO-2022/00002,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 26.550.099,51 (Vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), em favor da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1551.1512203804.160	F	100	3	3	90	39	36	8º		26.550.099,51	-
Total RIO-URBE										**26.550.099,51**	**-**
4351.1545203854.525	F	100	3	1	90	11	24		III	-	26.550.099,51
Total COMLURB										**-**	**26.550.099,51**
TOTAL FISCAL										**26.550.099,51**	**26.550.099,51**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**26.550.099,51**	**26.550.099,51**

Relação das Ações
4160 - APOIO ADMINISTRATIVO - ADM. INDIRETA - LONGEVIDADE, BEM-ESTAR E TERRITORIO CONECTADO
4525 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - ADM. INDIRETA - MUDANCAS CLIMATICAS E RESILIENCIA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

DECRETO RIO Nº 50330 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 102.473.088,00, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº URB-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 102.473.088,00 (Cento e dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil e oitenta e oito reais), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545203191.364	F	100	4	4	90	51	12	8º		102.473.088,00	-
Total SMI										**102.473.088,00**	**-**
4351.1545203854.525	F	100	3	1	90	11	24		III	-	102.473.088,00
Total COMLURB										**-**	**102.473.088,00**
TOTAL FISCAL										**102.473.088,00**	**102.473.088,00**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**102.473.088,00**	**102.473.088,00**

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS
4525 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - ADM. INDIRETA - MUDANCAS CLIMATICAS E RESILIENCIA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545203191.364	0439	102.473.088,00	-

Relação das Ações
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS

Relação dos Produtos
0439 - PREDIO REFORMADO

DECRETO RIO Nº 50331 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 150.020,00, em favor da Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº GOV-EIO-2022/00009,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 150.020,00 (Cento e cinquenta mil e vinte reais), em favor da Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
MARCELO CALERO FARIA GARCIA

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1006.0412203892.169	F	100	3	3	90	37	05		III	-	100.000,00
	F	100	3	3	90	39	65		III	-	50.020,00
1006.0412603892.799	F	100	4	4	90	52	78	8º		150.020,00	-
									TOTAL FISCAL	150.020,00	150.020,00
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	150.020,00	150.020,00

Relação das Ações
2169 - APOIO ADMINISTRATIVO - GOVERNANCA
2799 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA INFORMATICA - ADMINISTRACAO DIRETA - GOVERNANCA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
339037 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50332 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Autoriza a liberação de recursos e abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 5.675.708,00, em favor da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº SMS-EIO-2022/00014,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica disponível, na forma do Anexo I, a dotação contingenciada através do Decreto nº 50163 1º de fevereiro de 2022, no valor de R$ 1.544.883,43 (Hum milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos), referente à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 5.675.708,00 (Cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e setecentos e oito reais), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, para reforço das dotações constantes do Anexo II.

Art. 3º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 4º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo II, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 5º Os produtos alterados, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, estão demonstrados no Anexo III.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
DANIEL RICARDO SORANZ PINTO

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
1801.1030204261.354	S	100	4	4	90	52	98	1.544.883,43
							TOTAL FISCAL	-
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	1.544.883,43
							TOTAL GERAL	1.544.883,43

Relação das Ações
1354 - IMPLANTACAO DE PRONTUARIO ELETRONICO NOS CENTROS DE SAUDE MENTAL

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1801.1012203802.160	S	119	3	3	90	40	68	9º / IV		39.950,00	-
1801.1012603802.790	S	119	3	3	91	40	89		III	-	39.950,00
1801.1030204261.354	S	100	4	4	90	52	98		III	-	1.544.883,43
1801.1030204262.746	S	100	3	3	91	39	73	9º / IV		1.544.883,43	-
	S	181	3	3	91	39	40	9º / IV		248.164,80	-
	S	196	3	3	50	39	13		III	-	3.842.709,77
	S	196	3	3	91	39	06	9º / IV		3.842.709,77	-
1801.1030204262.748	S	181	3	3	50	39	64		III	-	248.164,80
									TOTAL FISCAL	-	-
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	5.675.708,00	5.675.708,00
									TOTAL GERAL	5.675.708,00	5.675.708,00

Relação das Ações
1354 - IMPLANTACAO DE PRONTUARIO ELETRONICO NOS CENTROS DE SAUDE MENTAL
2160 - APOIO ADMINISTRATIVO - LONGEVIDADE, BEM-ESTAR E TERRITORIO CONECTADO
2746 - ACOES DE ATENCAO PSICOSSOCIAL
2748 - ACOES DE DESINSTITUCIONALIZACAO EM SAUDE MENTAL
2790 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA INFORMATICA - ADM. DIRETA - LONGEVIDADE, BEM-ESTAR E TERRITORIO CONECTADO

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS
119 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE
181 - ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
196 - TRANSFERENCIAS DO FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - COFINANCIAMENTO

Relação das ND
335039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
339040 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA
339139 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
339140 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

ANEXO III

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1801.1030204261.354	5169	-	1.544.883,43
1801.1030204262.746	3924	1.793.048,23	-
1801.1030204262.748	3909	-	248.164,80

Relação das Ações
1354 - IMPLANTACAO DE PRONTUARIO ELETRONICO NOS CENTROS DE SAUDE MENTAL
2746 - ACOES DE ATENCAO PSICOSSOCIAL
2748 - ACOES DE DESINSTITUCIONALIZACAO EM SAUDE MENTAL

Relação dos Produtos
3909 - USUARIO RESIDENTE NOS SERVICOS RESIDENCIAIS TERAPEUTICOS E NAS MORADIAS ASSISTIDAS
3924 - USUARIO ACOMPANHADO PELOS CENTROS DE SAUDE MENTAL
5169 - UNIDADE DE SAUDE MENTAL COM PRONTUARIO ELETRONICO IMPLANTADO

DECRETO RIO Nº 50333 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 136.200,00, em favor da Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº FIL-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 136.200,00 (Cento e trinta e seis mil e duzentos reais), em favor da Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
MARCELO CALERO FARIA GARCIA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1053.1312603834.763	F	200	4	4	90	52	00	8º		136.200,00	-
1053.1339206084.905	F	200	3	3	90	39	12		III	-	136.200,00
									TOTAL FISCAL	136.200,00	136.200,00
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	136.200,00	136.200,00

Relação das Ações
4763 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA INFORMATICA - ADM. INDIRETA - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, COMPETITIVIDADE E INOVACAO
4905 - FOMENTO DAS ATIVIDADES DA ECONOMIA CRIATIVA

Relação das Fontes de Recursos
200 - RECEITA PROPRIA DE AUTARQUIAS, FUNDACOES E EMPRESAS

Relação das ND
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1053.1339206084.905	5052	-	136.200,00

Relação das Ações
4905 - FOMENTO DAS ATIVIDADES DA ECONOMIA CRIATIVA

Relação dos Produtos
5052 - OBRA AUDIOVISUAL POR EDITAIS NAO REEMBOLSAVEIS

DECRETO RIO Nº 50334 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 170.512,78, em favor da Secretaria Municipal de Conservação.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõem os artigos 8º e 9º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº CSV-EIO-2022/00010,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Conservação,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 170.512,78 (Cento e setenta mil e quinhentos e doze reais e setenta e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Conservação, para reforço das dotações constantes do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Conservação, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
4303.1512203802.160	F	100	3	3	90	30	41		III	-	30.000,00
	F	100	3	3	90	33	98		III	-	20.000,00
	F	100	3	3	90	67	30		III	-	120.512,78
	F	100	3	3	90	92	44	9º / VI		120.512,78	-
	F	100	4	4	90	52	34	8º		50.000,00	-
									TOTAL FISCAL	170.512,78	170.512,78
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	170.512,78	170.512,78

Relação das Ações
2160 - APOIO ADMINISTRATIVO - LONGEVIDADE, BEM-ESTAR E TERRITORIO CONECTADO

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO
339067 - DEPOSITOS COMPULSORIOS
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50335 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 14.956.996,00, em favor da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº SME-EIO-2022/00018,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 14.956.996,00 (Quatorze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil e novecentos e noventa e seis reais), em favor da Secretaria Municipal de Educação, para reforço das dotações constantes do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Os produtos alterados, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, estão demonstrados no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
RENAN FERREIRINHA CARNEIRO

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1601.1236106231.331	F	107	4	4	90	51	59	9º / IV		8.522.565,00	-
1601.1236106232.944	F	107	3	3	90	39	64		III	-	14.956.996,00
1601.1236506231.330	F	107	4	4	90	51	21	9º / IV		6.434.431,00	-
									TOTAL FISCAL	14.956.996,00	14.956.996,00
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	14.956.996,00	14.956.996,00

Relação das Ações
1330 - CONSTRUCAO, RECONSTRUCAO, IMPLANTACAO E REFORMA DE UNIDADES DA EDUCACAO INFANTIL DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
1331 - CONSTRUCAO, RECONSTRUCAO, IMPLANTACAO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
2944 - EDUCACAO INTEGRAL

Relação das Fontes de Recursos
107 - SALARIO EDUCACAO

Relação das ND
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1601.1236106231.331	5099	8.522.565,00	-
1601.1236106232.944	5102	-	14.956.996,00
1601.1236506231.330	5097	6.434.431,00	-

Relação das Ações
1330 - CONSTRUCAO, RECONSTRUCAO, IMPLANTACAO E REFORMA DE UNIDADES DA EDUCACAO INFANTIL DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
1331 - CONSTRUCAO, RECONSTRUCAO, IMPLANTACAO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO
2944 - EDUCACAO INTEGRAL

Relação dos Produtos
5097 - UNIDADE DE EDUCACAO INFANTIL CONSTRUIDA / RECONSTRUIDA / IMPLANTADA / REFORMADA
5099 - UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL CONSTRUIDA / RECONSTRUIDA / IMPLANTADA / REFORMADA
5102 - VAGA EM TURNO UNICO DISPONIBILIZADA

DECRETO RIO Nº 50336 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 2.616.902,67, em favor da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº SMS-EIO-2022/00022,

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 2.616.902,67 (Dois milhões, seiscentos e dezesseis mil e novecentos e dois reais e sessenta e sete centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, para reforço das dotações constantes do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Os produtos alterados, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, estão demonstrados no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
DANIEL RICARDO SORANZ PINTO

A N E X O I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1801.1030103302.218	S	180	3	3	50	85	20	9º / IV		745.255,89	-
1801.1030103302.854	S	180	3	3	91	39	37		III	-	2.593.034,67
1801.1030503082.969	S	180	3	3	50	85	18	9º / IV		1.847.778,78	-
1884.1030204262.746	S	119	3	3	91	39	62		III	-	4.410,00
1884.1030204262.747	S	119	3	3	91	39	60	9º / IV		4.410,00	-
	S	181	3	3	90	40	72	9º / IV		19.458,00	-
	S	181	3	3	90	40	46		III	-	19.458,00
									TOTAL FISCAL	-	-
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	2.616.902,67	2.616.902,67
									TOTAL GERAL	2.616.902,67	2.616.902,67

Relação das Ações
2218 - ACOES ESTRATEGICAS DE PROMOCAO DA SAUDE E REDUCAO DE INIQUIDADES
2746 - ACOES DE ATENCAO PSICOSSOCIAL
2747 - MANUTENCAO DA REDE DE ATENCAO PSIQUIATRICA
2854 - MANUTENCAO DA REDE DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE
2969 - ATIVIDADES DE IMUNIZACAO

Relação das Fontes de Recursos
119 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - SAUDE
180 - ATENCAO BASICA
181 - ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Relação das ND
335085 - CONTRATOS DE GESTAO
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
339040 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA
339139 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

A N E X O I I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1801.1030103302.218	4637	745.255,89	-
1801.1030103302.854	3394	-	2.593.034,67
1801.1030503082.969	4253	1.847.778,78	-
1884.1030204262.746	3924	-	4.410,00

Relação das Ações
2218 - ACOES ESTRATEGICAS DE PROMOCAO DA SAUDE E REDUCAO DE INIQUIDADES
2746 - ACOES DE ATENCAO PSICOSSOCIAL
2854 - MANUTENCAO DA REDE DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE
2969 - ATIVIDADES DE IMUNIZACAO

Relação dos Produtos
3394 - CAP APOIADA - ACOES DE DESCENTRALIZACAO
3924 - USUARIO ACOMPANHADO PELOS CENTROS DE SAUDE MENTAL
4253 - DOSE DE IMUNOBIOLOGICO DO CALENDARIO VACINAL DE ROTINA, CAMPANHAS, BLOQUEIOS E VACINAS ESPECIAIS APLICADA
4637 - ACAO DE PROMOCAO / PREVENCAO EM SAUDE REALIZADA PELAS UNIDADES DE ATENCAO PRIMARIA

DECRETO RIO Nº 50337 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 514.516,89, em favor da Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº SMS-EIO-2022/00024,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social, no valor de R$ 514.516,89 (Quinhentos e quatorze mil e quinhentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, para reforço da dotação constante do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa do Secretaria Municipal de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Os produtos alterados, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, estão demonstrados no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
DANIEL RICARDO SORANZ PINTO

A N E X O I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI N° 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI N° 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1815.1030403091.169	S	195	4	4	90	52	04	9º / IV		514.516,89	-
1815.1030403092.216	S	195	3	3	90	30	45		III	-	206.070,00
1815.1030403092.217	S	195	3	3	90	30	43		III	-	308.446,89
									TOTAL FISCAL	-	-
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	514.516,89	514.516,89
									TOTAL GERAL	514.516,89	514.516,89

Relação das Ações
1169 - REESTRUTURACAO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA E DE CONTROLE DE ZOONOSES
2216 - VIGILANCIA EM ZOONOSES
2217 - MANUTENCAO E CUSTEIO DO LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA

Relação das Fontes de Recursos
195 - MULTAS POR INFRACAO A LEGISLACAO DE SAUDE

Relação das ND
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

A N E X O I I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1815.1030403091.169	3981	514.516,89	-
1815.1030403092.216	4625	-	206.070,00
1815.1030403092.217	4629	-	308.446,89

Relação das Ações
1169 - REESTRUTURACAO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA E DE CONTROLE DE ZOONOSES
2216 - VIGILANCIA EM ZOONOSES
2217 - MANUTENCAO E CUSTEIO DO LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA

Relação dos Produtos
3981 - EQUIPAMENTO / MOBILIARIO ADQUIRIDO
4625 - CONSULTA CLINICA PARA DIAGNOSTICO DE ZOONOSES REALIZADA
4629 - ENSAIO NAS AMOSTRAS COLETADAS REALIZADO PELO LABORATORIO DE CONTROLE DE PRODUTOS

DECRETO RIO Nº 50338 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 29.055.539,00, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº URB-EIO-2022/00004,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 29.055.539,00 (Vinte e nove milhões, cinquenta e cinco mil e quinhentos e trinta e nove reais), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço das dotações constantes do Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo I, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Art. 4º Os produtos alterados, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, estão demonstrados no Anexo II.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545106171.131	F	100	4	4	90	39	17	8º		3.269.068,00	-
1503.1545203191.364	F	100	4	4	90	39	29	8º		2.403.498,00	-
1503.1545203191.365	F	100	4	4	90	39	27	8º		23.382.973,00	-
Total SMI										**29.055.539,00**	**-**
4351.1545203854.525	F	100	3	1	90	11	24	-	III	-	29.055.539,00
Total COMLURB										**-**	**29.055.539,00**
TOTAL FISCAL										**29.055.539,00**	**29.055.539,00**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**29.055.539,00**	**29.055.539,00**

Relação das Ações
1131 - IMPLANTACAO DE PARQUE URBANOS
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS
1365 - URBANIZACAO E REURBANIZACAO DE PRACAS, AREAS DE LAZER, LOGRADOUROS, AREAS E PARQUES URBANOS E ESPORTIVOS
4525 - PROVISAO DE GASTOS COM PESSOAL - ADM. INDIRETA - MUDANCAS CLIMATICAS E RESILIENCIA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545106171.131	4738	3.269.068,00	-
1503.1545203191.364	0438	2.403.498,00	-
1503.1545203191.365	3137	23.382.973,00	-

Relação das Ações
1131 - IMPLANTACAO DE PARQUE URBANOS
1364 - CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS
1365 - URBANIZACAO E REURBANIZACAO DE PRACAS, AREAS DE LAZER, LOGRADOUROS, AREAS E PARQUES URBANOS E ESPORTIVOS

Relação dos Produtos
0438 - PREDIO CONSTRUIDO
3137 - AREA / PARQUE ESPORTIVO IMPLANTADO
4738 - ESTUDO / PROJETO ELABORADO

DECRETO RIO Nº 50339 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 18.325.049,42, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº IFR-EIO-2022/00043,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 18.325.049,42 (dezoito milhões, trezentos e vinte e cinco mil e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço das dotações constantes do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545103191.718	F	125	4	4	90	39	64	9º / VI		12.249.239,68	-
	F	125	4	4	90	51	58		III	-	12.249.239,68
1503.1545106041.753	F	106	4	4	90	39	75	9º / III		6.075.809,74	-
	F	106	4	4	90	51	69		III	-	6.075.809,74
TOTAL FISCAL										**18.325.049,42**	**18.325.049,42**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**18.325.049,42**	**18.325.049,42**

Relação das Ações
1718 - REVITALIZACAO COM OBRAS DE PAVIMENTACAO E DRENAGEM EM DIVERSOS ESPACOS
1753 - IMPLANTACAO DO BRT NA AVENIDA BRASIL

Relação das Fontes de Recursos
106 - LICENCIAMENTO DE GRUPAMENTO DE EDIFICACOES
125 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS - RECURSOS OUTORGA CONCESSAO EM SANEAMENTO

Relação das ND
449039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449051 - OBRAS E INSTALACOES

DECRETO RIO Nº 50340 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Autoriza a liberação de recursos e abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 6.315,35, em favor da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº LHE-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher,

DECRETA:

Art. 1º Fica disponível, na forma do Anexo I, a dotação contingenciada através do Decreto nº 50163 1º de fevereiro de 2022, no valor de R$ 90.839,65 (Noventa mil e oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), referente à Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher.

Art. 2º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 6.315,35 (Seis mil e trezentos e quinze reais e trinta e cinco centavos), em favor da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher, para reforço da dotação constante do Anexo II.

Art. 3º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 4º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo II, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JOYCE TRINDADE DE FARIA GAMA

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
4701.0812203812.161	F	100	4	4	90	52	14	90.839,65
TOTAL FISCAL								**90.839,65**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL								**-**
TOTAL GERAL								**90.839,65**

Relação das Ações
2161 - APOIO ADMINISTRATIVO - IGUALDADE E EQUIDADE

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
4701.0812203812.161	F	100	3	3	90	30	21	9º / IV	III	-	6.315,35
	F	100	4	4	90	52	14			6.315,35	-
TOTAL FISCAL										**6.315,35**	**6.315,35**
TOTAL SEGURIDADE SOCIAL										**-**	**-**
TOTAL GERAL										**6.315,35**	**6.315,35**

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

D.O. RIO
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

Relação das Ações
2161 - APOIO ADMINISTRATIVO - IGUALDADE E EQUIDADE

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50341 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 45.000,00, em favor da Controladoria Geral do Município.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 8º da Lei nº 7.235, 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº CGM-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Controladoria Geral do Município,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), em favor da Controladoria Geral do Município, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Controladoria Geral do Município, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
GUSTAVO DE AVELLAR BRAMILI

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1201.0412203892.169	F	100	3	3	90	39	32	8º	III	-	45.000,00
	F	100	4	4	90	52	96			45.000,00	-
									TOTAL FISCAL	45.000,00	45.000,00
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	45.000,00	45.000,00

Relação das Ações
2169 - APOIO ADMINISTRATIVO - GOVERNANCA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DECRETO RIO Nº 50342 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 102.000,00, em favor da MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº MUL-EIO-2022/00003,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais), em favor da MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios, para reforço da dotação constante do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
RENAN FERREIRINHA CARNEIRO

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1651.1236103814.161	F	200	3	3	90	39	14	9º / IV	III	-	102.000,00
	F	200	3	3	90	47	27			102.000,00	-
									TOTAL FISCAL	102.000,00	102.000,00
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	102.000,00	102.000,00

Relação das Ações
4161 - APOIO ADMINISTRATIVO - ADM. INDIRETA - IGUALDADE E EQUIDADE

Relação das Fontes de Recursos
200 - RECEITA PROPRIA DE AUTARQUIAS, FUNDACOES E EMPRESAS

Relação das ND
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS

DECRETO RIO Nº 50343 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Autoriza a liberação de recursos e abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 2.776.412,38, em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe o artigo 9º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº IFR-EIO-2022/00030,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA:
Art. 1º Fica disponível, na forma do Anexo I, a dotação contingenciada através do Decreto nº 50163 de 1º de fevereiro de 2022, no valor de R$ 5.281.042,12 (cinco milhões, duzentos e oitenta e um mil e quarenta e dois reais e doze centavos), referente à da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 2.776.412,38 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil e quatrocentos e doze reais e trinta e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para reforço da dotação constante do Anexo II.

Art. 3º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso I, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 4º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo II, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 5º O produto alterado, em decorrência das disposições dos artigos anteriores, está demonstrado no Anexo III.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
JORGE LUIZ DE SOUZA ARRAES

ANEXO I

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
1503.1545103191.718	F	110	4	4	90	51	03	5.281.042,12
							TOTAL FISCAL	5.281.042,12
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-
							TOTAL GERAL	5.281.042,12

Relação das Ações
1718 - REVITALIZACAO COM OBRAS DE PAVIMENTACAO E DRENAGEM EM DIVERSOS ESPACOS

Relação das Fontes de Recursos
110 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS REALIZADAS

Relação das ND
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO II

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545103191.718	F	310	4	4	90	51	14	9º / V		2.776.412,38	-
						Total SMI				2.776.412,38	-
Superávit apurado em balanço	F	310							I	-	2.776.412,38
									TOTAL FISCAL	2.776.412,38	2.776.412,38
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	2.776.412,38	2.776.412,38

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Relação das Ações
1718 - REVITALIZACAO COM OBRAS DE PAVIMENTACAO E DRENAGEM EM DIVERSOS ESPACOS

Relação das Fontes de Recursos
110 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS REALIZADAS
310 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS REALIZADAS - EXERCICIOS ANTERIORES

Relação das ND
449051 - OBRAS E INSTALACOES

ANEXO III

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	PRODUTO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
1503.1545103191.718	3545	2.776.412,38	-

Relação das Ações
1718 - REVITALIZACAO COM OBRAS DE PAVIMENTACAO E DRENAGEM EM DIVERSOS ESPACOS

Relação dos Produtos
3545 - OBRA EXECUTADA

DECRETO RIO Nº 50344 DE 8 DE MARÇO DE 2022

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor de R$ 371.338,90, em favor da Secretaria Municipal de Conservação.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõem os artigos 8º e 9º da Lei nº 7.235, de 12 de janeiro de 2022, tendo em vista o que consta no processo.rio nº CSV-EIO-2022/00007,

considerando a adequação orçamentária no âmbito da Secretaria Municipal de Conservação,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, no valor de R$ 371.338,90 (Trezentos e setenta e um mil e trezentos e trinta e oito reais e noventa centavos), em favor da Secretaria Municipal de Conservação, para reforço das dotações constantes do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III, do artigo 112 da Lei nº 207, de 19 de dezembro de 1980.

Art. 3º Em decorrência das disposições deste Decreto fica alterado, na forma do Anexo, o Detalhamento da Despesa da Secretaria Municipal de Conservação, aprovado pelo Decreto nº 50172 de 03 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2022; 458º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES
PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA
ANNA LAURA VALENTE SECCO FREIRE

ANEXO

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FON	CAT	GND	MOD	ELE	DV	LEGISLAÇÃO LEI Nº 7.235/2022 ARTIGO INCISO	LEGISLAÇÃO LEI Nº 207/80 ARTIGO 112 INCISO	ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
4301.1545200712.778	F	140	3	3	90	30	31			-	371.338,90
	F	140	3	3	90	39	70	9º / VI	III	300.000,00	-
	F	140	4	4	90	52	24	8º		71.338,90	-
									TOTAL FISCAL	371.338,90	371.338,90
									TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-	-
									TOTAL GERAL	371.338,90	371.338,90

Relação das Ações
2778 - CONSERVACAO DE LOGRADOUROS

Relação das Fontes de Recursos
140 - CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE

Relação das ND
339030 - MATERIAL DE CONSUMO
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

DESPACHOS DO PREFEITO

DESPACHOS DO PREFEITO
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

04/550.963/2021

Autorizo (nos termos de fls 52).

DESPACHOS DO PREFEITO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO.RIO Nº : CGM-EIO-2022/00001 - Autorizo a liberação de R$ 123.756,00 (cento e vinte e três mil setecentos e cinqüenta e seis reais), referente à Controladoria Geral do Município, produzindo efeitos a partir de 01/01/2022, conforme discriminação a seguir:

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
1201.0412603892.799	F	100	4	4	90	52	45	123.756,00
							TOTAL FISCAL	123.756,00
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-
							TOTAL GERAL	123.756,00

Relação das Ações
2799 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA INFORMATICA - ADMINISTRACAO DIRETA - GOVERNANCA

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

PROCESSO.RIO Nº : IFR-EIO-2022/00045 - Autorizo a liberação de R$ 4.006.478,53 (quatro milhões e seis mil quatrocentos e setenta e oito reais e cinqüenta e três centavos), referente à Secretaria Municipal de Infraestrutura, para atender ao Programa de Investimentos, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme discriminação a seguir:

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
1503.1545103191.718	F	110	4	4	90	51	03	4.006.478,53
							TOTAL FISCAL	4.006.478,53
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	-
							TOTAL GERAL	4.006.478,53

Relação das Ações
1718 - REVITALIZACAO COM OBRAS DE PAVIMENTACAO E DRENAGEM EM DIVERSOS ESPACOS

Relação das Fontes de Recursos
110 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS REALIZADAS

Relação das ND
449051 - OBRAS E INSTALACOES

PROCESSO.RIO Nº : HBT-EIO-2022/00005 - Autorizo a liberação de R$ 1.325.744,27 (um milhão trezentos e vinte e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos), referente à Secretaria Municipal de Habitação, para atender ao Programa de Investimentos, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme discriminação a seguir:

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
3202.1645106051.322	S	110	4	4	90	35	76	1.244.482,01
	S	126	4	4	90	35	56	81.262,26
							TOTAL FISCAL	-
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	1.325.744,27
							TOTAL GERAL	1.325.744,27

Relação das Ações
1322 - URBANIZACAO E REGULARIZACAO FUNDIARIA EM AEIS

Relação das Fontes de Recursos
110 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS REALIZADAS
126 - CONTRAPARTIDA - REGULARIZACAO DE OBRAS - CONTRAPARTIDA DE OPERACOES DE CREDITO

Relação das ND
449035 - SERVICOS DE CONSULTORIA

PROCESSO.RIO Nº : HBT-EIO-2022/00006 - Autorizo a liberação de R$ 591.904,21 (quinhentos e noventa e um mil novecentos e quatro reais e vinte e um centavos), referente à Secretaria Municipal de Habitação, para atender ao Programa de Investimentos, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022, conforme discriminação a seguir:

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
3202.1645106051.322	S	110	4	4	90	35	76	591.904,21
							TOTAL FISCAL	-
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	591.904,21
							TOTAL GERAL	591.904,21

Relação das Ações
1322 - URBANIZACAO E REGULARIZACAO FUNDIARIA EM AEIS

Relação das Fontes de Recursos
110 - OPERACOES DE CREDITO CONTRATUAIS REALIZADAS

Relação das ND
449035 - SERVICOS DE CONSULTORIA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

PROCESSO.RIO Nº : SMS-EIO-2022/00023 - Autorizo a liberação de R$ 386.400,00 (trezentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais), referente à Secretaria Municipal de Saúde, para atender ao Programa de Investimentos, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme discriminação a seguir:

Em R$

PROGRAMA DE TRABALHO	ESF	FONTE	CAT	GND	MOD	ELE	DV	VALOR
1801.1030203061.114	S	100	4	4	90	52	96	368.000,00
1801.1030203311.353	S	100	4	4	90	52	21	18.400,00
							TOTAL FISCAL	-
							TOTAL SEGURIDADE SOCIAL	386.400,00
							TOTAL GERAL	386.400,00

Relação das Ações
1114 - IMPLANTACAO DE PRONTUARIO ELETRONICO NA REDE HOSPITALAR MUNICIPAL
1353 - IMPLANTACAO DE PRONTUARIO ELETRONICO NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) E COORDENACOES DE EMERGENCIA REGIONAL (CER)

Relação das Fontes de Recursos
100 - ORDINARIOS NAO VINCULADOS

Relação das ND
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

SECRETARIA DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA

Secretário: **Marcelo Calero Faria Garcia**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 13º andar - Tel.: 2976-3187

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
PORTARIA "P" N.º 533, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

A SUBSECRETÁRIA DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Designar **JACKELINE FERREIRA DO NASCIMENTO**, matrícula: 60/325.225-1, **LUIZ CARLOS DA SILVA BARRETO JUNIOR**, matrícula: 11/170.720-7 e **LUCIENE DO ESPIRITO SANTO OLIVEIRA**, matrícula: 11/238.055-8, como responsáveis pelo acompanhamento da execução do **TERMO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO SEGOVI N.º 010006/2022**, celebrado entre o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA** e a **FEDERAÇÃO ISRAELITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, que tem por objeto "***REGER O PATROCÍNIO CONCEDIDO PELO MUNICÍPIO EM FAVOR DO PATROCINADO (A 'COTA DE PATROCÍNIO DO MUNICÍPIO') PARA REALIZAÇÃO DA V EDIÇÃO DO FEST RIO JUDAICO, BEM COMO A EXECUÇÃO DA CONTRAPARTIDA (A 'CONTRAPARTIDA') DECORRENTE DA CONCESSÃO DO PATROCÍNIO (LEI MUNICIPAL Nº 3.006/00)***", constante do processo administrativo **N.º 10/000.030/2022**, cabendo a esses a atestação dos respectivos documentos fiscais, observando-se o disposto no Decreto Nº 34.012, de 20 de junho de 2011.

PORTARIA "P" Nº 534 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **KALÍCIA DE CÁSSIA DUARTE MELLO**, com validade a partir de 7 de fevereiro de 2022, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor Pedagógico, símbolo DAS-06, código 076417, da Creche Institucional Dr. Paulo Niemeyer, da Subsecretaria de Gente e Gestão Compartilhada, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

PORTARIA "P" Nº 535 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Dispensar, a pedido, **LETÍCIA LOPES OLIVEIRA**, matrícula 69/557.371-3, com validade a partir de 1º de março de 2022, da Função de Confiança de Assessor Chefe, código 012917, da Assessoria de Comunicação Social, da Presidência, da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro.

PORTARIA "P" Nº 536 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **GISELE GAMA CAMPOS**, com validade a partir de 2 de fevereiro de 2022, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor Pedagógico, símbolo DAS-06, código 076425, da Creche Institucional Dr. Paulo Niemeyer, da Subsecretaria de Gente e Gestão Compartilhada, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

PORTARIA "P" Nº 537 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Tornar sem efeito a Portaria "P" N.º 519, de 4 de março de 2022, publicada no D.O. Rio de 7 de março de 2022.

PORTARIA "P" Nº 538 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Exonerar **ROBERTO SOARES CORRÊA JUNIOR**, matrícula 60/328.394-2, com validade a partir de 2 de março de 2022, do Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-06, código 086356, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, alocado à Secretaria Especial de Integração Metropolitana.

PORTARIA "P" Nº 539 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **CLAUDIO DE ALMEIDA**, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Chefe Técnico, símbolo DAS-09, código 082665, da Assessoria Técnica de Assuntos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Cultura.

PORTARIA "P" Nº 540 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **MARIA HELENA RIBEIRO COUTINHO**, com validade a partir de 2 de fevereiro de 2022, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente III, símbolo DAS-06, código 067093, da Gerência de Contabilidade, da Coordenação Financeira e Contábil, da Diretoria de Administração e Finanças, da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro.

PORTARIA "P" Nº 541 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **FELIPE CHALLUB MARTINS**, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor I, símbolo DAS-09, código 086866, da Presidência, da Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro.

PORTARIA "P" Nº 542 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Dispensar **NATHALIE DE ALMEIDA LACERDA PENNA**, com validade a partir de 1º de março de 2022, da Função de Confiança de Secretário de Empresa I, código 077434, da Diretoria de Obras Urbanísticas, da Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE.

PORTARIA "P" Nº 543 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Exonerar, a pedido, **ISABELLE VENANCIO ARÊAS**, matrícula 60/705.260-8, com validade a partir de 4 de março de 2022, do Cargo em Comissão de Gerente de Processo III, símbolo DAS-06, código 050530, da Presidência, da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro.

PORTARIA "P" Nº 544 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Exonerar **ROSILANE SOARES DO NASCIMENTO**, matrícula 60/323.421-8, com validade a partir de 1º de março de 2022, do Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-06, código 081323, da Gerência de Centros Municipais de Trabalho e Renda, da Coordenadoria de Emprego e Geração de Renda, da Subsecretaria de Trabalho e Qualificação, da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.

PORTARIA "P" Nº 545 DE 8 DE MARÇO DE 2022

A SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **MARCOS LUIS SOUZA CRUZ**, com validade a partir de 1º de março de 2022, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-06, código 087285, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, alocado no Núcleo de Articulação Social.

RETIFICAÇÃO
D.O. RIO N.º 233 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022
PORTARIA "P" N.º 345 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

ONDE SE LÊ:
"Nomear **MARCELA REZENDE DE FREITAS**, com validade a partir de 20 de dezembro de 2021, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor III, símbolo DAS-07, código 085874..."

LEIA-SE:
"Nomear **MARCELA REZENDE FREITAS**, com validade a partir de 20 de dezembro de 2021, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor III, símbolo DAS-07, código 085874..."

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA,
COORDENADORIA GERAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
PORTARIA "P" Nº 10 DE 07 DE MARÇO DE 2022.

A COORDENADORA GERAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Portaria GI/SUBG nº 03 de 20 de maio de 2021.

RESOLVE:
Alterar a gestão do Sistema Descentralizado de Pagamento - SDP da ***X Administração Regional - GEL XXVI Ramos***, designando os servidores **FRANCISCO ERIBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA**, matrícula nº 60/327.410-7, e **LIANA GOULART DE SOUZA DIAS**, matrícula nº 10/288.888-1, como responsável e co-responsável, respectivamente, nos termos do Decreto nº 50.162, de 01 de fevereiro de 2022.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA GERAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DO DIA 08/03/2022

Processo nº 10/000.247/2022: Aprovo a prestação de contas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Processo nº 10/000.297/2022: Aprovo a prestação de contas.
Processo nº 10/39/000.001/2021: Aprovo a prestação de contas.
Processo nº 10/13/000.001/2022: Aprovo a prestação de contas.
Processo nº 10/49/000.012/2021: Aprovo a prestação de contas.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS
ATOS DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08 DE MARÇO DE 2022
D.O. RIO Nº 223, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022, P. 5 - 2ª COLUNA
PORTARIA "P" GI/SUBG/CGRH Nº 03, DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Onde se lê:
"...Classe Especial..."

Leia-se:
"...Categoria Especial A..."

D.O. RIO Nº 226, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2022, P. 22 - 1ª COLUNA
PORTARIA "P" GI/SUBG/CGRH Nº 05, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022

Onde se lê:
"...Classe Especial..."

Leia-se:
"...Categoria Especial A..."

PORTARIA "P" GI/SUBG/CGRH Nº 06, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2022

Onde se lê:
"...Classe Especial..."

Leia-se:
"...Categoria Especial A..."

D.O. RIO Nº 230, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022, P. 7 - 3ª COLUNA
PORTARIA "P" GI/SUBG/CGRH Nº 07, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2022

Onde se lê:
"...Classe Especial..."

Leia-se:
"...Categoria Especial A..."

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA GERAL DE RECURSOS HUMANOS
APOSTILAS DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08 DE MARÇO DE 2022

Fixados com validade a partir de 01/02/2022, os proventos mensais de inatividade de **Neymar dos Santos Nobrega**, Agente de Administração, Categoria Especial A, matrícula nº 15/193.068-4, aposentado através da Portaria "P" GI/SUBG/CGRH Nº 03 de 31/01/2022, conforme processo nº 10/004.416/2021.

Fixados com validade a partir de 04/02/2022, os proventos mensais de inatividade de **Katia Regina Moraes Gurjão**, Agente de Administração, Categoria Especial A, matrícula nº 15/098.642-2, aposentada através da Portaria "P" GI/SUBG/CGRH Nº 05 de 03/02/2022, conforme processo nº 01/000.308/2021.

Fixados com validade a partir de 04/02/2022, os proventos mensais de inatividade de **Fernando Cesar da Silva dos Santos**, Agente Auxiliar de Administração, Categoria Especial A, matrícula nº 15/097.525-0, aposentado através da Portaria "P" GI/SUBG/CGRH Nº 06 de 03/02/2022, conforme processo nº 10/005.900/2021.

Fixados com validade a partir de 10/02/2022, os proventos mensais de inatividade de **Sandra Maria Silva de Oliveira**, Agente de Administração, matrícula nº 15/098.778-4, aposentada através da Portaria "P" GI/SUBG/CGRH Nº 07 de 09/02/2022, conforme processo nº 01/006.100/2016.

Fixados com validade a partir de 10/02/2022, os proventos mensais de inatividade de **Vera Lúcia Hettenhausen Vaz de Carvalho**, Professor II, Classe C - Nível 7, matrícula nº 15/171.486-4, aposentada através da Portaria "P" GI/SUBG/CGRH Nº 08 de 09/02/2022, conforme processo nº 10/005.377/2021.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

Secretário: **Pedro Paulo Carvalho Teixeira**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 (anexo) - 5ºandar - Tel.: 2976-3757

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SMFP "P" DE 08 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Nº 050 - Designar, **RENATO DE OLIVEIRA CALDAS MADEIRA**, Fiscal de Rendas, matrícula nº 11/238.661-3, **JANICE JESUS DE LEMOS**, Agente de Administração, matrícula n.º 11/177.281-3, **LUCIANA NASCIMENTO SANTOS**, Analista de Sistema, matrícula n.º 45/622.373-4, **SOCRATES DA CRUZ QUINTANILHA**, Técnico de Processamento de Dados, matrícula n.º 45/622.679-6 e **MICHELLE DIAS PEREIRA MOUTINHO**, Agente de Administração, matrícula n.º 11/283.930-6 como responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato n.º **080/2021**, (AX4B Sistemas de Informática LTDA) prestação de serviços de licenciamento de software/ subscrições de produtos Red Hat, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, cabendo a esses a atestação dos documentos fiscais, observando-se o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011 e Resolução Conjunta SMF/IPLANRIO Nº 01 de 18 de dezembro de 2014.

SUBSECRETARIA DE GENTE E GESTÃO COMPARTILHADA
PORTARIA "P" FP/SUBGGC Nº 12 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

Designa servidora para atuar como Pregoeira dos certames a serem realizados através do Portal COMPRASNET no âmbito do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

A SUBSECRETÁRIA DA SUBSECRETARIA DE GENTE E GESTÃO COMPARTILHADA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e**,**

CONSIDERANDO o dispositivo nos Decretos Municipais nº **30.354,** de 01 de janeiro de 2009; nº **30.538**, de 17 de março de 2009;

CONSIDERANDO a assinatura do **Termo de Adesão nº 0005/2009**, firmado com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e demais Sistemas;

CONSIDERANDO a diretriz emanada pela Administração Municipal determinando a ampliação do uso do Pregão no modo Eletrônico de forma descentralizada, com vista à redução dos custos e prazos inerentes às aquisições de bens e contratação de serviços no âmbito Municipal;

CONSIDERANDO ainda que o Portal de Compras Eletrônicas do Governo Federal - Portal COMPRASNET determina o mandato de 1 (um) ano para todos Integrantes da Equipe do Pregão,

RESOLVE
ART. 1º Designa servidora para atuar como Pregoeira dos certames realizados através da utilização do Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET;

ÓRGÃO	NOME	MATRÍCULA
SMI	RENATA NUNES DA COSTA - PREGOEIRA	11/192.826-6

SUBSECRETARIA DE GENTE E GESTÃO COMPARTILHADA
COORDENADORIA TÉCNICA DE PERÍCIAS MÉDICAS
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIAS "P" FP/SUBGGC/CTPM DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA COORDENADORIA TÉCNICA DE PERÍCIAS MÉDICAS DA SUBSECRETARIA DE GENTE E GESTÃO COMPARTILHADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e de acordo com o disposto na Resolução SMA n.º 1.591 de 25.01.2010, publicada no D.O. RIO de 26.01.2010.

RESOLVE:
Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em funções extraclasse, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 229 - processo nº 07/10/000.195/2010(SME), **GARDENIA ALVES DE ALMEIDA**, Professor II, matrícula 10/222.554-8.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 230 - processo nº 07/09/002.591/2018(SME), **VALERIA MOREIRA SILVA**, Professor de Ensino Fundamental, matrícula 10/194.624-3.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 231 - processo nº 05/400.115/2006(SME), **EDMILSON GARCIA ALEIXO JUNIOR**, Professor I, matrícula 10/146.792-7.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em funções extraclasse, próximo à residência, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 232 - processo nº 07/103.335/2009(SME), **ROBERTA MAGORNO NOGUEIRA**, Professor II, matrícula 10/242.032-1.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 233 - processo nº 05/400.709/2009(SME), **BRUNO GARCIA RIBEIRO**, Professor I, matrícula 10/240.379-8.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em funções extraclasse, em local de fácil acesso, próximo à residência, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 234 - processo nº 01/940.266/2019(SME), **JOSE LUIZ VIEIRA DA COSTA**, Professor II, matrículas 10/218.196-4 e 10/257.307-9.

Readaptar, pelo prazo de 02 (dois) anos, em serviços leves e internos, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 235 - processo nº 07/09/002.212/2021(SME), **EDILMA DINIZ DE ALCANTARA**, Merendeira, matrícula 10/229.747-1.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 236 - processo nº 07/08/001.878/2014(SME), **SANDRA MARIA RIBEIRO DE SOUZA**, Merendeira, matrícula 10/194.413-1.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 237 - processo nº 07/002.115/2014(SME), **SONIA PIRES BARRIENTOS**, Merendeira, matrícula 10/208.054-7.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 238 - processo nº 05/400.084/2005(SME), **PAULINA DOS SANTOS SOARES**, Merendeira, matrícula 10/152.011-3.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 239 - processo nº 07/04/000.446/2013(SME), **IVAN FARIAS NORONHA**, Agente Educador II, matrícula 10/244.756-3.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 240 - processo nº 05/400.495/2014(SMS), **MARCELINO PAULO MOREIRA**, Servente, matrícula 10/130.583-8.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

FP/SUBGGC/CTPM Nº 241 - processo nº 07/205.431/2009(SME), **ROSEMARY FERREIRA DOS PASSOS NUNES**, Servente, matrícula 10/162.906-2.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, próximo à residência, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 242 - processo nº 07/200.179/2001(SME), **JORGINA DA SILVA GAMA**, Merendeira, matrícula 10/110.613-7.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 243 - processo nº 05/400.178/2008(SME), **SUELI MARTINS DO CARMO BATISTA**, Merendeira, matrícula 10/208.912-6.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, sem esforço manual, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 244 - processo nº 07/044.136/2009(SME), **MARCIA RAMOS DE OLIVEIRA**, Merendeira, matrícula 10/227.750-7.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 245 - processo nº 05/401.423/2012(SME), **ANDREA FERREIRA LIMA CALIXTO DE JESUS**, Merendeira, matrícula 10/229.587-1.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 246 - processo nº 07/200.860/2009(SME), **JAQUELINE FRANCIS VIANNA BRENES**, Merendeira, matrícula 10/228.213-5**.**

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, sem esforço manual, sem ortostatismo prolongado, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 247 - processo nº 07/031.955/2009(SME), **IEDA MATILDE DA COSTA MORAES**, Merendeira, matrícula 10/239.755-2.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, sem esforço manual, em local de fácil acesso, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 248 - processo nº 07/03/000.201/2013(SME), **JUREMA CRISTINA MARINS DANTAS**, Merendeira, matrícula 10/228.151-7.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, sem esforço manual, próximo à residência, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 249 - processo nº 07/052.735/2009(SME), **ELISA RAMOS GOMES**, Merendeira, matrícula 10/194.191-3**.**

FP/SUBGGC/CTPM Nº 250 - processo nº 05/400.619/2010(SME), **ZILDA MARIA CAMPILHO DA SILVA**, Merendeira, matrícula 10/224.743-5.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, sem ortostatismo prolongado, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 251 - processo nº 07/206.400/2008(SME), **CLAUDIA LYRIO TEIXEIRA**, Merendeira, matrícula 10/227.539-4**.**

FP/SUBGGC/CTPM Nº 252 - processo nº 05/400.731/2009(SME), **LUCIA VERONICA AGUIAR DE LIMA SATURNINO**, Servente, matrícula 10/158.968-8.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 253 - processo nº 07/09/000.475/2010(SME), **SUELI DA SILVA**, Merendeira, matrícula 10/229.735-6.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços leves e internos, sem ortostatismo prolongado, próximo à residência, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 254 - processo nº 07/203.288/1998(SME), **LUIZ CARLOS DOS SANTOS**, Servente, matrícula 10/168.378-8.

FP/SUBGGC/CTPM Nº 255 - processo nº 07/01/000.064/2014(SME), **CRISTINA GOMES QUINTANILHA**, Merendeira, matrícula 10/230.144-8.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços internos, sem ortostatismo prolongado, em local de fácil acesso, próximo à residência, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 256 - processo nº 05/400.366/2014(SME), **LUCIA DA SILVA**, Agente de Educação Infantil, matrícula 10/259.192-3.

Readaptar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, em serviços internos, nos termos do art. 86, da Lei nº 94/79:

FP/SUBGGC/CTPM Nº 257 - processo nº 01/704.442/2014(GM-RIO), **RAQUEL DA SILVA HENRIQUE**, Guarda Municipal, matrícula 30/855.682-1.

RETIFICAÇÃO:
D.O. RIO, DE 02 DE JUNHO DE 2021, PÁGINA 16, 1ª COLUNA:
PORTARIA " P" Nº 249 FP/SUBGGC/CTPM DE 01 DE JUNHO DE 2021
Onde se lê: "...**ELIANE MARIA DA SILVA LEPORE**, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 10/195.623-4."

Leia-se: **ELIANE MARIA DA SILVA LEPORE**, Enfermeiro, matrícula 10/195.623-4.

SUBSECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA
RECEITA-RIO
COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
(*)PORTARIA FP/SUBEX/REC-RIO/CIP Nº 003 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021
Onde se lê: "Altera a Portaria FP/SUBEX/SUPTF/CIP nº 1, de 27 de Janeiro de 2021, com a inserção dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º."

Leia-se: "Altera a Portaria FP/SUBEX/SUPTF/CIP nº 1, de 27 de janeiro de 2021, com a inserção dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º no artigo 37."

Onde se lê: "Artigo 1º - Fica alterada a redação do artigo 37º da Portaria FP/SUBEX/SUPTF/CIP Nº 1 DE 27 DE JANEIRO DE 2021, com a inserção dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º:"

Leia-se: "Artigo 1º - Fica alterada a redação do artigo 37 da Portaria FP/SUBEX/SUPTF/CIP Nº 1 DE 27 DE JANEIRO DE 2021, com a inserção dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º:"

Onde se lê: "Artigo 2º - Fica alterada a redação do artigo 42, VI, da Portaria FP/SUBEX/SUPTF/CIP Nº 1 DE 27 DE JANEIRO DE 2021:

"Artigo 42 - A regularização cadastral das unidades a serem incluídas, nos termos da Resolução SMF nº 3082 de 14 de agosto 2019, deverá ser feita com a abertura de um único processo administrativo por loteamento.

(...)

VI - Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis, bem como a documentação comprobatória prevista no artigo 37, § 7º, da presente Portaria.""

Leia-se: "Artigo 2º - Fica alterada a redação do artigo 42, §1º, VI, da Portaria FP/SUBEX/SUPTF/CIP Nº 1/2021:

"Artigo 42 - A regularização cadastral das unidades a serem incluídas, nos termos da Resolução SMF nº 3082 de 14 de agosto 2019, deverá ser feita com a abertura de um único processo administrativo por loteamento.

§1º (...)

(...)

VI - Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis, bem como a documentação comprobatória prevista no artigo 37, § 7º, da presente Portaria.

(...)""

(*) Republicada por ter saído com incorreções no D.O.M de 17/12/2021.

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO IPTU
PORTARIA (FP/SUBEX/REC-RIO/CIP) Nº 1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022
O COORDENADOR DO IPTU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor

CONSIDERANDO a necessidade de se otimizar os procedimentos relativos a alteração de titularidade de imóveis junto ao cadastro imobiliário do IPTU;

RESOLVE:
Art. 1º O art. 12 da Portaria F/SUBEX/REC-RIO/CIP Nº 01 de 27/01/2021, passa a viger com a seguinte redação: "Art. 12. No período em que o sistema do IPTU estiver fechado para a emissão anual, não serão promovidas alterações de destinatário e de titularidade de imóveis no cadastro do IPTU originadas de requerimento do interessado."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
José Henrique Cantarino Ramos Esteves

(*) Republicada por ter saído com incorreções no D.O.M. de 22/02/2022

SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA DE GESTÃO
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
EXPEDIENTE DE 01/02/2022

PROCESSO: 04/000.006/2019
NAD: 2022/120
1)OBJETO: Ressuprimento SDP.
2)PARTES: Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e Instituto Fundação João Goulart
3)FUNDAMENTO: Não Sujeito a Lei 8.666, de 21/06/1993
4)VALOR: R$ 19.862,17 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos)
5)AUTORIZAÇÃO: Rodrigo Carvalho Ribeiro Dantas

SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA DE GESTÃO
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO DA GERENTE
EXPEDIENTE DE 07/03/2022
Tendo em vista o contido nos artigos 33 e 34 da Lei 94/79, **DEFIRO** o pedido abaixo:
01/904.184/2019 - RENATA DE BARROS PINTO, Agente de Administração, matrícula 11/178.076-6.

SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA DE GESTÃO
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DA GERENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
Fixados, com validade a partir de 25/01/2022, os proventos mensais de Inatividade do servidor **JAIR CARDOSO MONTE**, Agente Auxiliar de Administração, Classe Especial, matrícula 15/117.217-0, aposentado através da Resolução "P" SMFP nº 008 de 24/01/2022, conforme processo nº 04/002.594/2021.

Fixados, com validade a partir de 25/01/2022, os proventos mensais de Inatividade do servidor **LUIS HENRIQUES PRAZERES**, Motorista, Classe Especial, matrícula 15/208.659-3, aposentado através da Resolução "P" SMFP nº 009 de 24/01/2022, conforme processo nº 04/000.014/2022.

Fixados, com validade a partir de 02/02/2022, os proventos mensais de Inatividade da servidora **SHIRLEY CRISTINA FONSECA LIMA**, Servente, Classe Especial, matrícula 15/167.417-5, aposentada através da Resolução "P" SMFP nº 017 de 01/02/2022, conforme processo nº 04/002.561/2021.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

PREVI-RIO

Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti, 455 (anexo) - 11ºandar - Tel.: 2273-3892

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DESPACHOS DO DIRETOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Pensão
PVR-PRO-2021/02497 - JORGE ARY ARRUDA PLAISANT
PVR-PRO-2022/01347 - SAYONARA ROCHA RIBEIRO
PVR-PRO-2022/01577 - LUIZ FERNANDO DE MORAES
PVR-PRO-2022/01619 - SONIA MARIA CHARLES FERREIRA
Defiro o pedido de pagamento de pensão.

Pecúlio Post Mortem
PVR-PRO-2022/01459 - TANIA MARIA RODRIGUES
PVR-PRO-2022/01569 - JOSE GONCALVES DA SILVA
PVR-PRO-2022/01598 - WANDERQUISIA TOLEDO
PVR-PRO-2022/01620 - SONIA MARIA CHARLES FERREIRA
PVR-PRO-2022/01291 - ROBIN TORRES CORREA
PVR-PRO-2022/01106 - MARIA RUTH PINTO NUNES
PVR-PRO-2022/01246 - ROSA CANDIDA PEREIRA ALVES
PVR-PRO-2022/01233 - MARIA ELIZABETH HANRIOT DA SILVA
PVR-PRO-2022/01332 - ANGELA MARIA SOUZA LIMA FELIPE
PVR-PRO-2022/01135 - MARLUCIA DA SILVA FONSECA
PVR-PRO-2022/01441 - ELIAS DE SOUZA GOMES
PVR-PRO-2022/00683 - ADRIANA MACEDO JORDAO
PVR-PRO-2022/01407 - MARIA LUCIA RIBEIRO VALENTE
PVR-PRO-2021/02727 - ALBERTO DA SILVA LOROZA
PVR-PRO-2022/00524 - HELOISA MARIA GOMES PEREIRA MACHADO DE MELLO
PVR-PRO-2022/01277 - CLAUDIO MATEDE
PVR-PRO-2022/01283 - ZILDA GONCALVES DA SILVA
Defiro o pedido de pagamento de pecúlio.
PVR-PRO-2022/01228 - LUCIA MARIA NASCIMENTO DAMASCENO
PVR-PRO-2022/01240 - ANTONIA ROCHA DE SOUZA
PVR-PRO-2022/01267 - JOAO GUIMARAES
PVR-PRO-2022/01215 - AMALIA DE OLIVEIRA ROCHA
Indefiro o pedido de pagamento de pecúlio.
PVR-PRO-2022/01206 - MARCOS ANTONIO BASILIO
Defiro o pedido de pagamento de pecúlio para Cristina e Marcos e **Indefiro** para Paulo.

Auxílio Funeral
PVR-PRO-2022/01370 - LAUDICEA DE ANDRADE ALCANTARA
PVR-PRO-2022/01555 - ROSINEA RIBEIRO DA COSTA LEMOS
PVR-PRO-2022/01590 - SONIA MARIA CHARLES FERREIRA
PVR-PRO-2022/01404 - ANA NERY DE FREITAS MACHADO
PVR-PRO-2022/01595 - GLAUCIA LIXA VICTOR NEVES
PVR-PRO-2022/01247 - ROSA CANDIDA PEREIRA ALVES
PVR-PRO-2022/01401 - ZULEICA NASCIMENTO FERNANDES DIONYSIO
PVR-PRO-2022/01243 - LYCIA LAGINESTRA DE OLIVA FALCÃO
PVR-PRO-2022/01442 - ELIAS DE SOUZA GOMES
PVR-PRO-2022/01430 - MARIA ROSA SOARES DOS SANTOS
PVR-PRO-2022/01506 - VANITE COSTA BARROS
PVR-PRO-2022/01364 - JOAO GUIMARAES
PVR-PRO-2022/01448 - ELIETE RODRIGUES DE FREITAS
PVR-PRO-2022/01466 - ROBIN TORRES CORREA
PVR-PRO-2022/01372 - THEREZA DOLHER DO CARMO GOMES CORREA
PVR-PRO-2022/01643 - MARIA DOS SANTOS MAIA
PVR-PRO-2022/01225 - ANA LUCIA LOPES DA SILVA
PVR-PRO-2022/01597 - WANDERQUISIA TOLEDO
PVR-PRO-2022/01202 - MARCOS ANTONIO BASILIO
Defiro o pedido de pagamento do auxílio funeral.
PVR-PRO-2022/01231 - MARIA ELIZABETH HANRIOT DA SILVA
Defiro o pedido de pagamento do auxílio funeral para MARCO e **Indefiro** para FABIANA.

Encerramento de Folha
PVR-PRO-2021/00822 - CARMEN RODRIGUES PINTO DA ROCHA
PVR-PRO-2021/01029 - GIUSEPPE CRISPINO
PVR-PRO-2021/00925 - AISENI CARVALHO CORREA
PVR-PRO-2021/01252 - JOSE MARIA VIEIRA DA CRUZ
PVR-PRO-2021/01036 - BENEDITO AMARO
PVR-PRO-2021/00912 - LUIZ CLAUDIO DA SILVA VIDAL
PVR-PRO-2021/01019 - ITAMAR BARBOSA PINHEIRO
PVR-PRO-2021/00775 - GILDA DOS SANTOS VIEIRA DE MELLO
PVR-PRO-2021/00843 - EOLO DE ALVARENGA RIBEIRO
PVR-PRO-2021/01235 - MILTON DA SILVA SÁ
PVR-PRO-2021/00809 - SANDRA SUELY LUCAS LOUREIRO
PVR-PRO-2021/00813 - NELSON SILVA
PVR-PRO-2021/00904 - CELINA FRAZAO DE SOUZA
PVR-PRO-2021/00838 - FERNANDO FRANCO PEREIRA
PVR-PRO-2021/00896 - BELISA NEVES PONTES
PVR-PRO-2021/00907 - ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS
PVR-PRO-2021/00587 - MARIA DA PENHA SOARES MANSO SILVA
PVR-PRO-2021/00974 - TELMA SOARES MONAT
PVR-PRO-2021/01027 - JOSE CORREIA DOS SANTOS FILHO
PVR-PRO-2021/00590 - ELIANA CUNHA DOS SANTOS NADER
Defiro o pedido de pagamento de encerramento de folha.
PVR-PRO-2021/00847 - JOSE JERONIMO DOS RAMOS
Indefiro o pedido de pagamento de encerramento de folha.
PVR-PRO-2021/00870 - ZULMIRA NOVELLO FERNANDES
Defiro o pedido de pagamento de encerramento de folha para CARMELINDA e **Indefiro** para LUCIA.

Auxílio Medicamento
PVR-PRO-2022/00173 - JOSE JORGE CACHUBA
PVR-PRO-2022/01474 - MARIA ELISA SILVA MAZZOLI NETTO
Defiro o pedido de pagamento do auxílio medicamento.
PVR-PRO-2022/01490 - MARIA HELENA NOBREGA KOURY
Inefiro o pedido de pagamento do auxílio medicamento.

IPLANRIO

Empresa Municipal de Informática S/A
Av. Presidente Vargas, 3131 - 13ºandar - Tel.:3971-1818
E-mail: iplanrio@iplanrio.rio.rj.gov.br

DESPACHOS DA DIRETORIA DE OPERAÇÕES
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 01/300.177/2021 - AUTORIZO a contratação da Empresa TELCABOS TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA para aquisição de Suporte de Equipamentos (Rack) para uso no Data Center da IplanRio, no valor de R$ 3.772,85 (três mil setecentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) com fulcro no Art. 29, inciso II da Lei 13.303/2016 e suas alterações.

Processo nº 01.300.177/2021 - NAD nº 022/2022
Objeto: Aquisição de Suporte de Equipamentos (Rack) para uso no Data Center da IplanRio.
Partes: IPLANRIO e TELCABOS TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.
Fundamento: Artigo 29 Inciso II da Lei 13.303 de 2016.
Razão: Dispensa
Valor: R$ 3.772,85 (três mil setecentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).
Autorização: Jorge Francisco Antunes da Silva

DESPACHO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO Nº 01/300.256/2020 - Tendo em vista Ata do Pregão Eletrônico **PE SRP nº 23/2022**, cujo objeto é Registro de Preços para aquisição de HEADSETS e WEBCAMS, incluindo garantia técnica pelo período de 24(vinte e quatro) meses, visando atender às necessidades das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da PCRJ, **HOMOLOGO** o resultado da licitação, a favor das empresas: J.G.L. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA no item 01, com valor total de R$ 30.926,00 e EVOLUE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA , no item 04, com o valor total de R$ 7.980,00 e declaro **FRUSTRADOS** os itens 02 e 03, tendo sido cancelados no julgamento, conforme Ata do Pregão.

DESPACHO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 01/300.053/2022 - **NAD nº** 74 /2022
Processo.Rio IPL-PRO-2022/00103
Objeto: Despesas com ressarcimento de pessoal
Partes: IPLANRIO E Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
Fundamento: Não sujeito
Valor: R$ 175.237,00 (cento e setenta e cinco mil duzentos e trinta e sete reais)
Autorização: Claudio Albuquerque de Oliveira - matricula 56/623.212-7.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

Secretário: **Washington Menezes Fajardo**

INSTITUTO PEREIRA PASSOS

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
Rua Gago Coutinho, 52 - Tel.: 2976-6666/ Fax: 2976-6471
E-mail: ipp@pcrj.rj.gov.br

DESPACHOS DO PRESIDENTE
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE
EXPEDIENTE 08.03.2022

02/400.098/2020 - Autorizo o cancelamento do saldo de autorização de despesa ref. a NAD de nº 71/2020, no valor de R$ 31.596,75(Trinta e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos), bem como a **Rescisão Amigável** do Contrato de nº 008/2020, referente à Prestação de Serviços de Agenciamento de Serviço de Mensageiro Motorizado (motoboy), devidamente descritos e caracterizados no Termo de Referência, em favor da empresa FRONTIER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, nos termos do Art.79, inciso II, da lei nº 8.666/93. Lavra-se o Termo de Rescisão Amigável

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

Secretário: **Francisco Siemsen Bulhões Carvalho da Fonseca**
Rua Afonso Cavalcanti 455 - 9º andar - Ala A - Cidade Nova - Tel.: 2976-3888

RESOLUÇÃO SMDEIS Nº EIS-REN-2022/05 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

Define os procedimentos e critérios para requerimento, análise e emissão da Licença Ambiental Municipal Simplificada (LMS), estabelecida pelo Decreto Municipal 40.722/2015 para atividades de baixo impacto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO no uso de suas atribuições legais e,

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, § 1º, § 2º e § 3º segundo o qual, o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação;

CONSIDERANDO o Decreto RIO nº 40.722 de 8 de outubro de 2015, que regulamenta procedimentos destinados ao Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal - SLAM Rio e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n°46.890 de 23 de dezembro de 2019, que Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto RIO nº 48.481 de 29 de janeiro de 2021, que Dispõe sobre a transferência das atividades relativas ao licenciamento ambiental à Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental - SUBCLA, parte integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação -SMDEIS e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de oferecer à população um serviço público de qualidade, facilitando o atendimento ao cidadão, oferecendo mecanismos simples, fáceis e acessíveis para os procedimentos de licenciamento;

CONSIDERANDO a necessidade de desburocratizar e tornar mais racional, eficiente e ágil a concessão de licenças para autorizar o funcionamento de empresas no município do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de se atualizar os procedimentos do Licenciamento Simplificado, principalmente com a implementação do Processo.Rio.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Estabelecer os procedimentos e critérios para requerimento, análise e emissão da Licença Ambiental Municipal Simplificada (LMS) para atividades industriais e de serviços de baixo impacto ambiental.

Art. 2º. Para o efeito desta Resolução serão adotadas as seguintes definições:

I - Licença Municipal Ambiental Simplificada - LMS: Ato administrativo único, decorrente de procedimento administrativo simplificado, sem prejuízo do controle ambiental da qualidade da análise técnica, que estabelece as condicionantes, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas para a instalação, ampliação e/ou operação de atividades industriais e de serviços de baixo impacto ambiental.

II - Plano de Gestão Ambiental Simplificado (PGAS): documento elaborado e assinado por responsável técnico que norteará o licenciamento ambiental simplificado, contendo a caracterização da atividade, levantamento dos impactos ambientais gerados e seus respectivos sistemas de controle ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos e relatório fotográfico.

III - Termo de Responsabilidade pela Autogestão Ambiental (TRAA): Termo firmado pelo responsável legal perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS) onde é declarado a responsabilidade pelo bom funcionamento dos sistemas de controles declarados no Plano de Gestão Ambiental Simplificado (PGAS) e pelo atendimento das condicionantes da Licença Ambiental Municipal Simplificada, bem como pelo atendimento das normas ambientais vigentes, cujo formato.

IV - Responsável Técnico - Profissional habilitado na forma da lei que regulamenta a sua profissão, ao qual é conferida atribuição para exercer a responsabilidade técnica pela elaboração do Plano de Gestão Ambiental Simplificado (PGAS). O Responsável Técnico poderá ser o próprio Responsável Legal, desde que qualificado.

V - Responsável Legal - Representante de uma empresa, que é nomeado em seu ato constitutivo ou por procuração.

CAPÍTULO II
CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Art. 3.º Serão passíveis de Licença Ambiental Municipal Simplificada (LMS) as atividades classificadas como de baixo impacto ambiental das tipologias estabelecidas no Anexo I e que atendam as restrições estabelecidas no Anexo II desta Resolução,

Art. 4º. As atividades passíveis de Licenciamento Ambiental Municipal Simplificado terão sua análise e licenciamento realizados em um único ato, visando a instalação, operação e/ou ampliação de atividades sob responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, de baixo impacto ambiental.

Parágrafo único: No caso de necessidade de obras passíveis de licenciamento ambiental pela Resolução SMAC n°605/2015 ou sucessoras, deverá o licenciamento prévio e de instalação serem feitos através do licenciamento ambiental convencional, devendo ser requerida posteriormente a LMS, quando da fase de licenciamento da operação da atividade.

Art. 5º. A renovação da Licença Ambiental das atividades que se enquadrem nos critérios para a LMS deverá ser requerida através do procedimento simplificado, observando-se os prazos previstos no Decreto de Licenciamento Ambiental em vigor.

CAPÍTULO III
PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Art. 6º Os novos processos administrativos, relativos ao licenciamento ambiental simplificado (LMS), serão autuados somente através do Sistema Eletrônico de Documentos e Processos - Processo.Rio.

Art. 7°. O Requerimento de Licença Municipal Simplificada se dará através do e-mail ***lms.smdeis@gmail.com***, a ser encaminhado à gerência responsável da Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental da SMDEIS.

Art. 8°. A documentação necessária para o licenciamento ambiental municipal simplificado, está definida no Anexo III desta Resolução.

Art. 9°. Caberá à gerência responsável autuar o processo no Processo.Rio e encaminhar e-mail ao requerente informando o número do processo eletrônico autuado.

§ 1º O processo de licenciamento ambiental simplificado somente será autuado após análise e aceitação da documentação apresentada.

§ 2º O acompanhamento do processo eletrônico dar-se-á através do sítio eletrônico do Processo.Rio: (https://processo.rio/consultar-processo/)

Art.10°. Após a autuação do processo de LMS, será procedida a análise técnica, com vistas à elaboração do parecer técnico e a emissão da Licença Ambiental Municipal Simplificada (LMS), a ser disponibilizada ao requerente.

Parágrafo único: Em caso de indeferimento, o mesmo deverá ser fundamentado, seguindo o disposto no Decreto Municipal 40.722/2015 ou sucessores.

Art. 11. A LMS poderá ser requerida para empreendimentos em funcionamento, devendo ser verificado, na documentação apresentada, se os mesmos possuem os sistemas de controle ambiental adequados.

§ 1º No caso de inexistência ou inadequação de sistema de controle ambiental, será concedido prazo máximo de 120 dias para a regularização do empreendimento.

§ 2º Caso o sistema de controle ambiental pertinente não seja implantado dentro do prazo concedido, o requerimento de LMS será automaticamente indeferido pela SMDEIS e o processo administrativo encaminhado à SMAC, para a adoção das medidas fiscalizatórias cabíveis.

Art. 12. As publicações, em Diário Oficial, do requerimento, da concessão e do indeferimento da Licença Ambiental Municipal Simplificada (LMS) serão de responsabilidade da SMDEIS.

Art. 13. A Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental (SUBCLA) deverá editar Portarias para criar modelos de documentos previstos para o Licenciamento Ambiental Municipal Simplificado.

§ 1.º Os custos para a contratação do responsável técnico ficarão às expensas do empreendedor, sendo vedada a participação de servidores públicos pertencentes aos órgãos da Administração Direta, Indireta ou Fundacional do Município em qualquer fase de sua elaboração.

Art. 14. Os formulários e endereços dos correios eletrônicos, mencionados nesta resolução, serão disponibilizados no sítio eletrônico da SMDEIS: (https://www.rio.rj.gov.br/web/smdeis).

CAPÍTULO IV
DA PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ

Art. 15. As informações prestadas pelos empreendedores e pelos responsáveis técnicos no processo de licenciamento simplificado gozam de presunção de boa-fé e veracidade.

Art. 16. O Licenciamento Ambiental Municipal Simplificado será fundamentado nas informações fornecidas pelo representante legal e pelo responsável técnico, sendo dispensada a vistoria prévia, sem prejuízo da fiscalização posterior.

Art. 17. No parecer técnico para a emissão da Licença Municipal Simplificada (LMS) serão considerados os impactos ambientais e os sistemas de controle ambiental informados pelo representante legal e pelo responsável técnico, não sendo responsabilidade do técnico parecerista qualquer má-fé, omissão ou falsa descrição de informações relevantes por parte dos mesmos.

CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 18. O responsável técnico será responsável pela elaboração do Plano de Gestão Ambiental Simplificado (PGAS), que deverá conter a caracterização da atividade, levantamento dos impactos ambientais gerados e seus respectivos sistemas de controle ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos e relatório fotográfico.

Parágrafo Único: O formato e conteúdo mínimo do PGAS deverão ser definidos por Portaria da Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental.

Art. 19. O responsável técnico que subscreve os documentos apresentados no Licenciamento Ambiental Municipal Simplificado será responsável pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais previstas em Lei, pelas informações prestadas.

Parágrafo Único: Sem prejuízo da adoção das sanções legais cabíveis, a SMDEIS poderá comunicar ao conselho profissional regional do técnico signatário dos documentos apresentados para o licenciamento ambiental, quando constatar a ocorrência de má-fé comprovada, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.

CAPÍTULO V
DA AUTOGESTÃO AMBIENTAL

Art. 20. O responsável legal é o responsável pela atividade ora executada, devendo realizar a Autogestão Ambiental do empreendimento.

Art. 21. O responsável legal deverá assinar o Termo de Responsabilidade pela Autogestão Ambiental (TRAA), onde é declarada a responsabilidade pelo bom funcionamento dos sistemas de controles informados no Plano de Gestão Ambiental Simplificado (PGAS) e pelo atendimento das condicionantes da Licença a ser expedida, bem como de toda a legislação ambiental vigente.

§ 1 .º O formato do Termo de Responsabilidade pela Autogestão Ambiental (TRAA) será definido por Portaria da Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental.

§ 2.º Caberá ao representante legal a responsabilidade pela implantação e/ou operação da atividade licenciada, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais previstas em Lei, dentre elas crime de falsidade ideológica.

Art. 22. O responsável legal deverá informar previamente, no processo de licenciamento ambiental, qualquer modificação que altere o escopo ou a classificação do potencial poluidor da atividade.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A concessão da LMS não importa, entre outros, o reconhecimento de regularidade do estabelecimento quanto a quaisquer normas aplicáveis ao seu funcionamento, especialmente as de proteção à saúde, condições da edificação, instalação de máquinas e equipamentos, prevenção contra incêndios e exercício das profissões.

Art. 24. As atividades licenciadas através da LMS poderão ter suas licenças ambientais canceladas, nos seguintes casos:

I - descumprimento do previsto no Formulário de Caracterização da Atividade (FCA);
II - descumprimento ou violação do disposto em projetos aprovados ou de condicionantes estabelecidas no licenciamento;
III - má-fé comprovada, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
IV - superveniência de riscos ambientais ou de saúde pública, atuais ou iminentes, e que não possam ser evitados por tecnologia de controle ambiental implantada ou disponível;
V - infração continuada;
VI - iminente perigo para a saúde pública.
VII - diversificação ou alteração da atividade de tal modo que a mesma deixe de ser passível de LMS.

Parágrafo único. O cancelamento da licença ambiental concedida somente poderá ocorrer se as situações anteriormente citadas não forem corrigidas em prazo determinado pela autoridade ambiental competente, subordinando-se tal medida à decisão administrativa proferida em última instância e garantido, em qualquer caso, direito de defesa e recurso, conforme normas vigentes.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução SMAC n°634/2016 e demais disposições ao contrário.

CHICÃO BULHÕES

ANEXO I - ATIVIDADES PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL SIMPLIFICADO.
Lista dos Códigos de Atividades Potencialmente Poluidoras (CAPP), oriundos do Boletim de Serviços n°110/2021 do INEA, cujas atividades poderão ser passíveis de LMS quando classificadas como de baixo impacto ambiental com base nos dispositivos apresentados nesta Resolução.

CAPP	ATIVIDADE	PPIM	CE
04.01.04	Aparelhamento de pedras para construção (obras de cantaria)	Desprezível	CE001
04.01.05	Aparelhamento de mármore, ardósia, granito e pedras em chapas e placas, inclusive cantoneiras, pedras para tanques, pias, etc	Baixo	CE002
04.01.06	Execução de esculturas e outros trabalhos em alabastro, mármore, ardósia, granito e outras pedras (imagens, túmulos, etc.)	Baixo	CE002
04.01.18	Fabricação de artefatos de marmorite, granitina e materiais semelhantes (ladrilhos, chapas, placas, bancos, mesa de pia, etc.)	Baixo	CE002
04.01.20	Fabricação de calhas, cantoneiras, sancas, florões, imagens, estatuetas e outros ornatos de gesso e estuque	Desprezível	CE001
04.01.22	Fabricação artesanal de vasilhames e estruturas de vidro	Baixo	CE002
04.01.37	Lapidação de pedras preciosas e semipreciosas	Desprezível	CE001
05.01.03	Fabricação de artefatos de serralheria artística	Desprezível	CE001
05.01.05	Fabricação de estruturas metálicas, torres, andaimes tubulares e semelhantes	Baixo	CE002
06.01.01	Fabricação de peças, acessórios e artigos metálicos para diversos fins	Baixo	CE002
06.01.02	Fabricação e montagem de máquinas e equipamentos	Baixo	CE002
06.01.03	Serviços industriais de usinagem (torno, fresa etc.), soldas e semelhantes	Baixo	CE002
06.01.04	Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos não elétricos	Desprezível	CE001
07.01.02	Reparação e manutenção de máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações	Desprezível	CE001
08.02.01	Reparação e manutenção de caldeiras geradoras de vapor	Baixo	CE002
08.02.02	Reparação de veículos ferroviários, inclusive caldeiras e motores	Baixo	CE002
08.02.03	Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	Desprezível	CE001
08.02.04	Recuperação de acumuladores e baterias de veículos automotores	Desprezível	CE001
08.02.05	Reparação e manutenção de aviões e de turbinas e motores de aviação	Baixo	CE002
08.02.06	Reparação e manutenção mecânica e elétrica de veículos automotores	Desprezível	CE001
08.02.07	Lanternagem e pintura de veículos automotores	Baixo	CE002
09.01.04	Fabricação e montagem de artefatos de madeira	Desprezível	CE001
09.01.05	Fabricação de artefatos diversos de bambu, vime, junco ou palha.	Desprezível	CE001
09.01.06	Fabricação de rolhas, lâminas, grânulos e outros artigos de cortiça	Desprezível	CE001
10.01.01	Fabricação de colchões e travesseiros, a partir de capim, paina, crina vegetal, penas, molas, espuma, borracha ou material plástico; fabricação de almofadas, acolchoados, edredons e semelhantes de qualquer material e outros artigos de colchoaria	Desprezível	CE001
11.01.05	Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, e cartão, impressos ou não, simples, plastificados ou de acabamento especial, inclusive de celofane.	Desprezível	CE001
11.01.06	Preparo de papel (bobinas, rolos e resmas para embalagens) simples ou plastificado, inclusive litografado.	Desprezível	CE001
12.01.04	Recondicionamento e recauchutagem de pneumático	Baixo	CE002
12.01.05	Fabricação de laminados de borracha (passadeiras, tapetes, capachos, lâminas, etc.)	Baixo	CE002
12.01.08	Fabricação de artefatos diversos a partir de borracha e espuma de borracha	Desprezível	CE001
13.01.03	Fabricação de artigos de couro e pele	Baixo	CE002
14.01.24	Fabricação de velas de cera, sebo, estearina, etc	Baixo	CE002
15.01.02	Fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários dosados	Baixo	CE002
15.01.03	Fabricação de produtos homeopáticos	Baixo	CE002
16.01.01	Fabricação de cosméticos e produtos de perfumaria	Baixo	CE002
16.01.01	Fabricação de sabões e detergentes	Baixo	CE002
17.01.02	Fabricação de artigos e peças de material plástico (cordoalha, fita ráfia, entre outros)	Baixo	CE002
18.01.03	Recuperação de resíduos têxteis	Desprezível	CE089
18.01.06	Confecção de produtos de tricotagem	Desprezível	CE001
18.01.07	Fabricação de produtos têxteis - tecidos, passamanaria, tapeçaria, oleados e outros.	Baixo	CE002
19.01.01	Confecção de artigos de tecidos diversos, sem tingimento ou estamparia	Desprezível	CE001
20.01.02	Beneficiamento de produtos alimentares diversos, de origem vegetal	Desprezível	CE001
20.01.03	Beneficiamento de produtos de origem animal (desossa, embalagem e refrigeração), exceto charques	Desprezível	CE001
20.01.05	Fabricação de balas, caramelos, bombons, chocolates e gomas de mascar	Desprezível	CE001
20.01.06	Fabricação de café ou mate solúvel	Baixo	CE002
20.01.07	Fabricação de doces em massa ou em pasta	Desprezível	CE001
20.01.11	Fabricação de farinhas diversas - trigo, milho, mandioca, aveia, entre outros, exceto artesanal	Baixo	CE002
20.01.12	Fabricação de fermentos e leveduras	Baixo	CE002
20.01.14	Fabricação de glicose de açúcar	Baixo	CE002
20.01.15	Fabricação de laticínios (manteiga, queijos, leite condensado, evaporado ou em pó, leite maltado, farinhas lácteas, iogurtes, coalhada, creme fresco e conservado, lactose e semelhantes)	Baixo	CE002
20.01.16	Fabricação de massas alimentícias, biscoitos e preparados para bolos, pudins e gelatina em pó	Baixo	CE002
20.01.17	Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais	Baixo	CE002
20.01.18	Fabricação de salgadinhos e produtos de padaria e confeitaria.	Desprezível	CE001
20.01.19	Fabricação de sorvetes, bolos e tortas gelados	Baixo	CE002
20.01.20	Fabricação de vinagre (de vinho, álcool, frutas, etc.)	Baixo	CE002
20.01.21	Fabricação e preparação de produtos dietéticos, exceto leite e adoçantes	Baixo	CE002
20.01.22	Preparação de conservas de carnes (charques e semelhantes)	Baixo	CE002
20.01.23	Fabricação de produtos embutidos e de salsicharia	Baixo	CE002
20.01.24	Preparação de especiarias e condimentos	Baixo	CE002
20.01.25	Preparação de gorduras vegetais para alimentação	Baixo	CE002
20.01.26	Preparação de produtos alimentícios conservados (batatas palhas, snakcs, aperitivos, entre outros)	Baixo	CE002
20.01.27	Preparação do leite - resfriamento, pasteurização ou homogeneização, re-hidratação, etc	Baixo	CE002
20.01.30	Produção de conservas de frutas e legumes	Desprezível	CE001
20.01.31	Produção de manteiga de cacau, cacau em massa e outros derivados do beneficiamento do cacau	Baixo	CE002
20.01.32	Produção de refeições para consumo fora dos locais de fabricação	Desprezível	CE001
20.01.33	Refino de óleos vegetais	Baixo	CE002
21.01.01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar em escala industrial	Desprezível	CE002
21.01.02	Fabricação de aguardentes de melado de cana, frutas, cereais e outras matérias-primas - conhaque, rum, uísque, genebra, gim, vodca, bagaceira, etc	Baixo	CE002
21.01.03	Fabricação de vinhos, licores e bebidas alcoólicas diversas (amargos, aperitivos preparados, aguardentes compostas e semelhantes)	Baixo	CE002
21.01.04	Fabricação de cervejas e chopes, inclusive levedo de cerveja	Médio	CE003
21.01.06	Fabricação de refrigerantes, sucos de frutas, legumes e outros vegetais, inclusive concentrados	Baixo	CE002
22.01.02	Fabricação de cigarros, de fumos desfiados e de fumo em pó	Médio	CE003
22.01.03	Fabricação de charutos e cigarrilhas	Baixo	CE002
22.01.04	Fabricação de filtros para cigarros	Baixo	CE002
23.01.01	Edição de livros, revistas e jornais	Desprezível	CE001
23.01.02	Impressão tipográfica, litográfica e off-set em papel, papelão, cartolina e em outros materiais, com sistema de secagem.	Médio	CE003
23.01.03	Pautação, encadernação, douração, plastificação e execução de trabalhos similares	Desprezível	CE001
23.01.04	Produção de matrizes para impressão (clichês, estéreos, galvanos, fotolitos, composições de linotipo e monotipo e outras matrizes para impressão)	Baixo	CE002
24.01.01	Fabricação de algodão hidrófilo, atadura, gaze, fio dental, fibras têxteis para suturas, esparadrapos, gessos dental e ortopédico e curativos preparados.	Baixo	CE002

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

24.01.03	Fabricação de artigos de joalheria e ourivesaria	Desprezível	CE001
24.01.04	Fabricação de artigos de bijuterias	Baixo	CE002
24.01.05	Fabricação de escovas, broxas, pincéis em geral, vassouras, esfregões, rodos, espanadores e semelhantes	Desprezível	CE002
24.01.06	Fabricação de artigos para caça e pesca - armadilhas, pios, varas linhas e redes para pesca, tarrafas, etc.	Baixo	CE002
24.01.07	Fabricação de artefatos naturais/sintéticos (pelos, pluma, chifres, garras, perucas, cordas, cabos, cordéis, barbantes, etc.)	Desprezível	CE001
24.01.08	Fabricação de canetas, lápis e lapiseiras, cargas para canetas, minas para lápis e lapiseiras	Baixo	CE002
25.01.01	Acondicionamento e/ou estocagem de materiais para construção (cimento, areia, cal, saibro, etc.) de outros minerais não metálicos	Desprezível	CE001
25.01.02	Empacotamento ou envasamento de produtos alimentares e bebidas	Desprezível	CE001
25.01.06	Estocagem de gases diversos para fins industriais, medicinais e outros	Baixo	CE002
25.01.08	Estocagem de materiais e equipamentos não contaminados	Desprezível	CE001
25.01.09	Estocagem de minerais metálicos	Baixo	CE002
25.01.10	Estocagem de munições para armas de fogo leves e para equipamentos bélicos pesados	Baixo	CE002
25.01.11	Estocagem de óleos minerais e vegetais	Baixo	CE002
25.01.12	Estocagem de produtos alimentares (armazéns, câmaras frias, frigoríficos)	Baixo	CE002
25.01.13	Estocagem de produtos não perigosos	Desprezível	CE001
25.01.14	Estocagem de produtos perigosos	Baixo	CE002
25.01.16	Serviços de envasamento e acondicionamento de produtos farmacêuticos e de perfumaria	Desprezível	CE001
25.01.23	Estocagem de graxas e outros derivados do refino de petróleo	Baixo	CE002
25.01.24	Estocagem de óleos lubrificantes	Baixo	CE002
25.02.01	Decoração, lapidação, gravação, espelhação, bisotagem e outros trabalhos em louças, vidros e cristais	Desprezível	CE001
25.02.08	Recuperação de sucatas em geral	Baixo	CE001
30.02.01	Lavanderias em geral e tinturarias, inclusive com limpeza a seco	Médio	CE015
30.02.02	Clínicas em geral, hospitais, sanatórios e laboratórios de análises	Desprezível	CE015
30.02.03	Laboratórios fotográficos - revelação de filmes	Desprezível	CE015

ANEXO II - RESTRIÇÕES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL SIMPLIFICADO.

O presente Anexo estabelece as restrições para o Licenciamento Ambiental Municipal Simplificado para as atividades relacionadas no Anexo I:

1. Não estar inserida em Unidades de Conservação de proteção integral, conforme categorias definidas na Lei Federal 9.985/2000;
2. Não gerar efluentes líquidos de processo, exceto sanitários, com vazão superior à 3,5 m3/dia;
3. Não operar sistema de Tratamento de Esgotos passível de licenciamento ambiental de acordo com a legislação vigente;
4. Não realizar estocagem de substância inflamável, combustível e/ou tóxica em tanque enterrado;
5. Não realizar estocagem de combustível em tanque aéreo com capacidade superior a 15 m3;
6. Não realizar operações de tratamento térmico, galvanotécnico, fundição de metais e esmaltação;
7. Não realizar tratamento de superfícies plásticas;
8. Não estar sujeita à Avaliação de Risco de Acidente de Origem Tecnológica, conforme Resolução SMAC n° 608/2016 ou sucessoras.

ANEXO III - LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL SIMPLIFICADO

1 - Requerimento Padronizado;

2 - Documentos de identificação, no caso de Pessoa Jurídica:
2.1 - Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);(https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);
2.2 - Ato constitutivo da empresa:
a) Cópia da ata de constituição e da eleição da última diretoria, quando Sociedades Anônimas ou;
b) Cópias do contrato social registrado e última alteração, para sociedades por cotas de responsabilidade limitada e outras formas jurídicas ou;
c) Cópia do ato de posse ou nomeação do representante legal para outros casos.

3 - Documento de identificação, no caso de Pessoa Física:
a) Cópia do documento de identidade e do CPF do representante legal e do seu procurador, quando for o caso;
b) Procuração com firma reconhecida.

4- Apresentar documento que comprove a admissibilidade da atividade na área:
a) Alvará de Licença para Estabelecimento, ou
b) Consulta Prévia de local deferida (para as atividades sujeitas a Alvará)

5- Termo de Responsabilidade pela Autogestão Ambiental (TRAA) assinado;

6- Plano de Gestão Ambiental Simplificado (PGAS) para a tipologia da atividade devidamente preenchido e assinado.

RESOLUÇÃO "P" EIS-REP-2022 N.º 37 DE 04 DE MARÇO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, **INOVAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **LUCCAS COSTA BRAGA** - Matrícula nº 60/305.923-5, **TATIANA GONÇALVES PIMENTEL** - Matrícula nº 60/296.768-5, **RODRIGO JOSÉ MARTINS PEDROSA** - Matrícula: 60/316.378-9, para constituir a comissão de fiscalização do contrato nº 07/2021, referente ao processo nº 23/000.300/2021, celebrado com a empresa **CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** - CNPJ 02.478.800/0001-48, cujo objeto é Prestação de Serviços de Locação de Plotter, com fornecimento de todos os suprimentos (inclusive papel), incluindo manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, para atender a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, cabendo a esses as atestações dos respectivos documentos fiscais, observando-se o disposto no Decreto n.º 34.012 de 20 de junho de 2011 e suas alterações.

Art. 2° - Os efeitos desta Resolução passam a vigorar a partir de 18 de fevereiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

DESPACHO DO SECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO:23/000.344/2021
PUBLIQUE-SE:
AUTORIZO, condicionado ao cumprimento das disposições do Decreto nº 43.038/2017.

DESPACHO DO SECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO:23/42/000.037/2021
PUBLIQUE-SE:
AUTORIZO, a título precário, desde que observadas as condições estabelecidas às fls. 23 e 24 e as disposições do Decreto nº 43.038/2017.

DESPACHO DO SECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO:01/61/000.115/2021
PUBLIQUE-SE:
AUTORIZO, a título precário, desde que observadas as condições estabelecidas às fls. 09 e as disposições do Decreto nº 43.038/2017.

SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA 5 - CAMPO GRANDE
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 04/03/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0003/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0012/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/007/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0008/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0005/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0011/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0017/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0009/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0004/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0013/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0014/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0010/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0018/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0006/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0016/2022

EIS-PRO-2022/01652 - SRS PROPRIETARIOS
Aprovo o laudo de vistoria administrativa 25/0015/2022

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO - BOTAFOGO
DESPACHO DO GERENTE
EXPEDIENTE DE 04/03/2022

EIS-PRO-2022/01789 - RAPHAEL SOARES DE SOUSA
Indeferido o que requer Considerando que o pretendido contraria a legislação vigente,

SUBSECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
APOSTILA DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Fixados com validade a partir de 27/04/2021, os proventos mensais de inatividade de **JOÃO BATISTA VERONESI JUNIOR**, Engenheiro Civil, Categoria Especial "A", matrícula 15/156.578-7, aposentado através da Portaria "P" N° 04 de 26/04/2021, conforme processo nº **23/000.210/2021**.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Secretário: **Jorge Luiz de Souza Arraes**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 9ºandar - CASS - Cidade Nova - Tel: 2976-2578

SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA GERAL DE PROJETOS
ATOS DO COORDENADOR
PORTARIA "P" Nº 007 - I/SUBI/CGP DE 08 DE MARÇO DE 2022

O COORDENADOR GERAL DE PROJETOS DA COORDENADORIA GERAL DE PROJETOS DA SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Decreto N.º 24.002 de 04 de março de 2004 e o que consta no processo nº 02/520.033/2018,

RESOLVE:
Designar os servidores **LUIZ GALDINO NETO**, Engenheiro Civil, matr. 11/156.497-0, **CREA-RJ 1987106712**, **MARCUS HENRIQUE MONTEIRO GUEDES**, Engenheiro Civil, matr. 11/267.569-2, CREA-RJ 2003100411 **e LUIZ OCTÁVIO DE SOUZA BUENO OLIVEIRA**, Engenheiro Civil, matr. 12/310.168-1, **CREA-RJ 2011104262** para em comissão e sob a presidência do primeiro, examinarem e emitirem parecer quanto ao pedido de aceitação DEFINITIVA, referente à "**OBRA DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO VIADUTO JARDEL FILHO - LARANJEIRAS - A.P 2.1 - IV R.A**" objeto do processo nº 02/520.033/2018, Contrato nº 166/2019, a cargo da firma **ENGREST - ENGENHARIA DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL LTDA.**

GEO-RIO

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
Campo de São Cristóvão, 268 - 1º e 3ºandar - São Cristóvão - Cep.: 20.921-440
Tel.: 3878-7878 - E-mail: georio@pcrj.rj.gov.br

DESPACHOS DO PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 04/03/2022

Processo 06/100.321/2021 - Ratifico parecer da Assessoria Jurídica desta Fundação às folhas 370 e INDEFIRO o recurso interposto pela empresa Soloteste Engenharia LTDA às folhas 365 e 367.

EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo 02/600.670/2017 - Referência: Contrato Nº 001/2018. Autorizo a Lavratura de Termo Aditivo nos termos propostos pela Assessoria Jurídica às fls 815:
1. Prorrogação por 12 (doze) meses do presente contrato com base no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações, e
2. Autorização de despesa no valor de R$ 2.154.975,42 (dois milhões cento e cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), e a emissão de Nota de Empenho no valor de R$ 1.649.536,71 (um milhão seiscentos e quarenta e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos).

RIOURBE

Empresa Municipal de Urbanização
Largo dos Leões, 15 - 8º andar - Humaitá- Tel.: 2976-9209 - E-mail: riourbe@pcrj.rj.gov.br

ATOS DO DIRETOR PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 057/2022 RU/PRE DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - RIO-URBE, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE,
Designar os servidores **CELIO PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 13/247.991-3 e **VITOR RIBEIRO BACKER**, matrícula nº 10/319.215-0, em substituição aos servidores **RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 69/561.032-4 e **BRUNO MOTTA BUY**, matrícula nº 69/561.069-9, para, juntamente com o servidor **LEANDRO FERREIRA PACHECO RODRIGUES**, matrícula n° 10/319.220-0, designado através da Portaria "P" nº 172/2020 de 01 de outubro de 2020, constituírem comissão destinada a emitir parecer quanto a Aceitação Definitiva da execução de "**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DOS CAMPOS DE COMPETIÇÃO (FOP) DO CENTRO OLÍMPICO DE HOQUEI, ESTÁDIO DE RUGBY E PENTATLO MODERNO E ESTANDE DO CENTRO NACIONAL DE TIRO, LOCALIZADO NO COMPLEXO ESPORTIVO DE DEODORO - (ÁREA NORTE), PARA OS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016**", objeto do Contrato nº **034/2016**, constante do processo nº **06/500.708/2016**, a cargo da empresa **PHILIPS LIGHTING ILUMINAÇÃO LTDA**.

ATOS DO DIRETOR PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 060/2022 RU/PRE DE 07 DE MARÇO DE 2022

O DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - RIO-URBE, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE,
Designar o servidor **CARLOS EDUARDO CRISPINO**, matrícula nº 13/248.666-0, em substituição ao servidor **JOÃO MARCELO SANTOS GASPAR**, matrícula nº 13/267.585-8, como presidente, com validade a partir de 24/02/2022, para juntamente com os servidores **DIEGO RAPOSO PEREIRA BRANCO**, matrícula nº 13/268.144-3 e **ARTUR MOREIRA DA SILVA NETO**, matrícula nº 10/283.860-5, designados através da Portaria "P" nº 371/2021 de 13 de dezembro de 2021, fiscalizarem e acompanharem a "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES VINCULADAS A E/4ª CRE**", a cargo da Empresa **LM ENGENHARIA LTDA.**, objeto do processo **nº 07/04/002.056/2020**, Contrato E/4ª CRE nº 046/2021.

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
EXPEDIENTE DO DIA 07.03.2022

06/500.220/2022 - RECEBO E INDEFIRO o Recurso Administrativo apresentado pela empresa **KAIRÓS ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, referente às "OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL TIA DORA", referente à Tomada de Preços nº 012/2021, nos termos da Supervisão de Licitação às fls. 15/16, e da Assessoria Jurídica às fls. 17/18, constantes do processo em referência.

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
EXPEDIENTE DO DIA 08.03.2022

08/001.846/2020 - ARBORIUM SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS LTDA-EPP - AUTORIZO a suspensão da contagem de prazo das "**OBRAS DE REFORMA DO CRAS MARCELO CARDOSO TOMÉ E 9ª C.D.S**", objeto do Contrato N.º **034/2021**, instrutivo n.º **08/001.846/2020**, a partir de **09/03/2022**.

RIOLUZ

Companhia Municipal de Energia e Iluminação
Rua Voluntários da Pátria, 169 - 13ºandar - Botafogo - CEP.: 22.270-000
Tel.: 2976-9580 - E-mail: ouvidoriarioluz@pcrj.rj.gov.br

ATOS DO DIRETOR PRESIDENTE
PORTARIA "P" RIOLUZ N.º 29, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais, considerando a solicitação da Gerência de Recursos Humanos no MEMORANDO Nº LUZ-MEM-2022/00109 - Processo-Rio,

RESOLVE:
Dispensar **LUIZ CARLOS MOREIRA MACHADO**, com validade a partir de 04/03/2022, do Cargo de Supervisor de Licitação, símbolo equiparado DAS-8 D, código 004557, da Supervisão de Licitação, da Presidência, da Companhia Municipal de Energia e Iluminação - Rioluz.

DESPACHO DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 03/01/2022

Processo 26/404.220/2017 - NAD nº 96/2022.
1. OBJETO: Despesas com operação e conservação do Plano Inclinado da Comunidade Santa Marta.
2. PARTES: Companhia Municipal de energia e Iluminação - Rioluz e Star 5 Service Comércio Conservação e Limpeza Ltda.
3. FUNDAMENTO: Art. 29 Inciso IX da Lei 13303.
4. RAZÃO: Dispensa de licitação.
5. VALOR: R$ 708.397,08 (setecentos e oito mil e trezentos e noventa e sete reais e oito centavos).
6. AUTORIZAÇÃO: Viviane da Silva Deitz.
*Omitido no D.O do dia 04/01/2022.

Processo 06/400.244/2022- NAD nº 75/2022.
1. OBJETO: Despesas com tarifas bancárias.
2. PARTES: Companhia Municipal de energia e Iluminação - Rio luz e Banco do Brasil S/A.
3. FUNDAMENTO: Art. 30 Caput da Lei 13303.
4. RAZÃO: Inexigível a Licitação.
5. VALOR ESTIMADO: R$ 3.000,00 (três mil reais).
6. AUTORIZAÇÃO: Viviane da Silva Deitz.
*Omitido no D.O do dia 04/01/2022.

DESPACHO DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo 06/404.232/1999 - Torno sem efeito a publicação no Diário Oficial n° 246, página 11, de 08/03/2022.

DESPACHO DO DIRETOR DA DIRETORIA TECNOLOGICA E DE PROJETOS
GERÊNCIA DE ENGENHARIA MECÂNICA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

06/400.380/22 - Deferido o pedido de RENOVAÇÃO do REGISTRO como firma PROJETISTA, INSTALADORA e CONSERVADORA de sistemas de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica, com validade até 31 de março de 2023, da CLIMEARIO - CLIMATIZAÇÃO LTDA, tendo como responsáveis técnicos os Engenheiros Mecânicos GERSON FERNANDES FARIA MACHADO, GILBERTO PEREIRA BRASIL e RICARDO AUGUSTO CASCARDO DE PAIVA.

06/400.365/22 - Deferido o pedido de RENOVAÇÃO do REGISTRO como firma INSTALADORA e CONSERVADORA de sistemas de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica, com validade até 31 de março de 2023, da RALTEMP SERVIÇOS TÉCNICOS E CONSULTORIA EIRELI, tendo como responsável técnico o Engenheiro Mecânico ÂNGELO LUIS SANTA MARIA DA SILVA.

06/400.374/22 - Prorrogado até 31 de março de 2023 o registro da empresa RENTALMAC ELEVADORES E MÁQUINAS LTDA., nas mesmas condições e atribuições do exercício de 2021, conforme termos da Portaria "N" RIOLUZ nº 263, de 18 de dezembro de 2019.

06/400.332/22 - Prorrogado até 31 de março de 2023 o registro da empresa STI ELEVADORES LTDA., nas mesmas condições e atribuições do exercício de 2021, conforme termos da Portaria "N" RIOLUZ nº 263, de 18 de dezembro de 2019.

06/400.376/22 - Prorrogado até 31 de março de 2023 o registro da empresa SOLUÇÕES VERTICAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ELEVADORES EIRELI, nas mesmas condições e atribuições do exercício de 2021, conforme termos da Portaria "N" RIOLUZ nº 263, de 18 de dezembro de 2019.

06/400.372/22 - Prorrogado até 31 de março de 2023 o registro da empresa HYUNDAI ELEVADORES DO BRASIL LTDA., nas mesmas condições e atribuições do exercício de 2021, conforme termos da Portaria "N" RIOLUZ nº 263, de 18 de dezembro de 2019.

06/400.375/22 - Prorrogado até 31 de março de 2023 o registro da empresa ELEMMAX ELEVADORES LTDA., nas mesmas condições e atribuições do exercício de 2021, conforme termos da Portaria "N" RIOLUZ nº 263, de 18 de dezembro de 2019.

06/400.368/22 - Deferido o pedido de RENOVAÇÃO DO REGISTRO como PROFISSIONAL AUTÔNOMO PROJETISTA de sistemas de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica, com validade até 31 de março de 2023, do Engenheiro MAURICIO COSTA.

06/400.371/22 - Deferido o pedido de RENOVAÇÃO DO REGISTRO como PROFISSIONAL AUTÔNOMO PROJETISTA de sistemas de Ar Condicionado e Ventilação Mecânica, com validade até 31 de março de 2023, do Engenheiro ANTÔNIO VINÍCIUS PEREIRA RODRIGUES.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d



Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

D.O. RIO
Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

SECRETARIA DE TRANSPORTES

Secretária: **Maína Celidonio de Campos**
Rua Dona Mariana, 48 - 7º andar - Tel: 2537-8505/ Fax: 2527-0792

ATO DA SECRETÁRIA
RESOLUÇÃO SMTR Nº 3506 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

DESCREDENCIAMENTO DE AGENTE DE TRÂNSITO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o constante no GM-OFI-2022/00529

CONSIDERANDO o disposto no § 4º do artigo 280 e no Anexo I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro-CTB;

RESOLVE:
Art. 1º DESCREDENCIAR como agentes capazes para lavrar o auto de infração por infringência das normas de circulação,parada e estacionamento, bem como as infrações cometidas por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, conforme os preceitos contidos no Código de Trânsito Brasileiro, os servidores, abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME
8520215	NILSON PEREIRA XAVIER
8538134	RODRIGO ZEFIRO DE OLIVEIRA
8539876	NELSON WILLIAM DE SOUSA
8547887	WELLINGTON DA SILVA ESMÉRIO
8551509	VIVIANE PAIXÃO CELESTINO
8559080	WAGNER DE CASTRO XAVIER
8562480	LEONARDO CESAR DE ALCANTARA SANTOS
8570491	LYZKARLLOS BARBOSA DE SOUSA
8582496	VICTOR EMMANUEL GOUVEIA DE SOUZA
8515595	JOAO ELIAS XAVIER DE ARAUJO
8555757	JANIO WESLEY PEREIRA DE FARIAS
8517443	ALICE CORDOVIL ARAUJO
8560294	MARCIO ANDRE CARMINATTI
8558082	FERNANDO GALENO DA SILVA
8512139	RICARDO NORONHA DA FONSECA
8547812	OTTO FERNANDO FIGUEIREDO DE BARROS
8519381	MIGUEL ANTONIO DAS DORES PERES
8566663	MARIANA BRAGA DALLAZEN DE SOUZA

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ATOS DA SECRETÁRIA
RESOLUÇÃO "P" SMTR N.º 28, DE 08 DE MARÇO DE 2022.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:
Art. 1º - Dispensar, nos termos do Art. 8º da Resolução nº 2.135 de 16/09/2011, com validade a partir de 01/03/2022, a servidora **JÉSSICA VENÂNCIO TEIXEIRA CARDOSO SIMAS**, Agente de Administração, matrícula 12/299.389-7, da função de Secretária Geral da Segunda Comissão Municipal de Recursos de Infrações - CORIN I, conforme estabelecido no Parágrafo Único do artigo 8º do mesmo Diploma Legal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RESOLUÇÃO "P" SMTR N.º 29, DE 08 DE MARÇO DE 2022.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar, nos termos do Art. 8º da Resolução nº 2.135 de 16/09/2011, com validade a partir de 01/03/2022, o servidor **ANDERSON FERREIRA NOGUEIRA**, Agente de Administração, matrícula 12/299.406-9, da função de Secretário Geral da Segunda Comissão Municipal de Recursos de Infrações - CORIN I, conforme estabelecido no Parágrafo Único do artigo 8º do mesmo Diploma Legal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E VISTORIA
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07.03.2022
"03/32/004.626/2021 03/01/000.127/2022 03/31/000.088/2022 03/31/001.384/2021 03/31/001.389/2021 03/32/003.797/2021 03/32/004.498/2021 03/31/003.826/2021- **DEFIRO** o pedido de transferência, com base na documentação apresentada e na Manifestação Técnica PG/PADM/RE/083/2021/CAR."

GERÊNCIA DE TÁXI
DESPACHO DO GERENTE
EXPEDIENTE 08.03.2022
03990002612022 03990005442022 03990005142022 03990005412022 03990005392022 03990005362022 03990005452022 03310003122022 03010060972022 03010060982022 03010061032022 03010061042022 03010061052022 03010061062022 03990005482022 - **"DEFIRO a substituição de veículo com base na documentação apresentada".**

03990004712022 **- "Torno sem efeito o deferimento do processo publicado no D.O. n° 240 de 24/02/2022".**

GERENCIA DE TRANSPORTE COLETIVO
DESPACHOS DO GERENTE
EXPEDIENTE DE 08.03.2022
03/99/000.556/22 - 03/99/000.562/22 - 03/99/000.561/22 - "**Defiro a(s) permuta(s) de veículo(s) com base na documentação apresentada.**

03/99/000.564/22 - 03/99/000.563/22 - "**Defiro a(s) baixa(s) de veículo(s) com base na documentação apresentada.**

COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS
ATOS DO COORDENADOR
PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.713
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
PERMITE O ESTACIONAMENTO PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE EM VIA DO BAIRRO BARRA DA TIJUCA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO DE ANIVERSÁRIO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 102297,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir o estacionamento de veículos para embarque e desembarque de passageiros na área de recuo na Avenida das Américas, em frente à edificação nº 9.650, em frente ao prédio do Ribalta.

Parágrafo único. A parada deverá restringir-se ao tempo indispensável para efetuar o embarque e desembarque de passageiros.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se o organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para o dia 25 de março de 2022, das 20h às 5h do dia subsequente, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.714
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS E PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS DO BAIRRO RECREIO DOS BANDEIRANTES PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DA NOVELA "PANTANAL".

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103513,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos de forma intermitente por períodos de, no máximo, 2 (dois) minutos e intervalos de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, na Estrada do Pontal, na faixa de rolamento junto ao calçadão, no trecho compreendido entre o Secreto Beach Club e o Quiosque do Baiano - Praia da Macumba.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Permitir a reserva de 5 (cinco) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Estrada do Pontal, em frente à edificação nº 134, ao longo da via.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 3º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Portaria terá validade para o dia 10 de março de 2022, das 8h às 20h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.715
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS E PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS DO BAIRRO RECREIO DOS BANDEIRANTES PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DA NOVELA "PANTANAL".

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103515,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos de forma intermitente por períodos de, no máximo, 2 (dois) minutos e intervalos de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, na Avenida Lúcio Costa, na Praça do Pontal Tim Maia, nas baias de estacionamento existente.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Permitir a reserva de 5 (cinco) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Avenida Lúcio Costa, na Praça do Pontal Tim Maia, nas baias de estacionamento existente.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 3º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Portaria terá validade para o dia 10 de março de 2022, das 8h às 20h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.716
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS E PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS DO BAIRRO JACAREPAGUÁ PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DO PROJETO "AMAR É PARA OS FORTES".

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103628,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos de forma intermitente por períodos de, no máximo, 2 (dois) minutos e intervalos de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, na Estrada da Uruçanga, no trecho compreendido entre as edificações nº s 480 e 700, nos dias 17, 20, 21, 22, 23 e 24 de março de 2022, das 15h às 9h dos dias subsequentes.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Permitir a reserva de 5 (cinco) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, nas seguintes vias:

I - Estrada da Uruçanga, no trecho compreendido entre as edificações nº s 480 e 700, das 5h do dia 17 às 9h do dia 18 de março de 2022;

II - Estrada da Uruçanga, no trecho compreendido entre as edificações nº s 480 e 700, das 5h do dia 20 às 9h do dia 25 de março de 2022.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 3º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Portaria terá validade para os dias e horários de que tratam os Arts. 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.717
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

IMPLANTA ESQUEMA ESPECIAL DE TRÂNSITO EM VIAS DO BAIRRO RECREIO DOS BANDEIRANTES PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DO DOCUMENTÁRIO “GAL COSTA”.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103533,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de 5 (cinco) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Avenida Estado da Guanabara, próximo ao Quiosque Clássico Beach Club - Praia de Grumari, das 5h do dia 14 às 20h do dia 16 de março de 2022.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Autorizar a utilização, para filmagem com câmera car, na Avenida Estado da Guanabara, próximo ao Quiosque Clássico Beach Club - Praia de Grumari, nos dias 14, 15 e 16 de março de 2022, das 5 às 20h.

Art. 3º Esta autorização somente será válida se o organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º Esta Portaria terá validade para os dias e horários de que tratam os Arts. 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.718
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO CENTRO PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DO CURTA METRAGEM “AMAR É PARA OS FORTES”.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103589,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de vagas de estacionamento, para os veículos da produção, ao longo das seguintes vias:

I - Rua Pintora Djanira, 10 (dez) vagas, no trecho compreendido entre o Largo das Neves e a Rua do Paraíso;

II - Rua Eduardo Santos, 6 (seis) vagas, em frente à edificação nº 158.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria terá validade das 18h do dia 9 às 22h do dia 11 de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.719
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO CENTRO PARA REALIZAÇÃO DE IÇAMENTO DE GERADORES E TRANSFORMADORES PELA EMPRESA EXPRESSO BENFICA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103465,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos nas seguintes vias:

I - Rua do Lavradio, na pista das edificações pares, no trecho compreendido entre a Rua da Relação e a Rua do Senado;

II - Rua do Senado, no trecho compreendido entre a Rua do Lavradio e a Avenida Gomes Freire.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para os dias 12 e 13 de março de 2022 e 9 e 10 de abril de 2022, das 6h às 18h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.720
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS E PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DE “TODO DIA A MESMA NOITE”.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 100988,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos na Rua Idalina Senra, nos dias 13 e 20 de março de 2022, das 00h01min às 22h, e nos dias 14,15, 16, 17, 21 e 22 de março de 2022, das 17h às 5h dos dias subsequentes.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos, de uma faixa de rolamento, na Avenida Francisco Bicalho, no trecho compreendido entre a Avenida Pedro II e a Rua Idalina Senra, nos dias 14,15, 16, 17, 21 e 22 de março de 2022, das 22h às 4h dos dias subsequentes.

Art. 3º Permitir a reserva de vagas de estacionamento, para os veículos da produção, do dia 6 ao dia 12 de março de 2022, das 6h às 19h, nas seguintes vias:

I - Rua Idalina Senra, em toda a sua extensão, ao longo do bordo esquerdo da via;

II - Rua Melo e Souza, 20 (vinte) vagas, no trecho compreendido entre as edificações nº s 106 e 186, ao longo da via.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 4º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 5º Esta Portaria terá validade para os dias e horários de que tratam os Arts. 1º, 2º e 3º, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.721
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO ALTO DA BOA VISTA PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM CINEMATOGRÁFICA

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103695,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.2 e 3.N1,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de 10 (dez) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Rua Comendador Gervásio Seabra, em frente à edificação nº 140, ao longo da via.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria terá validade das 20h do dia 10 às 22h do dia 11 de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.722
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS E PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EM VIA DO BAIRRO CENTRO PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM PUBLICITÁRIA DO BRASILEIRÃO 2022.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103632,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos de forma intermitente por períodos de, no máximo, 1 (um) minuto e intervalos de, no mínimo, 5 (cinco) minutos, no dia 13 de março de 2022, das 6h às 14h, nas seguintes vias:

I - Avenida Franklin Roosevelt, no entroncamento com a Avenida Marechal Câmara;

II - Avenida Presidente Wilson, no trecho compreendido entre a Avenida Presidente Antônio Carlos e a Avenida Calógeras.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Permitir a reserva de vagas de estacionamento, para os veículos da produção, no dia 12 de março de 2022, das 22h às 14h do dia subsequente, nas seguintes vias:

I - Avenida Franklin Roosevelt, 10 (dez) vagas, a partir da edificação nº 137, ao longo da via;

II - Avenida Presidente Wilson, 10 (dez) vagas, no trecho compreendido entre a Avenida Presidente Antônio Carlos e a Avenida Calógeras, ao longo da via;

III - Praça Virgílio de Melo Franco, 10 (dez) vagas, no entorno da praça.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 3º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 4º Esta Portaria terá validade para os dias e horários de que tratam os Arts. 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.723
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM PUBLICITÁRIA BRASILEIRÃO 2022.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103633,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de vagas de estacionamento, para os veículos da produção, nas seguintes vias:

I - Rua Sacadura Cabral, 6 (seis) vagas, no trecho compreendido entre o Largo de São Francisco da Prainha e a Rua Argemiro Bulcão, ao longo do bordo esquerdo da via;

II - Rua São Francisco da Prainha, 8 (oito) vagas, no trecho compreendido entre a Rua Argemiro Bulcão e o Largo de São Francisco da Prainha, ao longo do bordo esquerdo da via.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para o dia 13 de março de 2022, das 18h às 14h do dia subsequente, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.724
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO SANTO CRISTO PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DA NOVELA “CARA E CORAGEM”.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 101547,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de 2 (duas) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Rua Rivadávia Correa, em frente à edificação nº 281, ao longo da via.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para o dia 15 de março de 2022, das 4h às 18h30min, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.725
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO SANTO CRISTO PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM DA NOVELA “CARA E CORAGEM”.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 101039,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de 10 (dez) vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Avenida Cidade de Lima, nas baias de estacionamento existentes em ambos os bordos da via, no trecho compreendido entre a Avenida Professor Pereira Reis e a Rua Santo Cristo.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para os dias 16 e 17 de março de 2022, das 4h às 19h, e para os dias 18 e 19 de março de 2022, das 11h às 2h dos dias subsequentes, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.726
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO IPANEMA PARA REALIZAÇÃO DE CONCRETAGEM EM OBRA DE EDIFICAÇÃO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na carta encaminhado por MOZAK Engenharia,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos, em uma faixa de rolamento, na Rua Prudente de Morais, em frente à edificação nº 564.

Art. 2º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para os dias 9 e 10 de março de 2022, das 7h às 16h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.727
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO BARRA DA TIJUCA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o parecer técnico nº 355/2022 da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos, em uma faixa de rolamento por vez, de forma alternada, na Rua Rino Levi, em frente à edificação nº 225.

Parágrafo único. A interdição de que trata este artigo não se aplica aos veículos de moradores e aos destinados a socorro e emergência previstos no Art. 29, incisos VII e VIII do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria terá validade de 10 a 16 de março de 2022, das 07h às 18h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.728
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO BARRA DA TIJUCA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o parecer técnico nº 356/2022 da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de vagas de estacionamento de 1 (um) caminhão gerador e 1 (um) veículo de apoio na Praça Soldado Geraldo da Cruz, em frente ao Hotel Windsor Oceânico.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se o organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º Esta Portaria terá validade das 0h do dia 16 às 10h do dia 20 de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.729
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIAS DO BAIRRO JACARÉ PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE SANEAMENTO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no e-mail da empresa Passarelli Engenharia, de 7 de março de 2022,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.2 e 3.N1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos nas seguintes vias:

I - Rua Viúva Cláudio, no entroncamento com a Rua Inabu, em uma faixa de rolamento, junto ao bordo das edificações ímpares;

II - Rua Inabu, no trecho compreendido entre a Rua Viúva Cláudio e a edificação nº 234.

Art. 2º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria terá validade das 7h do dia 12 de março às 22h do dia 12 de junho de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.730
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIAS DOS BAIRROS SÃO CONRADO E BARRA DA TIJUCA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o pedido da Coordenadoria de Vias Urbanas Especiais da Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, recebido por e-mail em 8 de março de 2022,

CONSIDERANDO o constante no parecer técnico da CETRIO/PRE/CGO/CTAE/2a CRAE Sul nº 007/2022,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos nas seguintes vias:

I - Túnel Engenheiro Paulo Cezar Marcelino Figueiredo;

II - Elevado Presidente Itamar Franco;

III - Túnel Engenheiro Luiz Jacques de Moraes.

§ 1º. As alterações viárias tratadas nos incisos I e II deste Artigo poderão ser retardadas ou suspensas pelas equipes operacionais da CET-Rio, caso seja identificada a necessidade de utilização integral das vias envolvidas em função das condições do trânsito ou climáticas.

§ 2º. O trânsito de veículos de São Conrado, em direção à Barra da Tijuca, deverá seguir pelo Túnel de São Conrado, Tablado Superior do Elevado das Bandeiras e Túnel do Joá, que funcionarão neste mesmo sentido.

Art. 2º A alteração viária tratada no Artigo 1º poderá ser retardada ou suspensa pelas equipes operacionais da CET-Rio, caso seja identificada a necessidade de utilização integral das vias envolvidas em função das condições do trânsito ou climáticas.

Art. 3º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria terá validade para o dia 9 de março de 2022, das 11h30min às 16h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.731
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO INHAÚMA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no Ofício GPL nº 21/2022 - LAMSA - Invepar,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.2 e 3.N1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos da alça da saída 4 da Avenida Governador Carlos Lacerda (Linha Amarela), sentido Centro, na saída para a Avenida Dom Hélder Câmara.

Art. 2º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria terá validade das 1h do dia 14 às 23h55min do dia 18 de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.732
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A INTERDIÇÃO AO TRÂNSITO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO BOTAFOGO PARA REALIZAÇÃO DE CONCRETAGEM EM OBRA DE EDIFICAÇÃO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na carta encaminhado por CRT Incorporações,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.1,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a interdição ao trânsito de veículos, em uma faixa de rolamento, na Rua Sorocaba, em frente à edificação nº 176.

Art. 2º Esta autorização só será válida se forem cumpridos os dispositivos contidos nos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, ficando o infrator pela inobservância dos aludidos dispositivos sujeito a multa conforme previsto no C.T.B., independente das cominações cíveis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria terá validade para o dia 11 de março de 2022, das 8h às 13h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.733
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PRORROGA A VALIDADE DA PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 2.486 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021, NA FORMA QUE MENCIONA.
O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na mensagem eletrônica do Sr. José Carlos C. Cerqueira Pinto, da empresa Passarelli, de 8 de março de 2022,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.2 e 3.N1,

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar a validade da Portaria TR/SUBG/CRV nº 2.486 de 8 de dezembro de 2021, que autoriza intervenções viárias no bairro Jacaré para realização de obras do tronco coletor de esgoto sanitário, até as 23h do dia 11 de junho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.734
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

PERMITE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO LEME PARA REALIZAÇÃO DE FILMAGEM.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante na Consulta Prévia Eletrônica nº 103592,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-2.1,

RESOLVE:
Art. 1º Permitir a reserva de vagas de estacionamento, para os veículos da produção, na Avenida Atlântica, da seguinte forma:

I - 6 (seis) vagas, na baia de estacionamento existente em frente à edificação nº 458;

II - 10 (dez) vagas, junto à orla da praia, no trecho compreendido entre a Rua Aurelino Leal e a Rua Martin Afonso, ao longo da pista.

Parágrafo Único. Esta Portaria não isenta de pagamento onde exista estacionamento pago regulamentado pelo Município.

Art. 2º Esta autorização somente será válida se:

I - O organizador do evento, objetivando a segurança dos participantes, requerer e obtiver o apoio da Polícia Militar, da Guarda Municipal ou ainda da CET Rio com os Agentes de Trânsito, para a orientação do tráfego ficando a obrigação da sinalização/balizamento, por conta do responsável pelo evento conforme prescreve o § 1º do Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro;

II - Obter, para a produção de conteúdo audiovisual em área pública, a autorização de que trata o Decreto nº 49.283/2021, de 17 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria terá validade das 6h do dia 10 às 20h do dia 11 de março de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.735
EM 8 DE MARÇO DE 2022.

REVOGA A PORTARIA TR/SUB/CRV 33.935 DE 16 DE MAIO DE 2006, NA FORMA QUE MENCIONA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/200.896/2021,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

RESOLVE:
Art. 1º Revogar o inciso II da Portaria TR/SUB/CRV nº 33.935 de 16 de maio de 2006, que regulamenta estacionamento para ponto de táxi na Via Inominada e sem saída que serve de acesso ao condomínio Cancum situado na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, com 3 (três) vagas, lado direito, no trecho compreendido entre a Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso até o final da via, no sentido da Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso / o final da via, no lado oposto à edificação de nº 1.300 da Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, ao longo da via

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.736
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
REGULAMENTA ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS EM VIA DO BAIRRO RECREIO DOS BANDEIRANTES.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 10/33/000.012/2021,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Regulamentar ondulações transversais, tipo A, na Estrada do Pontal, a 10m da edificação nº 2.030, sentido Estrada do Grumari.

Parágrafo único. Fica determinada a velocidade máxima de 20 km/h, conforme o disposto na Resolução nº 600 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.737
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
IMPLANTA ÁREA PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS ESCOLARES EM VIA DO BAIRRO FREGUESIA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/202.472/2021,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Implantar área para embarque e desembarque de passageiros, com 3 (três) vagas, na Rua Araguaia, em frente à edificação nº 440, ao longo da via.

Parágrafo único. A parada deverá restringir-se ao tempo indispensável para efetuar o embarque e desembarque de passageiros.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, no período escolar, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.738
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
PROÍBE O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM VIA DO BAIRRO TANQUE.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 01/16/000.030/2020,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-4,

RESOLVE:
Art. 1º Proibir o estacionamento de veículos na Rua Serra Negra, no trecho compreendido entre a Avenida Geremário Dantas e a Rua Piracinunga, em ambos os lados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.739
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
ESTABELECE ESTACIONAMENTO ESPECIAL DE VEÍCULOS PARA REALIZAÇÃO DE CARGA / DESCARGA EM VIA DO BAIRRO RIO COMPRIDO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/200.262/2022,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer estacionamento especial de veículos para realização de carga / descarga, para veículos Urbanos de Carga - VUC e Utilitários, com 1 (uma) vaga, na Rua Aristides Lobo, lado par, no trecho compreendido entre a Rua Barão de Itapagipe e a Travessa Rio Comprido, em frente à edificação nº 50, ao longo da via.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, de segunda a sexta, das 7h às 21h e aos sábados, das 7h às 13h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.740
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
REVOGA A PORTARIA TR/SUB/CRV Nº 9.370 DE 5 DE OUTUBRO DE 1998, NA FORMA QUE MENCIONA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/31/002.755/2019,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-3.N2,

RESOLVE:
Art. 1º Revogar o item 12 do anexo da Portaria TR/SUB/CRV nº 9.370 de 5 de outubro de 1998, que regulamenta estacionamento rotativo Período Único na Rua dos Rubis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.741
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
ESTABELECE ESTACIONAMENTO NO SISTEMA RIO ROTATIVO "PERÍODO 4 HORAS" EM VIA DO BAIRRO ROCHA MIRANDA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/31/002.755/2019,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-3.N2,

RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer estacionamento no sistema Rio Rotativo "Período 4 Horas", com 8 (oito) vagas, na Rua dos Rubis, lado par, no trecho compreendido entre a Rua dos Topázios e a Estrada do Barro Vermelho, entre as edificações nº s 16-B e 46, ao longo da via.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, de segunda a sexta, das 7h às 19h e aos sábados, das 7h às 13h, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.742
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
ESTABELECE ESTACIONAMENTO ESPECIAL PARA MOTOCICLETAS EM VIAS DO BAIRRO CENTRO.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/21/000.752/2020,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer o estacionamento especial para motocicletas nas seguintes vias:

I - Rua Senador Pompeu, 6 (seis) vagas, lado ímpar, no trecho compreendido entre a Rua Camerino e a Travessa Coronel Julião, em frente a lateral da edificação nº 27 da Rua Camerino, a 90°;

II - Rua Luiz de Camões, 48 (quarenta e oito) vagas, lado ímpar, no trecho compreendido entre o Largo de São Francisco de Paula e a Rua da Conceição, em frente ao lado oposto entre as edificações nº s 42 e 16, a 90° .

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.743
EM 8 DE MARÇO DE 2022.
REVOGA A PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 610 DE 12 DE JULHO DE 2021, NA FORMA QUE MENCIONA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II e no Art. 95 do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 03/201.116/2021,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-1,

RESOLVE:
Art. 1º Revogar a alínea "a" do inciso I do Art. 1º da Portaria TR/SUBG/CRV nº 610 de 12 de julho de 2021, que regulamenta estacionamento rotativo na Avenida Beira Mar, no trecho compreendido entre a Rua João Neves da Fontoura e a Rua General Molina.

Art. 2º Revogar o inciso IV do Art. 1º da Portaria TR/SUBG/CRV nº 610 de 12 de julho de 2021, que regulamenta estacionamento rotativo na Rua dos Arcos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*) PORTARIA TR/SUBG/CRV Nº 3.263
EM 2 DE FEVEREIRO DE 2022.
REGULAMENTA ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS EM VIAS DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

O COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS - TR/SUBG/CRV, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º c/c o Art. 24, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro,

CONSIDERANDO o constante no processo nº 01/31/000.036/2016,

CONSIDERANDO o parecer técnico da CET/PRE/CTRT/AP-3.N2,

RESOLVE:
Art. 1º Regulamentar ondulações transversais, tipo B, nas seguintes vias:

I - Rua Eivind Nepomuceno, em frente à edificação nº 61;

II - Rua Cristiano Machado, em frente à edificação nº 471;

III - Rua Jornalista Antônio de Freitas, em frente à edificação nº 84.

Parágrafo único. Fica determinada a velocidade máxima de 20 km/h, conforme o disposto na Resolução nº 600 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com a instalação da sinalização necessária, revogadas as disposições em contrário.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no D.O. Rio de 03/03/2022.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

COORDENADORIA DE REGULAMENTAÇÃO E INFRAÇÕES VIÁRIAS
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
Conforme Resolução nº 600/2016 do CONTRAN e o Art. 95 da Lei 9.503 de 23/09/97 (C.T.B), autorizo a implantação das Ondulações Transversais, dos seguintes processos:

CET-RIO/CTRT AP-4
PROCESSO: 03/04/001.797/2020 **TIPO: B**
VIAS: Rua Jupurá e Rua Francisca Sales
BAIRROS: Freguesia e Praça Seca

CET-RIO

Companhia de Engenharia de Tráfego
Rua Dona Mariana, nº 48 - Botafogo - Tel.: 2535-6100/ 2535-6101

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
PROCESSO Nº. 03/202.646/2021 - Tendo em vista o informado pela Pregoeira e opinamento da Assessoria Jurídica desta Companhia, **conheço e NEGO PROVIMENTO** às Impugnações aos termos do Edital apresentadas pelas empresas **CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.** e **ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI** referente à Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico CET-Rio n° 0159/2022.

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
EXPEDIENTE DE 02/01/2022
PROCESSO Nº 03/200.299/2022 - NAD nº 099/2022
PARTES: CET-RIO e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
OBJETO: Seguros em geral, exceto os destinados a servidores.
FUNDAMENTO: Artigo 29, Inciso II da Lei 13.303 de 2016.
VALOR: R$ 3.981,39.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.045/2021 - NAD nº 100/2022
PARTES: CET-RIO e CTRT/AP-1.
OBJETO: Despesas miúdas de pronto pagamento e/ou de caráter extraordinário ou urgente.
FUNDAMENTO: Não sujeito à Lei de licitação e contratos.
VALOR: R$ 2.500,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.052/2021 - NAD nº 101/2022
PARTES: CET-RIO e GMS.
OBJETO: Despesas miúdas de pronto pagamento e/ou de caráter extraordinário ou urgente.
FUNDAMENTO: Não sujeito à Lei de licitação e contratos.
VALOR: R$ 4.000,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.050/2021 - NAD nº 102/2022
PARTES: CET-RIO e CTRT/AP-5.
OBJETO: Despesas miúdas de pronto pagamento e/ou de caráter extraordinário ou urgente.
FUNDAMENTO: Não sujeito à Lei de licitação e contratos.
VALOR: R$ 2.500,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.048/2021 - NAD nº 103/2022
PARTES: CET-RIO e CTRT/AP-3 norte 2.
OBJETO: Despesas miúdas de pronto pagamento e/ou de caráter extraordinário ou urgente.
FUNDAMENTO: Não sujeito à Lei de licitação e contratos.
VALOR: R$ 2.500,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.049/2021 - NAD nº 104/2022
PARTES: CET-RIO e CTRT/AP-4.
OBJETO: Despesas miúdas de pronto pagamento e/ou de caráter extraordinário ou urgente.
FUNDAMENTO: Não sujeito à Lei de licitação e contratos.
VALOR: R$ 2.500,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.047/2021 - NAD nº 105/2022
PARTES: CET-RIO e CTRT/AP-2.2 e 3 norte 1.
OBJETO: Despesas miúdas de pronto pagamento e/ou de caráter extraordinário ou urgente.
FUNDAMENTO: Não sujeito à Lei de licitação e contratos.
VALOR: R$ 2.500,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.
PROCESSO Nº 03/200.027/2020 - NAD nº 040/2022
PARTES: CET-RIO e SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.
OBJETO: Serviços de conservação e manutenção de vias urbanas.
FUNDAMENTO: Artigo 1, Caput da Lei 10.520 de 2002.
VALOR: R$ 32.999.770,56.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.027/2020 - NAR.
PARTES: CET-RIO e SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.
OBJETO: Cancelamento Parcial da NAD nº 040/2022.
VALOR: R$ 9.797.880,60.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.027/2020 - NAD nº 106/2022
PARTES: CET-RIO e SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.
OBJETO: Máquinas e equipamentos para controle de trânsito.
FUNDAMENTO: Artigo 1, Caput da Lei 10.520 de 2002.
VALOR: R$ 9.797.880,60.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/201.066/2017 - NAR.
PARTES: CET-RIO e EDR SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME.
OBJETO: Cancelamento Parcial da NAD nº 189/2021.
VALOR: R$ 9.570,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/201.066/2017 - NAD nº 097/2022
PARTES: CET-RIO e EDR SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME.
OBJETO: Suporte e infraestrutura de TIC.
FUNDAMENTO: Artigo 1, Caput da Lei 10.520 de 2002.
VALOR: R$ 9.570,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.978/2021 - NAR.
PARTES: CET-RIO e OFFICE TOTAL S.A.
OBJETO: Cancelamento Parcial da NAD nº 192/2021.
VALOR: R$ 124.988,50.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.978/2021 - NAD nº 098/2022
PARTES: CET-RIO e OFFICE TOTAL S.A.
OBJETO: Outsourcing de impressão.
FUNDAMENTO: Artigo 1, Caput da Lei 10.520 de 2002.
VALOR: R$ 124.988,50.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/200.428/2022 - NAD nº 108/2022
PARTES: CET-RIO e ALIBRAL DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA EIRELI.
OBJETO: Gêneros alimentícios, inclusive bebidas.
FUNDAMENTO: Artigo 29, Inciso II da Lei 13.303 de 2016.
VALOR: R$ 19.890,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/202.007/2020 - NAR.
PARTES: CET-RIO e CONSORCIO SEMAFÓRICA CARIOCA.
OBJETO: Cancelamento Parcial da NAD nº 280/2021.
VALOR: R$ 1.306.000,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

PROCESSO Nº 03/202.007/2020 - NAD nº 107/2022
PARTES: CET-RIO e CONSORCIO SEMAFÓRICA CARIOCA.
OBJETO: Máquinas e equipamentos para controle de trânsito.
FUNDAMENTO: Artigo 1, Caput da Lei 10.520 de 2002.
VALOR: R$ 1.306.000,00.
AUTORIDADE: Hélio Borges de Faria.

EXPEDIENTE DE 07/03/2022
PROCESSO Nº 03/200.392/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.390/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.381/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.405/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.403/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.401/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.400/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.407/2022 - DEFERIDO
PROCESSO Nº 03/200.402/2022 - DEFERIDO

MOBI-RIO

Companhia Municipal de Transportes Coletivos
Avenida das Américas s/nº - CCO anexo ao Terminal Alvorada - Barra da Tijuca
Cep.: 22631-000

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
03/300.067/2022- Ratifico a contratação da Empresa **LEJUDA COMÉRCIO DE PEÇAS DIESEL LTDA, NO VALOR MÁXIMO DE R$ 2.340.987,42 (dois milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos)**, e da empresa **GUANABARA DIESEL S/A**, **NO VALOR MÁXIMO DE R$ 1.698.150,54 (um milhão seiscentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e quarto centavos)**, **PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE ARTICULADOS OPERADOS PELA da MOBI-Rio**, pelo período improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos ou até que se conclua o procedimento licitatório em curso, com fundamento no inciso XV do art. 29 da Lei 13.303/2016 C/C Artigo 39 XV do Decreto RIO n° 44.698/2018 e parecer da Assessoria Jurídica desta Companhia.

DESPACHO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DAF
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
03/300.067/2022 - Considerando manifestação da Diretoria de Manutenção de Frota de fls. 02-03, APROVO o Termo de Referência de fls. 05-13 e **AUTORIZO** a contratação da empresa **LEJUDA COMÉRCIO DE PEÇAS DIESEL LTDA, NO VALOR MÁXIMO DE R$ 2.340.987,42 (dois milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos)**, e da empresa **GUANABARA DIESEL S/A**, **NO VALOR MÁXIMO DE R$ 1.698.150,54 (um milhão seiscentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta reais e cinquenta e quarto centavos)**, **PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE ARTICULADOS OPERADOS PELA da MOBI-Rio**, pelo período improrrogável de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos ou até que se conclua o procedimento licitatório em curso, com fundamento no inciso XV do art. 29 da Lei 13.303/2016 C/C Artigo 39 XV do Decreto RIO n° 44.698/2018 e parecer da Assessoria Jurídica desta Companhia.

SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO

Secretária: **Anna Laura Valente Secco Freire**

RESOLUÇÃO SECONSERVA "P" N.º 71 DE 08 DE MARÇO DE 2022.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,
RESOLVE:
Designar, com eficácia a partir da data de assinatura do respectivo contrato, os servidores ALEXANDRE CHAGAS FAVILLA, matrícula n.º 11/156.502-7, CREA-RJ n.º 1072643/D, LUIZ ANTÔNIO DUQUE ESTRADA FILHO, matrícula n.º 11/179.865-1, CREA-RJ n.º 841016349/D, ALMIR VICENTE DA SILVA, matrícula n.º 11/119.747-4, CREA-RJ n.º 2005101268, e LEIVAN RODRIGO FERREIRA SANTOS DA SILVA, matrícula n.º 11/247.123-3, CREA-RJ n.º 2004100537, para juntos comporem a Comissão de Fiscalização dos "SERVIÇOS DE FRESAGEM, RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NA ÁREA DA 3ª CRC - AP4 - PROGRAMA ASFALTO LISO", objeto do processo n.º 26/004.407/2021, tendo em vista a Adjudicação e Homologação do resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico - PE SECONSERVA n.º 081/2022, a cargo da firma prestadora de serviços MJRE CONSTRUTORA LTDA.

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
Processo n.º 26/004.607/2021- Tendo em vista o despacho exarado pela Coordenadoria Geral de Engenharia e Conservação, ratificado pela Subsecretaria de Engenharia e Conservação, à fl. 41, **APROVO** o Laudo de Vistoria Administrativa SC/SUBEC/CGEC/4ª CRC/20ª GC número 01/2022 constante às fls. 39 e 40, elaborado pela Comissão designada pela Resolução SECONSERVA "P" n.º 655 de 20/12/2021, e determino as providências cabíveis.

Processo n.º 26/004.984/2021- Tendo em vista o despacho exarado pela Coordenadoria Geral de Engenharia e Conservação, ratificado pela Subsecretaria de Engenharia e Conservação, à fl. 57, **APROVO** o Laudo de Vistoria Administrativa SC/SUBEC/CGEC/4ª CRC/20ª GC número 03/2022 constante às fls. 55 e 56, elaborado pela Comissão designada pela Resolução SECONSERVA "P" n.º 017 de 26/01/2022, e determino as providências cabíveis.

DESPACHO DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
PROCESSO Nº 26/000.422/2022: Ratifico a decisão da Pregoeira de fls. 12/14 e **INDEFIRO** a intenção de recurso interposta pela empresa **Z M BOMBAS ELETRO HIDRAULICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **12.254.067/0001-31**, à vista do que consta nos autos e pelas razões de fatos e fundamentos de direitos apresentados para o **PE - SECONSERVA Nº 106/2022**, que tem como objeto a execução da "***Obra de Restauração da Murada da Glória na Área da IV RA - AP2***", conforme as especificações constantes no Edital e no respectivo Anexo I - Projeto Básico.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

DESPACHO DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO Nº 26/000.423/2022: Ratifico a decisão da Pregoeira de fls. 20/22, e **INDEFIRO** o recurso interposto pela empresa **SENIC - SERVIÇO DE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.453.622/0001-24, à vista do que consta nos autos e pelas razões de fatos e fundamentos de direitos apresentados no **PE - SECONSERVA Nº 106/2022**, que tem como objeto a execução da "***Obra de Restauração da Murada da Glória na Área da IV RA - AP2***", conforme as especificações constantes no Edital e no respectivo Anexo I - Projeto Básico.

DESPACHO DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO Nº 26/004.629/2021 - **Adjudico e Homologo** o procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico - PE SECONSERVA Nº 113/2022, para prestação de "**Serviços de Conservação e Manutenção do Túnel Sá Freire Alvim**, **V RA - AP2**", tendo como vencedora do certame a empresa **MONJARDIM CONSTRUÇOES LTDA**, no valor total de **R$ 2.093.792,90 (dois milhões, noventa e três mil, setecentos e noventa e dois reais e noventa centavos).**

DESPACHO DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO Nº 26/000.439/2022 - AUTORIZO, na forma dos dispositivos legais a abertura da licitação, sob a modalidade *Pregão*, no modo *Eletrônico*, do tipo menor preço global, atrelado aos mandamentos da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, da Lei Federal 8.666, de 21/06/1993, e demais legislações, cujo objeto é a prestação de **Serviços de Conservação e Revitalização do Entorno da Ponte dos Jesuítas**, **localizado no bairro de Santa Cruz**, **na área da XIX RA**, **AP5**, conforme agrupamento 912/2022, no valor estimado de **R$ 491.523,51 (quatrocentos e noventa e um mil**, **quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos)** e esclareço que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DESPACHO DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO Nº 26/004.040/2021 - Cancelo a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço global, para a execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, dos "**Serviços de Manutenção do Sistema de Drenagem na Área das I, II, III, VII, XXI e XXIII RAS - AP1 e IV, V, VI, VIII, IX e XXVII RAs - AP2".**

DESPACHO DA SECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo n.º 06/300.298/2020 - Ref.: Contrato n.º 077/2020
AUTORIZO a REABERTURA da contagem do prazo contratual, com eficácia a partir de 09/03/2022, para os "SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS NA ÁREA DAS X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XX, XXII, XXV, XXVIII, XXIX, XXX E XXXI RA's - AP3", a cargo da firma prestadora de serviços GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA., objeto do processo administrativo n.º 06/300.298/2020, referente ao Contrato n.º 077/2020, conforme proposta/justificativa apresentada pela fiscalização, às fls. 1337 a 1339, ratificada pela Coordenadoria Geral de Engenharia e Conservação e pela Subsecretaria de Engenharia e Conservação, à fl. 1341, considerando os termos da Declaração da contratada, à fl. 1340, com fulcro nos artigos 524 e 526 do Decreto n.º 3.221 de 18 de setembro de 1981, consolidado pelo Decreto "N" n.º 15.350 de 06 de dezembro de 1996.

SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
***EXPEDIENTE DE 08/03/2022**

PROCESSO: 26/000.680/2021
1. Objeto: AQUISICAO DE TUBOS DE CONCRETO - NAD 476.
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e LL GASPAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
3. Fundamento: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. Valor: R$ 33.797,40 (trinta e três mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).
5. Autorização: JOÃO LUIZ REIS DA SILVA

PROCESSO: 26/000.680/2021
1. Objeto: AQUISICAO DE TUBOS DE CONCRETO - NAD 475.
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e RP GOMES COMERCIAL EIRELI EPP.
3. Fundamento: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. Valor: R$ 223.032,00 (duzentos e vinte e três mil e trinta e dois reais).
5. Autorização: JOÃO LUIZ REIS DA SILVA

PROCESSO: 26/000.166/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE TAMPÕES ARTICULADOS, DN 600MM, CLASSE D400, PESO MÍNIMO 100KG, E TAMPÕES ARTICULADOS DE 3 SEÇÕES, 1420X820MM, CLASSE D400, AMBOS DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL (NODULAR OU DE GRAFITA ESFEROIDAL). - Item nº 02
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI.
3. Fundamento: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. Valor: R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).
5. Autorização: JOÃO LUIZ REIS DA SILVA
* Eficácia em 16/02/2022, conforme art. 2 da Resolução CGM nº 1793.

SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO 26/000.370/2022
APROVO o Projeto Básico dos "**Serviços de Conservação e Manutenção da Pavimentação Asfáltica**, **incluindo Serviços de Fresagem e Recapeamento**, **na área da AP3**", contido nas folhas 03 a 43 do referido processo.

SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
***RETIFICAÇÃO**
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

ONDE SE LÊ:
PROCESSO: 26/003.039/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO ESTOCÁVEL EM EMBALAGENS DE 25 KG PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE TAPA-BURACO - NAD 030.

LEIA-SE:
PROCESSO: 26/002.995/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO ESTOCÁVEL EM EMBALAGENS DE 25 KG PARA SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE TAPA-BURACO - NAD 030.
* Retificado por ter saído com incorreções no D.O. Rio n.º 246, pág. 26, 1ª coluna, de 08 de Março de 2022.

SUBSECRETARIA DE ENGENHARIA E CONSERVAÇÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
***RETIFICAÇÃO**
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

ONDE SE LÊ:
PROCESSO: 26/003.039/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, TELAS DE ARAME GALVANIZADO, ARAME GALVANIZADO E ENVELOPADO, DISCO DE CORTE E ELETRODO - NAD 031.
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e L L GASPAR COMERCIO E SERVICOS LTDA..

LEIA-SE:
PROCESSO: 26/003.389/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, TELAS DE ARAME GALVANIZADO, ARAME GALVANIZADO E ENVELOPADO, DISCO DE CORTE E ELETRODO - NAD 031.
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e L L GASPAR COMERCIO E SERVICOS LTDA.

ONDE SE LÊ:
PROCESSO: 26/003.039/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, TELAS DE ARAME GALVANIZADO, ARAME GALVANIZADO E ENVELOPADO, DISCO DE CORTE E ELETRODO - NAD 032.
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA.

LEIA-SE:
PROCESSO: 26/003.389/2021
1. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, TELAS DE ARAME GALVANIZADO, ARAME GALVANIZADO E ENVELOPADO, DISCO DE CORTE E ELETRODO - NAD 032.
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA.
* Retificado por ter saído com incorreções no D.O. Rio n.º 246, pág. 26, 1ª coluna, de 08 de Março de 2022.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO: 26/001.195/2021
1. Objeto: Aquisição de Lâmpadas Led Tubular, T8, Base G 13
2. Partes: Município do Rio de Janeiro por Intermédio da Secretaria Municipal de Conservação e Queretaro Tecnologia de Proteção Ambiental LTDA.
3. Fundamento: Art. 1º caput da Lei 10.520/2002
4. Valor: R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais)
5. Autorização: Regina Ribeiro Ferreira

COMLURB

Companhia Municipal de Limpeza Urbana
Rua Major Ávila, 358 - Tel.: 2574-2000
E-mail: comlurb@pcrj.rj.gov.br

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo: 01/507.195/2021 - Homologo o resultado do Pregão Eletrônico nº 135/2022, de 23/02/2022 realizado pelo Sistema COMPRASNET e autorizo a despesa referente à AQUISIÇÃO DE LUVA DE SEGURANÇA, em favor da empresa **FORTCLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, no valor de R$ 811.641,60 (oitocentos e onze mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) para o Item 01 e R$ 33.818,40 (trinta e três mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta centavos) para o Item 02, totalizando o valor de R$ 845.460,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Secretário: **Renan Ferreirinha Carneiro**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 3º andar - Tel.: 2976-2481/ 2273-9993

ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÕES SME "P" DE 8 DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
№ **2189** - Dispensar, a pedido, **ANDRÉA PASSOS CHAVES**, PROFESSOR II, matrícula 12/239055-7, da Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 7174, setor 11437 da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/06/000757/2022)

№ **2190** - Dispensar, a pedido, **PRISCILA PAULA SILVA DE MATINS**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 12/297662-9, da Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 5298, setor 11469 da 1ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/01/000505/2022)

№ **2191** - Dispensar, a pedido, **MÍSIA FERRAZ NASCIMENTO**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 12/268649-1, da Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 6999, setor 11381 da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/06/000752/2022)

№ **2192** - Dispensar, a pedido, **DÉBORA DA SILVA PAREDES**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 12/297338-6, da Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 7029, setor 11391 da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/06/000748/2022)

№ **2193** - Dispensar, a pedido, **RÔMULO MONTEIRO DA SILVA**, AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula 12/300159-1, com eficácia a contar de 1º de março de 2022, da Função Gratificada de ASSISTENTE II da Gerência de Recursos Humanos, símbolo DAI-06, código 8508, setor 10710 da 10ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/10/000753/2022)

№ **2194** - Designar **CAROLINE ALBUQUERQUE DE AZEVEDO**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/285074-1, para exercer, com eficácia a contar de 2 de fevereiro de 2022, a Função Gratificada de ASSISTENTE II da Gerência de Educação, símbolo DAI-06, código 45583, setor 45036 da 11ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/11/000092/2022)

№ **2195** - Designar **SELMA MARTINS FARIAS**, PROFESSOR I, matrícula 10/171882-4, para exercer a Função Gratificada de ASSISTENTE II da Gerência de Infraestrutura e Logística, símbolo DAI-06, código 45700, setor 10733 da 5ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/05/000206/2022)

№ **2196** - Designar **JORGE ROBERTO SANTORO FERREIRA DE MENDONÇA**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/298107-4, para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022 a Função Gratificada de ASSISTENTE II da Gerência de Recursos Humanos, símbolo DAI-06, código 45730, setor 10725 da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/03/000612/2022)

№ **2197** - Designar **MARTA SANTOS DE FREITAS**, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, matrícula 10/299821-9, para exercer, com eficácia a contar de 2 de fevereiro de 2022 a Função Gratificada de ASSISTENTE II, símbolo DAI-06, código 1604, setor 5757 da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/03/000605/2022)

№ **2198** - Designar **NILTON CESAR SPINELLI**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/166.401-0 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 6225, setor 11564 da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 0704/000398/2022)

№ **2199** - Designar **TAINA CINTIA OLIVEIRA DE MEDEIROS**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/253.770-2 para exercer, com eficácia a contar de 8 de fevereiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 6291, setor 11356 da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/04/000758/2022)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Nº **2200** - Designar **MARCIA REGINA LIMA SIMOES**, PROFESSOR II, matrícula 10/260.456-9 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 6464, setor 11310 da 11ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/11/000090/2022)

Nº **2201** - Designar **ANDREA SILVA VASCO DE OLIVEIRA**, PROFESSOR II, matrícula 10/100.805-1 para exercer, com eficácia a contar de 19 de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 7112, setor 11418 da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/06/000724/2022)

Nº **2202** - Designar **JULIA BEATRIZ GOMES DA SILVA CARVALHO**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/297.378-2 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 6398, setor 11569 da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/04/000733/2022)

Nº **2203** - Designar **CATIA LUCIA DA COSTA DA SILVA**, PROFESSOR II, matrícula 10/166.897-9 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 8374, setor 11160 da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/09/000218/2022)

Nº **2204** - Designar **LIVIAN DE SOUZA MELLO**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/217.815-0 para exercer, com eficácia a contar de 2 de fevereiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 8158, setor 11090 da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/09/000194/2022)

Nº **2205** - Designar **JULIANA BEZERRA OLIVEIRA**, PROFESSOR II, matrícula 10/231.951-5 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 8188, setor 11100 da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/09/000487/2022)

Nº **2206** - Designar **LEILA MARCIA PESSANHA BARBOSA**, PROFESSOR II, matrícula 10/264.657-8 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 6742, setor 10949 da 5ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/05/000455/2022)

Nº **2207** - Dispensar **LIBIA CRUZ SILVA**, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, matrícula 12/249057-1, da Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 19520, setor 19405 da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/02/000352/2022)

Nº **2208** - Designar **LIBIA CRUZ SILVA DE LIMA**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/249.057-1 para exercer a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 28881, setor 18702 da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/02/000352/2022)

Nº **2209** - Designar **ROSANY CRISTINA DE ALMEIDA GARCIA**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/267.625-2 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 8301, setor 11137 da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/09/000300/2022)

Nº **2210** - Designar **MONIQUE SOUZA SANTOS**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/296.469-0 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 44472, setor 46749 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/07/000208/2022)

Nº **2211** - Designar **THAIS ROBERTA RIBEIRO DOS SANTOS**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/282.217-9 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 5803, setor 11490 da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/03/000548/2022)

Nº **2212** - Designar **ROBERTO JOSE DO VALLE**, PROF I - EDUCACAO FISICA, matrícula 10/288.356-9 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 8087, setor 11992 da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/08/000826/2022)

Nº **2213** - Designar **ANA HELENA VIANNA LOURENCO DE CASTRO**, PROFESSOR II, matrícula 10/232.366-5 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 8810, setor 11771 da 10ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/10/000221/2022)

Nº **2214** - Designar **ADRIANA ROSA DE SOUZA**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/288.183-7 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 35194, setor 43966 da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/04/000308/2022)

Nº **2215** - Designar **CAROLINE ALVES MENEZES DA SILVA**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/254.087-0 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 28483, setor 18700 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/07/000206/2022)

Nº **2216** - Designar **LEILA MARCIA SILVA RIBEIRINHO**, PROFESSOR II, matrícula 10/222.424-4 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 7446, setor 11677 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/07/000276/2022)

Nº **2217** - Designar **MARIA DA PENHA GOMES MENDES**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/268.207-8 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 33685, setor 43116 da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/03/000610/2022)

Nº **2218** - Dispensar **ANA PAULA DE SOUSA**, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, matrícula 12/286.269-6-1, com eficácia a contar de 01de janeiro de 2022, da Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 28483, setor 18700 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/07/000207/2022)

Nº **2219** - Designar **ANA PAULA DE SOUSA**, PROFESSOR II, matrícula 10/286.269-6 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 37238, setor 44813 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/07/000207/2022)

Nº **2220** - Designar **MAYRA SANTANA**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/300.523-8 para exercer, com eficácia a contar de 1º de janeiro de 2022, a Função Gratificada de DIRETOR ADJUNTO, símbolo DAI-06, código 44503, setor 46763 da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/04/000399/2022)

Nº **2221** - Designar **FRANCILENE ESCOVINO LAMBRANHO** RAMOS, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/285.580-7, com eficácia a contar de 02 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 5242, setor 10788 da 1ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/01/000377/2022)

Nº **2222** - Designar **ROSALIA DA SILVA MARQUES**, PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL, matrícula 10/276.351-4, com eficácia a contar de 02 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 5229, setor 10786 da 1ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/01/000387/2022)

Nº **2223** - Designar **FELIPE DE MENEZES SILVA**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/297.489-7, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 6799, setor 10967 da 5ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/05/000457/2022)

Nº **2224** - Designar **GLAUCIANE DIAS MARQUES MORORO**, PROF I - EDUCACAO FISICA, matrícula 10/200.212-9, com eficácia a contar de 01 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 8189, setor 11100 da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/09/000486/2022)

Nº **2225** - Designar **ALINE DA SILVA BOAVENTURA**, PROFESSOR II, matrícula 10/265.746-8, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 8599, setor 11191 da 10ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/10/000236/2022)

Nº **2226** - Designar **LYZ NERY CAMPOS**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/302.405-6, com eficácia a contar de 01 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 15741, setor 16323 da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/09/000489/2022)

Nº **2227** - Designar **RENATA DOS SANTOS SILVA**, PROFESSOR II, matrícula 10/216.258-4, com eficácia a contar de 01 de janeiro de 2022 para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 7406, setor 11660 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/05/000117/2022)

Nº **2228** - Designar **BIANCA SARPA MICELI**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/299.653-6, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 5430, setor 10806 da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/02/000766/2022)

Nº **2229** - Designar **BLINA MACIEL WENCESLAU DA SILVA**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/290.697-2, com eficácia a contar de 02 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 5864, setor 10902 da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/03/000603/2022)

Nº **2230** - Designar **THUANE NATANA BARBOSA ROCHA**, PROFESSOR II, matrícula 10/258.356-5, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 8644, setor 11206 da 10ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/10/000244/2022)

Nº **2231** - Designar **MARIA DA CONCEICAO FERREIRA DA ROCHA**, PROFESSOR II, matrícula 10/192.995-9, com eficácia a contar de 02 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 7977, setor 11955 da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/08/000880/2022)

Nº **2232** - Designar **MONICA BORTOLAMI MARTINS LEITE**, PROFESSOR II, matrícula 10/170.664-7, com eficácia a contar de 02 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 7766, setor 11052 da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/08/000827/2022)

Nº **2233** - Designar **TANIA REGINA DE ALMEIDA MOULIN**, PROFESSOR II, matrícula 10/192.717-7, com eficácia a contar de 02 de fevereiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 7337, setor 11636 da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/07/000621/2022)

Nº **2234** - Designar **AMANDA ELIAS DOS SANTOS**, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, matrícula 10/302.629-1, com eficácia a contar de 01 de janeiro de 2022, para exercer a Função Gratificada de COORDENADOR PEDAGÓGICO, símbolo DAI-06, código 6566, setor 11598 da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, desta Secretaria. (ref. ao processo nº 07/04/000377/2022)

ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SME "P" DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta dos processos,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos do Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o Parágrafo 5º do Artigo 40 da Constituição Federal, os funcionários do Quadro Permanente, aos quais se referem as Resoluções abaixo citadas:

Nº 2235 - Processo nº 07/02/003.435/2021 - **MARCOS ANDRÉ REIS DE AMORIM**, Professor I - História, Classe D, Nível 7, matrícula:10/158.661-9 .

Nº 2236 - Processo nº 07/04/003.382/2021 - **MIRIAM GOMES DA SILVA DE CARVALHO**, Professor II, Classe A, Nível 7, matrícula:10/166.893-8.

APOSENTAR, nos termos do Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, os funcionários do Quadro Permanente, aos quais se referem as Resoluções abaixo citadas:

Nº 2237 - Processo nº 07/01/001.976/2021 - **ANA CRISTINA MARINS LOPES ARAUJO**, Merendeira, Categoria Especial, matrícula:10/151.726-7

Nº 2238 - Processo nº 07/02/003.533/2021 - **MARIA HELENA LEAL DA SILVA CAVALCANTE**, Inspetor de Alunos, Categoria Especial, matrícula: 10/091.985-2.

Nº 2239 - Processo nº 07/09/003.561/2021 - **ROSEMIR GONÇALVES DE ABREU**, Professor II, Classe C, Nível 7, matrícula:10/154.783-5.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

APOSENTAR, nos termos da alínea "b" do Inciso III, do Parágrafo 1º, do Artigo 40, da Constituição Federal, o funcionário do Quadro Permanente, ao qual se refere a Resolução abaixo citada:

- na proporcionalidade **de 4.521/10.950 dias**:
Nº 2240 - Processo nº 07/08/004.128/2021- **ALINE LIMA DE SOUZA**, Professor II, Classe C, Nível 4, matrícula: 10/258.569-3.

APOSENTAR, nos termos do Inciso I, do Parágrafo 1º, do Artigo 40, da Constituição Federal, combinado com o art. 71, inciso I, combinado com o Parágrafo Único do artigo 72, da Lei 94/79, considerando a Resolução SMA nº 1.483/2008, o funcionário do Quadro Permanente, ao qual se refere, a Resolução abaixo citada:

- na proporcionalidade **de 2.557/10.950 dias:**
Nº 2241 - Processo nº 07/001.188/2022 - **GRACIETE MARTINS AGUIAR**, Agente Educador II, Referência M8, matrícula: 10/296.220-7.

RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.242, DE DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/207958/2004,

RESOLVE:
Alterar a Resolução SME "P" n.º 2.158, de 1 de setembro de 2021, por substituição de servidor responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato 18/2021, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Resolução.

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.242, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
2021/18	E/CTIL/CML/GLO	Regiane de Lima Santana Sobral	Gerente I	60/3213170-1
		Ana Luiza Pimentel Monteiro	Assistente I	11/165650-3
		Thiago Bispo dos Santos	Agente de Educação Infantil	10/276433-0
		Wilson Malafaia Peixoto	Professor de Ensino Fundamental	10/279083-0

RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.243, DE 8 DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/207958/2004,

RESOLVE:
Alterar a Resolução SME "P" n.º 2.159, de 1.º de setembro de 2022, por substituição de servidor responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato 25/2021, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Resolução.

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.243, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
2021/25	E/CTIL/CML//GLO	Regiane de Lima Santana Sobral	Gerente I	60/3213170-1
		Ana Luiza Pimentel Monteiro	Assistente I	11/165650-3
		Thiago Bispo dos Santos	Agente de Educação Infantil	10/276433-0
		Wilson Malafaia Peixoto	Professor de Ensino Fundamental	10/279083-0
		Rafael Mendes Silva	Agente de Administração	10/300170-8

RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.244, DE 8 DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/207958/2004,

RESOLVE:
Alterar a Resolução SME "P" n.º 2.160, de 1.º de setembro de 2021, por substituição de servidor responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato 2017/58, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Resolução.

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.244, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
2017/58	E/CTIL/CML/GLO	Regiane de Lima Santana Sobral	Gerente I	60/3213170-1
		Ana Luiza Pimentel Monteiro	Assistente I	11/165650-3
		Wilson Malafaia Peixoto	Professor de Ensino Fundamental	10/279083-0
		Márcia Rodrigues Alves	Merendeira	10/238832-0
		Rafael Mendes Silva	Agente de Administração	10/300170-8

RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.245, DE 8 DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/207958/2004,

RESOLVE:
Alterar a Resolução n.º 2.161, de 1.º de setembro de 2021, por inclusão de servidor como responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato 2021/33, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Resolução.

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.245, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
2021/33	E/CTIL/CML/GLO	Regiane de Lima Santana Sobral	Gerente I	60/3213170-1
		Ana Luiza Pimentel Monteiro	Assistente I	11/165650-3
		Thiago Bispo dos Santos	Agente de Educação Infantil	10/276433-0
		Márcia Rodrigues Alves	Merendeira	10/238832-0
		Wilson Malafaia Peixoto	Professor de Ensino Fundamental	10/279083-0
		Rafael Mendes Silva	Agente de Administração	10/300170-8

RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.246, DE 8 DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/207958/2004,

RESOLVE:
Alterar a Resolução SME "P" n.º 2.301, de 27 de setembro de 2021, por substituição de servidor responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato 2021/88, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Resolução.

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.246, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
2021/88	E/CTIL/CML/GLO	Regiane de Lima Santana Sobral	Gerente I	60/3213170-1
		Ana Luiza Pimentel Monteiro	Assistente I	11/165650-3
		Wilson Malafaia Peixoto	Professor de Ensino Fundamental	10/279083-0
		Márcia Rodrigues Alves	Merendeira	10/238832-0
		Rafael Mendes Silva	Agente de Administração	10/300170-8
		Thiago Bispo dos Santos	Agente de Educação Infantil	10/276433-0

RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.247, DE 8 DE MARÇO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/207958/2004,

RESOLVE:
Designar os servidores como responsáveis pelo acompanhamento da execução do Contrato 2021/44, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Resolução.

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO SME "P" N.º 2.247, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
2021/44	E/CTIL/CML/GLO	Regiane de Lima Santana Sobral	Gerente I	60/3213170-1
		Ana Luiza Pimentel Monteiro	Assistente I	11/165650-3
		Wilson Malafaia Peixoto	Professor de Ensino Fundamental	10/279083-0
		Rafael Mendes Silva	Agente de Administração	10/300170-8
		Thiago Bispo dos Santos	Agente de Educação Infantil	10/276433-0

SUBSECRETARIA DE ENSINO
DESPACHOS DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

07/000151/2022
Com fulcro no artigo 116, no parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93, APROVO o Plano de Trabalho apresentado pela Agência de Jornalismo e Checagem Lupa S/A, às fls. 46 a 49 (verso), objetivando o Projeto "Letramento Midiático: uma segunda alfabetização".

07/00151/2022
Com fulcro no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93 AUTORIZO a celebração do Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Agência de Jornalismo e Checagem Lupa S/A, objetivando o Projeto "Letramento Midiático: uma segunda alfabetização", com prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do Convênio.

SUBSECRETARIA DE ENSINO
DESPACHOS DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

07/006.617/2021
Torno sem efeito a publicação do Termo de Referência realizado no D.O. nº 208 de 10 de janeiro de 2022, pág.30, 1ª coluna do processo epígrafe

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

APROVO o Termo de Referência na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, com fulcro no art. 1º, caput da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, inserto às fls. 128/132 do processo em epígrafe, cujo objeto refere-se à locação de veículo tipo Sedan para estudante do Instituto Benjamin Constant, Ana Beatriz Saraiva dos Santos, conforme deliberação da Defensoria Pública da União, na modalidade Dispensa de Licitação.

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA REDE
PORTARIA E/SUBAIR/CAGE N.º 02 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022
RETIFICAÇÃO
D.O DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022

Onde se lê:
"Art. 4.º Poderão candidatar-se a membros do Conselho Escola Comunidade: I - professores (as) com origem e exercício na Unidade Escolar. II- funcionários (as) que não ocupem o cargo de Professor (a), com origem e exercício na Unidade Escolar".

Leia-se:
"Art. 4.º Poderão candidatar-se a membros do Conselho Escola Comunidade: **I - professores (as) lotados e em exercício na Unidade Escolar, inclusive os requisitados. II - funcionários (as) que não ocupem o cargo de Professor (a), lotados e com exercício na Unidade Escolar".**

SUBSECRETARIA EXECUTIVA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
GERÊNCIA DE SELEÇÃO E DESEMPENHO
PORTARIA DA E/SUBEX/CDP/GSD Nº 02 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A GERÊNCIA DE SELEÇÃO E DESEMPENHO, DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - **DESIGNAR** os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para constituírem, a BANCA EXAMINADORA referente as etapas do processo seletivo estabelecidas no item 6 do Edital nº 11/2022 de 03/03/2022 a realizar-se nas datas previstas no cronograma do referido edital:

BANCA EXAMINADORA		
FUNÇÃO	**NOME**	**SETOR**
TITULAR	LUIZA MANDELA SILVA SOARES	E/SUBE/CEF/GAI
TITULAR	JOSÉ RICARDO CARVALHO SILVA	E/SUBE/CEF/GAI
TITULAR	ALINE SANTOS DE LIMA RAMOS	E/SUBE/CEF/GAI
TITULAR	RODOLPHO DE MORAES PEREIRA	E/SUBE/CEF/GAI
TITULAR	CRISTIANE JOAZEIRO BORRALHO SCARAMUSSA	E/SUBE/CEF/GAI
TITULAR	CLAYTON BOTAS NOGUEIRA	E/SUBE/CEF/GAF
TITULAR	GABRIEL CACAU BOUCINHAS	E/SUBE/CEF/GAF
TITULAR	LÍDIA DO AMARAL DAS CHAGAS	E/SUBE/CEF/GAF
TITULAR	JORDAN WALLACE ANJOS DA SILVA	E/SUBE/CEF
TITULAR	RENATA SURAIDE DA CUNHA BRANCO	E/SUBE/CEF
TITULAR	PATRÍCIA HELENA DA SILVA COSTA	E/SUBE/CEF
TITULAR	HÉRICA FERREIRA DOS SANTOS MARINATE	E/SUBE/CEF/GEJA
TITULAR	ALINE DE MENEZES SANTOS COELHO	E/SUBE/CEF/GEJA
TITULAR	CAROLINE AQUINO MARTINS	E/SUBE/CEF/GEJA
TITULAR	DANIEL PEREIRA DE OLIVEIRA	E/SUBE/CEF/GEJA
TITULAR	LUAN FELIPE XAVIER GOMES	E/SUBE/CPI
TITULAR	LILIAN MORGANA ALVES SILVA	E/SUBE/CPI
TITULAR	THAIS BARCELOS DIAS DA SILVA	E/SUBE/CPI
TITULAR	RAQUEL CAMPELO LOPEZ DE CASTRO SILVA	E/SUBE/CEF-RIOEDUCA NA TV
TITULAR	VIVIANE PASTOR SANTORO	E/SUBE/CEF-RIOEDUCA NA TV
TITULAR	CASSIA LECCE DINIZ RODRIGUES	E/SUBE/CEF-RIOEDUCA NA TV
TITULAR	KRISNA LEONE MENDES VALENTIM DOS SANTOS	E/SUBE/CEF-RIOEDUCA NA TV
SUPLENTE	LUCIANA CAVALCANTE NOGUEIRA	E/SUBEX/CDP/GSD
SUPLENTE	CAROLINE DOMINGUES DA SILVA TELES DE ASSIS	E/SUBEX/CDP/GSD
SUPLENTE	SUZANE DOS SANTOS ANDREIOLO	E/SUBEX/CDP/GSD
SUPLENTE	IVANA SOARES DE ARAUJO COSTA COUSAQUIVITI	E/SUBEX/CDP/GSD
SUPLENTE	PAMELA SANTOS DE ALMEIDA DO CARMO	E/SUBEX/CDP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
GERÊNCIA DE DIREITOS, VANTAGENS E APOSENTADORIA
PORTARIA E/SUBEX/CGRH/GDVA "P" DE 08 DE MARÇO DE 2022.

A GERENTE DA GERÊNCIA DE DIREITOS, VANTAGENS E APOSENTADORIA, DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela portaria "N" A/CSRH N.º 25 de 12/01/2006.

RESOLVE:
N.º 035 - Conceder aos Professores II, abaixo relacionados, Enquadramento por Formação, de acordo com as Leis nº 889 de 30 de julho de 1986, nº 1881 de 23 de julho de 1992 e nº 5623 de 01 de outubro de 2013 e pelo Proc nº 07/000.698/2021, conforme discriminados a seguir:

NÍVEL 5 - CLASSE D
07/080.616/2006 - ALINE CARLA BATISTA LAIA - 10/223.007-6, com validade de 26/10/2020.

NÍVEL 7 - CLASSE C
07/04/002.439/2020 - AGLIBERTO CRUZ CORREIA - 10/116.615-6, com validade de 09/11/2020.

07/04/002.438/2020 - HELENA MARIA LIMA DA SILVA - 10/108.679-2, com validade de 09/11/2020.

NÍVEL 6 - CLASSE C
07/07/001.141/2020 - ADRIANA LESSA DE SOUZA - 10/199.867-3, com validade de 13/10/2020.

NÍVEL 5 - CLASSE C
07/004.822/2020 - MONICA RIBEIRO JOVIANO LELIS - 10/222.861-7, com validade de 28/10/2020.

07/080.703/2005 - ROSILANEDA SILVA - 10/217.656-8, com validade de 17/08/2020.

N.º 036 - Conceder aos Professores I, abaixo relacionados, Enquadramento por Formação, de acordo com as Leis nº 889 de 30 de julho de 1986, nº 1881 de 23 de julho de 1992 e nº 5623 de 01 de outubro de 2013 e pelo Proc nº 07/000.698/2021, conforme discriminados a seguir:

NÍVEL 5- CLASSE D
07/07/000.307/2020 - PATRICIA PINHO MENDES - 10/240.276-6, com validade de 28/10/2020.

NÍVEL 4 - CLASSE D
07/005.144/2020 - SIMONE JOSÉ MACIEL DA ROCHA - 10/247.527-5, com validade de 25/11/2020.

NÍVEL 3 - CLASSE D
07/01/001.604/2019 - CRISTIANE SOUZA DE OLIVEIRA - 10/276.277-1, com validade de 29/10/2020.

07/07/000.310/2020 - PATRICIA PINHO MENDES - 10/260.036-9, com validade de 28/10/2020.

N.º 037 - Conceder aos Professores de Ensino Fundamental, abaixo relacionados, Enquadramento por Formação, de acordo com as Leis nº 889 de 30 de julho de 1986, nº 1881 de 23 de julho de 1992 e nº 5623 de 01 de outubro de 2013 e pelo Proc nº 07/000.698/2021, conforme discriminados a seguir:

NÍVEL 2 - CLASSE D
07/008.415/2016 - DANIELA PUNARO BARATTA DE FARIA - 10/277.472-7, com validade de 06/10/2020.

NÍVEL 1 - CLASSE D
07/002.943/2020 - MICHELY AGUIAR RODRIGUES - 10/298.651-1, com validade de 22/10/2020.

07/01/001.226/2020 - ROBERTA PIRES CORREA - 10/297.718-9, com validade de 20/10/2020.

07/10/002.690/2020 - SAMARA VIANA DE OLIVEIRA - 10/302.652-3, com validade de 06/11/2020.

N.º 038 - Conceder aos Professores de Educação Infantil, abaixo relacionados, Enquadramento por Formação, de acordo com as Leis nº 889 de 30 de julho de 1986, nº 1881 de 23 de julho de 1992 e nº 5623 de 01 de outubro de 2013 e pelo Proc nº 07/000.698/2021, conforme discriminados a seguir:

NÍVEL 5 - CLASSE C
07/103.225/2009 - ANA PAULA DE OLIVEIRA ANDRADE PASSOS - 10/216.052-1, com validade de 19/08/2020.

NÍVEL 3 - CLASSE C
07/07/001.584/2015 - BIANCA LEITE PEREIRA - 10/279.676-1, com validade de 20/10/2020.

07/07/000.985/2016 - DAMIANA VASCONCELOS MAGALHÃES - 10/267.910-8, com validade de 23/10/2020.

07/04/002.440/2020 - MARIA CREUSA CORREA SANTOS - 10/249.256-9, com validade de 09/11/2020.

07/002.581/2019 - MONIQUE FERREIRA DA SILVA - 10/275.828-2, com validade de 16/09/2020.

NÍVEL 2 - CLASSE C
07/08/003.639/2019 - FERNANDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA - 10/291.729-2, com validade de 08/10/2020.

07/000.178/2020 - JOSIANE MARIA FELIZARDO - 10/254.435-1, com validade de 06/07/2020.

07/09/001.845/2020 - SIDENILDE ARAUJO FIGUEIREDO - 10/254.744-6, com validade de 28/10/2020.

07/05/002.243/2019 - RUBIA VIEIRA DE SOUZA DE LIMA - 10/294.197-9, com validade de 01/10/2020.

NÍVEL 1 - CLASSE C
07/09/000.071/2020 - ADRIANA BENTO DOS SANTOS - 10/283.127-9, com validade de 02/09/2020.

07/004.728/2020 - AMANDA DE ALMEIDA PESSOA PAIVA - 10/289.215-6, com validade de 22/10/2020.

07/10/002.163/2020 - ANA PATRICIA GARCIA COSTA - 10/244.611-0, com validade de 28/08/2020.

07/10/000.292/2020 - ANA PAULA MARQUES DE OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO - 10/250.871-1

07/002.938/2020 - BRUNA RODRIGUES FARIA - 10/301.606-0, com validade de 05/06/2020.

07/004.895/2020 - CLAUDIA REGINA BATISTA BERNARDES - 10/302.685-3, com validade de 04/11/2020.

07/10/002.558/2019 - CRISTINA RAQUEL MONTEIRO PEDRO DA SILVA - 10/298.939-0, com validade de 04/11/2020.

07/04/002.377/2020 - DANIELLE FERREIRA BASTOS - 10/301.612-8, com validade de 29/10/2020.

07/003.086/2020 - ELISANGELA CLAUDINO DA SILVA - 10/302.069-0, com validade de 20/08/2020.

07/09/001.553/2020 - FERNANDA COUTO DO AMARAL - 10/276.594-9, com validade de 23/10/2020.

07/07/003.398/2019 - GISELI DOS SANTOS MACHADO - 10/301.448-7, com validade de 04/11/2020.

07/010.692/2019 - GISLENE MEGRES DE SOUZA QUINTINO - 10/302.634-1, com validade de 08/10/2020.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

07/09/000.188/2020B - JANAINA LACERDA DAS NEVES SILVA - 10/298.821-0, com validade de 28/10/2020.

07/10/002.140/2020 - JOSEANE LOPES DA FONSECA DORNELLAS - 10/298.917-6, com validade de 29/10/2020.

07/11/000.848/2020 - LUIZA SANTIAGO FIGUEIRA DA SILVA - 10/299.161-0, com validade de 08/10/2020.

07/002.280/2020 - MARCELE CHRISTINE MARCANTE MONTEIRO OLIVEIRA - 10/299.843-3, com validade de 03/11/2020.

07/001.984/2020 - MARISE DE OLIVEIRA SANTOS - 10/253.045-9, com validade de 26/10/2020.

07/09/001.079/2020 - MICHELE CELESTINO DE SOUZA - 10/267.440-6, com validade de 10/11/2020.

07/004.947/2020 - NATALIA DE ANDRADE NASCIMENTO - 10/301.579-9, com validade de 09/11/2020.

07/004.788/2020 - ROSEANE TELLES DA SILVA SOARES - 10/300.544-4, com validade de 26/10/2020.

07/04/001.949/2020 - SANDRA CONCEIÇÃO ALVES DA SILVA - 10/301.621-9, com validade de 21/08/2020.

07/02/002.161/2020 - TATIANE SANTOS DO ROSARIO LEÃO - 10/266.679-0, com validade de 23/10/2020.

07/004.804/2020 - VANESSA DA SILVA PAZ MARQUES - 10/290.305-2, com validade de 27/10/2020.

DESPACHOS DA GERENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Integralização de Cargo em Comissão Incorporado - Validade: 28/12/2021. Processo n.º 07/04/000.798/2022 - EVELYN STOJAK BIANCHINI, 10/200.911-6 - AUTORIZO

Integralização de Cargo em Comissão Incorporado - Validade: 28/12/2021. Processo n.º 07/01/000.473/2022 - IZABEL CRISTINA MARCAL GONCALVES, 10/200.956-1 - AUTORIZO

Integralização de Cargo em Comissão Incorporado - Validade: 28/12/2021. Processo n.º 07/08/001.037/2022 - REGINA COELI MONTEIRO RAPOSO FRANCA, 10/222.671-0 - AUTORIZO

Integralização de Cargo em Comissão Incorporado - Validade: 30/12/2021. Processo n.º 07/04/000.827/2022 - SARITA CLEMENTE DE MORAES, 10/222.286-7 - AUTORIZO

AVERBE-SE o Tempo de Serviço/Contribuição prestado ao Governo do Estado do Amapá, nos termos do inciso I do Artigo 65 da Lei 94/79, do servidor abaixo relacionado:

07/09/001.390/2020 - REBECA JUCARA FERREIRA SALGADO - 10/318.846-3, Agente Educador II, no período de 16/01/2014 a 30/06/2016, na matrícula 0113791-0-01, como Auxiliar Educacional, no total de 897 (oitocentos e noventa e sete) dias (Solicitação feita em: 08/02/2022).

AVERBE-SE o Tempo de Serviço/Contribuição prestado à Prefeitura Municipal de Nilópolis, nos termos do inciso I do Artigo 65 da Lei 94/79, do servidor abaixo relacionado:

07/000.715/2022 - MARIA DA PENHA SOTERO TEIXEIRA DOS SANTOS - 10/318.207-8, Professor Adjunto de Educação Infantil, no período de 11/06/2013 a 06/11/2019, na matrícula 19.367, como Professor I - do 1º ao 5º ano, no total de 2.327 (dois mil, trezentos e vinte e sete) dias, desprezando-se o período de 07/11/2019 a 04/12/2019, por ser concomitante com esta municipalidade (Solicitação feita em: 08/02/2022).

AVERBE-SE o Tempo de Serviço/Contribuição prestado à Prefeitura Municipal de Seropédica, nos termos do inciso I do Artigo 65 da Lei 94/79, do servidor abaixo relacionado:

07/000.801/2022 - EVANGELINA SILVA DE OLIVEIRA MARQUÊS - 10/323.176-8, Professor de Educação Infantil, no período de 28/01/2014 a 14/04/2021, na matrícula 12009, como Professor Doc II - 40h - Educação Infantil ao 5º ano, no total de 2.633 (dois mil, seiscentos e trinta e três) dias, observando-se a Lei Complementar nº 34, publicada no D.O. Rio de 02/12/1997 e considerando, no que couber, os efeitos da Lei 173/2020 (Solicitação feita em: 10/02/2022).

AVERBE-SE o Tempo de Serviço/Contribuição prestado à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, nos termos do inciso I do Artigo 65 da Lei 94/79, do servidor abaixo relacionado:

07/000.689/2022 - THATIANA DOS SANTOS NASCIMENTO IMENES - 10/328.137-5, Professor de Ensino Fundamental - Língua Portuguesa, no período de 24/03/2009 a 26/09/2021, na matrícula 10/256.521-6, como Professor I - Língua Portuguesa, no total de 4.567 (quatro mil quinhentos e sessenta e sete) dias, já descontados 03(três)dias de Lic. Art. 88 da Lei 94/79 nos termos do Inciso I do artigo 65 combinado com o Artigo 126 da mesma norma e considerando, no que couber, os efeitos da Lei 173/2020; desprezando-se o período de 27/09/2021 a 03/02/2022, por ser concomitante com esta municipalidade (Solicitação feita em: 09/02/2022).

07/06/000.466/2021 - ANDREA ESPÍNOLA DE OLIVEIRA - Agente de Educação Infantil, matrícula 10/249.890-5. Averbem-se os tempos de serviço/contribuição prestados, conforme discriminação abaixo:

a) à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 12/12/1990 a 26/12/1996, como Assistente em Administração, no total de 2.202 (dois mil, duzentos e dois) dias, já descontados 05 (cinco) dias de faltas, nos termos do Inciso I do artigo 65 da lei 94/79.

b) em atividades de caráter privado, nos períodos de 08/06/1998 a 18/01/2000 e 06/06/2004 a 12/08/2006, no total de 1.383 (mil, trezentos e oitenta e três), com base no artigo 9º e seu Parágrafo Único da Lei 315/82, exclusivamente para fins de aposentadoria, combinado com o artigo 212 da LOMRJ, de 05/04/90 (Solicitação feita em: 25/01/2022).

Processo nº 07/03/003.002/2019 - ALESSANDRA DA SILVA SANTOS - Professor de Educação Infantil, matrícula 10/265.333-5, tornar sem efeito a averbação publicada no D.O. Rio nº 243, pág. 17, 3ª coluna, de 03/03/2022.

07/03/003.002/2019 - ALESSANDRA DA SILVA SANTOS - Professor de Educação Infantil, matrícula 10/265.333-5. Averbem-se os tempos de serviço/contribuição prestados, conforme discriminação abaixo:

a) ao Município de Nova Iguaçu, no período de 09/08/2010 a 09/02/2014, como Professor II - da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, no total de 1.281 (mil, duzentos e oitenta e um) dias, nos termos do Inciso I do artigo 65 da lei 94/79, observando-se a Lei Complementar nº 34, publicada no D.O. de 02/12/1997, desprezando-se o período de 10/02/2014 a 19/12/2014 por já estar averbado à matrícula em questão.

b) em atividades de caráter privado, nos períodos de 01/10/1993 a 31/01/1995, 01/11/1996 a 31/01/1997, 13/02/1997 a 31/12/2000, 01/03/2001 a 01/08/2001, 02/10/2001 a 18/05/2004, 21/07/2005 a 31/07/2005, 04/04/2009 a 31/01/2010 e 01/03/2010 a 19/03/2010, no total de 3.437 (três mil, quatrocentos e trinta e sete) dias, com base no artigo 9º e seu Parágrafo Único da Lei 315/82, exclusivamente para fins de aposentadoria, combinado com o artigo 212 da LOMRJ, de 05/04/90, desprezando-se o dia 01/02/1995 e os períodos de 01/02/1997 a 08/02/1997, 01/01/2001 a 28/02/2001, 01/08/2005 a 31/08/2005, 27/01/2006 a 30/11/2007 e 01/02/2010 a 28/02/2010 por ausência de contribuição previdenciária (Solicitação feita em: 11/02/2022).

Processo nº 07/004.703/2021 - JOELMA FURTADO MELO - Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais, matrícula 10/256.134-8, tornar sem efeito a averbação publicada no D.O. Rio nº 244, pág. 31, 2ª coluna, de 04/03/2022.

07/004.703/2021 - JOELMA FURTADO MELO - Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais, matrícula 10/256.134-8. Averbem-se os tempos de serviço/contribuição prestados, conforme discriminação abaixo:

a) ao Município do Rio de Janeiro, no período de 02/03/2009 a 08/06/2011, na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Agente Auxiliar de Creche, no total de 829 (oitocentos e vinte e nove) dias, nos termos do Inciso I do artigo 65 combinado com o artigo126 da Lei nº 94/79.

b) ao Município de Mesquita, no período de 09/06/2011 a 30/09/2013, na matrícula 69787, no cargo de Professor II - Educação Infantil, no total de 845 (oitocentos e quarenta e cinco) dias, nos termos do Inciso I do artigo 65 da Lei nº 94/79, desprezando-se o período de 01/10/2013 a 05/10/2020, por estar incluso em período já averbado.

c) ao Município de Belford Roxo, no período de 01/10/2013 a 05/10/2020, na matrícula 50265, no cargo de Professor de 1ª a 4ª série, no total de 2.548 (dois mil, quinhentos e quarenta e oito) dias, já descontados 13 (treze) dias de faltas, nos termos do Inciso I do artigo 65 da Lei nº 94/79, observando-se a Lei complementar nº 34/97, desprezando-se o período de 26/09/2013 a 30/09/2013, por estar incluso em período já averbado, e o período de 06/10/2020 a 03/11/2020 por ser concomitante com esta municipalidade (Solicitação feita em: 31/01/2022).

AVERBE-SE para fins de Aposentadoria, com base no Artigo 9º e seu Parágrafo Único da Lei 315/82, combinado com o Artigo 212 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 05/04/90, o tempo de contribuição prestado em atividades de caráter privado dos servidores abaixo relacionados:

07/04/002.392/2021 - DANIELE PELAGIO DA COSTA - 10/301.609-4, Professor de Educação Infantil, no período de 01/04/2003 a 07/03/2008, no total de 1.800 (mil e oitocentos), desprezando-se o período de 03/03/2003 a 31/03/2003, por ausência de contribuição previdenciária (Solicitação feita em: 04/02/2022).

07/02/000.480/2022 - DANIELE PIRES VERONESE DE MATOS MARTINS - 10/192.474-5, Agente de Administração, no período de 01/12/1996 a 31/12/1997, no total de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias (Solicitação feita em: 03/02/2022).

07/06/000.676/2022 - ELEN DOS SANTOS FRANCO - 10/274.731-9, Professor I - Educação Musical, nos períodos de 01/04/1993 a 30/09/1996, 01/11/1997 a 31/12/1997, 01/05/1999 a 30/11/1999, 01/12/1999 a 30/09/2000, 01/11/2000 a 28/02/2003, no total de 2.705 (dois mil, setecentos e cinco) dias (Solicitação feita em: 09/02/2022).

07/04/003.254/2019 - ELIUDE FERREIRA DA SILVA - 10/266.902-6, Agente de Educação Infantil, nos períodos de 15/08/1986 a 14/06/1988, 11/03/1991 a 09/12/1992, 01/10/2000 a 31/10/2000, 01/02/2001 a 31/07/2001, 01/09/2001 a 31/12/2001, 01/02/2002 a 31/03/2002, 01/05/2002 a 31/07/2002, 01/09/2002 a 30/12/2003, 01/02/2007 a 30/06/2007, 01/10/2007 a 30/06/2008, 01/07/2008 a 10/10/2008, 01/07/2009 a 30/04/2011, no total de 3.474(três mil, quatrocentos e setenta e quatro) dias, desprezando-se os períodos de 28/09/2000 a 30/09/2000, 01/11/2000 a 31/01/2001, 01/08/2001 a 31/08/2001, 01/01/2002 a 31/01/2002, 01/04/2002 a 30/04/2002, 01/08/2002 a 31/08/2002, 03/01/2007 a 31/01/2007, 01/07/2007 a 30/09/2007 e 01/05/2011 a 31/05/2011, por ausência de contribuição previdenciária (Solicitação feita em: 11/02/2022).

07/05/000.346/2022 - JANAINA RANGEL BARBOZA GODINHO JORGE - 10/276.106-2, Professor de Educação Infantil, no período de 21/03/1995 a 03/12/2001, no total de 2.443 (dois mil, quatrocentos e quarenta e três) dias (Solicitação feita em: 10/02/2022).

07/09/002.963/2021 - JOSEFA RAMOS PEREIRA - 10/280.471-4, Agente de Educação Infantil, nos períodos de 02/04/2001 a 30/11/2002, 01/01/2003 a 30/04/2004, 01/07/2004 a 30/11/2005, 01/04/2006 a 30/06/2008, 01/07/2008 a 31/12/2011, 02/01/2012 a 19/04/2012, no total de 3.817 (três mil, oitocentos e dezessete) dias; desprezando-se os períodos de 01/12/2002 a 31/12/2002, 01/12/2005 a 31/03/2006, por ausência de contribuição previdenciária e o período de 20/04/2012 a 27/04/2012, por ser concomitante com esta municipalidade (Solicitação feita em: 04/02/2022).

07/09/000.355/2020 - JOSELI PROFETA OLIVEIRA - 10/306.555-4, Agente de Apoio a Educação Especial, nos períodos de 14/05/1991 a 23/12/1994, 13/10/1997 a 22/08/2008, 20/07/2009 a 14/10/2009, 16/10/2009 a 02/08/2013, 01/03/2014 a 31/07/2015, 19/08/2015 a 03/10/2018, no total de 8.412 (oito mil, quatrocentos e doze) dias; desprezando-se o dia 04/10/2018, por ser concomitante com esta municipalidade (Solicitação feita em: 03/02/2022).

07/000.257/2022 - LILIA FERNANDA GUTMAN TOSTA PARANHOS LANGHI - 10/134.081-9, Professor de Ensino Fundamental - Língua Portuguesa, nos períodos de 01/03/1980 a 30/12/1981, 01/08/1985 a 08/12/1987, 02/08/1989 a 28/02/1993, 01/04/1997 a 31/12/1997 e 12/03/2001 a 11/03/2009 no total de 6.025(seis mil e vinte e cinco) dias, desprezando-se o período de 09/12/1987 a 01/08/1989 por ser concomitante com período já averbado à matrícula em questão, os períodos de 01/03/1983 a 10/08/1983, 01/01/1994 a 31/01/1994, 01/02/1994 a 28/02/1997, 01/04/2004 a 31/05/2004, 01/08/2004 a 31/08/2004, 01/02/2006 a 28/02/2006, 01/05/2006 a 31/05/2006, 01/07/2006 a 31/07/2006, 01/11/2006 a 30/11/2006 conforme o requerido e os períodos de 01/02/2010 a 28/02/2010, 01/03/2012 a 31/01/2013, 01/02/2013 a 28/02/2013, 01/03/2014 a 31/03/2014, 01/03/2015 a 31/03/2015, 01/05/2015 a 31/05/2015, 01/02/2016 a 29/02/2016, 01/09/2016 a 30/09/2016 e 01/02/2017 a 28/02/2017 por serem concomitantes com esta municipalidade (Solicitação feita em: 10/02/2022).

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

07/005.450/2021 - LUZIANA CARDOSO CAMPOS - 10/293.889-2, Professor de Educação Infantil, nos períodos de 01/02/2002 a 02/02/2004, 02/03/2007 a 19/03/2007, 20/03/2007 a 30/04/2009, 01/05/2009 a 30/01/2011, 01/07/2011 a 19/07/2013, no total de 2.905 (dois mil, novecentos e cinco) dias, desprezando-se os períodos de 08/09/2004 a 28/02/2007, por ausência de contribuição previdenciária (Solicitação feita em: 04/02/2022).

07/01/000.397/2022 - MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS - 10/276.765-5, Agente de Educação Infantil, nos períodos de 15/09/1976 a 30/11/1977, 01/12/1977 a 23/01/1980, 01/03/1980 a 12/03/1982, 02/06/1982 a 14/07/1989, 20/11/1989 a 16/04/1990, 01/10/1990 a 31/10/1990, 02/04/1991 a 30/10/1991, 01/11/1993 a 30/11/1994, 01/10/2003 a 31/12/2003, 01/02/2004 a 31/ 03/2004, 01/06/2007 a 30/06/2007 e 01/02/2010 a 26/12/2011, no total de 6231 (seis mil duzentos e trinta e um) dias (Solicitação feita em: 09/02/2022).

07/01/001.780/2021 - MONICA MATTOS CRUZEIRO - 10/218.009-9, Professor II, nos períodos de 07/07/1988 a 06/07/1989, 07/07/1989 a 25/11/1993, 01/03/1998 a 31/12/1998, 01/01/1999 a 27/01/2000, no total de 4.216 (quatro mil duzentos e dezesseis) dias, desprezando-se os períodos de 01/01/2001 a 31/12/2001, por ausência de Contribuição Previdenciária (Solicitação feita em: 09/02/2022).

07/08/000.460/2022 - RODRIGO RODRIGUES DA SILVA - 10/260.049-2, Agente Educador II, nos períodos de 03/08/1999 a 16/11/1999, 10/02/2000 a 31/03/2000, 01/04/2001 a 21/05/2001, 01/07/2001 a 31/07/2001, 07/11/2002 a 22/11/2002, 13/01/2003 a 11/02/2003, 04/08/2003 a 23/10/2003, 08/10/2004 a 08/06/2005, 30/08/2005 a 30/09/2005, 01/12/2005 a 02/01/2006, 20/01/2006 a 13/02/2006, 14/02/2006 a 01/11/2007, 01/01/2008 a 31/01/2008, 03/03/2008 a 31/05/2008, 21/10/2008 a 12/12/2008, 02/02/2009 a 04/05/2009 e 01/07/2009 a 01/05/2010, no total de 1.896(mil, oitocentos e noventa e seis) dias, desprezando-se os períodos de 26/06/2001 a 30/06/2001 e 22/11/2005 a 30/11/2005 por ausência de contribuição previdenciária (Solicitação feita em: 11/02/2022).

Processo nº 07/11/000.196/2021 - VANESSA ANDRADE MARQUÊS DE ALBUQUERQUE - Professor de Educação Infantil, matrícula 10/280.673-5, tornar sem efeito a averbação publicada D.O. Rio nº 248, pág 20, 2ª coluna de 02/03/2021.

07/11/000.196/2021 - VANESSA ANDRADE MARQUÊS DE ALBUQUERQUE - 10/280.673-5, Professor de Educação Infantil, nos períodos de 01/01/1996 a 31/01/1997, 01/12/1997 a 12/01/1998, 02/03/1998 a 31/12/1998, 03/07/2000 a 01/05/2002, 02/05/2002 a 10/02/2011 e 01/03/2011 a 30/05/2012, no total de 5.039 (cinco mil e trinta e nove) dias, desprezando-se os períodos de 01/07/1995 a 31/12/1995, 01/02/1997 a 28/02/1997 e 01/01/1999 a 05/02/1999, por ausência de contribuição previdenciária e o período de 31/05/2012 a 04/01/2013, por ser concomitante com esta municipalidade (Solicitação feita em: 08/02/2022).

Processo nº 07/03/001.816/2020 - SILVIA MUNIZ WERNECK, matrícula 10/302.671-3, Professor de Ensino Fundamental, tornar sem efeito o despacho de 07/03/2022 publicado no D.O. Rio nº 246, pág. 32, 2ª coluna, de 08/03/2022.

RETIFICAÇÕES:
D.O. RIO Nº 246 DE 08/03/2022
PORTARIA E/SUBEX/CGRH/GDVA "P" DE 07/03/2022

Nº 034
Página 32, 2ª coluna
NÍVEL 1 - CLASSE C
07/08/002.092/2020 - ISABEL CRISTINA DA SILVA SOARES DE LIMA
Onde se lê:
NÍVEL 1 - CLASSE D
Leia-se:
NÍVEL 1 - CLASSE C

D.O. RIO nº 246 de 08/03/2022
Página 32, 1ª coluna
Onde se lê:
Nº 030 - Conceder aos Professores II...
Leia-se:
Nº 031 - Conceder aos Professores II...

Onde se lê:
Nº 033 - Conceder aos Professores de Educação Infantil...
Leia-se:
Nº 034 - Conceder aos Professores de Educação Infantil...

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
(*)EXPEDIENTE DE 01/02/2022

Processo nº 07/005654/2021
1- Objeto: Locação de veículo tipo Sedan.
2- Partes: PCRJ/SME e EMPRESA VIALES TRANSPORTES EIRELI.
3- Fundamento: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações
4- Razão: Atender deliberação da Defensoria Pública da União, em favor da estudante Ana Beatriz Saraiva dos Santos, aluna do Instituto Benjamim Constant.
5- Valor: R$ 14.560,00 (quatorze mil e quinhentos e sessenta reais)
6- Autorização: Bettina Maria Cantuária Libonati
(*)Omitido do D.O. Rio nº 224 de 02/02/2022.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA COORDENADORA DA E/SUBG/CAD
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo n° 07/001264/2022
Aprovo o Termo de Referência inserto às fls. 04-06 no processo em epígrafe, que versa sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICA - CONSUMO, pertencentes à classe 6730, 7105, 7440, 7445 para a Unidades de Ginásio Experimental Tecnológico - GETS da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA COORDENADORA DA E/SUBG/CAD
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 07/000172/2021
Autorizo o cancelamento parcial da Nota de Empenho nº 2022/149 no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), em favor da Empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA

DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo 07/005.446/2021 - Homologo o resultado da licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP/SME nº **0715/2021** que versa sobre a **AQUISIÇÃO DE ABSORVENTE HIGIÊNICO**, no valor total de R$ 2.761.662,80 (dois milhões setecentos e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), a favor da empresa **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI.**

1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a comprovação de despesa tendo como responsáveis:

07/01/001.851/2021	E/CRE (01.01.008) EM Marechal Espiridião Rosas	Maria Cristina B. N. Caramuru	11/151.096-5
		Vânia Lúcia Fernandes Barbosa	10/106.088-8
07/01/000.455/2022	E/CRE (01.02.504) CIEP Avenida dos Desfiles	Alessandra Aranha Teixeira	11/200.018-0
		Rosane Abrantes da Silva Gonçalves	12/200.424-0
07/01/000.457/2022	E/CRE (01. 02.504) CIEP Avenida dos Desfiles	Alessandra Aranha Teixeira	11/200.018-0
		Rosane Abrantes da Silva Gonçalves	12/200.424-0
07/01/002.145/2021	E/CRE (01.03.501) EM do Catumbi	Anna Paula Huss	11/255.252-9
		Micheli Oliveira da S. Gomes	12/284.488-4
07/01/002.147/2021	E/CRE (01.03.501) EM do Catumbi	Anna Paula Huss	11/255.252-9
		Micheli Oliveira da S. Gomes	12/284.488-4
07/01/002.128/2021	E/CRE (01.07.011) EM Cardeal Leme	Karla de Oliveira da Costa	11/148.305-6
		Maria de Fátima Martins Ribeiro	12/115.135-6
07/01/002.129/2021	E/CRE (01.07.011) EM Cardeal Leme	Karla de Oliveira da Costa	11/148.305-6
		Maria de Fátima Martins Ribeiro	12/115.135-6
07/01/000.415/2022	E/CRE (01.07.016) EM Josué de Sousa Montello	Carolina M. Moraes	11/260.376-9
		Sabrina Guedes de Oliveira	12/215.347-6
07/01/000.426/2022	E/CRE (01.07.016) EM Josué de Sousa Montello.	Carolina M. Moraes	11/260.376-9
		Sabrina Guedes de Oliveira	12/215.347-6
07/01/000.322/2022	E/CRE (01.07.017) EM Neuma Gonçalves da Silva - Dona Neuma	Bezaliel Medeiros Duarte	11/279.677-9
		Isabela Nascimento da S. de Mendonça	12/297.210-7
07/01/001.911/2021	E/CRE (01.07.502) EM Mestre Waldemiro	Glaucia Couto B. da Silva	11/258.982-8
		Tenilli Roberta Alvarenga Cezar Silva	12/293.410-7
07/01/000.032/2022	E/CRE (01.21.001) EM Joaquim Manuel de Macedo	Hanriete de Araujo da Silva	11/201.110-4
		Rose Mary da Costa Ermida	12/239.079-7

1.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO N.º 07/01/001894/2021
Autorizo a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração.

1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a comprovação de despesas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Básico/2021, de acordo com as normatizações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, cujos presidentes e Conselhos Escola Comunidade vão abaixo identificados:

Processo 07/01/000117/2022
CEC da CM Sempre Vida Santo Antônio de Pádua
Nome do presidente: Stella Barreto Silva Estabanez

Processo 07/01/000127/2022
CEC da EM Mário Cláudio
Nome do presidente: Ana Claudia Rodrigues da Cunha

Processo 07/01/000134/2022
CEC da CM Brincadeiras de Criança
Nome do presidente: Norma Francisca Carreiro de Araujo

Processo 07/01/000141/2022
CEC do EDI Fundação Leão XII
Nome do presidente: Luciene Esposito de Souza Santos

Processo 07/01/000158/2022
CEC da CM Adalberto Ismael de Souza
Nome do presidente: Tatiana Gregório Campos Araujo

Processo 07/01/000165/2022
CEC da CM Samora Machel
Nome do presidente: Leila Mara Simões Maceio Marques

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a comprovação de despesas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Qualidade/2021, de acordo com as normatizações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, cujos presidentes e Conselhos Escola Comunidade vão abaixo identificados:

Processo 07/01/000211/2022
CEC da CM Sempre Vida Santo Antônio de Pádua
Nome do presidente: Stella Barreto Silva Estabanez

Processo 07/01/000221/2022
CEC da EM Mário Cláudio
Nome do presidente: Ana Claudia Rodrigues da Cunha

Processo 07/01/000228/2022
CEC da CM Brincadeiras de Criança
Nome do presidente: Norma Francisca Carreiro de Araujo

Processo 07/01/000235/2022
CEC do EDI Fundação Leão XII
Nome do presidente: Luciene Esposito de Souza Santos

Processo 07/01/000252/2022
CEC da CM Adalberto Ismael de Souza
Nome do presidente: Tatiana Gregório Campos Araujo

Processo 07/01/000259/2022
CEC da CM Samora Machel
Nome do presidente: Leila Mara Simões Maceio Marques

1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a comprovação de despesas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Estrutura/Sala de Recursos/2021, de acordo com as normatizações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, cujos presidentes e Conselhos Escola Comunidade vão abaixo identificados:

Processo 07/01/000297/2022
CEC da EM Mário Cláudio
Nome do presidente: Ana Claudia Rodrigues da Cunha

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA E/2ª CRE N.º 169 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativas na forma que menciona.

O COORDENADOR DA 2.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18 do Decreto n.º 38.256, de 10 de janeiro de 2014,

RESOLVE:
Art. 1.º Prorrogar o prazo estabelecido na Portaria E/2ª CRE n.º 158, de 19 de janeiro de 2022, publicada no D.O. RIO n.º 217, de 24 de janeiro de 2022, referente ao processo n.º 07/02/000.307/2022, por 45 (quarenta e cinco) dias, para conclusão dos trabalhos de sindicância.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
JOSÉ EDMILSON DA SILVA

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA E/2ª CRE N.º 171 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativas na forma que menciona.

O COORDENADOR DA 2.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18 do Decreto n.º 38.256, de 10 de janeiro de 2014,

RESOLVE:
Art. 1.º Prorrogar o prazo estabelecido na Portaria E/2ª CRE n.º 161, de 19 de janeiro de 2022, publicada no D.O. RIO n.º 217, de 24 de janeiro de 2022, referente ao processo n.º 07/02/000.310/2022, por 45 (quarenta e cinco) dias, para conclusão dos trabalhos de sindicância.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
JOSÉ EDMILSON DA SILVA

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 07/03/2022*

Processo N° 07/02/002336/2021
E/2° CRE (02.05.007) Escola Municipal Penedo
Márcia Vieira Pereira- 11/106292-6
Maria Elisabeth Cantisano Leal- 10/15590-4
*Tornar sem efeito a publicação do DO n° 246, página 39, 2° coluna de 08/03/2022.

Aprovo com ressalva a comprovação da despesa, do Sistema Descentralizado de Pagamento - E/2ª CRE, tendo como responsáveis:

Processo Nº 07/02/002336/2021
E/2ª CRE (02.05.007) Escola Municipal Penedo
Márcia Vieira Pereira-- 11/106292-6
Maria Elisabeth Cantisano Leal- 10/105590-4.

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo, a comprovação da despesa, do Sistema Descentralizado de Pagamento- E/2ª CRE, tendo como responsáveis:

Processo Nº 07/02/003798/2021
E/2ª CRE (02.06.015) Escola Municipal Manoel Cícero
Marcelo da Conceição Silva - 11/250.944-6
Victor Carvalho Loback de Faria - 12/307.722-9

Processo Nº 07/02/002360/2021
E/2ª CRE (02. 09.018) Escola Municipal Rodrigo Mello Franco de Andrade
Luciene Ruffo de Almeida Lins - 11/150.112-1
Gisele Colares Costa - 12/216.427-5

Processo Nº 07/02/003615/2021
E/2ª CRE (02. 09.018) Escola Municipal Rodrigo Mello Franco de Andrade
Luciene Ruffo de Almeida Lins - 11/150.112-1
Gisele Colares Costa - 12/216.427-5

Processo Nº 07/02/001985/2021
E/2ª CRE (02. 27.601) Creche Municipal Castelinho
Edileide do Nascimento Bezerra - 11/268.087-4
Daniela Morais Pereira - 12/291.840-7

Processo Nº 07/02/002741/2021
E/2ª CRE (02. 27.601) Creche Municipal Castelinho
Edileide do Nascimento Bezerra - 11/268.087-4
Daniela Morais Pereira - 12/291.840-7

Processo Nº 07/02/000563/2022
E/2ª CRE (02. 27.601) Creche Municipal Castelinho
Edileide do Nascimento Bezerra - 11/268.087-4
Daniela Morais Pereira - 12/291.840-7

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a comprovação da despesa, do Sistema Descentralizado de Pagamento- E/2ª CRE, tendo como responsáveis:

Processo Nº 07/02/003805/2021
E/2ª CRE (02.04.501) CIEP Presidente Tancredo Neves
Deise Carla Araújo dos Santos- 11/201112-0
Renata Carneiro Moura- 12/221886-5

Processo Nº 07/02/003636/2021
E/2ª CRE (02.05.008) Escola Municipal Roma
Leila Maria Brasiliense Cavalcanti- 70/216981-1
Claudia Santos de Bastos- 12/250563-4

Processo Nº 07/02/003372/2021
E/2ª CRE (02.05.008) Escola Municipal Roma
Leila Maria Brasiliense Cavalcanti- 70/216981-1
Claudia Santos de Bastos- 12/250563-4

Processo Nº 07/02/003871/2021
E/2ª CRE (02.05.008) Escola Municipal Roma
Leila Maria Brasiliense Cavalcanti- 70/216981-1
Claudia Santos de Bastos- 12/250563-4

Processo Nº 07/02/003821/2021
E/2ª CRE (02.06.022) Escola Municipal Lucia Miguel Pereira
Marlucia dos Santos da Conceição - 11/128134-4
Monick Alecrim de Andrade Ribeiro- 10/246890-8

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo, com ressalvas, a Prestação de Contas do Programa PDDE Básico 2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/000.804/2022
CEC da (02.08.606) C.M. Doutor Ronaldo Luiz Gazolla
Presidente: Joselena Kathia Saraiva Silva

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Básico 2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.006/2022
CEC da (02.04.006) E.M. Anne Frank
Presidente: André Alexandre Barbosa dos Santos

Processo: 07/02/000.913/2022
CEC da (02.06.602) C.M. Vidigal
Presidente: Helenice Moreira Guimarães

Processo: 07/02/001.021/2022
CEC da (02.08.001) E.M. Azevedo Sodré
Presidente: Sheila Mara do Nascimento da Silva

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Processo: 07/02/001.017/2022
CEC da (02.08.002) E.M. Reverendo Martin Luther King
Presidente: Maria Marlene de Brito

Processo: 07/02/001.011/2022
CEC da (02.08.017) E.M. Araújo Porto Alegre
Presidente: Isabela Pires Catilina

Processo: 07/02/001.054/2022
CEC do (02.09.501) C.I.E.P. Presidente Salvador Allende
Presidente: Katia Regina Alves da Silva

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Integral/Novo Mais Educação/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.012/2022
CEC da (02.08.017) E.M. Araújo Porto Alegre
Presidente: Isabela Pires Catilina

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Estrutura/Escola Acessível/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.007/2022
CEC da (02.04.006) E.M. Anne Frank
Presidente: André Alexandre Barbosa dos Santos

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/Mais Alfabetização/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.022/2022
CEC da (02.08.001) E.M. Azevedo Sodré
Presidente: Sheila Mara do Nascimento da Silva

Processo: 07/02/001.055/2022
CEC do (02.09.501) C.I.E.P. Presidente Salvador Allende
Presidente: Katia Regina Alves da Silva

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/Educação Conectada/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.059/2022
CEC do (02.04.802) E.D.I. Casa da Criança
Presidente: Priscila Maia Barcelos

Processo: 07/02/000.914/2022
CEC da (02.06.602) C.M. Vidigal
Presidente: Helenice Moreira Guimarães

Processo: 07/02/001.023/2022
CEC da (02.08.001) E.M. Azevedo Sodré
Presidente: Sheila Mara do Nascimento da Silva

Processo: 07/02/001.018/2022
CEC da (02.08.002) E.M. Reverendo Martin Luther King
Presidente: Maria Marlene de Brito

Processo: 07/02/001.013/2022
CEC da (02.08.017) E.M. Araújo Porto Alegre
Presidente: Isabela Pires Catilina

Processo: 07/02/000.805/2022
CEC da (02.08.606) C.M. Doutor Ronaldo Luiz Gazolla
Presidente: Joselena Kathia Saraiva Silva

Processo: 07/02/001.057/2022
CEC do (02.09.501) C.I.E.P. Presidente Salvador Allende
Presidente: Katia Regina Alves da Silva

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/PDDE Emergencial Municipal/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.060/2022
CEC do (02.04.802) E.D.I. Casa da Criança
Presidente: Priscila Maia Barcelos

Processo: 07/02/000.915/2022
CEC da (02.06.602) C.M. Vidigal
Presidente: Helenice Moreira Guimarães

Processo: 07/02/001.024/2022
CEC da (02.08.001) E.M. Azevedo Sodré
Presidente: Sheila Mara do Nascimento da Silva

Processo: 07/02/001.019/2022
CEC da (02.08.002) E.M. Reverendo Martin Luther King
Presidente: Maria Marlene de Brito

Processo: 07/02/001.014/2022
CEC da (02.08.017) E.M. Araújo Porto Alegre
Presidente: Isabela Pires Catilina

Processo: 07/02/000.806/2022
CEC da (02.08.606) C.M. Doutor Ronaldo Luiz Gazolla
Presidente: Joselena Kathia Saraiva Silva

Processo: 07/02/001.056/2022
CEC do (02.09.501) C.I.E.P. Presidente Salvador Allende
Presidente: Katia Regina Alves da Silva

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/Tempo de Aprender/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.025/2022
CEC da (02.08.001) E.M. Azevedo Sodré
Presidente: Sheila Mara do Nascimento da Silva

Processo: 07/02/001.020/2022
CEC da (02.08.002) E.M. Reverendo Martin Luther King
Presidente: Maria Marlene de Brito

Processo: 07/02/001.015/2022
CEC da (02.08.017) E.M. Araújo Porto Alegre
Presidente: Isabela Pires Catilina

Processo: 07/02/001.058/2022
CEC do (02.09.501) C.I.E.P. Presidente Salvador Allende
Presidente: Katia Regina Alves da Silva

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/Brasil na Escola/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/001.016/2022
CEC da (02.08.017) E.M. Araújo Porto Alegre
Presidente: Isabela Pires Catilina

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
***EXPEDIENTE DE 07/03/2022**

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/Educação Conectada/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/000.871/2022
CEC da (02.04.001) E.M. Deodoro
Presidente: Denise Shizue Ribeiro Tokuyama
***Republicada por ter saído com incorreções no D.O. Rio nº 246 de 08/03/2022, página 38 e 2ª coluna.**

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
***EXPEDIENTE DE 07/03/2022**

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE Qualidade/PDDE Emergencial Municipal/2021 do CEC (Conselho Escola Comunidade), relacionado abaixo:

Processo: 07/02/000.872/2022
CEC da (02.04.001) E.M. Deodoro
Presidente: Denise Shizue Ribeiro Tokuyama
***Republicada por ter saído com incorreções no D.O. Rio nº 246 de 08/03/2022, página 39 e 1ª coluna.**

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
(*) PORTARIA E/3.ª CRE "P" N.º 05, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022.

O COORDENADOR DA 3.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/03/000036/2020,

RESOLVE:

Alterar a Portaria E/3.ª CRE "P" nº 02 de 08 de janeiro de 2018, por substituição de servidor como responsável pela movimentação dos recursos do Sistema Descentralizado de Pagamento, no âmbito da 3.ª Coordenadoria Regional de Educação - E/3.ª CRE, observando o Decreto n.º 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto n.º 20.968, de 28 de dezembro de 2001, passando a vigorar o anexo único desta Portaria.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2022.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/3.ª CRE "P" N.º 05, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022.

PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
16.04.12.361. 0315.2181	E/3ª CRE (03.13.032) EM Bolivar	Ana Cristina Pollilo Giorno Freire	Diretor IV	11/215.726-1
		Vivian Nunes Gomes	Coordenador Pedagógico	12/327.241-6

(*) Republicado por com incorreções no D.O. Rio nº 234, de 16/02/2022, pág.23, 2ª coluna.

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
(*) PORTARIA E/3.ª CRE "P" N.º 06, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

O COORDENADOR DA 3.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/03/000036/2020,

RESOLVE:

Alterar a Portaria E/3.ª CRE "P" nº 09 de 15 de janeiro de 2018, por substituição de servidor como responsável pela movimentação dos recursos do Sistema Descentralizado de Pagamento, no âmbito da 3.ª Coordenadoria Regional de Educação - E/3.ª CRE, observando o Decreto n.º 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto n.º 20.968, de 28 de dezembro de 2001, passando a vigorar o anexo único desta Portaria.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2022.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/3.ª CRE "P" N.º 06, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
16.04.12.361. 0315.2181	E/3ª CRE (03.13.019) EM Afonso Taunay	Sandra Montes Pereira dos Santos Silva	Diretor IV	11/216.198-2
		Daniela Viana Valente	Diretor Adjunto	12/246.930-2

(*) Republicado por com incorreções no D.O. Rio nº 236, de 18/02/2022, pág.35, 1ª coluna.

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
(*)EXPEDIENTE DE 07/03/2022

PROCESSO INSTRUTIVO: 07/03/000815/2022 - Autorizo a celebração do Contrato no valor de R$ 255.822,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais), a favor da Empresa COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ:42.454.330/0001-05, com fulcro no Art. 1º caput da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações, pelo período de 12 (doze) meses a contar de 15/03/2022 até 14/03/2023, relativo ao PE/SRP - SME nº 0315/2021.

(*)Republicado por incorreções no DO nº 246 de 08/03/2022, pág. 40.

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA ASSESSORA ADJUNTA
EXPEDIENTE 08/03/2022

07/03/000690/2022- Diante das conclusões expendidas pela Comissão Especial de Baixa e Avaliação, em seu Parecer constante as fls.**27** do processo em epígrafe, AUTORIZO a baixa definitiva dos bens descritos nestes autos.

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA ASSESSORA ADJUNTA
EXPEDIENTE 08/03/2022

07/03/000533/2022- Diante das conclusões expendidas pela Comissão Especial de Baixa e Avaliação, em seu Parecer constante as fls.**20** do processo em epígrafe, AUTORIZO a baixa definitiva dos bens descritos nestes autos.

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE QUALIDADE/PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA/EMERGENCIAL/EDUCAÇÃO E FAMÍLIA 2021.

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000872/2022	E.M. REPÚBLICA DO LÍBANO

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE QUALIDADE/PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA/EMERGENCIAL/MAIS ALFABETIZAÇÃO/TEMPO DE APRENDER 2021.

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000849/2022	E.M. MINISTRO AFRÂNIO COSTA
07/04/000850/2022	E.M. ARIOSTO ESPINHEIRA
07/04/000873/2022	E.M. PROFESSOR PAULO FREIRE
07/04/000874/2022	E.M. CRUZADA SÃO SEBASTIÃO
07/04/000875/2022	E.M. CONDE DE AGROLONGO

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE ESTRUTURA/ESCOLA ACESSÍVEL - SALA DE RECURSOS 2021

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000871/2022	E.M. REPÚBLICA DO LÍBANO

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE INTEGRAL/NOVO MAIS EDUCAÇÃO 2021

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000844/2022	E.M. MINISTRO AFRÂNIO COSTA
07/04/000877/2022	E.M. REPÚBLICA DO LÍBANO
07/04/000878/2022	E.M. BRANT HORTA

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE INTEGRAL/MAIS EDUCAÇÃO/NOVO MAIS EDUCAÇÃO 2021

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000879/2022	E.M. CONDE DE AGROLONGO

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE BÁSICO 2021

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000845/2022	C.M. ACAUÃ
07/04/000847/2022	E.M. MINISTRO AFRÂNIO COSTA
07/04/000846/2022	C.M. MENINO MALUQUINHO
07/04/000865/2022	E.M. REPÚBLICA DO LÍBANO
07/04/000866/2022	E.M. CRUZADA SÃO SEBASTIÃO
07/04/000867/2022	E.M. DILERMANDO CRUZ
07/04/000868/2022	E.M. CONDE DE AGROLONGO
07/04/000869/2022	E.M. BRANT HORTA
07/04/000870/2022	EDI PROFESSOR EMMANUEL PEREIRA FILHO

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa FNDE/PDDE/PDDE QUALIDADE/PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA/EMERGENCIAL 2021.

PROCESSO	CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE DA U.EX.
07/04/000848/2022	C.M. ACAUÃ
07/04/000876/2022	EDI PROFESSOR EMMANUEL PEREIRA FILHO

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
***EXPEDIENTE DE 22/12/2021**

PROCESSO Nº 07/04/000.167/2019

Onde se lê:

...R$ 12.180.574,56 (doze milhões cento e oitenta mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)...

Leia-se:

...R$ 11.762.532,84 (onze milhões setecentos e sessenta e dois mil quinhentos e trinta e dois reais oitenta e quatro centavos)...

***Publicado no D.O. RIO nº 198 de 23/12/2021, folha 32, 1ª coluna.**

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
***EXPEDIENTE DE 03/01/2022**

PROCESSO Nº 07/04/000.167/2019

Onde se lê:

5) Valor: R$ 12.180.574,56 (doze milhões cento e oitenta mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

Leia-se:

5) Valor: 11.762.532,84 (onze milhões setecentos e sessenta e dois mil quinhentos e trinta e dois reais oitenta e quatro centavos)

***Publicado no D.O. RIO nº 232 de 14/02/2020, folha 44, 1ª coluna.**

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA ASSESSORA ADJUNTA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a comprovação de despesa tendo como responsáveis:

PROCESSO	U.E.	RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA
07/04/003852/2021	E/CRE (04.11.007) E.M. ARIOSTO ESPINHEIRA	SARAH BATISTA DE MARIA	11/267.364-8
		MARCELLI PEREIRA LEARDINI VIANA	12/262.479-9
07/04/000147/2022	E/CRE (04.11.020.1) NÚCLEO DE ARTES GRÉCIA	GUILHERME CESAR DE OLIVEIRA	12/158.804-5
		NÁDIA FLORES CARDOSO	12/176.656-7
07/04/003903/2021	E/CRE (04.30.602) C.M. VILA PINHEIRO	GLADYS FERRAZ SARAIVA	11/192.319-2
		JOSEFA NATÁLIA DA COSTA FARIAS	12/279.633-2
07/04/000838/2022	E/CRE (04.30.605) C.M. NOVA HOLANDA	MARCIA HELENA MORAIS DE AZEVEDO	11/105.609-2
		CRISTIANE FERREIRA CHILETTO DA SILVA	12/301.617-7
07/04/003842/2021	E/CRE (04.30.607) C.M. PROFESSOR PAULO FREIRE	LILIANA VILA CORRÊA	11/248.907-8
		VALERIA MELANI SANTOS RABELO	12/165.615-6
07/04/003824/2021	E/CRE (04.30.812) E.D.I. MEDALHISTA OLÍMPICO ÉDER FRANCIS CARBONERA	TAINA DOS REIS DO CARMO	11/279.812-5
		DÉBORA CRISTINA RODRIGUES ESTEVES	12/249.988-7

5ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE 08/03/2022

Processo n° 07/05/002704/2021
Autorizo a realização de Chamada Pública para divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino, do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante o Sistema Municipal de Ensino, cujo objeto consiste no atendimento educacional e nutricional às crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, a partir de abril de 2022.

E/6ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo n.º 07/06/001651/2020
Onde se lê: Autorizo o 1º Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao contrato 10/2020 e a despesa no valor de R$ 1.202.451,60 (um milhão, duzentos e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais, sessenta centavos),.

Leia-se: Autorizo o 1º Termo Aditivo de prorrogação de prazo e rerratificação ao contrato 10/2020 e a despesa no valor de R$ 1.202.451,60 (um milhão, duzentos e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais, sessenta centavos)

Retificado por sair com incorreção no D.O. nº 243, p.19 de 03/03/2022

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/7ª CRE "P" N.º 50 DE 07 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, e tendo em vista o que consta no processo nº 07/07/000007/2020.

RESOLVE:
Designar como responsáveis pelo acompanhamento da execução dos Contratos no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação-E/7ª CRE, cabendo a esses a atestação de documentos fiscais, observando-se o Decreto nº 34012, de 20 de junho de 2011, conforme anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/7.ª CRE "P" N.° 50 DE 07 DE MARÇO DE 2022

N.º DO CONTRATO	RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO
08/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente II
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Ernani Ricardo Pereira	10/199444-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
18/2018	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Assistente I
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente II
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Maria Angela Garcia Pinto	10/236168-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
08/2016	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Assistente I
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente II
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Marcos Silva Ozorio	10/144939-6	Elemento

N.º DO CONTRATO	RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO
02/2022	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Assistente I
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente II
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Neyse Victória Florindo	10/013568-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
19/2022	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Assistente I
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente II
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Maria Angela Garcia Pinto	10/236168-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
43/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
12/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Natália Frade de Aragão Teixeira Peixoto	12/299836-7	Assistente II
	José David Paula	10/178081-6	Elemento
	Eliana Azevedo Hennington	10/220781-9	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
06/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
18/2022	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Natália Frade de Aragão Teixeira Peixoto	12/299836-7	Assistente II
	José David Paula	10/178081-6	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
07/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
08/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
09/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	12/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
10/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
11/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
17/2017	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Natalina Coelho Menzes	10/115356-8	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
02/2018	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

N.º DO CONTRATO	RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO
10/2018	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
11/2018	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
13/2018	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Maria Angela Garcia Pinto	10/236168-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
15/2018	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Maria Angela Garcia Pinto	10/236168-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
01/2020	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
02/2019	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Maria Angela Garcia Pinto	10/236168-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
36/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Maria Angela Garcia Pinto	10/236168-1	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
34/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
07/2020	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
33/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
10/2020	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Lyana Machado Bueno	10/263908-6	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
35/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
44/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II

N.º DO CONTRATO	RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO
09/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Marcos Silva Ozorio	10/144939-6	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
13/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
33/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
31/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
10/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
37/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
38/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
40/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento
N.º DO CONTRATO	**RESPONSÁVEIS**	**MATRÍCULA**	**CARGO/FUNÇÃO**
39/2021	Danielle dos Santos Oliveto	11/218035-4	Gerente II
	Michele Valois Resende	11/259480-2	Assistente I
	Cristiane Barreira Morandini	12/200022-2	Assistente II
	Kelly Rodrigues Cardoso	12/268753-1	Assistente II
	Aline Rodrigues de Carvalho	10/249032-4	Elemento

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 51 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, e tendo em vista o que consta no processo nº 07/07/000021/2020

RESOLVE:

Designar como responsáveis pela movimentação do Sistema Descentralizado de Pagamento no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - E/7ª CRE, observando o Decreto nº 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto nº 20.968, de 28 de dezembro de 2001, conforme o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 51 DE 08 DE MARÇO DE 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
E/CRE (07.16.026) EM MENEZES CORTES	Marco Antonio Tavares Pinto (responsável)	DIRETOR IV	11/255073-9
	João Carlos Vieira Maia (corresponsável)	DIRETOR ADJUNTO	12/280439-1

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 52 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, e tendo em vista o que consta no processo nº 07/07/000021/2020

RESOLVE:
Designar como responsáveis pela movimentação do Sistema Descentralizado de Pagamento no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - E/7ª CRE, observando o Decreto nº 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto nº 20.968, de 28 de dezembro de 2001, conforme o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 52 DE 08 DE MARÇO DE 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
E/CRE (07.16.032) EM COMPOSITOR LUIZ GONZAGA	Renata Rosas de Almeida (responsável)	DIRETOR IV	11/268475-1
	Valéria das Virgens Costa (corresponsável)	DIRETOR ADJUNTO	12/286380-1

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 53 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, e tendo em vista o que consta no processo nº 07/07/000021/2020

RESOLVE:
Designar como responsáveis pela movimentação do Sistema Descentralizado de Pagamento no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - E/7ª CRE, observando o Decreto nº 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto nº 20.968, de 28 de dezembro de 2001, conforme o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 53 DE 08 DE MARÇO DE 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
E/CRE (07.16.067) EM CÂNDIDO CAMPOS	Erika Menezes Bender (responsável)	DIRETOR IV	11/268335-7
	Patrich Jordy de Oliveira Rodrigues (corresponsável)	DIRETOR ADJUNTO	12/254224-9

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 54 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, e tendo em vista o que consta no processo nº 07/07/000021/2020

RESOLVE:
Designar como responsáveis pela movimentação do Sistema Descentralizado de Pagamento no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação - E/7ª CRE, observando o Decreto nº 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto nº 20.968, de 28 de dezembro de 2001, conforme o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/7ª CRE "P" Nº 54 DE 08 DE MARÇO DE 2022

UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
E/CRE (07.16.808) EDI PROFESSORA MARIA BERENICE PARENTE	Tatiana Barbosa Coelho (responsável)	DIRETOR IV	11/264414-4
	Sonia Maria Souza Correa (corresponsável)	AGENTE DE ED. INFANTIL	10/276912-3

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE/PDDE BÁSICO/2021, do CEC (Conselho Escola Comunidade) relacionados abaixo:

PROCESSO: 07/07/001225/2022
CEC da (07.16.006) E.M Desembargador Ney Palmeiro
Presidente: Natália Pádua Tavares de Freitas

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE/PDDE Qualidade/ Programa de Inovação Educação Conectada/2021, do CEC (Conselho Escola Comunidade) relacionados abaixo:

PROCESSO: 07/07/001228/2022
CEC da (07.16.025) E.M Edgard Werneck
Presidente: Ana Paula da Silva Póvoas

PROCESSO: 07/07/001226/2022
CEC da (07.16.006) E.M Desembargador Ney Palmeiro
Presidente: Natália Pádua Tavares de Freitas

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE/PDDE Qualidade/ Programa Tempo de Aprender/2021, do CEC (Conselho Escola Comunidade) relacionados abaixo:

PROCESSO: 07/07/001227/2022
CEC da (07.16.006) E.M. Desembargador Ney Palmeiro
Presidente: Natália Pádua Tavares de Freitas

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE/PDDE Qualidade/ Programa Municipal de Ações Sociais/2021, do CEC (Conselho Escola Comunidade) relacionados abaixo:

PROCESSO: 07/07/001229/2022
CEC da (07.16.003) E.M Jornalista Campos Ribeiro
Presidente: Fancisco Xavier de Vasconcelos Barbosa

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Aprovo a Prestação de Contas do Programa PDDE/PDDE QUALIDADE/ PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO/2021, do CEC (Conselho Escola Comunidade) relacionados abaixo:

PROCESSO: 07/07/001223/2022
CEC da (07.16.203) CIEP Profª Lauro de Oliveira Lima
Presidente: Juliana Souza Vieira de Menezes

PROCESSO: 07/07/001224/2022
CEC da (07.16.006) E.M Desembargador Ney Palmeiro
Presidente: Natália Pádua Tavares de Freitas

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 27/12/2021

*__PROCESSO: 07/07/000222/2019__ - Autorizo a celebração do 6º Termo Aditivo de prorrogação ao Contrato nº 01/2019, por 12 (doze) meses a contar de 16/03/2022 a 15/03/2023 e reajuste de 15,55% referente ao IPCA-e, entre a empresa **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, CNPJ 09.445.502/0001-09, e a E/7ª CRE, com fundamento no artigo 57 inciso II c/c art.65, §8º da Lei 8.666/93 e suas alterações, no valor de **R$ 13.984.161,84 (treze milhões novecentos e oitenta e quatro mil cento e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).**
***Republicado por ter saído com incorreção no D.O. nº 200 de 28/12/2021, página 17, 1ª coluna.**

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
D.O Nº 244 DE 04/03/2022 PÁG. 37, 1ª COLUNA

Onde se lê:
PROCESSO: 07/07/001100/2022
CEC da (07.24.019) CIEP Profº Teófilo Moreira da Costa
Presidente: Carla Fiuza da Silva Oliveira Lopes

Leia-se:
PROCESSO: 07/07/001100/2022
CEC da (07.24.019) E.M Profº Teófilo Moreira da Costa
Presidente: Carla Fiuza da Silva Oliveira Lopes

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
D.O Nº 245 DE 07/03/2022 PÁG. 44, 2ª COLUNA

Onde se lê:
PROCESSO: 07/07/001162/2022
CEC da (07.16.044) E.M Juliano Moreira
Presidente: Sarah Kyrillos David da Cunha

Leia-se:
PROCESSO: 07/07/001162/2022
CEC da (07.16.044) E.M Juan Montalvo
Presidente: Sarah Kyrillos David da Cunha

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
D.O Nº 246 DE 08/03/2022 PÁG. 54, 1ª COLUNA

Onde se lê:
PROCESSO: 07/07/0011193/2022
CEC da (07.16.062) E.M José Joaquim de Queiroz Júnior
Presidente: Adriana Sampaio Ferreira de Souza

Leia-se:
PROCESSO: 07/07/001193/2022
CEC da (07.16.062) E.M José Joaquim de Queiroz Júnior
Presidente: Adriana Sampaio Ferreira de Souza

8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATO DA COORDENADORA
PORTARIA E/8ª CRE "P" Nº 55, DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

RESOLVE:
Alterar a Portaria E/8ª CRE "P" nº 91, de 20 de outubro de 2021, por substituição dos servidores designados para compor o Comitê Regional de Análise e Avaliação - CRAA, no âmbito da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, observando o artigo 4.º da Resolução SME n.º 89, de 20 de setembro de 2018, conforme anexo único desta Portaria.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/8ª CRE "P" Nº 55, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
E/8ª CRE	GAB: Adriana Medeiros de Miranda	Professor II	10/199.997-8
	GAB: Jacqueline Catia de Medeiros	Professor II/ Assistente II	12/199.840-0
	GAB: Vanessa de Melo Cardoso Marques	Professor II	10/247.039-1 10/257.408-5
	GAD: Maria Helena Dutra de Mello	Professor II	10/274.825-9
	GED: Maria das Graças Gomes Cardozo	Professor II	10/165.210-6
	GIL: Sandra Mendonça do Nascimento	Professor II	10/ 218.034-7

8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA ASSESSORA ADJUNTA
EXPEDIENTE DE 08/02/2022(*)

07/08/000630/2022
1- Objeto: Recolhimento ao INSS
2 - Partes: PCRJ/SME/8ª CRE e INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
3- Fundamento: Não Sujeito à Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações
4- Razão: Despesa para pagamento de juros e encargos de obrigações tributáveis e contributivas
5- Valor: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
6- Autoridade: Fatima Aparecida da Silva Ribeiro
(*) Omitido DO RIO de 09/02/2022

9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DO COORDENADOR
PORTARIA E/9ª CRE "P" N.º 72, DE 08 DE MARÇO DE 2022.
O COORDENADOR DA 9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no Processo nº 07/09/003199/2021.

RESOLVE:
Designar os servidores responsáveis pela Comissão de Avaliação, de questões relativas à demanda por vaga e análise da documentação legal referente ao Termo de Colaboração, para atendimento educacional e nutricional em creches privadas, sem fins lucrativos, no âmbito da E/9ª Coordenadoria Regional de Educação, observando o disposto na Resolução SME Nº 289 de 20 de outubro de 2021, passando a vigorar o Anexo Único a esta portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/9ª CRE "P" 72, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

NOME	CARGO/FUNÇAO	MATRÍCULA
Cláudia Maria Nascimento -GED	Assistente II	12/165.151-2
Josiléa da Senhora Cappato -GAD	Assistente I	11/232185-9
Rita de Cassia Roza Faleiro-GSM	Assistente I	11/162.765-2

9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo n.º 07/09/003199/2021
Autorizo a realização da Chamada Pública para a divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante o Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional às crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de abril de 2022.

9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08 /03/2022
Aprovo a prestação de contas referente ao Programa PDDE/ESTRUTURA/SALA DE RECURSOS/2021, abaixo relacionado:

Processo Nº SME-PRO-2022/00863
C.E.C. do CIEP Clementina de Jesus

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa PDDE/EDUCAÇÃO INTEGRAL/PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO/2021, abaixo relacionado:

Processo Nº SME-PRO-2022/00501
C.E.C. da E.M. Casimiro de Abreu

Processo Nº SME-PRO-2022/00764
C.E.C. do CIEP Cláudio Manoel da Costa

Processo Nº SME-PRO-2022/00865
C.E.C. da E.M. Alzira Araújo

Processo Nº SME-PRO-2022/00976
C.E.C. da E.M. Professora Maria Luiza Lima Silva

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa PDDE/QUALIDADE/PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA/EMERGENCIAL MUNICIPAL/TEMPO DE APRENDER/ 2021, abaixo relacionado:

Processo Nº SME-PRO-2022/00491
C.E.C. da E.M. Raymundo Corrêa

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa PDDE/QUALIDADE/PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA/EMERGENCIAL MUNICIPAL/PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO/TEMPO DE APRENDER/ 2021, abaixo relacionado:

Processo Nº SME-PRO-2022/00725
C.E.C. da E.M. São Camilo de Lellis

Aprovo as prestações de contas referentes ao Programa PDDE/QUALIDADE/PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA/EMERGENCIAL MUNICIPAL/ 2021, abaixo relacionados:

Processo Nº SME-PRO-2022/00580
C.E.C. da C.M. Adélia Vieira

Processo Nº SME-PRO-2022/00626
C.E.C. da E.M. Belisário Pena

Processo Nº SME-PRO-2022/00731
C.E.C. do EDI Professor Marly dos santos de Oliveira(Marly Marinho)

Aprovo a prestação de contas referente ao Programa PDDE/ 2021, abaixo relacionado:

Processo Nº SME-PRO-2022/00627
C.E.C. da E.M. Belisário Pena

10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/10.ª CRE "P" Nº 261 DE 07 DE MARÇO DE 2022.
A COORDENADORA DA 10.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/10/003.496/2015.

RESOLVE:
Alterar a Portaria E/10.ª CRE "P"nº 241de 16 de maio de 2016, por substituição de servidor como responsável pela movimentação dos recursos do Sistema Descentralizado de Pagamento, no âmbito da 10ª Coordenadoria Regional de Educação - E/10ª CRE, observando o Decreto n.º 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto n.º 20.968, de 28 de dezembro de 2001, passando a vigorar o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/10.ª CRE "P" N.º 261 DE 07 DE MARÇO DE 2022

PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
16.11.12.361. 0315.2181	E/CRE (10.19.037) E.M. Francisco Caldeira de Alvarenga	Kimie Serpa Lobato	Diretor IV	11/104148-2
		Nelson de Faria Neto	Diretor Adjunto	12/300431-4

10.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/10.ª CRE "P" N.º 262, DE 08 DE MARÇO DE 2022.
A COORDENADORA DA 10.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/10/000213/2022.

RESOLVE: Designar a PORTARIA E/10ª CRE "P" N.º 262, de 08 de Março de 2022, os servidores como responsáveis pelo acompanhamento dos Contratos nº. 02/2022 e nº. 47/2022, no âmbito da 10.ª Coordenadoria Regional de Educação - E/10.ª CRE, cabendo aos que constam no anexo único desta Portaria, a atestação de documentos fiscais, observando o Decreto n.º 34.012, de 20 de junho de 2011.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/10.ª CRE "P" N.º 262, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

N.º DOS CONTRATOS	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
02/2022 47/2022	10.ª CRE GIL	Kelly Cristina Pinto Borges dos Santos	Gerente II	11/279895-7
		Simone Dias da Fonseca de Santana	Assistente I	11/254488-0
		Luciene Candido de Brito Rocha	Assistente II	12/193296-1
		Rosana de Oliveira Guimarães	Assistente II	12/194227-5

10.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
RETIFICAÇÃO
PORTARIA E/10.ª CRE "P" N.º 244, DE 15 DE FEVEREIRO 2022.
Onde se lê:

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
41/2022	E/10.ª CRE GRH	Luciara Dantas da Conceição	Gerente II	11/202762-1
		Rosane Viana Cardoso	Assistente I	11/171671-3
		Janaina de Souza Menezes	Assistente II	12/294098-9
		Daniele Santana de Almeida	Assistente II	12/193944-6

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Leia-se:

N.º DO CONTRATO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
41/2020	E/10.ª CRE GRH	Luciara Dantas da Conceição	Gerente II	11/202762-1
		Rosane Viana Cardoso	Assistente I	11/171671-3
		Janaina de Souza Menezes	Assistente II	12/294098-9
		Daniele Santana de Almeida	Assistente II	12/193944-6

(*) Publicada no D.O. RIO N.º 234, de 16 de Fevereiro de 2022, páginas 32, 2ª coluna.

10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIA E/10.ª CRE "P" Nº 263 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

A COORDENADORA DA 10.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta no processo n.º 07/10/000322/2015.

RESOLVE:
Alterar a Portaria E/10.ª CRE "P"nº 056 de 29 de março de 2019, por substituição de servidor como responsável pela movimentação dos recursos do Sistema Descentralizado de Pagamento, no âmbito da 10ª Coordenadoria Regional de Educação - E/10ª CRE, observando o Decreto n.º 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto n.º 20.968, de 28 de dezembro de 2001, passando a vigorar o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/10.ª CRE "P" N.º 263 DE 08 DE MARÇO DE 2022

PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
16.11.12.361. 0315.2181	E/CRE (10.19.609) Creche Municipal Cantinho da Tia Dolores	Marcia da Cruz Moretti de Souza	Diretor IV	11/254598-6
		Débora da Conceição Oliveira de Jesus	Diretor Adjunto	12/267715-1

10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

PROCESSO 07/10/000288/2022
Aprovo Termo de Referência às fls. 3-7v, e autorizo a abertura de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no modo de disputa ABERTO E FECHADO, no valor estimado de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento e substituição de peças, de 05 (cinco) elevadores em unidades da E/10ª CRE, a saber, E/CRE(10.19.072) Escola Municipal Maria de Jesus Oliveira, E/CRE(10.19.073) Escola Municipal Francisco José Antônio, E/10ª CRE (10.26.002) Escola Municipal Monteiro Lobato, E/CRE(10.19.818) EDI Renée Biscaia Raposo e E/CRE(10.19.076) E. M. Eulália Rodrigues de Oliveira Vieira.

10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

07/10/003.555/2021 - Acolho a defesa apresentada, descaracterizando a possibilidade de aplicação de penalidade e, com fulcro no inciso III, do §1º, do artigo 35, do Decreto nº 38.256, de 10/01/2014, decido pelo arquivamento do presente processo de sindicância resguardando-se, entretanto, à Administração Pública Municipal o direito de reabrir a instrução processual em caso de surgimento de fato novo.

10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO 07/10/000.815/2022 - Autorizo a Realização de Chamada Pública para divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante o Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3(três) anos e 11 (onze) meses, a contar de 18/04/2022.

11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA E/11ª CRE "P" Nº 13 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA 11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta do processo n.º 07/11/000. 066/16.

RESOLVE:
Alterar a Portaria E/ 11.ª CRE "P" nº 08 de 23 de janeiro de 2018, por substituição do servidor designado como corresponsável pela movimentação dos recursos do Sistema Descentralizado de Pagamento, no âmbito da 11ª Coordenadoria Regional de Educação - E/11.ª CRE, observando o Decreto n.º 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto n.º 20.968, de 28 de dezembro de 2001, passando a vigorar o anexo único desta Portaria.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA E/11ª CRE "P"Nº 13 DE 08 DE MARÇO DE 2022

PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	RESPONSÁVEIS	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA
16.16.12. 361.0315. 2181	E/CRE (11.20.501) Escola Municipal Anísio Teixeira	Ana Lucia Miranda Pereira dos Santos	PI /Diretor IV	11/115.016-8
		Inglyd da Silva Sá	PEF/Diretor Adjunto	12/233.986-9

11.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE 08/03/2022

Aprovo a presente comprovação de despesa do Sistema Descentralizado de Pagamento dos gestores:

PROCESSO Nº 07/11/001.313/2021 - N.D. 3.3.90.39.34
E/CRE (11.20.002) Escola Municipal Cândido Portinari
Jacqueline Franco da Costa - 11/222602-5
Debora Carvalho Soares - 12/239049-0

PROCESSO Nº 07/11/000.214/2022 - N.D. 3.3.90.39.63
E/CRE (11.20.022) Escola Municipal Maestro Francisco Braga
Ariadne Rolli dos Santos - 11/282771-5
Sandra Oliveira de Santanna Felix - 10/233009-0

11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 07/11/000235/2022
Autorizo a realização de Chamada Pública para a divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capta, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir 18/04/2022.

11.ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO COORDENADOR
EXPEDIENTE 08/03/2022

Aprovo a presente comprovação de despesa do Sistema Descentralizado de Pagamento dos gestores:

PROCESSO Nº 07/11/001264/2021
E/CRE (11.20.601) Creche Municipal Stella Maris
Viviane Maria da Silva - 11/257.953-0
Sirlene Juviniano da Silva - 12/276.448-8

PROCESSO Nº 07/11/000117/2022
E/CRE (11.20.001) Escola Municipal Cuba
Anna Paula Gomes da Silva Freitas - 11/246979-9
Fernanda Bittencourt de A.Victorio-12/297362-6

PROCESSO Nº 07/11/000118/2022
E/CRE (11.20.015) Escola Municipal Leonel Azevedo
Zaldir Ramos Davilla - 11/259.866-2
Fábio Moraes de Rezende -12/234.207-9

MULTIRIO

Empresa Municipal de Multimeios Ltda.
Largo dos Leões, 15 - 9º andar - Humaitá- Tel.: 2976-9452

DESPACHOS DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
(*)EXPEDIENTE DE 02/01/2022

Processo nº 07/100.031/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: FGTS - Obrigações Patronais - exercício de 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Caixa Econômica Federal.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 806.000,00 (oitocentos e seis mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.031/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: FGTS - Obrigações Patronais/Indenizações - exercício de 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Caixa Econômica Federal.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.044/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: INSS - Obrigações Patronais - exercício de 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 2.493.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.046/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesas com demissões de funcionários.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Fabiana Chasse Vargas e Outros.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 100.000,00 (cem mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Processo nº 07/100.048/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesa com diárias aos empregados da MultiRio.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Outros.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.047/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Fornecimento de vale-transporte aos empregados da MULTIRIO.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Riopar Participações S.A.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 133.200,00 (cento e trinta e três mil e duzentos reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.049/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Sentenças judiciais.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A e Outros.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 379.239,00 (trezentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e nove reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.050/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Depósito recursal e custas judiciais
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A. e Outros.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 12.000,00 (doze mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.121/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesas bancárias - Fonte 117.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A. e Outros.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.051/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesas bancárias - Fonte 100.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A. e Outros.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.052/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesas bancárias - Fonte 200.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A. e Outros.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.058/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Recolhimento de taxas e emolumentos.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Instituto Nacional de Propriedade Industrial e Outros.
3. Fundamento: Não Sujeito.
4. Razão: Despesa não Sujeito.
5. Valor: R$ 4.000,00 (quatro mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.060/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesa com pagamento de água e esgoto.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Águas do Rio 1 SPE S.A.
3. Fundamento: Artigo 29, Inciso X, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.061/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.
3. Fundamento: Artigo 29, Inciso X, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Dispensa.
5. Valor: R$ 962.084,00 (novecentos e sessenta e dois mil e oitenta e quatro reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.061/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Fornecimento de Energia Elétrica.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.
3. Fundamento: Artigo 29, Inciso X, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Dispensa.
5. Valor: R$ 287.016,00 (duzentos e oitenta e sete mil e dezesseis reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.082/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesas com juros e encargos de mora de obrigações tributárias e contributivas - exercício 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A. e Outros.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.083/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesas com juros e multas - exercício 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Banco do Brasil S.A. e Outros.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.080/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Serviços de Publicações Oficiais - 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Empresa Municipal de Artes Gráficas S.A.
3. Fundamento: Artigo 29, Inciso XI, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Dispensa, nas contratações entre empresas públicas.
5. Valor: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.081/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Serviços de Impressão - 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Empresa Municipal de Artes Gráficas S.A.
3. Fundamento: Artigo 29, Inciso XI, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Dispensa, nas contratações entre empresas públicas.
5. Valor: R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.062/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Serviço de assinatura de TV a cabo - 2022.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Claro NXT Telecomunicações SA.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 24.733,45 (vinte e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.059/2022 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Fornecimento de vale-transporte para estagiários da MultiRio.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Riopar Participações S.A.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 9.000,00 (nove mil reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/101.123/2021 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Licença de uso do software de escrituração fiscal para confecção e emissão do EFD-REINF.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e Alterdata Tecnologia em Informática Ltda.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 2.734,44 (dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.435/2010 - **Autorizo** a despesa e a emissão de empenho na forma abaixo.
1. Objeto: Despesa com bolsa auxílio para estagiários.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda.
3. Fundamento: Artigo 30, Caput, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Inexigibilidade.
5. Valor: R$ 40.350,00 (quarenta mil, trezentos e cinquenta reais)
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.

Processo nº 07/100.854/2020 - Tendo em vista as informações às fls. 358, **Autorizo** o cancelamento total da Nota de empenho nº 2022/000022 e cancelamento parcial da Nota de Autorização de Despesa - NAD nº 48/2021, ambas no valor de R$ 4.969,65 (quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), emitidas em favor da empresa **CLARO S.A.**, com emissão de NAD e empenhamento, em favor da empresa **CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

Processo nº 07/100.842/2021 - Tendo em vista as informações às fls. 210, **Autorizo** o cancelamento total das Notas de Autorização de Despesa - NAD nº 457/2021 e 458/2021, no valor de R$ 31.700,00 (trinta e um mil e setecentos reais) e R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), respectivamente, emitidas em favor da empresa **EFICAZ GESTÃO EM SAÚDE LTDA.**, com emissão de nova NAD e novo empenhamento.

Processo nº 07/101.123/2021 - Tendo em vista as informações às fls. 35 verso, **Autorizo** o cancelamento total da Nota de Autorização de Despesa - NAD nº 538/2021, no valor de R$ 2.734,44 (dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), emitida em favor da empresa **ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.**, com emissão de nova NAD e novo empenhamento.

Processo nº 07/100.730/2017 - Tendo em vista as informações às fls. 678, **Autorizo** o cancelamento parcial da Nota de Autorização de Despesa - NAD nº 526/2021, no valor de R$ 47.618,70 (quarenta e sete mil, seiscentos e dezoito reais e setenta centavos), emitida em favor da empresa **UCAN TRANSMISSÃO DIGITAL LTDA.**, com emissão de NAD e novo empenhamento.

Processo nº 07/100.694/2021 - Tendo em vista a alteração no planejamento da despesa, **Autorizo** o cancelamento total da Nota de Empenho nº 2022/000006, no valor de R$ 888,38 (oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e oito centavos), emitida em favor da empresa **BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS.**

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Processo nº 07/100.046/2022 - Tendo em vista a alteração no planejamento da despesa, **Autorizo** o cancelamento total da Nota de Autorização de Despesa nº 004/2022, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), emitida em favor de **FABIANA CHASSE VARGAS.**
(*) Omitidos do D.O. Rio de 02/01/2022.

(*)EXPEDIENTE DE 03/01/2022
Processo nº 07/100.854/2020 - Autorizo a prorrogação do Contrato nº 01/2021, pelo prazo de 12 (doze) meses, celebrado com a empresa CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES SA, CNPJ nº 066.970.229/0001-67, bem como a emissão de empenho na forma abaixo, e posterior formalização do Termo Aditivo.
1. Objeto: Prorrogação da prestação de serviços operacionais de transmissão 24 horas por dia, através de canal permanente de operadora de TV para abrangência, principalmente, de toda região do município do Rio de Janeiro, com fornecimento de equipamentos e suprimentos necessários.
2. Partes: MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios Ltda. e CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES SA.
3. Fundamento: Arts. 71 e 72 da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações.
4. Razão: Prorrogação de prazo contratual.
5. Valor: R$ 594.198,48 (quinhentos e noventa e quatro reais cento e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).
6. Autorização: Rosângela de Fátima Dias dos Santos Silva.
(*)Omitido do D.O. Rio de 03/01/2022.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretária: **Maria Laura Monteza de Souza Carneiro**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 5º andar - Tel.: 2293-0393/ Fax: 2273-6645

RESOLUÇÃO "P" N.º 203, DE 07 DE MARÇO DE 2022.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e

RESOLVE:
Nomear **ELIANE DOS SANTOS**, matrícula 10/240.815-1, Assistente Social, com validade a partir de 1º de março de 2022, do Cargo em Comissão de Assessor III, símbolo DAS 07, código 082366, da Gerência de Média Complexidade, da Coordenadoria de Média e Alta Complexidade, da Subsecretaria de Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022
Processo n.º 08/000.228/2022 - APROVO o novo Plano de Trabalho apresentado às fls. 49 a 53, assim como **AUTORIZO** o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro - CRCRJ, a celebrar Termo de cooperação Técnica no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, pelo período de 12 meses. Torno sem efeito a Aprovação do Plano de Trabalho e Ato Autorizativo publicado no D.O Rio Nº 236 de 18/02/2022, pág.46.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022
Processo n.º 08/001.400/2021 - Torno sem efeito a publicação no D.O. RIO nº 109 de 13/08/2021 e aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de abril/2021, referente ao Termo de Colaboração nº 189/2020, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 336.

Processo n.º 08/003.312/2021 - Torno sem efeito a publicação no D.O. RIO nº 175 de 22/11/2021 e aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de setembro/2021, referente ao Termo de Colaboração nº 197/2020, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 703.

Processo n.º 08/003.308/2021 - Torno sem efeito a publicação no D.O. RIO nº 175 de 22/11/2021 e aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de setembro/2021, referente ao Termo de Colaboração nº 65/2021, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 498.

Processo n.º 08/002.792/2021 - Torno sem efeito a publicação no D.O. RIO nº 161 de 28/10/2021 e aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de julho/2021, referente ao Termo de Colaboração nº 125/2021, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 673.

Processo n.º 08/000.268/2022 - Aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de setembro/2021 complementar, referente ao Termo de Colaboração n° 131/2021, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 141.

Processo n.º 08/000.189/2022 - Aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de dezembro/2021, referente ao Termo de Colaboração n° 122/2021, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 477.

Processo n.º 08/000.335/2022 - Aprovo com ressalvas a prestação de contas do mês de janeiro/2022, referente ao Termo de Colaboração n° 124/2021, com base na análise da AS/SUBG/CTAT/GPC, às fls. 190.

SECRETARIA DE SAÚDE

Secretário: **Daniel Ricardo Soranz Pinto**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 7º andar - Tel.: 2976-2024

ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO SMS Nº 5310 DE 08 DE MARÇO DE 2022
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, tendo em vista o que consta do Ofício nº SMS-OFI-2022/05484 de 01/03/2022,

RESOLVE:
Art. 1º Excluir e Incluir no Anexo Único da Resolução SMS nº 4775 de 02 de fevereiro de 2021.

ORDENADOR			
EXCLUIR			
UA	**UNIDADE**	**NOME**	**MATRÍCULA**
1814	S/SUBPAV/CAP-5.3	RODNEY PERUCCI DA SILVA	11/209.782-2
INCLUIR			
UA	**UNIDADE**	**NOME**	**MATRÍCULA**
1814	S/SUBPAV/CAP-5.3	ÉRICA CRISTINA DA SILVA RAMOS DE LUCENA	11/219.129-4

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
DANIEL SORANZ

RESOLUÇÃO SMS Nº 5311 DE 08 DE MARÇO DE 2022

CONFIRMA NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, OS SERVIDORES QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista o que consta do MEMORANDO Nº SMS-MEM-2022/01587,

CONSIDERANDO atendidos os requisitos de que trata o art. 21 da Lei n.º 94 de 14 de março de 1979; observado o disposto no § 4º do art. 41, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO obedecidos os critérios estabelecidos pelos Decretos nº s 12.680 de 08/02/1994 e as alterações introduzidas pelos Decretos nº s 15.498 de 30/01/1997 e 15.730 de 07/05/1997;

CONSIDERANDO que a avaliação final julgou apto para o exercício das atividades profissionais os servidores objeto da listagem anexa.

RESOLVE:
Art. 1º Fica confirmado no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, com base nos conceitos emitidos ao longo do Estágio Probatório, o servidor elencado no Anexo que a esta acompanha.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
DANIEL SORANZ

RESOLUÇÃO SMS Nº 5312 DE 08 DE MARÇO DE 2022

Designa os membros da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) do Contrato de Gestão n º 002/2021, referente ao processo instrutivo nº 09/21/000.036/2021 - CAP2.1/UPA Rocinha

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta do Processo 09/000.436/2017

CONSIDERANDO §2, do artigo 8º da Lei Municipal nº 5.026, de 19 de maio de 2009 que prevê a análise dos resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão por Comissão de avaliação;

CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde prestados pelas Organizações Sociais de Saúde que possuem Contrato de Gestão a Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Resolução nº 4974 de 04 de Agosto de 2021 que torna pública a Matriz de Responsabilidades referentes aos contratos de gestão e demais instrumentos de parceria com o Terceiro Setor e Administração Indireta no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

RESOLVE:
Art. 1º Designar os membros abaixo indicados para comporem a Comissão Técnica de Acompanhamento:

COMPOSIÇÃO CTA - COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP-2.1 e UPA ROCINHA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: INSTITUTO GNOSIS			
REPRESENTAÇÃO	**NOME**	**SETOR**	**MATRÍCULA**
TITULAR	MARIA HELENA CARNEIRO DE CARVALHO	S/SUBPAV/CAP-2.1	11/095.045-1
TITULAR	CINTIA AGNES PEREIRA	S/SUBPAV/CAP-2.1	11/237.132-6
TITULAR	ALEXANDER LOURES ESPERANÇA DA ROCHA	S/SUBPAV/CAP-2.1	11/236.795-1
TITULAR	ERICO EDUARDO RIBEIRO DE SOUZA	S/SUBPAV	60/324.373-0
TITULAR	LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE	S/SUBHUE/CGE-2.1/HMMC	11/251.584-9
TITULAR	JORGE MORATELLI	S/SUBPAV/CAP-2.1	11/207.880-6
SUPLENTE	RENATO QUEIROZ	S/SUBG	60/317.630-2

Art. 2º O Presidente do Conselho Distrital de Saúde da área vinculada ao objeto do instrumento de parceria poderá indicar um representante para fazer parte, como ouvinte, das Comissões de Avaliação dos instrumentos de parcerias cujo objeto é afeto a área de atuação deste Conselho.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Art. 3º A S/SUBG/CTGOS deverá ser comunicada por meio do email: ctgos.ctacea@gmail.com, sobre as datas das agendas e participará como apoio técnico às Comissões com intuito de difundir as informações e resultados obtidos através dos Contratos de Gestão firmados com Organizações Sociais, Convênios e Termo de Colaboração.

Art. 4º Fica revogada a Resolução SMS 5199 de 02 de dezembro de 2021, publicada no D.O.Rio de 02 de dezembro de 2021.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

DANIEL SORANZ

ATO DO SECRETÁRIO
***RESOLUÇÃO SMS Nº 5074 DE 21 DE SETEMBRO DE 2021**

Designa os membros da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) dos Contratos de Gestão nº 002/2021, referente ao processo instrutivo nº 09/31/000.169/2021 - CAP3.1/UPA Alemão

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista o que consta do Processo 09/000.436/2017

CONSIDERANDO §2, do artigo 8º da Lei Municipal nº 5.026, de 19 de maio de 2009 que prevê a análise dos resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão por Comissão de avaliação;

CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde prestados pelas Organizações Sociais de Saúde que possuem Contrato de Gestão a Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Resolução nº 4974 de 04 de Agosto de 2021 que torna pública a Matriz de Responsabilidades referentes aos contratos de gestão e demais instrumentos de parceria com o Terceiro Setor e Administração Indireta no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

RESOLVE:
Art. 1º Designar os membros abaixo indicados para comporem a Comissão Técnica de Acompanhamento:

COMPOSIÇÃO CTA - COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP-3.1 E UPA ALEMÃO - ORGANIZAÇÃO SOCIAL: VIVA RIO			
REPRESENTAÇÃO	**NOME**	**SETOR**	**MATRÍCULA**
TITULAR	THIAGO WENDEL GONZAGA DA SILVA	S/SUBPAV/CAP-3.1	60/324.344-1
TITULAR	HELILDMAR DE MATTOS WINTER	S/SUBPAV/CAP-3.1	11/226.103-0
TITULAR	ELAINE MEDEIROS DO NASCIMENTO	S/SUBPAV/CAP-3.1	60/324.354-0
TITULAR	LUIZ RENATO DA SILVA	S/SUBPAV	11/263.056-4
TITULAR	MARCIO DE CARVALHO ESSER	S/SUBHUE/CGE-3.1/ HMPW	11/191.779-8
TITULAR	ROSANA PEREIRA DA SILVA	S/SUBG/CGP	10/224.215-4
SUPLENTE	ANDREIA ATILA DUARTE DA SILVA	S/SUBG	11/212.773-6

Art. 2º O Presidente do Conselho Distrital de Saúde da Área Vinculada ao Objeto do Instrumento de parceria poderá indicar um representante para fazer parte, como ouvinte, das Comissões de Avaliação dos instrumentos de parcerias cujo objeto é afeto a área de atuação deste conselho.

Art. 3º A S/SUBG/CTGOS deverá ser comunicada por meio do email: ctgos.ctacea@gmail.com, sobre as datas das agendas e participará como apoio técnico às Comissões com intuito de difundir as informações e resultados obtidos através dos Contratos de Gestão firmados com Organizações Sociais, Convênios e Termo de Colaboração.

Art. 4º Fica revogada a Resolução SMS 4898 de 11de maio de 2021 publicado no Diário Oficial em 12 de maio de 2021.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021

DANIEL SORANZ

(*) Republicada por incorreção no D.O. Rio de 22/09/2021, nº 137, página 40.

ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÕES SMS "P" DE 08 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com base no disposto no Artigo 4º do Decreto nº 48342 de 01/01/2021,

RESOLVE:
nº 274 - Exonerar, com validade a partir de 02/03/2022, **ANA MARIA VIEIRA SILVA**, Bibliotecário, matrícula 10/165.843-4, do cargo em comissão de Diretor IV, Símbolo DAS06, código 012028, do Centro Arquivístico, da Subsecretaria de Gestão, da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o que consta do Processo nº SMS-PRO-2022/00439.

nº 275 - Exonerar, com validade a partir de 04/03/2022, **ADRIANA DE MATOS DANTAS CAVALHEIRO**, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 10/246.330-5, do cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS06, código 080017, da Coordenação das Linhas de Cuidado das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, da Superintendência de Atenção Primária, da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o que consta do Processo nº SMS-PRO-2022/00454.

nº 276 - Nomear **DAYANNE ALVES DOS SANTOS**, Agente de Documentação Médica, matrícula 11/237.342-1, para exercer, com validade a partir de 04/03/2022, o cargo em comissão de Assistente I, Símbolo DAS06, código 042580, da Coordenação das Linhas de Cuidado dos Ciclos de Vida, da Superintendência de Atenção Primária, da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o que consta do Processo nº SMS-PRO-2022/00453.

nº 277 - Tornar sem efeito a Resolução SMS "P" nº 271 de 07/03/2022, publicada no D.O Rio de 08/03/2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com base no disposto dos Decretos nº s 24002 de 04/03/2004, 25268 de 15/04/2005 e 30394 de 08/01/2009,

RESOLVE:
nº 278 - Designar **JESSICA MACHADO DE ALMEIDA,** Diretor IV, Símbolo DAS06, matrícula 11/274.957-0, para, sem prejuízo de suas funções, substituir o Coordenador I, Símbolo DAS09, código 042616, da Coordenadoria de Gestão Administrativa, da Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP4, da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde - Carlos Gustavo Veit, matrícula 11/207.876-4, em seus impedimentos legais e eventuais, nos termos do art. 33, da Lei 94 de 14 de março de 1979, tendo em vista o que consta do Processo nº SMS-PRO-2022/00155.

RESOLUÇÃO SMS "P" Nº 279 DE 08 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e tendo em vista o que consta do Ofício nº OFÍCIO Nº RSU-OFI-2022/00235 de 14/02/2022.

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores (as):

SERVIDOR	**MATRÍCULA**
ISMAR CRYNS MAIA	69/4.046.336-4
SAMARA KARYNE VILELA	69/4.048.765-2
DANIELA DA SILVA ARAÚJO BASÍLIO	69/4.020.783-7
KETHLIN CHRISTINA ROSÁRIO PEREIRA LIMA	40/4.041.861-6
PATRICIA DE PAIVA	69/4.050.619-6

como responsáveis pelo acompanhamento do contrato n° 092/2021 e seus respectivos termos de execução, celebrados entre o Município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, e a empresa VITAI SOLUÇÕES LTDA. e a EMPRESA RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIARIAS LTDA., cujo objeto é a prestação de serviços de coleta, transporte, processamento, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos e licenciada para resíduos de serviços de saúde (RSS) do grupo D, com fornecimento de contentores para atender ao Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, processos instrutivos nº (s.) 09/002.137/2021 - 09/85/000.066/2021.

Parágrafo único. Caberá aos servidores designados no caput desse artigo a atestação dos serviços prestados, observando o constante no Decreto nº 34.012, de 20 de junho de 2011.

Art. 2º A publicação desta Resolução faz cessar os efeitos da Resolução "P" nº 2806 de 21 de setembro de 2021, publicada no D.O.Rio de 22 de setembro de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de início da vigência do contrato supracitado**.**

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 07.03.2022

09/005.690/2021 - **HOMOLOGO e ADJUDICO** o resultado da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 488/2021, sob o sistema de registro de preços, como a seguir:

ITEM	**EMPRESA**	**VALOR UNITÁRIO R$**
54	NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	0,39
55	NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	0,39

EXPEDIENTE DE 08.03.2022

09/003.909/2019 - **HOMOLOGO e ADJUDICO** o resultado da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 305/2021, sob o sistema de registro de preços, como a seguir:

ITEM	**EMPRESA**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**
83	ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1.300,00
84	ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1.300,00

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHOS DO ASSESSOR ESPECIAL
EXPEDIENTE DE 01.02.2022

*Processo nº: 09/000302/2022 - NAD nº 246/2022
1.OBJETO: Pagamento de PASEP referente ao exercício de 2022.
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e BANCO DO BRASIL S.A.
3.FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei 8666/93.
4.RAZÃO: Despesa não elencada no Artigo 1º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.
5.VALOR: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
6.AUTORIZADO POR: Jorge Luiz Medeiros Rocha.

*Processo nº: 09/005058/2021 - NAD nº 247/2022
1.OBJETO: Aquisição de sonda uretral para atendimento a mandado judicial.
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e MJ COMERCIO E DIST DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI.
3.FUNDAMENTO: Artigo 1 Inciso Caput da Lei nº 10.520 de 17/07/02
4.RAZÃO: PREGÃO nº 628/2021
5.VALOR: R$ 91.404,00 (noventa e um mil e quatrocentos e quatro reais)
6.AUTORIZAÇÃO: Jorge Luiz Medeiros Rocha

***Omitido no D.O. Rio de 02.02.2022**

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

09/004406/2020 - Autorizo a Anulação Parcial da Nota de Empenho, conforme informações abaixo:
Empenho: 83/2021
Valor: (R$) 35.879,33
Favorecido: PREMIER SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA ME.

09/000604/2019 - Autorizo a Anulação Parcial da Nota de Empenho, conforme informações abaixo:
Empenho: 526/2021
Valor: (R$) 84.000,00
Favorecido: JC ASSISTÊNCIA E MONITORAMENTO DOMICILIAR EM SAÚDE LTDA.

09/000203/2020 - Autorizo a Anulação Parcial da Nota de Autorização de Despesa, conforme informações abaixo:

Nº da Nad: 32/2020
Valor (R$): 56.277,43
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 1203/2020
Valor (R$): 3.483,74
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 43/2020
Valor (R$): 22.723,23
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 255/2020
Valor (R$): 172.873,25
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 827/2021
Valor (R$): 37.821,39
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 489/2020
Valor (R$): 4.883,54
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 826/2021
Valor (R$): 110.756,41
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

Nº da Nad: 1063/2020
Valor (R$): 160.727,37
Favorecido: BANCO DO BRASIL S.A.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ATOS DA COORDENADORA
PORTARIAS S/SUBG/CGP "P" DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, **DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO**, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, **no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor**, pelo Decreto nº 10362, de 08-08-1991; em conformidade com o estabelecido na Resolução SMS nº 588 de 24-09-1996,

RESOLVE:
nº 303 - Aposentar **SOLANGE DA SILVA MALFACINI**, Médico Ginecologia, Categoria Especial "A", do Quadro Permanente, matrícula 10/159.400-1, nos termos do artigo 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, tendo em vista o que consta do Processo 09/000 348/2022 (S/SUBGERAL/CGCR).

nº 304 - Aposentar **SIRLENE DA SILVA SANTOS**, Servente, Categoria Especial "A", do Quadro Permanente, matrícula 10/139.135-8, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, tendo em vista o que consta do Processo 09/52/000 019/2022 (S/SUBPAV/CAP-5.2/CMS-AC).

nº 305 - Aposentar, com eficácia a partir de 09/03/2022, **ELIZABETH VALADARES DE ARAÚJO**, Auxiliar de Enfermagem (Enq. Formação), 2ª Categoria, do Quadro Permanente, matrícula 10/236.342-2, com proventos proporcionais, na fração de 6.812/10.950 dias, nos termos do inciso II, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo 09/73/000 351/2021 (S/SUBHUE/HMRPS).

nº 306 - Aposentar **MARIA HELENA FERNANDES BORGES**, Agente de Administração, Categoria Especial "B", do Quadro Permanente, matrícula 10/141.713-8, com proventos proporcionais, na fração de 9.752/10.950 dias, nos termos da alínea "b", do inciso III, do § 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo 09/008 071/2021 (S/SUBPAV/SVS).

A COORDENADORA DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, **DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO**, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, **no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor**, com base no disposto do Decreto nº 47.529 de 08/06/2020,

RESOLVE:
nº 307 - Remover, no âmbito da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde, **CARLA SILVA ATANAZIO**, Psicólogo, matrícula 10/315.835-9, da Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP5.2 (Centro de Atenção Psicossocial Profeta Gentileza), para a Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP3.1, a fim de ter exercício na Policlínica José Paranhos Fontenelle, ficando o Órgão de Pessoal encarregado de proceder as anotações na respectiva tabela de lotação de pessoal, tendo em vista o que consta do OFÍCIO Nº SMS-OFI-2022/04403 de 17/02/2022.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
ATOS DA COORDENADORA
***PORTARIAS S/SUBG/CGP "P" DE 04 DE MARÇO DE 2022**

A COORDENADORA DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, **DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO**, **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, pelo Decreto nº 10362, de 08-08-1991; em conformidade com o estabelecido na Resolução SMS nº 588 de 24-09-1996,

RESOLVE:
nº 269 - Aposentar **DOMINIQUE CAVALCANTI MELLO**, Enfermeiro, Categoria Especial "A", do Quadro Permanente, matrícula 10/208.552-0, com proventos proporcionais, na fração de 21/30 (vinte e um, trinta avos), nos termos do inciso I, do § 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do artigo 72, da Lei nº 94, de 14 de março de 1979 e o artigo 6º -A da Emenda Constitucional nº 41/2003, introduzido pela E.C nº 70/2012, tendo em vista o que consta do Processo SMS-PRO-2022/00364 (S/SUBPAV/CAP-2.1).

nº 270 - Aposentar **TERESA CRISTINA SANTIAGO DOS SANTOS**, Auxiliar de Enfermagem (Enq. Formação), 2ª Categoria, do Quadro Permanente, matrícula 10/236.687-0, com proventos proporcionais, na fração de 18/30 (dezoito, trinta avos), nos termos do inciso I, do § 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do artigo 72, da Lei nº 94, de 14 de março de 1979 e o artigo 6º -A da Emenda Constitucional nº 41/2003, introduzido pela E.C nº 70/2012, tendo em vista o que consta do Processo SMS-PRO-2022/00365 (S/SUBHUE/HMAF).

nº 272 - Aposentar **ALESSANDRO DE OLIVEIRA ALVES**, Auxiliar de Controle de Endemias, Categoria Especial "A", do Quadro Permanente, matrícula 10/230.826-0, com proventos proporcionais, na fração de 19/35 (dezenove, trinta e cinco avos), nos termos do inciso I, do § 1º, do artigo 40, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do artigo 72, da Lei nº 94, de 14 de março de 1979 e o artigo 6º -A da Emenda Constitucional nº 41/2003, introduzido pela E.C nº 70/2012, tendo em vista o que consta do Processo SMS-PRO-2022/00367 (S/SUBPAV/CAP-5.3/DVS).

(*) Republicadas por incorreções no D.O. Rio de 07/03/2022, nº 245, Página 49.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA DE DIREITOS E VANTAGENS
DESPACHOS DA GERENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Integralização do Cargo em Comissão Incorporado - validade: 10/02/2022, processo n.º 09/66/000.031/2022 - GISELLE IANNARELLA LACERDA, matrícula n.º 164.204-0 - AUTORIZO

Integralização do Cargo em Função Gratificada Incorporado - validade: 20/02/2022, processo n.º 09/32/000.055/2022 - DOUGLAS RODRIGUES DA COSTA, matrícula n.º 230.498-8 - AUTORIZO

Fruição do Cargo em Função Gratificada Incorporado - validade: 10/11/2021, processo n.º 09/62/000.140/2022 - ARMANDO CARDOSO PEREIRA, matrícula n.º 239.212-4 - AUTORIZO

Processo n.º: 09/22/000.087/2022
Nome: NIVIA DA SILVA LAURENTINO TELES
Cargo: AUXILIAR DE CONTROLE DE ENDEMIAS
Matrícula: 10/263.209-9
Averbe-se para fins de Aposentadoria com base no Artigo 9º e seu parágrafo Único da Lei nº 315/82, combinado com o Artigo 212 da LOMRJ de 05/04/1990, o tempo de contribuição prestado em atividades de caráter privado nos períodos 04/01/1999 a 17/06/1999, 07/02/2000 a 30/11/2005, 01/04/2006 a 31/01/2010 e 20/07/2010 a 28/12/2010, no total de 3.847 dias.
Solicitação feita em 25/02/2022.

Processo n.º: 09/007.586/2021
Nome: MARILIA ARAUJO DA PAZ
Cargo: MEDICO NEFROLOGIA
Matrícula: 10/191.482-9
Averbe-se o tempo de serviço/contribuição prestado à Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, no período de 22/04/1993 a 12/06/1997, como efetivo, no total de 1.512 dias de exercício, nos termos do inciso I do artigo 65 da Lei nº 94 de 14/03/79, observando a Lei Complementar n° 34/97, publicada no D.O. de 02/12/1997. Considerando 1.512 dias para fins de triênio e 1.512 dias de efetivo exercício no serviço público.
Solicitação feita em 28/01/2022.

Processo n.º: 09/001.487/1999
Nome: VALERIA CRISTINA DE CARVALHO NERI
Cargo: NUTRICIONISTA
Matrícula: 10/175.840-8
Face determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, bem como o contido na Circular CVL/SUBSC/CGRH/CTNRH nº 02/2019, desaverbe-se o período de 08/04/1992 a 31/12/1992, no total de 268 dias, prestados como Acadêmico Bolsista.

Processo n.º: 09/001.487/1999
Nome: VALERIA CRISTINA DE CARVALHO NERI
Cargo: NUTRICIONISTA
Matrícula: 10/175.840-8
Averbe-se para fins de Aposentadoria com base no Artigo 9º e seu parágrafo Único da Lei nº 315/82, combinado com o Artigo 212 da LOMRJ de 05/04/1990, o tempo de contribuição prestado em atividades de caráter privado nos períodos 01/02/1993 a 14/07/1993 e 15/07/1993 a 13/02/1996, no total de 1.108 dias, desprezando os períodos de 14/02/1996 a 08/10/1996, 27/07/1998 a 02/08/2000 e 01/02/2004 a 29/02/2004 por serem concomitantes com esta municipalidade, e o período de 01/07/1993 a 14/07/1993 por estar contido nos períodos supracitados.
Solicitação feita em 14/12/2021.

Processo n.º: 09/63/000.168/2020
Nome: VINICIUS SODRE RODRIGUES
Cargo: FARMACEUTICO
Matrícula: 10/215.199-1
Torno sem efeito a averbação do tempo de serviço/contribuição prestado à Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, do servidor, publicada no D.O. Rio de 08/10/2021, relativa ao Período de 13/04/1992 a 29/08/2001, no total de 3.426 dias, tendo em vista que a CTC inserida no processo pertence a outro servidor.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Processo n.º: 09/63/000.168/2020
Nome: VINICIUS SODRE RODRIGUES
Cargo: FARMACEUTICO
Matrícula: 10/215.199-1
Averbe-se para fins de Aposentadoria com base no Artigo 9º e seu parágrafo Único da Lei nº 315/82, combinado com o Artigo 212 da LOMRJ de 05/04/1990 o tempo de contribuição prestado em atividades de caráter privado, no período de 06/07/1998 a 29/08/2001, no total de 1.149 dias, desprezando os períodos de 30/08/2001 a 05/11/2003, 06/11/2003 a 11/10/2011, 12/10/2011 a 31/05/2012, 01/11/2012 a 30/06/2013, 01/09/2013 a 31/05/2017 e 01/08/2019 a 29/02/2020 por serem concomitantes com esta municipalidade e os períodos de 01/05/2003 a 31/05/2003, 02/05/2003 a 05/11/2003 e 01/01/2010 a 11/10/2011 por estarem contidos nos períodos supracitados.
Solicitação feita em 27/09/2021.

Processo n.º: 09/008.110/1998
Nome: PATRICIA DE SOUZA SANTOS
Cargo: FARMACEUTICO
Matrícula: 10/191.343-3
Face determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, bem como o contido na Circular CVL/SUBSC/CGRH/CTNRH nº 02/2019, desaverbe-se o período de 01/01/1995 a 31/12/1995, no total de 365 dias, prestados como Acadêmico Bolsista.

SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO, ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 09/007.496/2021 - **AUTORIZO** a abertura de processo seletivo para escolha de Organização da Sociedade Civil, visando à celebração de Termo de Colaboração para o Gerenciamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde do **Centro Diagnóstico Carioca** - unidade sede e unidades avançadas, que assegure assistência universal e gratuita à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e posteriores alterações e do Decreto Municipal nº 42.696, de 2016 e suas alterações.

SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO, ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE INTEGRAÇÃO DE ÁREAS DE PLANEJAMENTO
DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 09/007.496/2021 - APROVO o Plano de Trabalho e Anexos Técnicos constantes às fls. 04 a 86 do processo administrativo nº 09/007.456/2021 visando processo seletivo para escolha de Organização Sociedade Civil para o Gerenciamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde do **Centro Diagnóstico Carioca** - unidade sede e unidades avançadas, por meio de PARCERIA, que assegure assistência universal e gratuita à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e posteriores alterações e do Decreto Municipal nº 42.696, de 2016 e suas alterações.

COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP-3.2
DESPACHOS DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 23.12.2021

Processo nº: 0932/000219/2019 - NAD nº 032/2022
1.OBJETO: Sistema Descentralizado de Pagamento para atender as despesas da Táxi-Rio
2.PARTES: PCRJ/SMS/CAP-3.2 e COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP-3.2
3.FUNDAMENTO: Artigo 25, Caput, da Lei nº 8666/1993, de 21/06/1993, com alterações pela Lei nº 8883/1994, 08/06/1994.
4.RAZÃO: Não Sujeito à Lei 8666/93.
5.VALOR: R$ 96.726,44 (noventa e seis mil, setecentos e vinte e seis reais, quarenta e quatro centavos)
6.AUTORIZADO POR: Solange Toledo Alves Cunha

SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO, ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP 3.3
DESPACHO DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 03/01/2022

Processo nº: 09/33/001.127/2021 - AUTORIZO a anulação PARCIAL da NAD: nº 297/2021, VALOR R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Processo nº.: 09/33/001.127/2021 - NAD nº. 23/2022
1. OBJETO: Pagamento de Juros, Multas e Outras Penalidades por Serviços Prestados pela CLARO S. A.
2. PARTES: Secretaria Municipal de Saúde - CAP 3.3 e CLARO S. A.
3. FUNDAMENTO: Artigo 1, Caput da Lei 10.520 de 2002 e suas alterações.
4. RAZÃO: Pregão
5. VALOR: R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).
6. AUTORIZADO POR: Paulo Jose Alves Conceição Silva
***Omitido em D.O. de 03/01/2022**

EXPEDIENTE DE 04/03/2022

09/33/001.176/2021 - CMS CARMELA DUTRA
Aprovo a Prestação de Contas do Sistema Descentralizado de Pagamento no valor de R$ 9.974,30 (nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), gestores Edésio Soares Caldas, mat.: 11/117.430-9 e Carlos de Oliveira Amorim Junior, matr.: 12/238.580-5

09/33/000.007/2022 - CMS AUGUSTO DO AMARAL PEIXOTO
Aprovo a Prestação de Contas do Sistema Descentralizado de Pagamento no valor de R$ 9.159,59 (nove mil, cento e cinqüenta e nove reais e cinqüenta e nove centavos), gestores Viviane Soares Pinheiro Bartalo, mat.: 11/192.622-9 e Ana Mª de Carvalho B.B. Marques, matr.: 10/207.558-8

SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO, ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP 5.1
DESPACHOS DO ORDENADOR DA DESPESA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022.

Processo nº.: 0951/000072/2022 - NAD nº.: 047/2022 Data: 01/02/2022
1.OBJETO: Suprimento de Fundos
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e CMS Masao Goto
3.FUNDAMENTOS: Não sujeito a Lei 8.666 de 21/06/1993
4.RAZÃO: NÃO SUJEITO
5.VALOR: R$ 46.200,00 (Quarenta e seis mil e duzentos reais)
6.AUTORIZAÇÃO: Alessandro Garcia Barbosa

COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP- 5.2
PORTARIA "P" S/SUBPAV/CAP-5.2 Nº 003 DE 02.03.2022

O COORDENADOR DA COORDENADORIA GERAL DE SAÚDE DA AP 5.2, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e o que confere o artigo 18 das Normas Regedoras da Sindicância Administrativa, aprovadas pelo Decreto n° 38.256 de 10/01/2014,

RESOLVE:
Instaurar Sindicância, para apurar os fatos relatados através do Registro de Ocorrência n° 036-05519/2021; designando para procedê-la, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de publicação no D.O Rio, a Comissão integrada, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, pelos seguintes servidores:
- Carlos Jefferson Santos da Silva, Agente de Administração, mat. 12/218.477-8
- Maristelle Henriques Fidelis, Auxiliar de Controle de Endemias, mat. 12/281.822-7
- Ana Paula de Azevedo Rocha, Agente de Administração, mat. 10/207.780-8.
Conforme Processo n° 09/52/000078/2022.

SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO, ATENÇÃO PRIMÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP 5.2
DESPACHOS DO COORDENADOR GERAL
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº: 09/52/000.061/2022 - NAD nº 30/2022
1.OBJETO: Despesas Miúdas de Pronto Pagamento.
2.PARTES: Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP 5.2 e Centro Municipal de Saúde Dr. Alvimar de Carvalho
3.FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
4.RAZÃO: Despesa não elencada no Artigo 1º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.
5.VALOR: R$ 11.758,00 (onze mil, setecentos e cinquenta e oito reais)
6.AUTORIZADO: Fabiana Ribeiro Acácio Dulce.

Processo nº: 09/52/000.060/2022 - NAD nº 29/2022
1.OBJETO: Despesas Miúdas de Pronto Pagamento.
2.PARTES: Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP 5.2 e Centro Municipal de Saúde Pedro Nava
3.FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
4.RAZÃO: Despesa não elencada no Artigo 1º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.
5.VALOR: R$ 15.564,46 (quinze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)
6.AUTORIZADO: Fabiana Ribeiro Acácio Dulce.

Processo nº: 09/52/000.053/2022 - NAD nº 28/2022
1.OBJETO: Despesas Miúdas de Pronto Pagamento.
2.PARTES: Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP 5.2 e Centro Municipal de Saúde Dr. Garfield de Almeida
3.FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
4.RAZÃO: Despesa não elencada no Artigo 1º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.
5.VALOR: R$ 12.271,00 (doze mil, duzentos e setenta e um reais)
6.AUTORIZADO: Fabiana Ribeiro Acácio Dulce.

Processo nº: 09/52/000.054/2022 - NAD nº 27/2022
1.OBJETO: Despesas Miúdas de Pronto Pagamento.
2.PARTES: Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP 5.2 e Centro Municipal de Saúde Professor Mário Victor Assis Pacheco
3.FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
4.RAZÃO: Despesa não elencada no Artigo 1º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.
5.VALOR: R$ 15.853,00 (quinze mil, oitocentos e cinquenta e três reais)
6.AUTORIZADO: Fabiana Ribeiro Acácio Dulce.

COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP 5.3
DESPACHOS DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº: 09/53/000.656/2021 - NAD nº 041/2022
1.OBJETO: Materiais para uso Medicinal, Cirúrgico e Odontológico
2.PARTES: Coordenadoria Geral de Atenção Primária da AP 5.3 e **LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA**
3.FUNDAMENTOS: Artigo 1, caput da Lei 10520 de 17/07/2002 e suas alterações.
4.RAZÃO: Pregão 367/2021
5.VALOR: 354,00 (trezentos e cinqüenta e quatro reais)
6.AUTORIZADO POR: Rodney Perucci da Silva

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

09/000.763/2015 - **RATIFICO** o prosseguimento da contratação, objeto do processo nº 09/000.763/2015, referente a contratação de serviços para reforma da fachada de acesso do Hospital Maternidade Leila Diniz, conforme Termo de Referência constante às fls. 368-381, no valor total de R$ 667.839,10 (seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e nove mil e dez centavos).

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

09/007722/2021 - AUTORIZO a formalização do 1º Termo aditivo ao Termo de Colaboração nº 207/2021, celebrado entre a SMS-Rio e Organização da Sociedade Civil Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de Saúde no âmbito do Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz, da CGE 5.3.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SUBHUE
DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

O Ordenador de Despesa da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência, nos autos do processo administrativo nº **09/002.199/2021**, transfere à despesa à Unidade Orçamentária abaixo relacionada, referente ao 1° Termo Aditivo ao contrato nº 101/2021, celebrado entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a sociedade empresária AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, com fundamento nas Leis Federais nº 10.520/2002 e a Lei 8.666/93 e suas alterações, em decorrência do resultado de dispensa de licitação, com fulcro no inciso I, artigo 2 e artigo 3 da medida da Medida Provisória 1047/2021, de 03 de maio 2021 no valor total de R$ 72.298,80 (setenta e dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos), cujo objeto é a prestação de serviços de fornecimento de geração de ar comprimido medicinal e vácuo clínico, com manutenção preventiva e corretiva no HMRG, pelo período de 06 (seis) meses de 07/01/2022 a 06/07/2022.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Termo de Execução nº	Processo n°	U.O	VALOR (R$) TRANSFERIDO	P.T	N.D	NOTA DE EMPENHO
017/2022	09/85/000.106/2021	HMRG	72.297,80	18.75.10.302.0306.2009	3.3.90.39.29	097/2022

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
DESPACHO DO ASSESSOR ESPECIAL
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

09/000.763/2015 - **AUTORIZO** o prosseguimento da contratação, objeto do processo nº 09/000.763/2015, referente a contratação de serviços para reforma da fachada de acesso do Hospital Maternidade Leila Diniz, conforme Termo de Referência constante às fls. 368-381, no valor total de R$ 667.839,10 (seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e dez centavos).

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO
DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº: 09/62/000.073/2022 - NAD 97/2022
1.OBJETO: Aquisição de insumos de Laboratório com cessão de uso de equipamento
2.PARTES:Secretaria Municipal de Saúde e IMAGEX MATERIAL HOSPITALAR E DIAGNÓSTICO EIRELI
3.FUNDAMENTOS: Inciso CAPUT do Artigo 1, da Lei 10520 de 17/07/2002 e suas alterações.
4.RAZÃO: PREGÃO 282/2021
5.VALOR:R$ 148.800,00 (Cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais)
6.AUTORIZADO POR: Eloisa da Silva Amorim

Processo nº: 09/62/000.074/2022 - NAD 98/2022
1.OBJETO: Aquisição de insumos de Laboratório com cessão de uso de equipamento
2.PARTES:Secretaria Municipal de Saúde e DIAG PRIME COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA
3.FUNDAMENTOS: Inciso CAPUT do Artigo 1, da Lei 10520 de 17/07/2002 e suas alterações.
4.RAZÃO: PREGÃO 282/2021
5.VALOR:R$ 573.120,00 (Quinhentos e setenta e três mil, cento e vinte reais)
6.AUTORIZADO POR: Eloisa da Silva Amorim

Processo nº: 09/62/000.075/2022 - NAD 99/2022
1.OBJETO: Aquisição de insumos de Laboratório com cessão de uso de equipamento
2.PARTES:Secretaria Municipal de Saúde e DIAG PRIME COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA
3.FUNDAMENTOS: Inciso CAPUT do Artigo 1, da Lei 10520 de 17/07/2002 e suas alterações.
4.RAZÃO: PREGÃO 282/2021
5.VALOR:R$ 373.020,00 (Trezentos e setenta e três mil e vinte reais)
6.AUTORIZADO POR: Eloisa da Silva Amorim

Processo nº: 09/62/000.081/2022 - NAD 100/2022
1.OBJETO: Aquisição de insumos de Laboratório com cessão de uso de equipamento
2.PARTES:Secretaria Municipal de Saúde e ADEB LINE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
3.FUNDAMENTOS: Inciso CAPUT do Artigo 1, da Lei 10520 de 17/07/2002 e suas alterações.
4.RAZÃO: PREGÃO 282/2021
5.VALOR:R$ 6.474,00 (Seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais)
6.AUTORIZADO POR: Eloisa da Silva Amorim

HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESA
EXPEDIENTE DE 01/02/2022

Processo nº.: 0964/000.058/2022 - NAD nº 54/2022.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2. PARTES: SMS/HMMC E MICROSUTURE IND. COM. IMP. EXP. E REPRESENTAÇÃO DE MAT. CIRURGICO LTDA. EPP.
3. FUNDAMENTO: ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4. RAZÃO: DISPENSA
5. VALOR: R$ 2.448,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).
6. AUTORIZADO POR: LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE
***OMITIDO NO D.O RIO. DIA DE 02/01/2022**

Processo nº.: 0964/000.058/2022 - NAD nº 55/2022.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2. PARTES: SMS/HMMC E SILITEC PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI **3. FUNDAMENTO:** ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8666 DE 21/06/1993
4. RAZÃO: DISPENSA
5. VALOR: R$ 3.456,00 (TRES MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS).
6. AUTORIZADO POR: LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE
***OMITIDO NO D.O RIO. DIA DE 02/01/2022**

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA AP 2.1
HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESA
EXPEDIENTE DE 01/02/2022

Processo nº.: 0964/000.482/2022 - NAD nº 2022/42
1. OBJETO: MANUTENCAO DO CUSTEIO DA REDE HOSPITALAR
2. PARTES: SMS/HMMC e KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL IND DE EQUIP MED LTDA
3. FUNDAMENTO: Artigo 1 Caput da Lei 10520 DE 17/07/2002
4. RAZÃO: Pregão
5. VALOR: R$ 395.600,00 (trezentos e noventa e cinco mil e seiscentos reais)
6. AUTORIZADO POR: Laiz Machado da Silva Lebre
* Omitido no D.O. Rio de 02/02/2022

HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESA
EXPEDIENTE DE 01/02/2022

Processo nº.: 0964/001.097/2021 - NAD nº 66/2022.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2. PARTES: SMS/HMMC E MOGAMI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
3. FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. RAZÃO: PREGÃO
5. VALOR: R$ 4.285,60 (QUATRO MIL E DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
6. AUTORIZADO POR: LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE
***OMITIDO NO D.O RIO. DIA DE 02/02/2022**

Processo nº.: 0964/001.108/2021 - NAD nº 69/2022.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2. PARTES: SMS/HMMC E OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUOS HOSPITALARES LTDA
3. FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. RAZÃO: PREGÃO
5. VALOR: R$ 20.700,00 (VINTE MIL E SETECENTOS REAIS).
6. AUTORIZADO POR: LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE
***OMITIDO NO D.O RIO. DIA DE 02/02/2022**

Processo nº.: 0964/000.207/2019 - NAD nº 68/2022.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2. PARTES: SMS/HMMC E SEROPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODS HOSPITALARES LTDA
3. FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. RAZÃO: PREGÃO
5. VALOR: R$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS).
6. AUTORIZADO POR: LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE
***OMITIDO NO D.O RIO. DIA DE 02/02/2022**

Processo nº.: 0964/001.118/2021 - NAD nº 70/2022.
1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRÚRGICO E ODONTOLÓGICO
2. PARTES: SMS/HMMC E MEDICAL LIFE COMERCIO EIRELI
3. FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002.
4. RAZÃO: PREGÃO
5. VALOR: R$ 21.500,00 (VINTE E UM MIL E QUINHENTOS REAIS).
6. AUTORIZADO POR: LAIZ MACHADO DA SILVA LEBRE
***OMITIDO NO D.O RIO. DIA DE 02/02/2022**

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
DESPACHO DA SUBSECRETÁRIA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

09/000.027/2022 - **APROVO** Projeto Básico de fls.17 à 35 referente a contratação de empresa para prestação de serviço de internação domiciliar, contemplando equipe assistencial, materiais permanentes, materiais descartáveis e medicamentos, para atender VITORIA VENÂNCIO DÓRIA, autora de Demanda Judicial, processo n° 0131871-96.2014.4.02.5101.

SUPERINTENDÊNCIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

09/007722/2021 - APROVO os ANEXOS TÉCNICOS A e F às Fls. 705 a 711v com vistas a formalização do 1º Termo aditivo ao Termo de Colaboração nº 207/2021, celebrado entre a SMS-Rio e Organização da Sociedade Civil Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de Saúde no âmbito do Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz, da CGE 5.3.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

*Processo nº: 0968/000066/2022 - NAD nº 128/2022
1.OBJETO: Reparo de três Camas Elétricas Enterprise 8000 para o Hospital Municipal da Piedade.
2.PARTES: Hospital Municipal da Piedade e **ZITA MED BIOTECNOLOGIA LTDA ME.**
3.FUNDAMENTO: Artigo 24 inciso II Lei 8666 de 21/06/1993 e suas alterações .
4.RAZÃO: Dispensa
5.VALOR: R$ 8.310,00 (Oito mil e trezentos e dez reais).
6.AUTORIZADO POR: Greice de Oliveira Braga da Fonseca

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

*Processo nº: 0968/000066/2022 - NAD nº 129/2022
1.OBJETO: Reparo de duas Autoclaves Vertical para o Hospital Municipal da Piedade.
2.PARTES: Hospital Municipal da Piedade e **ZITA MED BIOTECNOLOGIA LTDA ME.**
3.FUNDAMENTO: Artigo 24 inciso II Lei 8666 de 21/06/1993 e suas alterações .
4.RAZÃO: Dispensa
5.VALOR: R$ 10.895,00 (Dez mil e Oitocentos e Noventa e cinco reais).
6.AUTORIZADO POR: Greice de Oliveira Braga da Fonseca

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

*Processo nº: 0968/000065/2022 - NAD nº 130/2022
1.OBJETO: Reparo do Ultrasson, AS 8000 SE, Modelo: Medison para o Hospital Municipal da Piedade.
2.PARTES: Hospital Municipal da Piedade e **BIRD MED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA**
3.FUNDAMENTO: Artigo 24 inciso II Lei 8666 de 21/06/1993 e suas alterações .
4.RAZÃO: Dispensa
5.VALOR: R$ 6.790,00 (Seis mil e Setecentos e Novena reais).
6.AUTORIZADO POR: Greice de Oliveira Braga da Fonseca

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PEDIÁTRICOS E MATERNIDADES
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO DIRETOR
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

PROCESSO.nº: 0966/000096/2022-NAD.n.46 e 47/2022
1.OBJETO: Aquisição de Material para uso medicinal, Cirúrgico e Odontológico.
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Herlau Atacadista de Produtos Hospitalares Ltda(R$ 1.200,00) e Medpoa Comercio de Material Hospitalar Ltda(R$ 1.800,00)
3.FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso II, da Lei n.º 8666/1993 de 21/06/1993, com alterações pela Lei n.º 8883/1994, de 08/06/1994
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista emergência no atendimento (item fora de pregão)
5.VALOR: R$ 3.000,00 (Três mil reais)
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacífico.

PROCESSO.nº: 0966/000097/2022-NAD.n.48/2022
1.OBJETO: Aquisição de Material para uso medicinal, Cirúrgico e Odontológico.
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Herlau Atacadista de Produtos Hospitalares Ltda
3.FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso II, da Lei n.º 8666/1993 de 21/06/1993, com alterações pela Lei n.º 8883/1994, de 08/06/1994
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista emergência no atendimento (item fora de pregão)
5.VALOR: R$ 16.380,00 (Dezesseis mil, trezentos e oitenta reais)
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacífico.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGENCIA E EMERGENCIA(SUBHUE)
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo. N. 0966/000093/2022 - NAD. N° 043/2022
1.OBJETO: Aquisição de Material de medico hospitalar (capote descartável).
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Herlau Atacadista de Produtos Hospitalares Ltda.
3.FUNDAMENTO: Artigo 75, Inciso II, da Lei n.º 14133.
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista o valor inferior ao limite da Licitação.
5.VALOR: R$ 11.960,00 (onze mil, novecentos e sessenta reais).
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacifico.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGENCIA E EMERGENCIA(SUBHUE)
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo. N. 0966/000089/2022 - NAD. N° 044/2022
1.OBJETO: Aquisição de Material de medico hospitalar (extensor perfusor 120cm 2fr).
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e AX Comercial RJ Eireli.
3.FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso II, da Lei n.º 8666/1993 de 21/06/1993, com alterações pela Lei n.º 8883/1994, de 08/06/1994.
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista o valor inferior ao limite da Licitação.
5.VALOR: R$ 17.598,00 (dezessete mil, quinhentos e noventa e oito reais).
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacifico.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGENCIA E EMERGENCIA(SUBHUE)
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo. N. 0966/000091/2022 - NAD. N° 045/2022
1.OBJETO: Aquisição de Material de medico hospitalar (papel toalha).
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Herlau Atacadista de Produtos Hospitalares Ltda.
3.FUNDAMENTO: Artigo 75, Inciso II, da Lei n.º 14133.
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista o valor inferior ao limite da Licitação.
5.VALOR: R$ 8.844,93 (oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos).
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacifico.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGENCIA E EMERGENCIA(SUBHUE)
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo. N. 0966/000090/2022 - NAD. N° 56/2022
1.OBJETO: Aquisição de material hospitalar (mascaras descartáveis)..
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Gama Med 13 Comércio e Serviços Ltda.
3.FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso II, da Lei n.º 8666/1993 de 21/06/1993, com alterações pela Lei n.º 8883/1994, de 08/06/1994.
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista o valor inferior ao limite da Licitação.
5.VALOR: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacifico.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGENCIA E EMERGENCIA (SUBHUE)
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo. N. 0966/000098/2022 - NAD. N° 57/2022
1.OBJETO: Serviços de conserto e manutenção de bens móveis e imóveis, conserto de aparelhos, reinstalação de ramais e linhas diretas.
2.PARTES: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e Moriá Telecomunicações Ltda.
3.FUNDAMENTO: Artigo 24, Inciso II, da Lei n.º 8666/1993 de 21/06/1993, com alterações pela Lei n.º 8883/1994, de 08/06/1994.
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação, tendo em vista o valor inferior ao limite da Licitação.
5.VALOR: R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais).
6.AUTORIZADO POR: Jorge Pereira Pacifico

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR URGENCIA E EMERGENCIA(SUBHUE)
HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA
DESPACHO DO ORDENADOR
RETIFICAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

ONDE SE LÊ:
Processo.N.0966/000223/2018 -NAD145/2021
VALOR: R$ 87.000,00 (OITENTA E SETE MIL)

LEIA-SE:
Processo. N. 0966/000223/2018 -NAD145/2021
VALOR: R$ 79.200,00(SETENTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS).

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
DESPACHOS DO ORDENADOR
EXPEDIENTE DE 01.02.2022

Processo nº: 09/69/000.040/2022 - NAD nº 038/2022
1.OBJETO: Fornecimento de Material Hospitalar.
2.PARTES: Hospital Municipal Jesus e DBV COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
3.FUNDAMENTO: Artigo 24 Inciso II da Lei 8666 de 1993 e suas alterações.
4.RAZÃO: Dispensa de Licitação.
5.VALOR: R$ 12.000,00 (doze mil reais).
6.AUTORIZADO POR: Raphael Azevedo de Moraes

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
DESPACHOS DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo nº: 09/69/000.198/2020 - Autorizo o cancelamento parcial da NAD nº 452/2020 no valor de R$ 18.960,00 (Dezoito mil novecentos e sessenta reais), em favor da empresa SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo nº: 09/69/000.198/2020 - NAD nº 052/2022
1. OBJETO: Locação de impressoras - Tomografia.
2. PARTES: Hospital Municipal Jesus e SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
3. FUNDAMENTO: Artigo I, Inciso Caput da Lei nº 10.520/02.
4. RAZÃO: Pregão.
5. VALOR: R$ 18.960,00 (Dezoito mil novecentos e sessenta reais)
6. AUTORIZADO POR: Raphael Azevedo de Moraes

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGENCIA (SUBHUE)
INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL
DESPACHOS DA DIRETORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo Nº: 0979/000013/2022 - NAD Nº 0046/2022
1. OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRURGICO E ODONTOLOGICO.
2.PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL E MEGRAFAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
3.FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4.RAZÃO: PREGÃO
5.VALOR: R$ 7.416,00 (Sete Mil, Quatrocentos e Dezesseis Reais).
6.AUTORIZAÇÃO: Déborah Cristina Bonfim Elias.
***omitido 02/02/2022**

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGENCIA (SUBHUE)
INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL
DESPACHOS DA DIRETORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo Nº: 0979/000214/2021 - NAD Nº 0047/2022
1.OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRURGICO E ODONTOLOGICO.
2.PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL E LANCELETTE BIOMEDICAL EIRELI.
3.FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4.RAZÃO: PREGÃO
5.VALOR: R$ 4.488,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais).
6.AUTORIZAÇÃO: Déborah Cristina Bonfim Elias.
***omitido 02/02/2022**

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGENCIA (SUBHUE)
INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL
DESPACHOS DA DIRETORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo Nº: 0979/000216/2021 - NAD Nº 0048/2022
1.OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRURGICO E ODONTOLOGICO.
2.PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL E C B DISTRIBUIDORA DE PRODS FARMACEUTICOS S A.
3.FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4.RAZÃO: PREGÃO
5.VALOR: R$ 931,20 (Novecentos e Trinta e Um Reais e Vinte Centavos).
6.AUTORIZAÇÃO: Déborah Cristina Bonfim Elias.
***omitido 02/02/2022**

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGENCIA (SUBHUE)
INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL
DESPACHOS DA DIRETORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo Nº: 0979/000014/2022 - NAD Nº 0049/2022
1.OBJETO: MATERIAIS PARA USO MEDICINAL, CIRURGICO E ODONTOLOGICO.
2.PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL E DBV COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
3.FUNDAMENTO: ARTIGO 1 CAPUT DA LEI 10520 DE 17/07/2002
4.RAZÃO: PREGÃO
5.VALOR: R$ 1.700,00 (Hum Mil e Setecentos Reais).
6.AUTORIZAÇÃO: Déborah Cristina Bonfim Elias.
***omitido 02/02/2022**

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

INSTITUTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,
VIGILÂNCIA DE ZOONOSES E DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA
DESPACHOS DO PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 09/902.213/2019 - Prorrogação contratual
Na forma do artigo 57, II, da Lei 8.666/93, **AUTORIZO** a prorrogação de prazo do contrato referente à prestação de serviços apoio operacional para o IVISA-RIO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

Empresa	Contrato	Período executado	Período que se pretende prorrogar		Período total executado (com a prorrogação)
T&S LOCAÇÃO DE MÃO DEOBRA EM GERAL EIRELI	009/2019	08/04/2019 à 07/04/2022	08/04/2022	07/04/2023	12 meses

INSTITUTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,
VIGILÂNCIA DE ZOONOSES E DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA
DESPACHOS DO PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Processo nº 09/900880/2021 - **Autorizo** abertura de Licitação, na modalidade Pregão, para Registro de Preços, tipo menor preço por item, com base no artigo 1º da Lei n.° 10.520/2002, referente à aquisição de reagentes para hematologia, em atendimento ao Laboratório Municipal de Saúde Pública do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, no valor total estimado de R$ 35.189,50 (trinta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos). Esta publicação substitui a anterior contida no D.O. RIO n.° 56 de 31.05.2021, em fls. 38.

INSTITUTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,
VIGILÂNCIA DE ZOONOSES E DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA
DESPACHOS DA COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
EXPEDIENTE DE 10.01.2022

Processo n° 09/900.880/2021 - Aprovo o Termo de Referência constante às fls. 8-9V, referente à aquisição de Reagentes para Hematologia, pertencentes à classe 6505, para atender ao Laboratório Municipal de Saúde Pública do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária.

*Omitido no D.O. Rio de 11.01.2022.

INSTITUTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA,
VIGILÂNCIA DE ZOONOSES E DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE E INSUMOS ESTRATÉGICOS
DESPACHOS DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo 09/007.410/2021 - **APROVO** o Termo de Referência às fls. 410/459 que versa sobre a contratação de empresa especializada na realização de procedimentos cirúrgicos especializados CCVD - Contracepção Cirúrgica Voluntária Definitiva - Laqueadura Tubária e aos procedimentos convexo-vinculados para participar do Sistema Único do Município do Rio de Janeiro, de forma complementar e devidamente regulados pela Central de Regulação do Município.

RIOSAÚDE

Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S.A
Rua Gago Coutinho, 52, 5º andar - Tel: 2976-6518

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 112 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Dispensar, **FERNANDA DA SILVA PRUDÊNCIO**, matrícula 45/022.267-9, com validade de 24 de fevereiro de 2022, da Função de Confiança de Encarregado de Núcleo de Pessoal, código 086466, do Núcleo de Gestão da Unidade de Pronto Atendimento Senador Camará, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 113 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Designar, **LÉLIO KALLUT ALMEIDA NETTO**, matrícula 45/030.244-8, com validade de 25 de fevereiro de 2022, para a Função de Confiança de Encarregado de Núcleo de Pessoal, código 086466, do Núcleo de Gestão da Unidade de Pronto Atendimento Senador Camará, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 114 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Designar, **CRISTIANO VIEIRA BARROS**, matrícula 45/042.566-0, com validade de 25 de fevereiro de 2022, para a Função de Confiança de Gerente de Processo II, código 087138, do Núcleo de Formação Profissional, Pesquisa e Educação Permanente, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 115 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Dispensar, **MASSILEY SOUSA RODRIGUES**, matrícula 45/030.282-8, com validade de 24 de fevereiro de 2022, da Função de Confiança de Encarregado de Núcleo de Pessoal, código 085400, do Núcleo de Gestão de RH da Atenção Primária, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 116 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Designar, **MASSILEY SOUSA RODRIGUES**, matrícula 45/030.282-8, com validade de 25 de fevereiro de 2022, para a Função de Confiança de Gerente de Processo II, código 087139, do Núcleo de Formação Profissional, Pesquisa e Educação Permanente, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 117 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Dispensar, **GILSANE DE LOURDES MEDEIROS TAVIRA**, matrícula13/194.085-7 com validade de 01 de março de 2022, da Função de Confiança de Encarregado de Núcleo de Pessoal, código 085400, do Núcleo de Gestão de RH da Atenção Primária, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATOS DA VICE-PRESIDENTE
PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 82 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa para apurar denúncia objeto do Processo RSU-PRO-2022/00168, designando para procedê-la, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da publicação, Comissão integrada pelos seguintes agentes públicos: CARLOS HENRIQUE CABRERA DE CRISTOFARO - Matrícula nº 69/053.408-1, FLÁVIA THAYNÁ TAPAJÓS COQUEIRO - Matrícula nº 69/051.212-9 e RENATA CORREIA HESPANHOL - Matrícula nº 13/246.982-3, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 84 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.
A **VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE,** no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa para apurar fato irregular objeto do Processo RSU-PRO-2022/00041, designando para procedê-la, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da publicação, Comissão integrada pelos seguintes agentes públicos: RENATA CORREIA HESPANHOL - Matrícula nº 13/246.982-3, JOSIEL MOREIRA DOS SANTOS - Matrícula nº 69/024.575-3 e JULIANA ROMAR BRUM PINHEIRO - Matrícula nº 69/046.841-3, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 90 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 618 de 27/12/2021, publicada no D.O. RIO de 29/12/2021, nº 201, referente ao processo 09/202.310/2021, que passa a ser integrada pelos seguintes agentes públicos:

I - Wilma Ferreira de Arruda Alves - Matrícula 40/030.764-5 - Presidente;
II - Carolina Garcia Guedes - Matrícula nº 45/022.241-6 - Membro;
III - Guilherme Santana Minas Vieira - Matrícula nº 40/030.136-6 - Membro.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 91 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Substituir o membro da Comissão de Sindicância nomeado através da Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 628 de 28/12/2021, publicada no D.O. RIO n.º 206, em 06/01/2022, referente ao processo 09/202.333/2021: VANEZZA RODRIGUES BARBOSA DA SILVA - Matrícula nº 69/036.213-7, por GRAZIELE DOS SANTOS BORGES - Matrícula nº 69/034.699-9.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 96 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 17 de fevereiro de 2022, o prazo para apresentação do relatório final da sindicância administrativa, designada através da Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 612 de 27/12/2021, publicada no D.O Rio em 29/12/2021, referente ao processo 09/202.304/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 105 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Prorrogar por 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do dia 20 de fevereiro de 2022, o prazo para apresentação do relatório final da sindicância administrativa designada através da Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE nº 628 de 28 de dezembro de 2021, publicada no D.O Rio em 06/01/2022, referente ao processo 09/202.333/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 106 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE nº 614 de 27/12/2021, publicada no D.O. RIO n.º 201, em 29/12/2021, referente ao processo 09/202.306/2021, que passa a ser integrada pelos seguintes agentes públicos:

I - Jesana Alves Pereira Silva - Matrícula: 69/046.296-0 (Presidente);
II - Jonathas Ribeiro Correia - Matrícula: 45/030.447-7 (Membro);
III - Alessandrea Silva Lopes Gonçalves - Matrícula: 59/047.952-7 (Membro).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 107 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE nº 276 de 21/05/2021, publicada no D.O. RIO de 24/05/2021, nº 51, referente ao processo 09/201.319/2021, que passa a ser integrada pelos seguintes agentes públicos:

I - Janessa Vieira Santos - Matrícula nº 45/029.680-6 - Presidente;
II - Guilherme Santana Minas Vieira - Matrícula nº 40/030.136-6 - Membro;
III - Allan Pereira Novaes de Oliveira - Matrícula nº 69/046.312-5 - Membro.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 109 DE 02 DE MARÇO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 439 de 24/08/2021, publicada no D.O. RIO de 25 de agosto de 2021, nº 117, referente ao processo 09/201.636/2021, que passa a ser integrada pelos seguintes agentes públicos:

I - Carolina Vianna Nascimento Guimarães - Matrícula 69/045.294-6 - Presidente;
II - Rita Weiler - Matrícula nº 69/049.719-8 - Membro;
III - Caroline Silva Caldas - Matrícula nº 69/046.283-8 - Membro.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 110 DE 02 DE MARÇO DE 2022.
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no Dec. Mun. 38.256/14.

RESOLVE:
Art. 1º Substituir o Presidente da Comissão de Sindicância nomeado através da Portaria "P" RIOSAÚDE/PRE Nº 442 de 24/08/2021, publicada no D.O.RIO n.º 117, em 25/08/2021, referente ao processo 09/201.752/2021: FABIO LOURENÇO DE ARAUJO - Matrícula nº 69/026.123-0 por KELLY NEGRAO NASCIF MARTINS - Matrícula 69/046.281-2.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" 118 DE 03 DE MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Designar, **TALITA CARNEIRO BAPTISTA**, matrícula 45/053.899-1, com validade de 10 de fevereiro de 2022, para a Função de Confiança de Supervisor I, código 078882, da Coordenadoria de Aquisições, Contratos e Convênios, da Diretoria de Administração e Finanças, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

ATO DA VICE-PRESIDENTE
PORTARIA "P" Nº 121 DE 07 MARÇO DE 2022
A VICE-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:
Dispensar, **MARCO ANTONIO LEITE GONÇALO**, matrícula 13/288.922-8, com validade de 06 de março de 2022, da Função de Confiança de Assistente Técnico III, código 042363, Gerência de Contrato e Convênios, da Diretoria de Administração e Finanças, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE.

DESPACHO DA VICE PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 25/02/2022
PROCESSO 09/202.248/2021 - Torno sem efeito o Ratifico para contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica em Ecocardiografia e Ecografia Vascular para pacientes pediátricos internados no CTI Pediátrico do Hospital Municipal Souza Aguiar, publicado no D.O. Rio nº 198 de 23/12/21, página 66.

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA ASSISTENCIAL
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
Processo: 09/201.416/2021: Torno sem efeito o Termo de Referência contido às fls. 55/61- publicado em D.O 28/09/2021, nº 141, página 69, 3ª coluna e aprovo o Termo de Referência encartado às fls. 271/282.

ATOS DA DIRETORIA DE OPERAÇÕES
PORTARIA "P" RS/VP/DOP Nº 04 DE 07 DE MARÇO DE 2022
O DIRETOR DE OPERAÇÕES DA EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e de acordo com a legislação em vigor,

RESOLVE, com validade a partir de 1 de janeiro de 2022:
Art. 1º - Designar Ana Karinny Clímaco de Oliveira Grego**,** Matrícula nº 69/048.128-3, para atuar como **Gestor do Contrato** nº. **717/2021**, relacionado ao processo de nº 09/202.289/2021, referente à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL para atender as unidades **H. M. ROCHA FARIA, UPA COSTA BARROS, CER LEBLON, UPA MADUREIRA e UPA VILA KENNEDY** com atribuições previstas nos arts. 1º e 2º da Portaria RS/PRE nº 217, de 24 de novembro de 2020.

Art. 2º - Instituir a **Comissão de Fiscalização do Contrato** nº **717/2021**, com atribuições previstas nos arts. 3º e 4º da Portaria RS/PRE nº 217, de 24 de novembro de 2020, designando os seguintes membros para sua composição, devendo ser presidida pelo primeiro nome listado em sua respectiva Unidade:

HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA	
NOME	**MATRÍCULA**
MARIANA BEATRIZ DE LUCENA	69/024.595-1
FLÁVIA BAHIA DE SOUZA	40/046.654-0
IGNÁCIO GARCIA NUNES JUNIOR	13/295.451-9
MARCELE DA SILVA ARAUJO	45/047.410-6
MARCOS PAULO BRITTO DE OLIVEIRA	40/035.781-4
MARCUS DO PAÇO SILVA	40/030.366-9
RAYANNE DE OLIVEIRA QUELES	40/039.266-2

UPA COSTA BARROS	
NOME	**MATRÍCULA**
SÁVIO SALES MAZULLO	45/043.324-3
ANNE CAROLINE ASSUNÇÃO OLIVEIRA	47/026.499-4
CARLA TAMIKO ISSOBE	40/034.797-1
CLÁUDIO DA COSTA CRUZ JÚNIOR	40/045.409-0
CRISTIANE CORREIA RODRIGUES DEULEFEU PIMENTEL	40/031.447-6
DANIEL LOPES DE AGUIAR	40/045.414-0
DIÓGENES PORTO NEVES	45/029.989-4
MILLENA MONTEZ DO NASCIMENTO	40/043.553-7
MONIQUE MENDES DE OLIVEIRA	40/030.733-0
VANESSA ARAUJO DE OLIVEIRA MARINHO	40/050.862-2

CER LEBLON	
NOME	**MATRÍCULA**
ELIZABETH EHARALDT PASSOS SILVEIRA	69/048.737-1
ANDERSON VIANNA PAIS	69/046.635-9
BERGUER ELIAS GUIMARÃES DE SOUSA	69/039.743-0
JULIANA MÁXIMO DE JESUS BORGES	45/022.253-9
NATÁLIA FERNANDES DEIRÓ DE QUEIROZ	69/026.481-2
VANESSA PETISCO DA ROSA OLIVEIRA	45/043.046-2

UPA MADUREIRA	
NOME	**MATRÍCULA**
MOISES MARINS FRANCISCO	69/026.511-6
ALAN MAXWELL PEREIRA LIMA	40/045.317-5
MARISA TEIXEIRA DE MELO	40/021.077-3
MICHEL JERONIMO DOS SANTOS	47/026.200-6
ROBERT GROSSI PEREIRA	69/049.819-6
JAQUELINE FULLY MARQUES	45/046.864-5

UPA VILA KENNEDY	
NOME	**MATRÍCULA**
EMILENE CRUZ E SOUZA	45/021.253-0
ANDRE COSTA DA SILVA	40/ 041.760-0
REGINA DE FATIMA ALVES FEIJO	45/031.060-7
SUELLEN GONÇALVES LEMOS CARDOSO	69/024.570-4
SUELLEN GREGORIO DA SILVA DE MOURA	47/026.497-8

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

DESPACHO DO DIRETOR DE OPERAÇÕES
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo: 09/201.972/2021 - Torno sem efeito o despacho de fl. 17 - publicado no D.O. Nº 155, pág. 30 de 20/10/2021 a partir da presente data -, e APROVO o Termo de Referência inserido às fls. 775/788 referente ao fornecimento de gases medicinais para uso nas Unidades de Saúde Mental de porte III sob gestão da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro.

DESPACHO DO DIRETOR DE OPERAÇÕES
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo: 09/200.315/2021 - Torno sem efeito o despacho de fl. 108 - publicado no D.O. Nº 154, pág. 62 de 19/10/2021 a partir da presente data -, e APROVO o Termo de Referência inserido às fls. 273/294 referente ao fornecimento de gases medicinais para uso nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro de convênios celebrados com a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro.

ATOS DA DIRETORIA DE OPERAÇÕES
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

RSU-PRO-2022/00409 - Aprovo o Termo de Referência do serviço de Agenciamento de Recepcionista identificado pelo documento de nº 224534.1624727-7522.

ATOS DA DIRETORIA DE OPERAÇÕES
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

RSU-PRO-2022/00400 - Aprovo o Termo de Referência identificado pelo documento de nº 218482.1639372-1155.

DESPACHO DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 02/01/2022

Processo nº 092023002021 NAD nº 49
1. Objeto: Prestação de serviços de locação de impressoras para atender as necessidades das unidades administradas pela Riosaúde.
2. Partes: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A e **CHADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
3. Fundamento: Artigo 29 Inciso XV da Lei 13303 de 30/06/2016
4. Razão: Dispensa
5. Valor: R$ 264.939,96 (duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos)
6. Autorização: Marcio Cristiano Telles Netto Guimarães

Processo nº 092022432021 NAD nº 70
1. Objeto: Prestação de serviços de locação de computadores para atender as necessidades das unidades administradas pela Riosaúde.
2. Partes: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A e **CHADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
3. Fundamento: Artigo 29 Inciso XV da Lei 13303 de 30/06/2016
4. Razão: Dispensa
5. Valor: R$ 268.320,00 (duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e vinte reais)
6. Autorização: Marcio Cristiano Telles Netto Guimarães

Processo nº 09202230 NAD nº 140
1. Objeto: Prestação de serviços de locação de impressoras para atender as necessidades das unidades administradas pela Riosaúde.
2. Partes: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A e **CHADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
3. Fundamento: Artigo 29 Inciso XV da Lei 13303 de 30/06/2016
4. Razão: Dispensa
5. Valor: R$ 158.928,00 (cento e cinquenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais)
6. Autorização: Marcio Cristiano Telles Netto Guimarães

Processo nº 092022682021 NAD nº 130
1. Objeto: Aquisição por dispensa de valor de poltrona hospitalar para as unidades administradas pela Riosaude.
2. Partes: Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A e **HORSE MOVEIS HOSPITALARES LTDA.**
3. Fundamento: Artigo 29 Inciso XV da Lei 13303 de 30/06/2016
4. Razão: Dispensa
5. Valor: R$ 33.990,00 (trinta e três mil novecentos e noventa reais)
6. Autorização: Marcio Cristiano Telles Netto Guimarães

DESPACHO DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 24/02/2022

PROCESSO 09/202.248/2021 - Torno sem efeito o Autorizo para contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica em Ecocardiografia e Ecografia Vascular para pacientes pediátricos internados no CTI Pediátrico do Hospital Municipal Souza Aguiar, publicado no D.O. Rio nº 198 de 23/12/21, página 67.

DESPACHO DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

PROCESSO 09/200.323/2019 - **UTN** - **UNIDADE DE TRATAMENTO NEFROLÓGICO E SERVIÇOS LTDA.** Na forma do artigo 92, inciso II, c/c §1º do Decreto Rio 44.698/2018, **AUTORIZO**, a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao contrato número 125/2019 referente à prestação de serviços de procedimento de hemodiálise - hemodiálise lenta, hemodiálise estendida, hemodiálise contínua, diálise peritoneal automatizada e procedimentos plasmaférese - para atender o CER Leblon e o CTI Pediátrico do HMSA. O percentual de acréscimo será de 25% ao valor contratado, perfazendo a importância R$ 278.306,76 (duzentos e setenta e oito mil, trezentos e seis reais e setenta e seis centavos).
(*) Omitido no Diário Oficial de 08 de março de 2022.



Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA

Secretário: **Sergio Luiz Felippe**

ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO "P" SMTE N.º 013, DE 03 DE MARÇO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Exonerar **RICARDO VIANA DO NASCIMENTO,** matrícula 11/255.522-5, com validade a partir de 01/03/2022, do Cargo em Comissão de Gerente I, símbolo DAS-08, código 083243, da Gerência de Liquidação, da Coordenadoria Geral de Administração, da Subsecretaria de Gestão, da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.

RESOLUÇÃO "P" SMTE N.º 015, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Nomear **JAIRO CAMPOS DOS SANTOS**, matrícula 10/208.363-2, com validade a partir de 01/03/2022, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente I, símbolo DAS-08, código 083243, da Gerência de Liquidação, da Coordenadoria Geral de Administração, da Subsecretaria de Gestão, da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, mantendo-se inalterável a sua vinculação ao Sistema Municipal de Orçamento.

SECRETARIA DE CULTURA

Secretário: **Marcus Vinícius Faustini**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 3ºandar - Tel.: 2976-2553

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo 12/003.065/2021 - NAD Nº 47
1 - OBJETO: Realização do Projeto "Casa Bloco"
2 - PARTES: Secretaria Municipal de Cultura e Tess Produção e Comunicação LTDA
3 - FUNDAMENTO: Artigo 25 Caput da Lei 8.666 de 2014
4 - RAZÃO: Inexigibilidade
5 - VALOR: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)
6 - AUTORIZO: ERICKA GAVINHO D'ICARAHY.
7 - RATIFICO: MARCUS FAUSTINI.

Processo 12/001.556/2017 - ANULAÇÃO DA NAD Nº 45/2022
1 - OBJETO: Serviços de Locação de Equipamentos de Informática
2 - PARTES: Secretaria Municipal de Cultura e Ricohlor Comercio e Sistemas Reprográficos EIRELI
3 - FUNDAMENTO: Artigo 1 Inciso Caput da Lei 10.520 de 2002
4 - RAZÃO: Pregão
5 - VALOR: R$ 14.408,21 (quatorze mil, quatrocentos e oito reais e vinte um centavos)
6 - AUTORIZO: MARCUS FAUSTINI.

Processo 12/001.556/2017 - ANULAÇÃO PARCIAL DA NAD Nº 15/2022
1 - OBJETO: Serviços de Locação de Equipamentos de Informática
2 - PARTES: Secretaria Municipal de Cultura e Ricohlor Comercio e Sistemas Reprográficos EIRELI
3 - FUNDAMENTO: Artigo 1 Caput da Lei 10.520 de 2002
4 - RAZÃO: Pregão
5 - VALOR: R$ 14.408,21 (quatorze mil, quatrocentos e oito reais e vinte um centavos)
6 - AUTORIZO: MARCUS FAUSTINI.

Processo 12/001.556/2017 - ANULAÇÃO PARCIAL DA NAD Nº 15/2022
1 - OBJETO: Serviços de Locação de Equipamentos de Informática
2 - PARTES: Secretaria Municipal de Cultura e Ricohlor Comercio e Sistemas Reprográficos EIRELI
3 - FUNDAMENTO: Artigo 1 Caput da Lei 10.520 de 2002
4 - RAZÃO: Pregão
5 - VALOR: R$ 28.816,42 (vinte e oito mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos)
6 - AUTORIZO: MARCUS FAUSTINI.

SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Secretária: **Helena Terezinha de Mattos**

ATOS DA SECRETÁRIA
RESOLUÇÃO SMPD "P" Nº 10, DE 03 DE MARÇO DE 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Designar as Comissões de Baixa de Bens Patrimoniais, composta pelos servidores abaixo para sob a Coordenação do primeiro de cada comissão, proceder aos trabalhos de Baixa de Bens Patrimoniais desta Secretaria; com validade a contar da data desta publicação.

UNIDADE CIAD:
MEMBROS: BIANCA ALVIM GUERRA, Fisioterapeuta, matrícula: 12/246.351-1; ROBERTA RAMALHO MALHEIROS SARDINHA, Fonoaudiólogo matrícula: 10/246.388-3; TATIANA RODRIGUES GARCIA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/246.389-1 e FATIMA CRISTINA FERNANDES GALVÃO, Assistente Social, matrícula: 10/024.549-8.

UNIDADE SÃO CONRADO:
MEMBROS: ROSINEIDE ANA CORTES DOS SANTOS DE SENA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/247.824-6; ADRIANA REGO GALINDO DA SILVA, Fisioterapeuta, matrícula: 10/246.373-5; HELENA PERRUT VEIGA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/246.420-4; ALESSANDRA SANTIAGO VILLELA, Fisioterapeuta, matrícula: 10/246.383-4.

UNIDADE DE VILA ISABEL:
MEMBROS: MICHELE FRANCISCA ENCARNAÇÃO, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 12/215.172-8; CÉSAR DOS SANTOS RODRIGUES, Agente Auxiliar de Administração, matrícula: 10/247.717-2; SEBASTIANA RITA ÁVILA DE ALMEIDA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 10/247.828-7; PATRÍCIA SOARES COSTA, Fonoaudiólogo, matricula: 10/247.813-9.

UNIDADE DE CAMPO GRANDE:
MEMBROS: EDELINE RODRIGUES DA SILVA COSTA, Merendeira, matrícula: 10/247.724-4; WALTER FRANCINI FILHO, Agente Educador, matrícula: 10/247.843-6; CRISTINA DIAS CABRAL, Merendeira, matrícula: 10/247.721-4; FELIPE SALEMA DE SOUZA, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 12/264.874-9.

UNIDADE DE MATO ALTO:
MEMBROS: AMANDA PEREIRA DE OLIVEIRA, Assistente Social, matrícula: 10/241.054-6; SILVANA ADRE GONÇALVES, Assistente Social, matrícula: 10/240.770-8; THAÍS DE JESUS FARIAS, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 10/255.580-3; SANDRA REGINA GOMES, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 10/255.579-5.

UNIDADE DE IRAJÁ:
MEMBROS: MÔNICA MARIA DOS SANTOS GOMES, Assistente Social, matrícula: 12/240.037-2; ELIENE DE JESUS SANTANA DE OLIVEIRA, Assistente Social, matrícula: 10/240.049-7; FABIANA GOMES DA SILVA FREITAS, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 10/255.482-2; CLAÚDIA VALERIA ALVES AFONSO, Assistente Social, matrícula: 10/239.971-5.

UNIDADE DE SANTA CRUZ:
MEMBROS: DANIELLE FAVATTO GRIJÓ COSTA, Coordenador I, matrícula: 60/328.247-2; CLAUDIO ANTONIO ALVES, Fisioterapeuta, matrícula nº 10/246.368-5; MARISA CABRAL DOS SANTOS, Agente Auxiliar de Administração, matrícula 10/247.803-0.

MORADIA ASSISTIDA I - ROBERTO FELISBERTO:
MEMBROS: LUCIANA HORTA LATINI DE ARAGÃO, Terapeuta Ocupacional, matrícula nº. 10/256.831-9; CARLA ANDREA MURTA FERNANDES, Assistente Social, matrícula nº 10/240.689-0; BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA II - DIOGO CARNEIRO LIMA:
MEMBROS: JULIANA ALMEIDA DE SOUZA, Terapeuta Ocupacional, matrícula n° 10/255.484-8; JANICE MARIA OLIVEIRA DE ASSIS, Agente de Portaria, matrícula: 10/247.753-7, BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA III - VITOR DAMIÃO:
MEMBROS: MÁRCIA REGINA LOUREIRO FITTIPALDI CYSNEIROS, Fonoaudiólogo, matrícula nº.10/247.775-0; CARLA ANDREA MURTA FERNANDES, Assistente Social, matrícula nº 10/240.689-0; BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA IV - HERIVELTON MARTINS:
MEMBROS: CÉLIA DA CONCEIÇÃO SANTOS, Psicólogo, matrícula: 10/246.424-6; CARLA VIEIRA NONATO DA ROSA, Assistente Social, matricula nº 10/261.736-3, BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA V - ROBERTO CORREA:
MEMBROS: MONICA NORTE MOREIRA, Terapeuta Ocupacional, matrícula 10/247.754-5; CARLA VIEIRA NONATO DA ROSA, Assistente Social, matrícula nº 10/261.736-3; BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

RESOLUÇÃO SMPD "P" Nº 11, DE 03 DE MARÇO DE 2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Designar as Comissões de Inventario Físico de Bens Patrimoniais, composta pelos servidores abaixo para sob a Coordenação do primeiro de cada comissão, proceder aos trabalhos de Inventario Físico de Bens Patrimoniais desta Secretaria; com validade a contar da data desta publicação.

UNIDADE CIAD:
MEMBROS: BIANCA ALVIM GUERRA, Fisioterapeuta, matrícula: 12/246.351-1; ROBERTA RAMALHO MALHEIROS SARDINHA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/246.388-3; TATIANA RODRIGUES GARCIA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/246.389-1 e FATIMA CRISTINA FERNANDES GALVÃO, Assistente Social, matrícula: 10/024.549-8.

UNIDADE SÃO CONRADO:
MEMBROS: ROSINEIDE ANA CORTES DOS SANTOS DE SENA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/247.824-6; ADRIANA REGO GALINDO DA SILVA, Fisioterapeuta, matrícula: 10/246.373-5; HELENA PERRUT VEIGA, Fonoaudiólogo, matrícula: 10/246.420-4; ALESSANDRA SANTIAGO VILLELA, Fisioterapeuta, matrícula: 10/246.383-4.

UNIDADE DE VILA ISABEL:
MEMBROS: MICHELE FRANCISCA ENCARNAÇÃO, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 12/215.172-8; CÉSAR DOS SANTOS RODRIGUES, Agente Auxiliar de Administração, matrícula: 10/247.717-2; SEBASTIANA RITA ÁVILA DE ALMEIDA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 10/247.828-7; PATRÍCIA SOARES COSTA, Fonoaudiólogo, matricula: 10/247.813-9.

UNIDADE DE CAMPO GRANDE:
MEMBROS: EDELINE RODRIGUES DA SILVA COSTA, Merendeira, matrícula: 10/247.724-4; WALTER FRANCINI FILHO, Agente Educador, matrícula: 10/247.843-6; CRISTINA DIAS CABRAL, Merendeira, matrícula: 10/247.721-4; FELIPE SALEMA DE SOUZA, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 12/264.874-9.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

UNIDADE DE MATO ALTO:
MEMBROS: AMANDA PEREIRA DE OLIVEIRA, Assistente Social, matrícula: 10/241.054-6; SILVANA ADRE GONÇALVES, Assistente Social, matrícula: 10/240.770-8; THAÍS DE JESUS FARIAS, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 10/255.580-3; SANDRA REGINA GOMES, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 10/255.579-5.

UNIDADE DE IRAJÁ:
MEMBROS: MÔNICA MARIA DOS SANTOS GOMES, Assistente Social, matrícula: 12/240.037-2; ELIENE DE JESUS SANTANA DE OLIVEIRA, Assistente Social, matrícula: 10/240.049-7; FABIANA GOMES DA SILVA FREITAS, Terapeuta Ocupacional, matrícula: 10/255.482-2; CLAÚDIA VALERIA ALVES AFONSO, Assistente Social, matrícula: 10/239.971-5.

UNIDADE DE SANTA CRUZ:
MEMBROS: DANIELLE FAVATTO GRIJÓ COSTA, Coordenador I, matrícula: 60/328.247-2; CLAUDIO ANTONIO ALVES, Fisioterapeuta, matrícula: 10/246.368-5, MARISA CABRAL DOS SANTOS, Agente Auxiliar Administrativo, matrícula: 10/247803-0.

MORADIA ASSISTIDA I - ROBERTO FELISBERTO:
MEMBROS: LUCIANA HORTA LATINI DE ARAGÃO, Terapeuta Ocupacional, matrícula nº. 10/256.831-9; CARLA ANDREA MURTA FERNANDES, Assistente Social, matrícula nº 10/240.689-0; BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA II - DIOGO CARNEIRO LIMA:
MEMBROS: JULIANA ALMEIDA DE SOUZA, Terapeuta Ocupacional, matrícula n° 10/255.484-8; JANICE MARIA OLIVEIRA DE ASSIS, Agente de Portaria, matricula: 10/247.753-7, BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA III - VITOR DAMIÃO:
MEMBROS: MÁRCIA REGINA LOUREIRO FITTIPALDI CYSNEIROS, Fonoaudiólogo, matrícula nº.10/247.775-0; CARLA ANDREA MURTA FERNANDES, Assistente Social, matrícula nº 10/240.689-0; BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA IV - HERIVELTON MARTINS:
MEMBROS: CÉLIA DA CONCEIÇÃO SANTOS, Psicólogo, matrícula: 10/246.424-6; CARLA VIEIRA NONATO DA ROSA, Assistente Social, matricula nº 10/261.736-3, BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

MORADIA ASSISTIDA V - ROBERTO CORREA:
MEMBROS: MONICA NORTE MOREIRA, Terapeuta Ocupacional, matrícula 10/247.754-5; CARLA VIEIRA NONATO DA ROSA, Assistente Social, matrícula nº 10/261.736-3; BARBARA SOARES DA VEIGA, Nutricionista, matrícula nº 11/255.454-1.

ATO DO SUBSECRETÁRIO
PORTARIA SMPD "P" Nº 014, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

Dispõe sobre a composição de comissão que tratará da rescisão contratual do contrato de locação de imóvel nº 034/2018, termo aditivo nº 046/2020.

O Subsecretário da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a vontade dos contratantes em rescindir amigavelmente os termos do presente contrato de locação de imóvel localizado na Rua Cantã, nº 26, Brás de Pina;

CONSIDERANDO não haver débitos em relação ao pagamento das mensalidades de alugueis.

RESOLVE:
Art. 1º Fica criada a presente comissão destinada a elaborar o laudo visando promover a rescisão contratual, designando os servidores conforme segue:

1-Presidente: Pedro Henrique Alves de Almeida da Rocha Coelho; Assistente I, Matrícula: 60/296739-6;
2-Membro: Roberta Santos Loureiro; Assistente I, Matrícula: 60/296736/2;
3-Membro: Danielle Favatto Grijó Costa, Coordenador I, Matrícula: 60/328247/2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Secretário: **Eduardo Cavaliere Gonçalves Pinto**
Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Bloco I, 12ºandar - Cidade Nova - CEP: 20211-110
Tel.: 2976-3182

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO
EXPEDIENTE DE 25/02/2022

(*) PROCESSO Nº 14/000.150/2022 -
1. OBJETO: Execução dos Serviços de Apoio Operacional a Gestão de Unidades de Conservação, por meio de Fornecimento de Materiais, Insumos e Recursos Humanos para o Funcionamento, Manutenção, Conservação, Controle, Monitoramento e Gerenciamento Técnico das Unidades de Conservação Municipais
2. PARTES: SMAC e ASM CONSTRUÇÕES LTDA
3. FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93
4. VALOR: R$ 1.995.055,48 (hum milhão, novecentos e noventa e cinco mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)
5. AUTORIZAÇÃO: Victor Zajdhaft
6. RATIFICAÇÃO: Débora de Barros Augusto
(*) Omitido no D.O. Rio de 28/02/2022

PARQUES E JARDINS

Fundação Parques e Jardins
Campo de Santana, s/n - Tel.: 2224-8088

DESPACHO DO PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo 14/300.193/2022 - Diante das conclusões espedidas pela Comissão de Baixa e Avaliação, em seu Parecer constante as fls. 392 do processo em epígrafe, AUTORIZO a baixa definitiva dos bens descritos nestes autos.

DESPACHO DO PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 14/300.013/2021 - APROVO a comprovação de despesas no valor R$ 5.653,06(Cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais, seis centavos),Notas de Empenho 2021/000408 e 2021/000507 referente ao suprimento de fundos dos **gestores ALCIMARA MIGUEL RAMOS matr.13/118038-9 E MARIA DE LOURDES PEREIRA SOARES matr.13/099.143-0** estando os servidores liberados para fins do disposto no art.9º do Decreto nº 20968, de 21/12/2001

RIO-ÁGUAS

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti 455 - 12ºandar - Cidade Nova - Cep.: 20211901
Tel: 3895-5114 - Fax: 3895-8217 - E-mail: rioaguas@pcrj.rj.gov.br

ATO DO PRESIDENTE
PORTARIA "P" RIO-ÁGUAS/PRE Nº 016 DE 08 DE MARÇO DE 2022
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Designar os servidores **FÁBIO VALVERDE**, engenheiro, matrícula nº 13/179.237-3, CREA-RJ nº 143.346/D, **WILMAR BARBOSA FERNANDES LOPES**, engenheiro, matrícula nº 13/190.890-4, CREA-RJ nº 90100979/3 e **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS SILVA JÚNIOR**, engenheiro, matrícula nº 13/267.597-3, CREA-RJ nº 1993104462 para, sob a presidência do primeiro, examinarem e emitirem parecer de **ACEITAÇÃO DEFINITIVA** referente ao objeto do processo n.º **06/600.090/2016**, contrato nº **004/2016.**

DESPACHO DO PRESIDENTE
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

06/601.386/2021- AUTORIZO a despesa conforme os dados que se seguem:
1. Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE DRENAGEM PLUVIAL.
2. Partes: FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SERPEN SERVIÇOS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.
3. Fundamento: ARTIGO 23, INCISO I DA LEI 8066/93 E SUAS ALTERAÇÕES.
5. Valor: R$ 769.243,65 (setecentos e sessenta e nove mil e duzentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos).
6. Autorização: Wanderson José dos Santos
(*)Omitido no D.O Rio de 02/01/2022.
(*)Republicado por incorreção no D.O Rio nº 246 de 08/03/2022, fls. 75, 2ª e 3ª colunas.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHO DO DIRETOR
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

06/600.225/2021 - AUTORIZO a despesa conforme os dados que se seguem:
1. Objeto: Despesas com multas e juros aos serviços de concessionárias.
2. Partes: FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
3. Fundamento: Não sujeito a Lei nº 8.666 de 1993.
4. Razão: Despesa não elencada no Art. 1º da Lei Nº 8.666 de 21/06/1993.
5. Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais).
6. Autorização: Ricardo Vieira Silva
***Omitido no D.O Rio de 02/01/2022**

SECRETARIA DE ESPORTES

Secretário: **Guilherme Nogueira Schleder**
Rua Maia de Lacerda, nº 167 - Estácio - Cep: 20.250-001 - Tel.: 3973-3915

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
ATO DO SUBSECRETÁRIO
(*) PORTARIA "P" EL/SUBG Nº 006 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021.
O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Art. 1º - Designar Comissão de Avaliação, composta pelos servidores relacionados abaixo como responsáveis pelo acompanhamento da execução do Contrato de Gestão, celebrado com o Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Esportes, que trata da gestão do projeto esportivo Rio em Forma I, relacionadas a seguir cabendo a esses a fiscalização e atestação dos documentos relativos aos respectivos contratos, observando-se o disposto no §2° do artigo 8° da Lei n° 5.026, de 19 de maio de 2009 e o Decreto n° 30.780, de 2 de junho de 2009, além do Decreto N.º 34.012 de 20 de junho de 2011.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CONTRATO	PROCESSO	RESPONSÁVEIS	MATRÍCULA
037/2021	15/000.488/2021	ORLANDO ARTHUR ALVES CABRAL MÁRIO HELVÉCIO SILVA COSTA SAINT CLAIR LEANDRO BATISTA EDUARDO VALLE VASCONCELLOS	12/244.158-2 60/325.006-5 12/130.012-8 11/245.292-8

Cabendo a esses, as seguintes atribuições:

1° Ter conhecimento de todas as condições de contratação, em especial das disposições constantes dos instrumentos convocatórios e dos termos de contrato, caso existam;

2° Reunir-se, no início da execução do contrato com os gestores da Organização Social para que sejam explicadas as rotinas e expectativas da fiscalização durante a execução do contrato;

3° Realizar visitas periódicas nas dependências da Organização Social para validar sua localização e estrutura para atendimento ao contrato;

4° Realizar inspeções regulares no objeto do Contrato de Gestão para acompanhar a realização dos serviços e subsidiar sua opinião sobre a adequação da prestação do serviço;

5º Registrar, em atas de reunião e em relatório, caso necessário, todas as ocorrências que sejam pertinentes, além de comunicar aos responsáveis pela execução do contrato qualquer anomalia que seja detectada. Registrar tanto os pontos de regularidade quanto os que evidenciam o desajuste em relação ao contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6° Propor ao ordenador de despesa aplicação de penalidades ao prestador de serviço em caso de atraso, inexecução ou descumprimento das condições de contratação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(*) Omitido no D.O Rio n° 190, de 23/11/2021.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO 15/000.170/2022 - **APROVO** o Termo de Referência encartado às fls. 04 a 08, bem como **AUTORIZO** a contratação por dispensa de licitação com base no Art. 24, II da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações c/c com o Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado da sede da Secretaria de Esportes, incluindo substituição de equipamentos necessários à manutenção, no valor de **R$ 6.710,00 (seis mil setecentos e dez reais)**, adjudicando o serviço a empresa **MKS CLIMATIZAÇÃO LTDA.**

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Secretário: **Cláudio Sobral de Caiado Castro Junior**

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO "P" SMH Nº 32 DE 08 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Exonerar, com validade de 01/03/2022, **JOSÉ AIRTON EVANGELISTA**, Engenheiro, matrícula nº 11/191.958-8, do Cargo em Comissão de Coordenador I símbolo DAS-9, código 082084, da Coordenadoria de Pousos, da Subsecretaria de Habitação, da Secretaria Municipal de Habitação.

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO "P" SMH Nº 33 DE 08 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Nomear, com validade de 01/03/2022, **JOSÉ AIRTON EVANGELISTA**, Engenheiro Civil, matrícula nº 11/191.958-8, no Cargo em Comissão de Assistente I símbolo DAS-6, código 072579, da Gerência de Monitoramento Habitacional, da Coordenadoria de Fomento à Produção Habitacional, da Subsecretaria de Habitação, da Secretaria Municipal de Habitação.

ATO DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO "P" SMH Nº 31 DE 08 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Exonerar, com validade de 01/03/2022, **IZABEL CRISTINA REIS MENDES**, Arquiteto, matrícula nº 11/296.718-0, do Cargo em Comissão de Assistente I símbolo DAS-6, código 072579, da Gerência de Monitoramento Habitacional, da Coordenadoria de Fomento à Produção Habitacional, da Subsecretaria de Habitação, da Secretaria Municipal de Habitação.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO N.º 16/001.524/2021- Autorizo a Dispensa de Licitação, em favor da empresa Absolut Tecnologies Projetos e Consultoria Ltda, CNPJ. Nº 02.423.819/0001-97, que apresentou o menor preço, no valor total de R$ 1.403,75 (hum mil, quatrocentos e três reais e setenta e cinco centavos), para a prestação de serviço de licenciamento de software de videoconferência para a Secretaria Municipal de Habitação - SMH, com fulcro no Artigo 24, *inciso* II, da L.F. Nº 8.666/93 e alterações da L.F. Nº 8.883/94.

SECRETARIA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA

Secretário: **Tadeu Amorim de Barros Junior**

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
PORTARIA "P" SEMESQV N° 08 DE 08 DE MARÇO DE 2022

Altera a composição da Portaria "P" SEMESQV Nº 04, de 21 de janeiro de 2021, na forma que menciona.

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA - SEMESQV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

RESOLVE:
Art. 1º. Designar os servidores a seguir relacionados como responsáveis pela movimentação do Sistema Descentralizado de Pagamento - SDP - TAXI.RIO CORPORATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL, QUALIDADE DE VIDA - SEMESQV.

RESPONSÁVEL	MATRÍCULA	CARGO
ALINNE RIBEIRO TAVARES DA SILVA	11/288.739-6	Assistente I
LUANA GERTRUDES PEREIRA	11/300.186-4	Assistente I

Art. 2º. A alteração da composição dar-se-á no sentido de substituir RENATA STORINO BARCELOS - matrícula 11/225.987-6, por ALINNE RIBEIRO TAVARES DA SILVA - matrícula 11/288.739-6.

Art. 3º A designação está em conformidade com o Processo Administrativo n.º 28/000.083/2019, e observa o disposto no Decreto n.º 45.716 de 16 de março de 2019, que regulamenta o uso do TAXI.RIO Corporativo.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA "P" SEMESQV N° 07, DE 04 DE MARÇO DE 2022 (*)

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA - SEMESQV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:
Artigo 1º. Designar os funcionários abaixo indicados como responsáveis pelo acompanhamento da execução e fiscalização do Contrato 01/2022, cujo objeto é a prestação de serviço de apoio operacional de condutores de veículos automotores, constante do processo administrativo 28/000.357/2021, cabendo a estes a atestação dos documentos fiscais, observando-se o disposto no Decreto nº 34.012, de 20/06/2011.

NOME	MATRÍCULA
HEXCILANY SANTIAGO SANTOS	11/222.172-9
SIMONE DA SILVA ANTONIO	10/240.885-4
ADRIANA LUCENA GIANNOUTSOS	10/240.820-1

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor em 03/03/2022.

(*) Republicado por ter saído com incorreção no DO Rio Nº 246, de 08/03/2022.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
DESPACHO DO SUBSTITUTO EVENTUAL DO SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO
(*)EXPEDIENTE DE 01/02/2022

Processo: 28/000.355/2021
Objeto: Aquisição de estações de trabalho para renovação do parque tecnológico da SEMESQV.
Parte: Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida e Daten Tecnologia Ltda.
Fundamento: Caput do Artigo 1º da Lei Nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações.
Razão: Pregão Eletrônico PE-RP - FP/SUBGGC Nº 0353/2021
Valor: R$ 15.447,00
Autorização: Roberto Chaves Carneiro
(*) Omitido do D.O. Rio nº 224, de 02/02/2022
(*) Retificado por ter saído com incorreções no D.O. Rio nº 246, de 08 de março de 2022, pág. 75, 3ª coluna.

SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

Secretário: **Brenno Carnevale Nessimian**

ATOS DO SECRETÁRIO
RESOLUÇÃO "P" N.º 049 DE 07 DE MARÇO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:
Art.1º Designar os servidores, **ADRIANA BORGES DA SILVA** - Mat. 10/271.300-6. **ANDREA DE LIMA MONTEIRO** - Mat. 60/304.343-7 e **VALCIR RUFINO DE CASTRO** - Mat. 50/329.584-7, para acompanhamento da execução do Contrato SEOP nº 001/2021, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

EMISSÃO E ENTREGA DE CARTÕES ELETRÔNICOSDE BENEFÍCIO REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO (CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP DE SEGURANÇA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEOP", firmado entre a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA** e a Empresa **GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS**, por meio do processo nº 25/003.251/2020.

Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução "P" nº 672 de 29 de Outubro de 2021.

DESPACHO DO SECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO: 04/150.078/2022 - Indefiro o requerido.

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE URBANO
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DESPACHOS DO COORDENADOR
EXPEDIENTE DE 04 DE MARÇO DE 2022

04/150.047/2022 - CJS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
DEFIRO

EXPEDIENTE DE 07 DE MARÇO DE 2022

PROCESSOS DEFERIDOS

04/180.113/2022	IVONETE DA SILVA FARIAS
04/180.116/2022	VALDEMAR CANDIDO DIOGO
04/180.117/2022	WILSON CARDOSO DE PONTES
04/190.002/2022	DIEGO HENRIQUE DE ALMEIDA FONTES
04/210.748/2021	APARECIDA LUCIA RODRIGUES
04/600.061/2022	NILMA FARIA DE AGUIAR
04/620.191/2022	JOSÉ DE ARIMATÉIA SANTOS SILVA
04/660.128/2022	CARLOS ROBERTO ESTEVES DA SILVA
04/660.149/2022	PAULO HENRIQUE DE JESUS GOMES
04/680.207/2022	SIMONE MONIQUE BARROS FIGUEIREDO LOPES
04/700.069/2022	JULIANA ARAUJO BRAGA
04/700.091/2022	MARINA DA SILVA MATOS
04/700.589/2021	JORGE CABRAL GONÇALVES
04/740.037/2022	HELIO SENNA DOS SANTOS

DEFIRO

PROCESSO DEFERIDOS

04/620.190/2021	BOTAFOGO CONVENIENCIA E TABACARIA LTDA
04/620.482/2022	OLIVIA LEBLON RESTAURANTE LTDA
04/620.498/2022	ZZB BAR E RESTAURANTES LTDA
04/621.912/2021	CANECO 2 RESTAURANTE LTDA
04/621.939/2021	OLIVIA LEBLON RESTAURANTE LTDA

DEFIRO

04/100.170/2022 - UP TRANDING BRAZIL LTDA
CANCELO a emissão da TLE

04/100.171/2022 - ORIGEM ENERGIA PILAR SA
CANCELO a emissão da TLE 0326095 e a concessão da Inscrição Municipal 1352637-0

04/100.172/2022 - CASAES & ASSOCIADOS
CANCELO a emissão da TLE 0338916 e a alteração de local indevida

04/150.064/2022 - ROTHULO MONTAGENS, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÕES LTDA
NEGO, provimento ao recurso, com lastro nos artigos 125, 129 do CTM, e **MANTENHO** o **Auto de Infração nº 981.381,** pois lavrado nos exatos termos da Lei 1921/1992, artigos 33 e 35, inc. I.

04/150.281/2019 - PERFIL MIDIA EXTERIOR LTDA
NEGO, provimento ao recurso, com lastro nos artigos 125, 129 do CTM, e **MANTENHO** o **Auto de Infração nº 810.045,** pois lavrado nos exatos termos do Lei 1921/1992, artigos 33 e 35, inc. I.

EXPEDIENTE DE 08 DE MARÇO DE 2022

04/150.066/2022 - PUBLIBANCA BRASIL S.A.
04/150.069/2022 - PUBLIBANCA BRASIL S.A.
DEFIRO

04/150.095/2022 - EDITORA GLOBO
DEFIRO

04/100.166/2022 - DANIELA TEIXEIRA BITENCOURT
CANCELO a concessão da IM 1375624-4 e a emissão da TLE 0342785

DEFIRO a **inclusão** do requerente no **CUCA - CADASTRO ÚNICO DE COMÉRCIO AMBULANTE** para futura pontuação, classificação e possível convocação.

04/180.111/2022	DALILA CAPUCINE DA SILVA PICCO
04/180.112/2022	LOURDES VICTORIA DA SILVA PICCO
04/180.114/2022	DANIELE DA SILVA
04/180.115/2022	MARLENE PAIVA MAGALHÃES MOREIRA DE SOUZA
04/180.118/2022	BETANIA NICOLAU MONTEIRO
04/620.224/2022	CLAUDIO JOSÉ SANTOS
04/621.625/2021	SÉRGIO BORGES DOS SANTOS
04/621.970/2021	MARCELO PORTO SERENO
04/660.016/2022	NERI DE SOUZA
04/660.039/2022	EUNICE DA SILVAZ MORAIS
04/661.089/2021	HELOISA HELENA OLIVEIRA DE ANDRADE
04/680.254/2022	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA
04680.312/2022	ANA CLARA DE SANTANA POUBEL DA SILVA
04/720.047/2022	LELIA PEREIRA SILVA
04/720.112/2022	GRACE KELLY PACHECO
04/720.116/2022	MARCIA ANGELICA CALVANO MAFRA
04/720.351/2021	HELCIO DE SOUZA GOLVÊA
04/740.100/2022	JHEYME QUENTAL AGUIAR
04/740.124/2022	CREMILDA DE MELO
04/740.127/2022	TARCISO COSTA SILVA
04/740.133/2022	TIAGO DA SILVA BARROS

EXPEDIENTE DE 08 DE MARÇO DE 2022

PROCESSOS DEFERIDOS

04/620.019/2022	FRANCISCO ALTOÉ
04/622.096/2021	LUCIA MARIA DA SILVA MOURA
04/620.211/2022	DILSON DE AGUIAR
04/620.212/2022	VALDEMIRO BERNARDINO DA SILVA
04/620.233/2022	DIEGO RIBEIRO DE MATOS
04/620.235/2022	RITA ALVES FIRMIANO
04/681.478/2021	FLÁVIO LUIZ MIRANDA BATISTA
04/681.575/2021	JOSÉ PINHEIRO
04/700.118/2022	MARIA AUXILIADORA LOPES
04/700.737/2021	KATIA DOS SANTOS ARAUJO
04/740.058/2022	ALEXANDRE DA COSTA
04/740.119/2022	SEBASTIÃO DA SILVA GUEDES
04/740.120/2022	MARIA VANDECY DE LIMA

DEFIRO

04/660.161/2022 - JOSINALDO TRAJANO TEIXEIRA
DEFIRO o solicitado no presente processo e CANCELO a autorização 80267746.

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE URBANO
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DESPACHOS DA COORDENADORA
EXPEDIENTE DE 07 DE MARÇO DE 2022

PROCESSO DEFERIDO
04/130.559/2022 - F & F LANCHES

PROCESSO INDEFERIDO
04/130.620/2022 - CIDADE DA DIVERSÃO

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE URBANO
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
6ª GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DESPACHOS DO GERENTE
EXPEDIENTE DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

PROCESSOS DEFERIDOS
04/700.750/2021 - GRUPO DE MODA SOMA SA (PUBLICIDADE)
04/700.760/2021 - DGS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (PUBLICIDADE)

EXPEDIENTE DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

PROCESSOS DEFERIDOS
04/700.383/2021 - NOVAMED GESTÃO DE CLÍNICAS LTDA (PUBLICIDADE)
04/700.749/2021 - TELE RIO ELETRO DOMÉSTICOS LTDA (PUBLICIDADE)

EXPEDIENTE DE 08 DE MARÇO DE 2022

PROCESSOS DEFERIDOS
04/700.067/2022 - MA DE FARIAS CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA (PUBLICIDADE)
04/700.087/2022 - PONTO CERTO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES LTDA (BAIXA DE PUBLICIDADE)
04/700.115/2022 - MEMORIAL SAÚDE LTDA (PUBLICIDADE)
04/700.139/2022 - NBAB NORTE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA (PUBLICIDADE)
04/700.145/2022 - MANECO DO MÉIER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (PUBLICIDADE)
04/700.162/2022 - RAIA DROGASIL SA (PUBLICIDADE - SOLICITAÇÃO DE PRAZO)

PROCESSOS INDEFERIDOS
04/700.044/2022 - A & J BURGUER N BEER LTDA (MESAS E CADEIRAS)

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
8ª GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DESPACHO DO GERENTE
EXPEDIENTE DO DIA 08/03/2022

PROCESSO DE PUBLICIDADE DEFERIDO
04/740.126/2022 - PRIMEWORK SISTEMAS SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

GUARDA MUNICIPAL

Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-RIO
Av. Pedro II nº 111, São Cristóvão - Tel.: 3295-5500
Fax: 3295-5523 - E-mail: supgm@pcrj.rj.gov.br

PORTARIA "N" IG Nº 290, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

Altera a estrutura e dá nova regulamentação ao Boletim Disciplinar Reservado - BDR da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio), e dá outras providências.

O INSPETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 100/2009 prescreve em seu Capítulo IV, artigos 18 até 30, um conjunto de normas de caráter administrativo disciplinar estabelecendo, inclusive, o poder de aplicar as reprimendas, por ela previstas, pelas autoridades constantes em seus termos;

CONSIDERANDO que o ato de punir um servidor traduz-se em ato administrativo gerador de efeitos jurídicos;

CONSIDERANDO que a efetividade do ato administrativo se dá com a sua publicação;

CONSIDERANDO que a publicidade na administração pública hodiernamente é princípio/regra de índole constitucional com sede no caput do Artigo 37, da vigorante carta política da nação;

CONSIDERANDO que a publicação, além de ser elemento fundamental de transparência dos atos administrativos, também, ajuda na operação de controle dos mesmos; e

CONSIDERANDO, por fim, que as edições de atos punitivos carecem de meios próprios que oportunizem publicação, de tal sorte que, sem prejuízo do princípio da transparência e publicidade, esses atos permaneçam ao abrigo daqueles que não possuem interesse legítimo, tampouco responsabilidade funcional para que deles tomem conhecimento.

RESOLVE:
Artigo 1º. O BDR se prestará à publicação das decisões disciplinares das autoridades constituídas relativos aos servidores do quadro efetivo da GM-Rio, no que tange às Punições, Recurso, Cancelamento de Penalidade, Arquivamento e Comunicações Gerais e Especiais de interesse da Autarquia.

Artigo 2º. O BDR será confeccionado pela Corregedoria da GM-Rio, e, será publicado, preferencialmente, às terças-feiras de cada semana no Sistema Disciplinar - SIDI e físico, caso haja necessidade excepcional.

§1º. As autoridades titulares das unidades da GM-RIO são os responsáveis por divulgar as informações pessoais relacionadas aos servidores identificados no BDR, por intermédio do termo de cientificação, (modelo anexo I), no prazo de três (03) dias e caso requerido, extrato de inteiro teor, conforme (modelo anexo II).

§2º. Será oportunizado ao servidor, caso requeira à Corregedoria, vistas ou cópia do processo, conforme dispuser a legislação.

Artigo 3º. O BDR será, por delegação do Inspetor Geral, assinado pelo Inspetor Corregedor e arquivado na Gerência de Controle de Inquérito da Corregedoria.

§ 1º. O BDR terá o acesso disponibilizado no SIDI e distribuído por meio físico, caso haja necessidade excepcional, em envelope lacrado, às autoridades titulares de todas as unidades da GM-Rio, bem como ao Sr. Secretário de Ordem Pública / Corregedoria da Secretaria de Ordem Pública (SEOP).

§ 2º. Caberá:

I - a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico - DDT o desenvolvimento, manutenção e a coordenação do SIDI;
II - Corregedoria / Gerência de Controle de Inquérito -COR/GCI à administração.
Artigo 4º. No âmbito da GM-Rio, além do Inspetor Geral e do Inspetor Corregedor, terão acesso ao BDR as seguintes autoridades e servidores:
I - O Chefe de Gabinete;
II - Os Diretores;
III - Os Coordenadores;
IV - O Consultor Jurídico;
V- Os Gerentes;
VI - Os guardas municipais ocupantes de funções de comando;
VII- Os guardas municipais lotados na Corregedoria e Assessoria de Inteligência, conforme requisitado por seus respectivos gestores;
VIII - Caberá aos responsáveis pelas unidades da GM-RIO, a indicação e a contraindicação, de até três (03) servidores que terão acesso ao SIDI, para execução dos atos administrativos sigilosos e reservados, sendo o crivo final para liberação de acesso ao referido sistema pelo Inspetor Corregedor.
IX - Os servidores da GM-RIO que interagirem com o SIDI terão acesso ao seu respectivo conceito disciplinar, por intermédio do endereço: http: //gm.rio.rj.gov.br/apps/#login.
X - As Unidades da GM-RIO, que não tiverem acesso ao SIDI, deverão comunicar e requisitar o BDR físico ao Inspetor Corregedor.

Artigo 5º. Os efeitos sancionatórios da divulgação não autorizada do conteúdo deste BDR, são os previstos na legislação em vigor e, todos que deles tomarem conhecimento, serão responsáveis pela manutenção do seu sigilo.

Parágrafo Único. As Unidades que receberem o BDR na modalidade físico, deverão eleger os locais próprios para guarda e controle com o objetivo de manter o conteúdo preservado e protegido, sendo o gestor da unidade responsável pelo expediente.

Artigo 6º. A forma a ser adotada para a confecção do BDR será a constante do (Anexo III) desta portaria que será composto por seis (06) partes:
1ª Parte: Punição Disciplinar Demissória.
2ª Parte: Punição Disciplinar Não Demissória.
3ª Parte: Recurso Impróprio.
4ª Parte: Cancelamento de Registro de Penalidade.
5ª Parte: Arquivamento
6ª Parte: Comunicações Gerais e Especiais de interesse da Autarquia.

Artigo 7º. As autoridades competentes para a aplicação de punições em seus subordinados deverão remeter o processo à Corregedoria a fim de publicação no BDR, após cumprimento das formalidades legais.

Artigo 8º - A decisão de caráter disciplinar de servidor da autarquia, que for publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro ou for transcrita no Boletim Interno da Guarda Municipal - BIO-GMRIO, será republicada no BDR após remessa do processo à Corregedoria.

Artigo 9º. Os casos omissos serão resolvidos mediante determinação do Inspetor Geral.

Artigo 10º. Esta Portaria entrará em vigor em trinta (30) dias, após sua publicação, ficando revogada a Portaria "N" IG nº 203, de 15 de Julho de 2019.

ANEXO I

DA: Autoridade Competente PARA: Servidor Cientificado
TERMO DE CIENTIFICAÇÃO Nº _____ Processo nº _____
Assunto: Cientificação da Publicação da decisão em BDR.

TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Informo-vos que fora publicado em BDR nº....de.....data/mês/ano a (DECISÃO) _____ (Inspetor Geral/ Corregedor/) ou (SEOP) ou (Prefeito) referente ao processo nº _____ em que_____(arquivou o processo sem penalidade, ou aplicou a penalidade ou negou provimento ao recurso ou deu provimento ao recurso), (depende do caso).

Local e Data

_____
Comandante

_____

DECLARAÇÃO

Declaro que estou ciente das informações acima mencionadas referente ao processo nº _____ publicado em BDR nº _____de data/mês/ano.

Local e Data

_____
Nome e Matrícula do Servidor

ANEXO II

DA: Autoridade Competente PARA: Servidor Cientificado Extrato do BDR nº _____

Assunto: Extrato de Inteiro Teor do Boletim Disciplinar Reservado.

Extrato de inteiro teor acerca da decisão constante no Boletim Disciplinar Reservado da Guarda Municipal do Rio de Janeiro - BDR/GM-Rio - nº ___, de, página nº _____, cumpre, fielmente, reproduzir os seus termos, como se seque: (Identificação do servidor) Transgressão Disciplinar Cometida: (citar o fato)
Tendo exercido o direito à ampla defesa e ao contraditório no devido processo legal, não justificou a transgressão cometida.
Referência: (Processo nº 01/701.XXX/20XX).
Penalidade: advertência, repreensão ou suspensão x dias (citar os casos
em que ocorrer a conversão em multa)
Autoridade que aplicou a punição: .....

ANEXO III

GM-Rio Boletim Disciplinar Reservado nº 000, de XX de XX de 20XX

1ª Parte: Aplicação de Penalidade Demissória.
2ª Parte: Aplicação de Penalidade Não Demissória.
3ª Parte: Recurso Impróprio.
4ª Parte: Cancelamento de Registro de Penalidade.
5ª parte: Arquivamento.
6ª Parte: Comunicações Gerais e Especiais de interesse da Autarquia.

DESPACHO DO INSPETOR GERAL
EXPEDIENTE DO DIA 08/03/2022

O INSPETOR GERAL da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto nº 38.254/14, que trata do Regime Disciplinar Especial da GM-Rio,

RESOLVE:
DESIGNAR como presidente a servidora GM Marília Froes de Abreu, matrícula 30/636.469-0 / 853.058-6, em substituição à GM Elaine Martinez Bassi, matrícula 30/2639.724-4 /854.678-0, e incluir a GM Aretuza de Magalhães Valdez Roballo, matrícula 30/2639.149-7 /854.348-0, para juntamente com o servidor GM Celso da Silva Ribeiro Junior, matrícula 30/2641.407-2/ 855.499-0, compor a comissão de PAD, a contar de 03/03/2022, na PORTARIA "P" GM-RIO/IG Nº 017, de 31 de janeiro de 2022.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

DESPACHOS DO INSPETOR GERAL
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo: 01/700.974/2021

AUTORIZO o cancelamento total do saldo da NAD 479/2021 no valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) - WIN ENERGY COMERCIAL E IMPORTADORA E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO LTDA.

DESPACHO DO INSPETOR GERAL
EXPEDIENTE DO DIA 08/03/2022

Processo: 01/700.974/2021 - NAD 49/2022

a) OBJETO: Baterias de Nobreak
b) PARTES: GM-RIO e WIN ENERGY COMERCIAL E IMPORTADORA E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO LTDA.
c) DISPOSITIVO: Artigo 01 CAPUT da lei 10520 de 17/07/2002.
d) RAZÃO: Para suprir necessidades da GM Rio para aquisição de baterias de nobreak.
e) VALOR: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).
f) AUTORIDADE: JOSÉ RICARDO SOARES DA SILVA.

SECRETARIA DE TURISMO

Secretário: **Bruno Kazuhiro Otsuka Nunes**

RIOTUR

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
Avenida das Américas, 5.300, térreo, 3ºe 5ºandar - Cep: 22793-080

PORTARIA "N" Nº 277 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

DEFINE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FESTEJOS CARNAVALESCOS DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Diretora-Presidente da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. - RIOTUR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

RESOLVE:
Art. 1º - Definir e aprovar a Estrutura Organizacional dos festejos carnavalescos 2022, de acordo com o organograma em Anexo, composto de Supervisões e Coordenações, todas subordinadas à Supervisão geral.

Art. 2º - As funções de Supervisor, Coordenador e Assessor serão exercidas exclusivamente por servidores da RIOTUR, em casos especiais, por Servidores da Prefeitura após autorização do Diretor-Presidente.

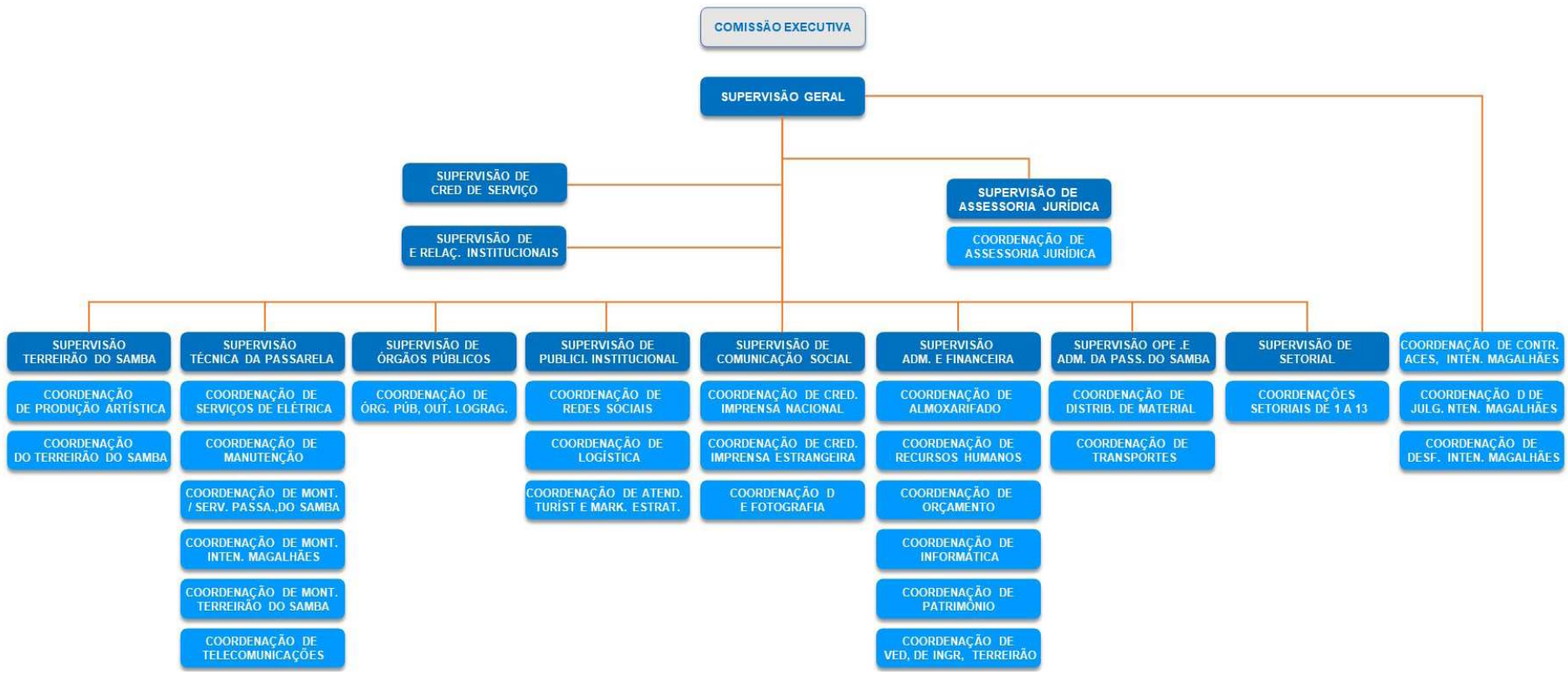
Art. 3º - A função de Assistente será exercida exclusivamente por servidores da RIOTUR.

Art. 4º - Caberá a Coordenação de Recursos Humanos, que estará baseada no Setor 10 - Sala 31, o acompanhamento, a orientação e a fiscalização do processo de gestão de pessoal, bem como o controle de frequência durante os dias dos festejos carnavalescos.

Art. 5º - A presente PORTARIA entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
DANIELA MAIA

ORGANOGRAMA OPERACIONAL DOS FESTEJOS CARNAVALESCOS 2022
(ANEXO)



PORTARIA "P" Nº 11 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

NOMEIA COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS FESTEJOS CARNAVALESCOS2022.

A Diretor-Presidente da RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S. A., no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a "Comissão Executiva" no âmbito da estrutura Operacional dos Festejos Carnavalescos 2022, composta dos seguintes membros e presidida pelo primeiro.

- **DANIELA DALILA IBARRA MAIA DE ANDRADE MACIEL**
- **BRUNO FERREIRA DE MATTOS**
- **FABIANA MISSE NASSARALLA**
- **LUIZ FELIPE DOS SANTOS GOMES**
- **ROBSON CAMILO GOMES DA COSTA**

Art. 2º - A presente PORTARIA entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
DANIELA MAIA

PORTARIA "P" Nº 12 DE 08 MARÇO DE 2022.

NOMEIA SUPERVISORES E COORDENADORES PARA OS FESTEJOS CARNAVALESCOS 2022.

A Diretora-Presidente da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. - RIOTUR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar os funcionários para exercerem as funções de Supervisores e Coordenadores dos festejos Carnavalescos 2022, conforme abaixo discriminado, de acordo com o estabelecido no Organograma integrante do Anexo da Portaria "N" Nº 277/2022.

❖ **SUPERVISOR GERAL**
RAFAEL LUIZ MORAIS DE SOUZA BANDEIRA

❖ **SUPERVISOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**
RODRIGO CASTRO PIRES

❖ **SUPERVISOR TÉCNICO DA PASSARELA DO SAMBA**
JOAO HENRIQUE SCHALCHER DE ALMEIDA

❖ **SUPERVISOR OPERACIONAL E ADM. DA PASSARELA DO SAMBA**
ROOSEVELT MOREIRA DIAS

❖ **SUPERVISOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
MARIA CECILIA DE MORAES DUARTE

❖ **SUPERVISOR DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL**
MIGUEL SEBASTIAN SAAVEDRA IBARRA

❖ **SUPERVISOR DE ÓRGÃOS PÚBLICOS**
NATALIA MOURA DANTAS

❖ **SUPERVISÃO TERREIRÃO DO SAMBA**
JORGE LUIZ ALVES CELESTINO

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

❖ **SUPERVISÃO SETORIAL**
ANTONIO CARLOS RODRIGUES GALVAO

❖ **SUPERVISÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**
GISELLE MENDONCA FALCAO REIS

❖ **SUPERVISÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA**
FELIPE DA FONSECA ASSUMPCAO

❖ **SUPERVISÃO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO**
CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO GUIMARAES

❖ **COORDENADOR DE CREDENCIAMENTO E ATENDIMENTO A IMPRENSA ESTRANGEIRA**
MARISA PINHEIRO DA SILVA

❖ **COORDENADOR DE REDES SOCIAIS**
RODRIGO JOSE CAVALCANTI AREAL

❖ **COORDENADOR DE ATENDIMENTO TURÍSTICO E MARKETING ESTRATÉGICO**
JONAS MACHADO DE QUEIROS

❖ **COORDENADOR DE LOGÍSTICA**
ALESSANDRO CONCEICAO DA SILVA

❖ **COORDENAÇÃO DE FOTOGRAFIA**
RAFAEL MENDONÇA CATARCIONE

❖ **COORDENADOR DE ORGÃOS PÚBLICOS DE OUTROS LOGRADOUROS**
MARCIO JAKSON DE MELLO

❖ **COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS**
GABRIELA FERREIRA DO LAGO

❖ **COORDENADOR DE ORÇAMENTO**
ADRIEL LYRA DE LIMA

❖ **COORDENADOR DE INFORMÁTICA**
LINNEU PAULO SOARES JUNIOR

❖ **COORDENADOR DE MANUTENÇÃO**
UBIRACI DE SOUZA FERREIRA

❖ **COORDENADOR DE MONTAGENS/SERVIÇOS DA PASSARELA DO SAMBA**
ALBERTINO MENDES PEREIRA

❖ **COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ELÉTRICA**
NEWTON LEÃO DUARTE

❖ **COORDENAÇÃO DE MONTAGEM INTENDENTE MAGALHÃES**
NATERCIA DO CARMO SILVA

❖ **COORDENAÇÃO DE MONTAGEM TERREIRÃO DO SAMBA**
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE

❖ **COORDENADOR DE TELECOMUNICAÇÕES**
NICÁCIO LUIZ DE FARIAS

❖ **COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL**
JOSÉ ALEXANDRE S. SALLES

❖ **COORDENADOR DE TRANSPORTES**
LUIS CARLOS JESUS DE AZEVEDO

❖ **COORDENADOR DE PATRIMÔNIO**
PAULO CESAR CUPERTINO

❖ **COORDENADOR DO SETOR 1**
JOSE LUIZ EVANGELISTA DA SILVA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 2**
WELLINGTON PAES DA CONCEICAO

❖ **COORDENADOR DO SETOR 3**
ELI GOMES DA SILVA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 4**
IZAURA CRISTINA MORAES FONTES

❖ **COORDENADOR DO SETOR 5**
CHRISTIANE MARINHO DA SILVA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 6**
KATIA SOUZA FERREIRA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 7**
DENISE GUIMARÃES PEIXOTO NOGUEIRA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 8**
CLEIDE LÚCIA CARDOSO PEREIRA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 9**
ROSINÉIA CICILIANO

❖ **COORDENADOR DO SETOR 10**
MARCELLA GREGGIO DE AZEVEDO

❖ **COORDENADOR DO SETOR 11**
IVANI LUIZ DA COSTA

❖ **COORDENADOR DO SETOR 12**
FRANCO SARMENTO CHAVES

❖ **COORDENADOR DO SETOR 13**
AMAURY FERREIRA LOPES

❖ **COORDENADOR DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA TERREIRÃO DO SAMBA**
LEONARDO FURTADO REZENDE

❖ **COORDENADOR DE DESFILES DA INTENDENTE MAGALHÃES**
CARLOS CESAR RIBEIRO

❖ **COORDENADOR DA COMISSÃO DE JULGADORES INTENDENTE MAGALHÃES**
SILVANA APARECIDA FORTES CRUZ

❖ **COORDENADOR DE ASSESSORIA JURÍDICA**
IALUNY NAKANO ARAUJO

❖ **COORDENAÇÃO DO TERREIRÃO DO SAMBA**
EVALDO DA SILVA TAVARES

❖ **COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO INTENDENTE MAGALHÃES**
MARCELO PEREIRA DAS CHAGAS VERISSIMO

❖ **COORDENAÇÃO DE VENDA DE INGRESSOS DO TERREIRÃO**
MARCIO CECCOPIERI BAPTISTA

Art. 2º - A presente PORTARIA entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.
DANIELA MAIA

DESPACHO DA DIRETORA PRESIDENTE
EXPEDIENTE 04.02.2022

Processo 18/100.745/2021
APROVO o Termo de Referência às fls. 04 com alterações às fls. 25 e **AUTORIZO** a prestação de serviços por dispensa de licitação, com base no art.29, inc II da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) cujo objeto é a prestação de serviços de produção artísticas e acompanhamento do Cortejo Real nas visitas oficias para atender o evento Carnaval de 2022, adjudicando os serviços à empresa EUKDEL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA CNPJ nº 05.454.669/0001-77.
***omitido no D.O de 07.02.2022**

EXPEDIENTE 07.02.2022

Processo 18/100.017/2022
APROVO o Termo de Referência às fls. 04 e **AUTORIZO** a contratação por dispensa de licitação, com base no art.29, inc II da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 no valor de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) cujo objeto é a confecção de brindes para atender o stand da Riotur no evento Rio Open de Tenis, adjudicando os serviços à empresa VL COMÉRCIO DE BRINDES PROMOCIONAIS LTDA CNPJ nº 017.448.024/0001-00.
***omitido no D.O Rio de 08.02.2022**

EXPEDIENTE DE 25.02.2022

Processo 18/1400.491/2021
Aprovo a prestação de contas referente ao Termo de Contrato nº 046/2021.
***omitido no D.O Rio de 02.03.2022**

DESPACHO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
EXPEDIENTE DE 07.02.2022

Processo 01/220.308/2018
1-Objeto: Depósito Judicial - Ação Trabalhista.
2-Partes: RIOTUR S/A e

Partes	Valor
CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	R$ 69.762,64 (sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)
INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	R$ 8.188,56 (oito mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL MF	R$ 370,83 (trezentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos)
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	R$ 143,85 (cento e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

3-Fundamento: Não sujeito à legislação vigente.
4-Razão: Pagamento de depósito judicial de ação trabalhista.
5-Autoridade: RODRIGO CASTRO PIRES
***omitido no D.O Rio de 08.02.2022**

Processo 01/220.204/2017
1-Objeto: Depósito Judicial - Ação Trabalhista.
2-Partes: RIOTUR S/A e

Partes	Valor
INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	R$ 119,31 (cento e dezenove reais e trinta e um centavos)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL	R$ 3.877,13 (três mil, oitocentos e setenta e sete reais e treze centavos)

3-Fundamento: Não sujeito à legislação vigente.
4-Razão: Pagamento de depósito judicial de ação trabalhista.
5-Autoridade: RODRIGO CASTRO PIRES
***omitido no D.O Rio de 08.02.2022**

Processo 18/100.017/2022
1-Objeto: Confecção de brindes
2-Partes: RIOTUR S/A e VL COMÉRCIO DE BRINDES PROMOCIONAIS LTDA
3-Fundamento: Artigo 29 Inciso II da Lei 13303 de 2016 e suas alterações
4-Razão: Atender o stand da Riotur no evento Rio Open de Tenis,
5-Valor: R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
6-Autoridade: RODRIGO CASTRO PIRES
***omitido no D.O Rio de 08.02.2022**

EXPEDIENTE DE 11.02.2022

Processo 18/100.745/2021
1-Objeto: Serviços de produção artísticas e acompanhamento do Cortejo Real
2-Partes: RIOTUR S/A e EUKDEL PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
3-Fundamento: Artigo 29 Inciso II da Lei 13303 de 2016 e suas alterações
4-Razão: Visitas oficias para atender o evento Carnaval de 2022
5-Valor: R$ R$ 10.000,00 (dez mil reais)
6-Autoridade: RODRIGO CASTRO PIRES
7-Ratificador: DANIELA MAIA
***omitido no D.O Rio de 14.02.2022**

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA MULHER

Secretária: **Joyce Trindade de Faria Gama**

DESPACHO DA CHEFE DE GABINTE
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

PROCESSO Nº 20/000.039/2022 - NAD nº 16/2022.
PARTE: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA MULHER e GM PINHO SERVIÇOS GRÁFICOS EIRELI EPP
OBJETO: Serviços gráficos de mídia impressa.
FUNDAMENTO: Art. 24 Inciso II da Lei 8666/93 e suas alterações.
VALOR: R$ 5.500,00
AUTORIDADE: Monalyza Ferreira Alves Pereira

SECRETARIA DA JUVENTUDE CARIOCA

Secretário: **Salvino Oliveira Barbosa**

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 10/002.3182021 - NAD nº 1/2022
OBJETO: Serviço e locação de equipamentos de Informática
PARTES: Sistema Descentralizado de Pagamento - Subsecretaria de Políticas Temáticas dos direitos da Juventude -
FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei 8.666/93
RAZÃO: Exclusivo TAXI RIO.
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

Processo nº 10/000.536/2022 - NAD nº 2/2022
OBJETO: Sistema Descentralizado de Pagamento
PARTES: PCRJ/Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-Rio
FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei 8.666/93.
VALOR: R$ 50.000,00
RAZÃO: DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO E/OU CARATER EXTRAORDINÁRIO OU URGENTE
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

Processo nº 10/004.576/2021 - NAD nº 3/2022
OBJETO: Sistema Descentralizado de Pagamento - Subsecretaria de Políticas Temáticas dos direitos da Juventude.
PARTES: PCRJ/Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-Rio
FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei 8.666/93.
VALOR: R$ 50.000,00
RAZÃO: DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO E/OU CARATER EXTRAORDINÁRIO OU URGENTE
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

Processo nº 10/004.577/2021 - NAD nº 4/2022
OBJETO: Sistema Descentralizado de Pagamento - Chefia de Gabinete
PARTES: PCRJ/Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-Rio
FUNDAMENTO: Não Sujeito à Lei 8.666/93.
VALOR: R$ 50.000,00
RAZÃO: DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO E/OU CARATER EXTRAORDINÁRIO OU URGENTE
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

Processo nº 10/000.463/2022 / Processo Eletrônico JUV-PRO -2022-00010 - NAD nº 5/2022
OBJETO: Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens para fornecimento de bilhetes de passagens para transportes terrestres, aquaviários ou aéreos, Nacionais e Internacionais, assim como, Operacionalização de Reservas, Marcação /Remarcação de bilhetes, para trechos diversos.
PARTES: Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-Rio e FIRST EVOLUTION VIAGENS E TURISMO EIRELI -ME
FUNDAMENTO: Artigo 1 Inciso Caput da Lei nº 10.520, de 21/06/1993 e suas alterações .
VALOR: R$ 218.155,00
RAZÃO: PREGÃO ELETRÔNICO PE-RP FP/SUBGGC Nº 538/2021, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FP/SUBGCC Nº 01/2022
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

Processo nº 10/004.657/2021 - CANCELAMENTO PARCIAL
NAD nº 98/2021
OBJETO: Serviço de Agenciamento de Viagens
PARTES: Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-Rio e WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMOS EIRELI
FUNDAMENTO: Artigo 1 CAPUT da Lei nº 10.520 de 17/07/2002
VALOR: R$ 13.364,75
RAZÃO: Despesa de transferência oriunda do órgão 1700/SMAS, referente à solicitação nº 43, Processo Administrativo nº 08/001.562/2021
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 10/001.847/2021 - NAD nº 6/2022
OBJETO: IInclusão Profissional, Promoção da Cidadania e Emancipação dos Jovens Cariocas - EMPREGA JUV
PARTES: Secretaria Especial da Juventude Carioca e INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOM PIXOTE
FUNDAMENTO: Artigo 17 caput da Lei nº 13.019, de 31/07/2014
VALOR: 6.182.808,66
RAZÃO: Seleção Pública
AUTORIZAÇÃO: Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

SECRETARIA DE CIDADANIA

Secretário: **Renato Moura**

PROCON CARIOCA

Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

ATOS DO DIRETOR EXECUTIVO
PORTARIA CID/PC "P" Nº 02 DE 07 DE MARÇO DE 2022.

O DIRETOR EXECUTIVO DO INTITUTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CARIOCA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 24/100.270/2022,

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores, ANDREA DE MATOS, Gerente, matrícula 60/191.720-2, LIGIA SILVA DE OLIVEIRA, Gerente, matrícula 60/325.107-1, MARINA RODRIGUES ARAÚJO, Assessor, matrícula 60/325.235-0, e LEONARDO GOMES DA SILVA, Gerente, matrícula 60/327.099-8, como responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e atestação das faturas do Instrumento Contratual nº 001/2022, firmado entre o PCRJ/INSTITUTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CARIOCA e a empresa PC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI, observando-se o Decreto nº 34.012, de 20 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA CID/PC "P" Nº 03 DE 07 DE MARÇO DE 2022.

O DIRETOR EXECUTIVO DO INTITUTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CARIOCA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 24/100.181/2021,

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores, VANESSA DE VINICIUS SILVA DE BARROS, Ouvidora, matrícula 60/305.384-9, GABRIEL DE SOUZA CERDEIRA, Assessor, matrícula 60/329.347-9, MARINA RODRIGUES ARAUJO, Assessor, matrícula 60/325.235-0 e LEONARDO GOMES DA SILVA, Gerente, matrícula 60/327.099-8, como responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e atestação das faturas do Instrumento Contratual nº 014/2021, firmado entre a PCRJ/INSTITUTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON CARIOCA e a empresa CS BRASIL FROTAS LTDA., observando-se o Decreto nº 34.012, de 20 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO
EXPEDIENTE DE 03/01/2022

Processo nº 24/100.052/2022
a) OBJETO: Pagamento de diárias;
b) PARTES: PCRJ/PROCON CARIOCA;
c) FUNDAMENTO: Não sujeito a Lei 8666/93;
d) RAZÃO: Atender as necessidades dos servidores do PROCON;
e) VALOR: R$ 50.000,00;
f) AUTORIZAÇÃO: Igor Costa.

Processo nº 24/100.170/2021
a) OBJETO: Prestação de serviço de mensageiro (motoboy);
b) PARTES: PCRJ/PROCON CARIOCA e PC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI;
c) FUNDAMENTO: Artigo 1 Inciso Caput da Lei nº 10.520/02 e suas alterações;
d) RAZÃO: Pregão;
e) VALOR: R$ 106.912,32;
f) AUTORIZAÇÃO: Igor Costa.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: **Luiz Antonio Guaraná**
Rua Santa Luzia, 732 - Tel.: 3824-3600/ Fax.: 2220-6802
Home Page: http: //www.tcm.rj.gov.br / E-mail: tcmrj@pcrj.rj.gov.br

RESOLUÇÃO "P" Nº 044 DE 07 DE MARÇO DE 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 17, inciso III, da Lei n.º 289, de 25 de novembro de 1981, o artigo 26, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Deliberação n.º 266, de 28 de maio de 2019,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **BRUNO SIQUEIRA FERNANDES PEREIRA**, Técnico de Controle Externo, Classe C, matrícula nº 40/902.149-4, do Quadro Permanente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, com validade a partir de 16 de fevereiro de 2022, nos termos do inciso I do artigo 60 da Lei Municipal nº 94, de 14 de março de 1979.

PORTARIA SGA Nº 008, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

Designa servidor especialista da Comissão Permanente de Gestão por Competências do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas através da Resolução nº 1.149, de 12 de maio de 2021.

RESOLVE:

Designar **ELDRI CARNEIRO CAVALCANTI**, matrícula 40/901.746-8, para atuar como membro especialista da Comissão Permanente de Gestão por Competências, conforme previsto no artigo 3º, § 2º da Resolução nº 1.176, de 04 de janeiro de 2022.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXPEDIENTE DE 04/03/2022

Processo nº 40/101.618/2021. ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado final do Pregão Eletrônico TCMRJ nº 8/2022, cujo objeto é fornecimento, incluindo a instalação, de tampos de vidro incolor, a serem fornecidos sob demanda durante o período de 12 (doze) meses, conforme resultado final publicado no D.O Rio de 25 de fevereiro de 2022.

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Gratificação Adicional por Tempo de Serviço - Triênio

Processo nº 40/100.326/2019 - Marco Antonio Brito de Sousa, matrícula nº 40/900.651-1;
Processo nº 40/100.332/2019 - Catharina Helena Rollemberg Vieira, matrícula nº 40/900.664-4.
Autorizo

Licença Especial

Processo nº 40/100.197/2018 - Catharina Helena Rollemberg Vieira, matrícula nº 40/900.664-4;
Processo nº 40/100.556/2022 - Marco Antonio Brito de Sousa, matrícula nº 40/900.651-1;
Processo nº 40/100.559/2022 - Mario Torres, matrícula nº 40/900.683-4.
Autorizo

Reenquadramento - Lei nº 5.187/2010

Processo nº 40/100.558/2022
Cargo Efetivo: Técnico de Controle Externo

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	VALIDADE
40/901.514-0	SALETTE LEITE DO AMARAL	4	26/02/2022

Autorizo

EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Auxílio Creche/Educação - Concessão

Processo nº 040/100.560/2022 - Ana Júlia Dourado Vasconcellos Marques, matrícula nº 90/902.248-4.
Autorizo

Licença Especial

Processo nº 040/100.564/2022 - Geani Cristina Lopes Farias, matrícula nº 40/900.660-2;
Processo nº 040/100.565/2022 - Heitor da Silva Ferraz, matrícula nº 40/900.661-0;
Processo nº 040/100.568/2022 - Newton Gomes da Silva, matrícula nº 40/900.663-6;
Processo nº 040/100.567/2022 - Adriana Wilbert Marreiros, matrícula nº 40/900.659-4.
Autorizo

Auxílio Saúde - Inclusão

Processo nº 040/100.810/2018 - Augusto César Pires Spinelli, matrícula nº 40/901.699-9.
Autorizo

Encerramento de Folha de Pagamento

Processo nº 040/100.566/2022 - Avenecy Sarmento Aquilão, matrícula nº 20/901.193-3.
Autorizo

DESPACHOS DA SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo nº 40/101.618/2021. Autorizo a despesa no valor de R$ 47.484,80 (quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos) em favor de EMO SERVICOS E EQUIPAMENTOS - EIRELI com base na Lei 10.520/2002 e alterações posteriores e no Pregão Eletrônico nº 8/2022.

Processo nº 40/100.241/2022
a) OBJETO: Aquisição de Material de Pintura
b) PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICíPIO DO RIO DE JANEIRO e COR DE PRATA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA O LAR LTDA
c) RAZÃO: Valor inferior ao mínimo exigido para licitação
d) FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso II da lei 8.666/1993 e alterações posteriores.
e) VALOR: R$ 17.234,50 (dezessete mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)
f) AUTORIDADE: MARCIA BEATRIZ LINS IZIDORO



Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DO TESOURO MUNICIPAL
DIRETORIA GERAL EXECUTIVO-FINANCEIRA
NOTIFICAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, ficam notificados, os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, que os seguintes recursos financeiros foram liberados pela União para o Município do Rio de Janeiro, conforme demonstrativos abaixo:

QUADROS DEMONSTRATIVOS EM OBSERVÂNCIA
AO DISPOSTO NA LEI Nº 9.452 DE 06/03/97
DATA 07/03/2022

CONTA CORRENTE		VALOR (R$)
PM RJ-SNA	BB: 7500-0	644.884,85

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP- 2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E CONTROLE PROCESSUAL
EDITAL

O Gerente III da Gerência de Atendimento e Controle Processual da FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-2 faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, a CONCLUSÃO de seus processos administrativos. O Processo encontra-se à disposição do contribuinte ou seu representante legal devidamente habilitado, na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, sala 109.

Processo: 04/88.306538/2020
Endereço: RUA DA CONSTITUIÇÃO, 21 / 101 - CENTRO, RJ - CEP: 20060-010
Requerente: LUIZ FERNANDO D. DE FREITAS VALE
Inscrição: 3.245.706-1
Ciência: Trata o presente pedido de reconhecimento de isenção do IPTU e TCL para o imóvel de Inscrição Fiscal n° 3.245.706-1 com fulcro no art. 61, inciso XXÍll da Lei 691/84 e art. 5º, inciso IV da Lei 2.697/1998 (aposentado/pensionista).
A decisão de fls.: 17 (Coordenadoria de Consultas e Estudos Tributários) indeferiu o pedido de isenção do IPTU, não havendo medidas a adotar por meio deste processo.
Encaminhamento:
- envio à FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 2 para ciência do contribuinte sobre o teor desse despacho, endereço para notificação às fls.: 02;
- após, ao arquivo.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 1, em 24/08/2021
Flavius Gonçalves Amarante
Fiscal de Rendas SMF - Mat. 12/286.527-7
Subgerente III da FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 1
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: MUDOU-SE.

Processo: 04/374.369/2016
Endereço: RUA TEIXEIRA DE CASTRO, 198 LOJA - BONSUCESSO - Cep.:21040-112
Requerente: EDUARDO SALGADO
Inscrição: 3080386-0
Ciência: Trata-se de legalização de construção de prédio comercial e prédios residenciais na avenida Teixeira de Castro n° 198 - Bonsucesso (inscrição fiscal 0.304.083-9).
Haviam sido realizados os procedimentos cadastrais de fls. 42, consistindo no cancelamento da inscrição fiscal 0.304.083-9 e implantação das inscrições fiscais 3.080.386-0 a 3.080.392-8 por fração fiscal, considerando que à época não haviam sido juntadas as certidões de ônus reais de cada unidade com suas respectivas frações ideais de terreno.

Os lançamentos tributários foram realizados conforme despacho de fls. 52, tendo o contribuinte sido cientificado em 13/11/2007.
Contudo, tendo em vista que, em 24/04/2007, fora regularizada junto ao 6º Ofício do RGI a discriminação das frações ideais de cada unidade, tendo sido encerrada a matrícula 24289-A e abertas as matrículas 101827 a 101833 para as novas unidades, foram tomadas as seguintes providências, com vigência a partir do exercício 2016 (arts. 170, I, 5 da Lei n° 691/1984, art. 71 do Decreto n° 14.327/1995 e arts, 78,1, 3 e 160 do Decreto n° 14.602/1996):
1) Inscrição fiscal 3.080.386-0:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 68m2:
• Retificada a fração fiscal de 0,1139000 para 1,0000000:
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matrícula do imóvel: 101827;
• Incluído também como proprietário do imóvel: Ernesto Salgado, CPF: 183.229.807-87;
• Emitidas as guias 01/2016 e 01/2017, em substituição às guias 00/2016 e 00/2017, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2016 e 2017. Guias quitadas com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Emitidas as guias 01/2018, 02/2019 e 01/2020, em substituição às guias 00/2018, 00/2019 e 00/2020, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2018 a 2020 (exercícios com cobrança em Dívida Ativa)}
• Substituídas as notas de débito referentes às guias 00/2018, 00/2019 e 00/2020 pelas referentes às guias 01/2018, 02/2019 e 01/2020, conforme telas de fls. 72 a 74v:
• Emitida a guia 01/2021, em substituição à guia 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para o exercício 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado dos exercícios anteriores;
• Emitida a guia 02/2021, cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado dos exercícios anteriores.
2) Inscrição fiscal 3.080.387-8:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 73m2:
• Retificada a fração fiscal de 0,1222000 para 1,0000000:
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matricula do imóvel: 101828:
• Retificados os proprietários e o destinatário das notificações relativas ao IPTU para: Luciano Molinari Martins, CPF: 807.796,117-72, e Izabel Christina Ferreira Martins, CPF; 855.456.357-34;
Emitidas as guias 01/2016, 01/2017, 01/2018, 01/2019. 01/2020 e 01/2021, em substituição às guias 00/2016, 00/2017, 00/2018, 00/2019, 00/2020 e 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guias quitadas com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Emitida a guia 02/2021. cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Há valores passíveis de restituição, devendo a mesma ser solicitada por meio de processo administrativo específico, antes de findo o prazo legal.
3) Inscrição fiscal 3.080.388-6:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 80m2;
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matrícula do imóvel: 101829:
• Incluído também como proprietário do imóvel: Rosete Santana Duarte, CPF: 033.733.827-26;
• Emitidas as guias 01/2016 e 01/2017, em substituição às guias 00/2016 e 00/2017, sem valores a cobrar;
• Emitidas as guias 01/2018, 02/2019 e 01/2020, em substituição às guias 00/2018,, 00/2019 e 00/2020, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2018 a 2020 (exercícios com cobrança em Dívida Ativa))
• Substituídas as notas de débito referentes às guias 00/2018, 00/2019 e 00/2020 petas referentes às guias 01/2018, 02/2019 e 01/2020, conforme telas de fls. 79 a 81v;
• Emitida a guia 01/2021, em substituição à guia 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para o exercício 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado dos exercícios anteriores;
• Emitida a guia 02/2021, cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado dos exercícios anteriores;
• Há valores passíveis de restituição devendo a mesma ser solicitada por meio de processo administrativo específico, antes de findo o prazo legai.
4) Inscrição fiscal 3.080.389-4:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 85m2;
• Retificada a fração fiscal de 0,1424000 para 1,0000000;
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matrícula do imóvel: 101830;
• Emitidas as guias 01/2016, 01/2017, 01/2018. 01/2019. 01/2020 e 01/2021, em substituição às guias 00/2016, 00/2017, 00/2018, 00/2019, 00/2020 e 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guias quitadas com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Emitida a guia 02/2021. cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Há valores passíveis de restituição, devendo a mesma ser solicitada por meio de processo administrativo específico, antes de findo o prazo legal.
5) Inscrição fiscal 3.080.390-2:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 89m2:
• Retificada a fração fiscal de 0,1491000 para 1.0000000:
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matrícula do imóvel: 101831:
• Incluído também como proprietário do imóvel: Ernesto Salgado, CPF: 183.229.807-87;
• Emitidas as guias 01/2016. 01/2017. 01/2018, 01/2019, 01/2020 e 01/2021, em substituição às guias 00/2016, 00/2017', 00/2018, 00/2019, 00/2020 e 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guias quitadas com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Emitida a guia 02/2021, cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Há valores passíveis de restituição, devendo a mesma ser solicitada por meio de processo administrativo específico, antes de findo o prazo legai.
6) Inscrição fiscal 3.080.391-0:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 97m2:
• Retificada a fração fiscal de 0,1625000 para 1.0000000;
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matrícula do imóvel: 101832;
• Retificados os proprietários e o destinatário das notificações relativas ao IPTU para: Nelma Pereira do Amaral. CPF: 073.061.957-51, e Igor Gumes Monteiro, CPF: 087.384.697-40;
• Emitidas as guias 01/2016. 01/2017. 01/2018. 01/2019, 01/2020 e 01/2021, em substituição às guias 00/2016, 00/2017, 00/2018, 00/2019, 00/2020 e 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guias quitadas com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Emitida a guia 02/2021. cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Há valores passíveis de restituição, devendo a mesma ser solicitada por meio de processo administrativo específico> antes de findo o prazo legai.
7) Inscrição fiscal 3.080.392-8:
• Retificada a área construída tributável de 597m2 para 105m2:
• Retificada a fração fiscal de 0,1759000 para 1,0000000:
• Incluído o RI: 6° Ofício e a matrícula do imóvel: 101833:
Emitidas as guias 01/2016, 01/2017. 01/2018, 01/2019, 01/2020 e 01/2021, em substituição às guias 00/2016, 00/2017, 00/2018, 00/2019, 00/2020 e 00/2021, cobrando os valores devidos de IPTU e de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guias quitadas com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Emitida a guia 02/2021, cobrando as diferenças devidas de TCL para os exercícios 2016 a 2021. Guia quitada com parte da sobra de valor quitado das guias substituídas;
• Há valores passíveis de restituição, devendo a mesma ser solicitada por meio de processo administrativo específico, antes de findo o prazo legal.
Após apreciação, sugiro encaminhar os autos à FP/SUBEX/REO-RIQ/CIP-2.1 para cientificar os contribuintes do teor do presente despacho (notificar nos endereços dos imóveis em nome dos destinatários).
Após confirmação da ciência, à PG/PFIS com a proposta de substituição das notas de débito das inscrições fiscais 3.080.386-0 e 3.080.388-6, conforme telas de fls. 72 a 74v e 79 a 81v.
Após, ao arquivo. IPTU concluído.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-4.2, em 22/09/2021.
Gustavo Trindade
Fiscal de Rendas SMFP
Matr. 10/277.533-6
Francisco Moreira
Fiscal de Rendas - Subgerente FP/SUBEX/REC-RIO/CIP- 4.2
Matr. 12/241.329-2
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: DESTINATÁRIO AUSENTE.

Processo: 01/703.707/2017
Endereço: Rua Almirante Alexandrino, 6086, Santa Teresa - Cep.: 20241-266
Requerente: UNIÃO FEDERAL
Inscrição: 8000353-6
Ciência: Inscrição fiscal:
Sr. Gerente,
Quanto ao pedido de reconhecimento de isenção de TCL-taxa de coleta domiciliar de lixo para o imóvel em epígrafe, informo que não existe previsão legal para isenção dessa taxa no caso em tela.
Encaminhamento:
- Envio à FP/SUBEX/REC-RÍO/CIP 2 para ciência do contribuinte sobre o teor desse despacho, endereço para notificação: Rua Almirante Alexandrino, 6086, Santa Teresa- União Federal;
- Depois, ao arquivo.
Andréia C. F. Gagliano
Fiscal de Rendas SMF
Matr. 10/138.734-9
De acordo, FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-1, em 19/10/2021
Flavius Gonçalves Amarante
Fiscal de Rendas SMF - Mat. 12/286.527-7
Subgerente III da FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 1
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: DESTINATÁRIO AUSENTE.

Processo: 04/374.897/2019
Endereço: RUA 3 PAA 12070/PAL 46823, 29 - CAS 2 RECREIO DOS BANDEIRANTES - CEP: 22790-879
Requerente: 31 J E IMOBILIÁRIOS LTDA
Inscrição: 3411348-0
Ciência: 1) Trata-se originalmente de inclusão predial.
1.1) A inclusão predial objeto do presente foi procedida conforme decisão de 04/12/2019 (fls. 36).
1.2) A referida decisão atribuiu erroneamente a fração fiscal de 0,5 à inscrição 3411348-0. O valor correto da fração fiscal precisa ser corrigido para 1,0.
2) Providências (a partir da fls. 36):
2.1) Alterada a fração fiscal para 1,00.
2.2) Revistos os lançamentos de 2020 e 2021.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Guia Emitida	
01/2021	Cobra a diferença de IPTU e TCL (taxa de coleta de lixo) de 2021.
03/2021	Consigna a remissão da diferença de IPTU e TCL de 2020 (Lei 2277/1994). Guia sem valor devido.

3) À FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 2 para cientificar o requerente e entregar a guia 01/2021. Ao final, arquive-se.

Notificar	Endereço
31J E IMOBILIÁRIOS LTDA	RUA 3 PAA 12070/PAL 46823, 29 - CAS 2 RECREIO DOS BANDEIRANTES

FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4. em 05/11/2021
Carlos A R Andrade
Fiscal de Rendas SMF
Mat.. 10/264.931-7
De acordo.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4, em 09/11/2021
Luiz Guilherme F. Silva
Assistente II - FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4
Fiscal de Rendas - SMFP
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO.

Processo: 04/66.302566/2016
Endereço: RUA PROF EURICO RABELO, 177 MARACANÃ - Cep.: 20271-150
Requerente: OPPORTUNITY MÉTRICA LTDA
Inscrição: 0122262-9
Ciência: 1) Reporto-me ao despacho de 07/04/2021 (fls. 64).
2) Conforme indicado no item 4 do referido despacho, é necessário proceder à conversão de depósito da guia 00/2017 da inscrição 0122262-9.
3) Providências:
3.1) Realizada a conversão de depósito da guia 00/2017, quitando-a integralmente.
3.2) Desinibida a guia 00/2017.
4) À FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 2 para cientificar. Após, à FP/SUBEX/SUPTM para conversão do depósito da guia 00/2017. Ao final, arquive-se.

Notificar	Endereço
OPPORTUNITY MÉTRICA LTDA	RUA PROF EURICO RABELO, 177 MARACANÃ

FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4, em 03/11/2021
Carlos A R Andrade
Fiscal de Rendas SMF
Matr. 10/264.931-7
De acordo.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4, em 10/11/2021
Luiz Guilherme F. Silva
Assistente II - FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4
Fiscal de Rendas - SMFP
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: MUDOU-SE.

Processo: 04/66.304035/2021
Endereço: RUA ANKITO, 451 APTO 503 - REALENGO - CEP: 21755-030
Requerente: JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA
Inscrição: 1147125-7
Ciência: Trata-se de PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE LOGRADOURO.
Considerando a certidão do 8º RI de Fls. 4 e a certidão do órgão urbanístico municipal de fls. 07, foi alterado o LOGRADOURO referente à IF 1147125-7 para Rua Ankito.
Sem lançamentos necessários, à CIP - 2 para notificar no endereço do imóvel.
Rio, 05/11/2021
Rodrigo de Oliveira Barbirato
Gerente da Gerência de Controle Cadastral e Inclusão Predial
Matr. 11/241.802-8
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: MUDOU-SE.

Processo: 04/33/300.866/2017
Endereço: RUA TEODORO DA SILVA, 1011 - E 1011ª - VILA ISABEL - Cep.: 20560-075
Requerente: JOSÉ DUARTE REIS FILHO
Inscrição: 0452766-9
Ciência: 1) Trata-se pedido de redução de área edificada.
1.1) O presente foi aberto com formulário de impugnação de valor venal. Contudo; o requerente informa que "não há questionamento quanto ao valor venal atribuído ao imóvel, apenas contestação da área edificada tributável" (fls. 21).
1.2) Foi informado na mesma petição de fls. 21 sobre o PA 04-66-302755-2021, que trata de redução de área edificada. O referido processo foi indeferido por não cumprimento de exigência (fls. 28).
2) Considerando que o PA 04-66-302755-2021, com objeto idêntico ao presente, foi indeferido por descumprimento de exigência, proponho o indeferimento do pedido de redução de área edificada.
3) À FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 2 para cientificar o requerente. Ao final, arquive-se.

Notificar	Endereço
JOSÉ DUARTE REIS FILHO	RUA TEODORO DA SILVA, 1011 E 1011A VILA ISABEL

FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4, em 03/11/2021
Carlos A R Andrade
Fiscal de Rendas SMF
Matr. 10/264.931-7
De acordo.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4, em 09/11/2021
Luiz Guilherme F. Silva
Assistente II - FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4
Fiscal de Rendas - SMFP
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: DESTINATÁRIO AUSENTE.

Processo: 04/66.302940/2021
Endereço: ESTRADA DA CACHAMORRA, 887 - CAMPO GRANDE - CEP: 23040-150
Requerente: MESSIAS BARCELOS DE SOUZA
Inscrição: 3389025-2
Ciência: Trata-se de processo de restituição de indébito relativa ao(s) exercício(s) de 2020 para a inscrição acima.
A Superintendencia Executiva do Tesouro Municipal informa, às fls. 28 que o pagamento dos valores deferidos foi efetuado em 05/08/2021.
Assim, cumprindo o que foi determinado pelos Incisos I, II e III, artigo 11° da Resolução Conjunta SMF/CGM Nº 155 de 15 de maio de 2014, emiti Certidão de Valores Restituídos, em duas vias, anexando uma delas à contra-capa deste p.p. e acostando a outra às fls. 29 deste ato administrativo.
Dito isto, solicito NOTIFICAR o requerente da restituição com ENTREGA da Certidão.
Após, encaminhar para arquivamento.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-3, em 26/10/2021.
Adriana Sofia Soriano de Sousa
Gerente da FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-3
Mat. 11/145967-6
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: DESTINATÁRIO DESCONHECIDO.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP- 2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E CONTROLE PROCESSUAL
EDITAL

O Gerente III da Gerência de Atendimento e Controle Processual da FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-2 faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, a CONCLUSÃO de seus processos administrativos. O Processo encontra-se à disposição do contribuinte ou seu representante legal devidamente habilitado, na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, Anexo, sala 109 - Térreo e será arquivado no prazo de 10 (dez) dias.

Processo: 04/99.307136/2020
Endereço: AVN. CHRISÓSTOMO PIMENTEL DE OLIVEIRA, 1933 - RUA INTERNA DE VILA, LT. 08 - PAVUNA - CEP: 21655-615
Requerente: JOÃO CANUTO SILVA FILHO
Inscrição:
Ciência: Trata-se de impugnação tempestiva ao valor venal do lançamento ordinário de 2020.
Na abertura do processo, o requerente deixou de apresentar o Laudo de Avaliação e a carteira do CREA ou CAU do profissional responsável. Na ocasião, ele tomou ciência do prazo de quarenta e cinco dias para o cumprimento da exigência.
A contagem de prazos para cumprimento de exigências, que havia sido suspensa pelo Decreto 47264, de 17/03/2020, foi retomada a partir de 17/05/2021 com a edição da Resolução SMFP n° 3239, de 14/05/2021.
Tendo em vista que o requerente não cumpriu a exigência inicial dentro do prazo, e observado o disposto no artigo 116, § 4.° do Decreto 14602/96 w, sugiro negar seguimento à impugnação.
Encaminhamento:
À FP/SUBEX-REC-RIO/CIP-2, para dar ciência no endereço eleito às fls. 02 (João Canuto Silva Filho - Avn. Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, 1933 - Rua Interna de Vila, lt. 08 - Pavuna) e aguardar o prazo recursal de dez dias. Após, arquive-se.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP-1, 19/10/2021
Célia Fonseca da Silva
Fiscal de Rendas - matrícula 10/156367-5
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: DESTINATÁRIO AUSENTE.

Processo: 04/374.019/2013
Endereço: RUA BARONESA, 206 CASA 4 APTO 101 - PRAÇA SECA - CEP: 21321-000
Requerente: ANTONIO SERGIO GUEDES DO NASCIMENTO
Inscrição: 1562781-3
Ciência: Trata-se de solicitação de desmembramento da inscrição em epígrafe, fls. 32.
A fim de se prosseguir na análise do pleito foram feitas as exigências à fls. 61.
Tendo em vista que o contribuinte não cumpriu a exigência formulada e, considerando o disposto no Art. 29 do Decreto 14.602/96, sugiro que seja declarada a perempção e negado seguimento ao pedido.
Ante o exposto, proponho o encaminhamento do presente processo inicialmente à F/SUBEX/CIP-2 para ciência do contribuinte (notificar no endereço de fls. 02).
Após prazo recursal, ao arquivo.
FP/SUBEX/CIP- 4, 27/08/2021.
Secretaria Municipal de Fazenda
COORDENADORIA DO IPTU
Rita de Cássia C. S. Mendes
Fiscal de Rendas - SMF
Matr. 10/094916-4
De acordo.
FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4, em 02/09/2021
Luiz Guilherme F. Silva
Assistente II - FP/SUBEX/REC-RIO/CIP 4
Fiscal de Rendas - SMFP
PUBLICADO PELA DEVOLUÇÃO DO A.R. POR MOTIVO DE: NÃO PROCURADO.

COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E TAXAS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO ISS
EDITAL

A Gerente da Gerência de Fiscalização do ISS faz CIENTE MAX SEGURANÇA MAXIMA EIRELI, Inscrição Municipal nº 262.181-9, estabelecida à AVN PAULO DE FRONTIN, 376 - RIO COMPRIDO - RIO DE JANEIRO/RJ, da LAVRATURA do AUTO DE INFRAÇÃO nº 302.732, na data de 08 de março de 2022, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
Fundamentação Legal da presente publicação: Resolução SMF nº 2.496 de 23/03/2007; art. 22 inciso V, art. 69 e art. 70 todos do Decreto Municipal nº 14.602/96.
Foi formado o processo 04/353.092/2022, que se encontra à disposição do interessado na Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, térreo, anexo, Centro Administrativo São Sebastião, Gerência de Cobrança do ISS (F/SUBTF/CIS-7), pelo prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Edital.
As multas penais decorrentes de falta de recolhimento de imposto, fixadas na legislação tributária, sofrerão reduções, de acordo com as condições previstas no Código Tributário Municipal.
Fica o autuado INTIMADO a efetuar o pagamento total do crédito tributário objeto do referido Auto de Infração, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia da publicação do presente Edital. Nesse mesmo prazo, é facultado ao autuado a apresentação de impugnação total ou parcial ao lançamento fiscal.
O PAGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO VALE COMO DESISTÊNCIA DE DEFESA.
O Município promoverá a cobrança judicial do débito não pago, o que acarretará ao devedor, além da atualização monetária, multas e acréscimos moratórios, honorários advocatícios e custas judiciais na forma da legislação em vigor.

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
EDITAL

A Coordenadora da FP/SUBEX/REC-RIO/CIT, no uso de suas atribuições, cientifica os interessados da decisão exarada.

Processo 04/450.251/2022
Inscrição: 0502310-6
Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL VIVAZ HONÓRIO)
Endereço: RUA AFONSO CAVALCANTI 455, ANEXO 4º ANDAR - CIDADE NOVA - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP 20211-110
Endereço p/ corresp.: RUA AFONSO CAVALCANTI 455, ANEXO TÉRREO - CIDADE NOVA - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP 20211-110
Imóvel objeto do pedido: RUA HONÓRIO 419- TODOS OS SANTOS - CEP 20771-420
Assunto: ITBI - ISENÇÃO/REDUÇÃO - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL INTEGRANTE DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL OU DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

DECISÃO
Aprovo o parecer acima para Reconhecer:
- a isenção do ITBI exclusivamente para as unidades imobiliárias do empreendimento em análise destinadas a famílias com renda de 0 a 6 salários mínimos;
- a redução de 50% do ITBI exclusivamente para as unidades imobiliárias do empreendimento em análise destinadas a famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos.

O presente reconhecimento não gera direito adquirido e poderá ser revisto de ofício caso se apure que os beneficiários não cumpriam os requisitos necessários à sua concessão, cobrando-se o crédito com todos os acréscimos legais.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA - IPLANRIO
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00023/2022 SRP

Às 10:00 horas do dia 25 de janeiro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria P FP/SUBGGC No 77 de 09/09/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 01/300.256/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00023/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Headsets e Webcams, incluindo garantia técnica pelo período de 24(vinte e quatro) meses, para empresas públicas e sociedades de economia mista da PCRJ, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Edital e/ou no Termo de Referência,.O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item 1:
Descrição: HEADSET Tipo I (garantia 24 meses)
Descrição Complementar: Comprimento mínimo cabo:2m, conexão USB, Estéreo, controle de volume integrado com mute, microfone com redução de ruído, peso máximo 200g
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 329
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 198,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: -

Aceito para: J.G.L ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, pelo melhor lance de R$ 94,0000 e a quantidade de 329 Unidade .

Item 2:
Descrição: HEADSET Tipo II (garantia 24 meses)
Descrição Complementar: Comprimento mínimo do cabo 2m, conexão USB,estéreo,controle de volume integrado com mute, microfone com cancelamento de ruído, sistema de cancelamento de ruídos para os auriculares, recursos e funções de LED, notificações do Microsoft Teams, luz de ocupado e chamada recebida, peso máximo 200g.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 45
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 1.250,0000
Situação: Cancelado no julgamento
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: -

Item 3:
Descrição: WEBCAM USB Tipo I (garantia 24 meses)
Descrição Complementar: Resolução 720p/30qps,captura de vídeo e vídeo chamadas HD, resolução de fotos de 3 megapixels, microfone embutido, conexão USB, clipe universal que se ajusta a laptops e monitores, comprimento mínimo do cabo 1,5m, compatibilidade Windows,Windows10,Windows8 e Windows7.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 550
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 140,0000
Situação: Cancelado no julgamento
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: -

Item 4:
Descrição: WEBCAM USB Tipo II (garantia 24 meses)
Descrição Complementar: resolução 1080p/30qps, captura de vídeo e vídeo chamadas Full HD, microfone estéreo duplo embutido, foco automático, correção de luminosidade, conexão USB, clipe universal que se ajusta a laptops e monitores, cabo de no mínimo 1,5m, compatibilidade Windows, Windows10, Windows 8 e Windows 7.
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 57
Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 426,5500
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: -

Aceito para: EVOLUE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA TELECOMUNICACOES L, pelo melhor lance de R$ 140,0000 e a quantidade de 57 Unidade.

A íntegra da presente Ata encontra-se disponível no Portal COMPRASNET

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO DO IMÓVEL
Nº 04/2022
RIO DE JANEIRO, 04 DE MARÇO DE 2022.

Processo nº: 02/550.105/2018
Data da vistoria: 18/02/2022
Endereço do imóvel: Rua Primeiro Março, 14
Bairro: Centro
Inscrição do IPTU nº: 0.330.762-6
Grau de Proteção: Bem Preservado pela APAC do Corredor Cultural
Legislação de Proteção: Lei 506/84, Lei 1139/87 e Decreto 4141/38

Certifico que, conforme o laudo técnico às fls. 61 do processo nº 02/550.105/2018, o imóvel é de interesse cultural e apresenta suas características relevantes respeitadas, inclusive sob os aspectos arquitetônicos e decorativos, encontrando-se em bom estado de conservação.

Obs. O presente Certificado de Adequação possui validade de 90 (noventa) dias a partir de sua emissão.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO DO IMÓVEL
Nº 05/2022
RIO DE JANEIRO, 04 DE MARÇO DE 2022.

Processo nº: 01/002.295/2016
Data da vistoria: 23/02/2022
Endereço do imóvel: Rua da Alfândega, 279 -A
Bairro: Centro
Inscrição do IPTU nº: 3.255.984-1
Grau de Proteção: Bem Preservado pela APAC do Corredor Cultural
Legislação de Proteção: Lei 506/84, Lei 1139/87 e Decreto 4141/38

Certifico que, conforme o laudo técnico às fls. 94 e 95 do processo nº 01/002.295/2016, o imóvel é de interesse cultural e apresenta suas características relevantes respeitadas, inclusive sob os aspectos arquitetônicos e decorativos, encontrando-se em bom estado de conservação.

Obs. O presente Certificado de Adequação possui validade de 90 (noventa) dias a partir de sua emissão.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
(*) OFÍCIO Nº 03/2022 SMPU/IRPH/CCPC/GCM
RIO DE JANEIRO, 23 DE FEVEREIRO DE 2022.
À SMDEIS/SUBCLU/CGLF/GLF- Tijuca
Assunto: Construção do Complexo do Núcleo de Atendimento Integrado para atender ao TJERJ.

Processo: 02/000.731/2021
Endereço: Rua Ceará, 291- Praça da Bandeira.

GRAU DE PROTEÇÃO: Entorno do Bem Tombado Municipal - Estação Ferroviária Francisco Sá - Decreto 14.741/1996.

Parecer: Em conformidade com a Resolução IRPH nº 3 de 29/06/2021:

Este IRPH nada tem a opor à concessão da licença de obras para a Construção do Complexo do Núcleo de Atendimento Integrado para atender ao TJERJ, na Rua Ceará, 291 - Praça da Bandeira, conforme parecer do CMPC de 07 de fevereiro de 2022.

*** Republicado por conter incorreções - D.O. RIO No 241 de 25 de fevereiro de 2022 - Pág. 81.**

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
OFÍCIO Nº 13/2022 SMPU/IRPH/CCPC/GCM/1ºET
RIO DE JANEIRO, 08 DE MARÇO DE 2022.
À SMDEIS
Assunto: 02 (dois) jogos de 10 (dez) plantas visadas para fins de licenciamento de projeto para construção de edificação destinada a uso comercial, situada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 128 - Centro, para encartar no processo administrativo 02/270.041/2016.

Processo: 02/001.006/2021
Assunto: Laudo Técnico
Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 128 - Centro

GRAU DE PROTEÇÃO: Bem inserido em Subzona de Renovação da APAC do Corredor Cultural, conforme disposto no PAA 12.224/PAL 47.482 retificado através do Decreto nº 45.720 de 22/03/2019, e demais legislações, Decreto n° 4141/1983, de 14/07/1983, Lei nº 506/1984, 17/01/1984, Lei nº1139/1987, de 16/12/1987.

Parecer: Em conformidade com a Resolução IRPH nº 3 de 29/06/2021.

Este IRPH nada tem a opor ao licenciamento de projeto para construção de edificação destinada a uso comercial, situada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 128 - Centro.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE
OFÍCIO Nº 10 /2022 SMPU/IRPH/CCPC/GCM/3º ET
RIO DE JANEIRO, 04 DE MARÇO DE 2022.
À SMDEIS/SUBCLU/CGLF/GLF- Botafogo
Assunto: Parecer do IRPH sobre o pedido de análise de plantas para fins de licenciamento de obras de modificação com decréscimo e reforma da edificação residencial unifamiliar.

Processo: 02/000.799/2021
Endereço: Rua Embaixador Morgan, 60

GRAU DE PROTEÇÃO: Bem Tutelado ou Passível de Renovação pelo Decreto no 26268/2006 da APAC do Humaitá.

Parecer: Em conformidade com a Resolução IRPH nº 3 de 29/06/2021

Este IRPH nada tem a opor à concessão da licença de obras para modificação e reforma da edificação situada na Rua Embaixador Morgan, 60 na APAC Humaitá, de acordo com projeto aprovado e cumpridas as especificações constantes no memorial descritivo, integrante deste processo, reproduzidas a seguir:
1) Alvenaria pintadas na cor cinza.
2) As esquadrias das janelas e portas em alumínio, com pintura eletrostática na cor preta, inclusive no portão da garagem.
3) A passarela em alumínio com pintura eletrostática na cor preta
4) Os vidros serão laminados, porém transparentes e incolores
5) A porta de acesso ao imóvel, no hall de entrada em madeira tratada
6) A cobertura será em laje impermeabilizada e na edícula em telhas será em telhas termo acústicas

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO URBANÍSTICO
COORDENADORIA GERAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

02/01/000.660/2014 - BEATRIZ MOTTA ZUGLIANI
Cumpra as Exigências
Tendo em vista que a isenção não é prevista na LC 157/15, deverá requerer os favores da LC 192/18.

EXPEDIENTE DE 08/03/2022

02/42/000.058/2019 - METABAN COMERCIO E NINDUSTRIA LTDA
Extraída Notificação número 30/0005/2022

02/42/000.058/2019 - METABAN COMERCIO E NINDUSTRIA LTDA
Extraído o Auto de Infração número 835246

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

02/270.056/2015 - MARTA DA SILVA COUTINHO
Cumpra as Exigências
1 - Para o licenciamento, cabe juntar mais um jogo de plantas para aprovação;
2 - E ainda, juntar formulário relativo ao Decreto 16721/98, quanto às áreas privativas e itens do quadro 3.6 do referido decreto, para atendimento à SMFP, conforme dispõe o Item nº 4 das “Condições Gerais” do Anexo III do Decreto RIO Nº 48719/2021 (LICIN).

02/270.132/2011 - ABDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Cumpra as Exigências
Publique-se:
Cumpra as Exigências
1) O requerente deverá apresentar o projeto conforme Anexo III do Decreto 48.719/2021 e juntar Anexo I do mesmo decreto para prosseguimento da análise.
2) esclarecer a titularidade do processo

EIS-PRO-2021/02430 - PERFORMANCE EPITACIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Cumpra as Exigências
1 - Licença e DARM disponíveis através do requerimento Online;
2 - Após o requerente juntar cópia do DARM pago será informado o código da licença revalidada no Processo.Rio .

EIS-PRO-2021/02211 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Passe-se Alvará

02/270.040/2008 - RIO MINAS 10 EMPREENDIMENTOS LTDA E OUTRO
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/02430 - PERFORMANCE EPITACIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Passe-se Alvará

02/13/000.689/2019 - POSCHENBURG ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Passe-se Alvará

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

EXPEDIENTE DE 08/03/2022

02/306.427/2008 - GH HOTELARIA LTDA E OUTROS
Cumpra as Exigências
O requerente deverá juntar o jogo de plantas completo aprovado em 09/06/2021 e revalidado em 14/09/2021 e 14/12/2021, para que seja concedida a revalidação da licença.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA 4.1 - BARRA DA TIJUCA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

EIS-PRO-2022/01293 - EDIFICIO PENINSULA LIFE
Cumpra as Exigências
Para prosseguimento, o requerente deverá:
- Apresentar requerimento e projeto considerando os padrões da Resolução SMDEIS 27/2021, preenchido e com as devidas assinaturas, no formulário e em projeto;

02/41/000.737/2018 - RACHEL ROSSI FERREIRA
Cumpra as Exigências
Completar a documentação de restrição da licença, apresentar:
1 - Declaração do Decreto 40721/2015;
2 - Retificação da declaração do Anexo III do Decreto 40719/2015 (incluir todas as instalações executadas);
3 - Declaração do Anexo II do Decreto 40719/2015.

EIS-PRO-2021/01864 - ESTA S.A.
Cumpra as Exigências
Deverá ser informado quem assinará o Termo de Investidura, com respectivo CPF

EIS-PRO-2021/01765 - MARCELO DA ROCHA GONZALEZ
Cumpra as Exigências
Comprovar pagamento do DARM

EIS-PRO-2022/01891 - SILVIA DE OLIVEIRA LOTFI
Cumpra as Exigências
Deverá esclarecer se a possível entrada com ação judicial envolverá o Município do Rio de Janeiro ou não.

02/375.090/2010 - YARA SYLVIA NORAT GOMES PEDROSA E OUTROS
Extraído o Auto de Infração número 998728

02/001.088/2010 - LABS CARDIOLAB EXAMES COMPLEMENTARES LTDA
Passe-se Alvará

02/370.155/2004 - CLAUDIA MONICA RODRIGUES DE SOUZA E OUTROS
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/01211 - MARCELO JOAQUIM FERREIRA E OUTROS
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/00499 - OPMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Passe-se Alvará

02/367.277/1997 - JOSÉ DE ANDRADE GOUVEA
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/00433 - OPMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/01765 - MARCELO DA ROCHA GONZALEZ
Passe-se Alvará

EXPEDIENTE DE 08/03/2022

02/41/002.329/2015 - GILCIO ROBERTO AMARAL MARTINS
Compareça para Ciência do indeferimento datado de 19/03/2018, referente ao recurso apresentado.

EIS-PRO-2021/00790 - MAURO CESAR AMENTA BOAZ
Cumpra as Exigências
Deverá complementar projetos para o local conforme anexo da Res. SMDEIS nº 27/2022

EIS-PRO-2021/04260 - CHOPIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Cumpra as Exigências
Complementar documentação para aprovação do projeto.

EIS-PRO-2022/01923 - DEIS/SUBCLU/CGLF/CLU 4.1
Extraída Notificação número 24/0040/2022

EIS-PRO-2022/01926 - DEIS/SUBCLU/CGLF/CLU 4.1
Extraída Notificação número 24/0041/2022

EIS-PRO-2022/01910 - DEIS/SUBCLU/CGLF/CLU 4.1
Extraída Notificação número 24/0038/2022

EIS-PRO-2022/01917 - DEIS/SUBCLU/CGLF/CLU 4.1
Extraída Notificação número 24/0039/2022

23/41/000.137/2021 - LEANDRO DA SILVA ALMEIDA
Extraído o Auto de Infração número 998729

02/41/000.870/2014 - SUPER MERCADO ZONA SUL S/A
Passe-se Alvará

02/262.791/2015 - SONIA BAPTISTA DA CUNHA
Passe-se Alvará

02/375.226/2010 - ASCLEPIADES JOSE COLMERAUER DOS SANTOS, E OUTROS
Passe-se Alvará

02/41/000.130/2011 - LEONIDAS CHAGAS DE SOUZA E OUTRO
Passe-se Alvará

02/41/000.638/2020 - REGIS ACHCAR DE FARIA
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2022/01295 - CLUBE COSTA BRAVA
Passe-se Alvará

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA 4.2 - JACAREPAGUÁ
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

EIS-PRO-2021/01984 - SHEILA MARIA CANDIOGO
Cumpra as Exigências
Permanecem as exigências 1 e 4 de 26/08/2021, como se segue:
1 - Excluir as Permeabilidades Mínimas Exigida e Projetada, ambas no Formulário;
4 - Apresentar o RI (Inciso IV do Art. 3º do Dec. RIO 41.188/2015).

02/230.017/2016 - SPE MIRATAIA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
Cumpra as Exigências
Deverá o novo profissional assinar o projeto aprovado como PREO

EIS-PRO-2022/01325 - RENATO FERREIRA COELHO
Cumpra as Exigências
1. Apresentar o RGI do imóvel;
2. Esclarecer o que requer;
3. Apresentar o Anexo I do Decreto 48719/2021 ou o Anexo I da Resolução SMDEIS nº 27 de 10/11/2021, devidamente preenchido;
4. Apresentar projeto de acordo com o Anexo III do Decreto Rio nº 48.719 de 05/04/21;
5. Apresentar projeto utilizando as cores convencionais de acordo disposições da subseção 2.2 do Capítulo I do RLF (portaria 58 de junho/82) tendo como referência o último projeto aprovado.

02/270.062/2015 - SPE MIRATAIA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
Cumpra as Exigências
Deverá o novo profissional assinar o projeto aprovado como PREO

EIS-PRO-2022/00508 - AFONSO TITO DE MELLO DOS SANTOS
Cumpra as Exigências
Deverá apresentar o Anexo I e II, conforme Resolução SMDEIS nº 27 de 10 de novembro de 2021

02/285.414/2008 - ESPÓLIO DE JOSÉ CARLO PASSERI, REPRESENTADO POR IRENE NUNES RODRIGUES
Extraído o Auto de Infração número 993906

02/355.443/1997 - MARCUS ALBERTO NOGUEIRA ESPIUCA
Extraído o Auto de Infração número 993905

02/311.219/2003 - PAULO CESAR MACHADO
Extraído o Auto de Infração número 993909

02/42/000.459/2011 - JOÃO DOS SANTOS BEZERRA
Extraído o Auto de Infração número 993908

02/285.333/2005 - ANA MARIA DRUMOND DE SOUSA
Extraído o Auto de Infração número 993912

06/324.079/1985 - MARIA DA CONCEIÇÃO PIEDADE ASSIS
Extraído o Auto de Infração número 993915

02/285.046/2006 - NAYDE MENDES ALBERT PINHEIRO
Extraído o Auto de Infração número 993914

07/171.580/1967 - SIC SOBRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS S/A
Extraído o Auto de Infração número 993904

02/310.968/1998 - LEONARDO OLIVEIRA ALBUQUERQUE BARREIROS
Extraído o Auto de Infração número 993913

02/329.688/1992 - VERA LUCIA SAMPAIO LEITE
Extraído o Auto de Infração número 993911

02/330.083/1992 - JOAO FERREIRA DOS SANTOS
Extraído o Auto de Infração número 993910

02/328.475/1990 - MARIA MOREIRA VALE
Extraído o Auto de Infração número 993907

02/42/000.801/2015 - ANA PAULA SOARES DE ANDRADE FIALHO
Passe-se Alvará

02/42/000.621/2017 - MARIA ESTER DE LIMA OLIVEIRA
Pode habitar

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA 5 - CAMPO GRANDE
EXPEDIENTE DE 04/03/2022

02/375.732/1996 - ALAN SANTIAGO DE OLIVEIRA
Compareça para Esclarecimentos

02/05/000.069/2020 - RAIA DROGASIL S/A
Cumpra as Exigências
1 - Juntar original em poliéster

EIS-PRO-2022/01831 - DANIEL DA SILVA PEREIRA
Cumpra as Exigências
Deve preliminarmente:
1. Apresentar documento hábil para comprovação das dimensões do lote e sua existência legal - Certidão do RI ou PAL;
2. Relativo ao Anexo I do Dec. 48.719/21 deve:
2.1. Complementar o preenchimento do item 3.1;
2.2. Preencher corretamente a tabela do item 5.11.

EIS-PRO-2021/05414 - LUIZ PAULO NUNES
Cumpra as Exigências
Deve preliminarmente apresentar projeto em condições de exame, especialmente quanto a:
1. Indicar o lote na sua totalidade e as áreas de utilização exclusiva devidamente cotadas conforme descrição constante da Certidão de ônus reais anexada;
2. Indicar os acréscimos utilizando as cores convencionais;
3. Cotar devidamente a projeção da edificação nas plantas anexadas;
4. Indicar o número do PAA junto ao alinhamento,
5. Indicar o mobiliário urbano existente no passeio em frente a testada do lote e a numeração dos confrontantes, observando as determinações do Dec. 24384/04.
Projeto sujeito a reexame.

EIS-PRO-2021/00642 - CLAUDIA LOURENÇO SOARES
Cumpra as Exigências
Para impressão da Certidão de Habite-se/Aceitação, deverá acessar pro cesso.rio, escolher opção "Validar Documento", utilizar o código 3702.1598389-5594 como número de referência e apertar o botão "Autenticar"

EIS-PRO-2022/01700 - GIBEL AMARAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Cumpra as Exigências
1 - Acessar o site Processo.rio e siga os passos abaixo:
a) Escolher a opção "Verificar Documento";
b) Utilizar o código 195762.1593662-7027 como número de referência e apertar o botão "Autenticar";
c) Na página aberta, selecione a opção "PDF do Documento", situada na parte superior à direita, e faça o download do Anexo II do LICIN;
d) UTILIZE O DOCUMENTO BAIXADO para preenchimento da Fase 2 do Anexo II do LICIN.
NÃO UTILIZE/IMPRIMA O ANEXO II COM FOLHAS NUMERADAS QUE APARECE A TELA;
2 - Após o preenchimento da Fase 2 do Anexo II do LICIN pelo Profissional, realizar o upload deste arquivo, em formato PDF, ao processo através do Requerimento Online;
3 - Juntamente com o Anexo II, realizar o upload do projeto conforme o Anexo III do Decreto 48719/21 em formato .PDF, adotando-se o modelo de apresentação da Resolução SMDEIS n° 27/2021.
4 - Juntar o documento único previsto no Decreto 16721/98 composto pelo Termo de Responsabilidade instruído pelo seu Anexo I e o quadro de áreas conforme o item 3.6 do formulário no seu anexo II.

EIS-PRO-2022/01809 - JOÃO BOSCO LAVIOLA
Cumpra as Exigências
1 - Acessar o site Processo.rio e siga os passos abaixo:
a) Escolher a opção "Verificar Documento";
b) Utilizar o código 207596.1597616-5013 como número de referência e apertar o botão "Autenticar";
c) Na página aberta, selecione a opção "PDF do Documento", situada na parte superior à direita, e faça o download do Anexo II do LICIN;
d) UTILIZE O DOCUMENTO BAIXADO para preenchimento da Fase 2 do Anexo II do LICIN.
NÃO UTILIZE/IMPRIMA O ANEXO II COM FOLHAS NUMERADAS QUE APARECE A TELA;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2 - Após o preenchimento da Fase 2 do Anexo II do LICIN pelo Profissional, realizar o upload deste arquivo, em formato PDF, ao processo através do Requerimento Online;
3 - Juntamente com o Anexo II, realizar o upload do projeto conforme o Anexo III do Decreto 48719/21 em formato .PDF, adotando-se o modelo de apresentação da Resolução SMDEIS n° 27/2021.
4 - Juntar o documento único previsto no Decreto 16721/98 composto pelo Termo de Responsabilidade instruído pelo seu Anexo I e o quadro de áreas conforme o item 3.6 do formulário no seu anexo II.

EIS-PRO-2021/00642 - CLAUDIA LOURENÇO SOARES
Ficam aceitas as obras

02/05/000.993/2014 - OTAVIO DE SOUZA RIBEIRO MARINIANO
Passe-se Alvará

02/05/000.858/2018 - LOURIVAN CARVALHO DA SILVA
Pode habitar prédio residencial multifamiliar situado na Rua Soldado Almândio Goering, 175, aptos. 101 a 104 - ATC = 351,37m²

EXPEDIENTE DE 07/03/2022
EIS-PRO-2021/01086 - FREDERICO GAMMA FRANK
Cumpra as Exigências
1 - Indicar logradouro com largura total de 12,00m (sendo 6,00m de pista e 3,00m de passeios) conforme PAA 11.928;
2 - Esclarecer as áreas informadas, sendo que a ATC deverá ser o somatório da edificação principal mais varandas (se houver), terraços cobertos (se houver) e garagem (se houver), não considerando área de piscina;
3 - Rever a ATE informada que deverá ser a ATC menos a área de varandas (se houver);
4 - Rever a taxa de ocupação permitida indicada, passando a 50%;
5 - Retirar as informações de permeabilidade (não exigidas pelo zoneamento local).

02/05/000.475/2019 - ANISSE CHAAYA GOMES DE CARVALHO E OUTRA
Cumpra as Exigências
1 - Apresentar projeto e parecer da CET-Rio;
2 - apresentar projeto do dispositivo de tratamento visado pela Zona Oeste Mais.

07/275.043/1970 - MARIO RIBEIRO
Cumpra as Exigências
1. Retificar as dimensões do lote, conforme RI: 13,00m (frente) x 16,00m (fundos) x 20,00m (direita) x 24,00m (esquerda);
2. Retirar vaga de auto da FNA (não é obrigatória a existência de vaga).

EIS-PRO-2021/01437 - ANTONIO BARBOSA DA SILVA
Cumpra as Exigências
1 - Juntar (via upload) a comprovação da quitação do DARM

EIS-PRO-2021/03339 - ROSE MARY SILVA DAS CHAGAS
Cumpra as Exigências
- Juntar novo arquivo com as declarações para cumprimento das restrições para habite-se, em virtude de ocorrer ERRO ao se tentar visualizar.

02/295.282/2009 - CARMEN ELISÂNGELA ANTUNES XAVIER
Extraído o Auto de Infração número 978588

EIS-PRO-2021/02240 - FABIA RODRIGUES DA FONSECA
Ficam aceitas as obras

02/356.023/1994 - LICINIO DE OLIVEIRA E OUTRO
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/01437 - ANTONIO BARBOSA DA SILVA
Passe-se Alvará

23/05/000.249/2021 - CARIOCA PARK II RESIDENCIAL CAC EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA
Passe-se Alvará

02/59/000.142/2020 - ADEMIR GONÇALVES PESSANHA
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2022/01031 - EP NARCISO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Passe-se Alvará

23/05/000.147/2021 - PEDRO PAULO DE FRANÇA DO NASCIMENTO
Pode habitar

16/000.433/2021 - MARILENE MEDEIROS DO REGO
Pode habitar prédio residencial unifamiliar, não afastado das divisas, com um pavimento, à Rua Corrêa Seara, 66

02/360.539/2009 - MARILENE MEDEIROS DO REGO
Pode habitar

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO - BOTAFOGO
EXPEDIENTE DE 03/03/2022
EIS-PRO-2022/01794 - YAN FELLIPE IGLEZIAS IOZZI
Cumpra as Exigências
Considerando as informações até o momento e a documentação juntada no p.p., são solicitados:
1. Preenchimento do Anexo I do LICIN, de acordo com a resolução SMDEIS n° 27 de 11/10/2021;
2. RRT do PRPA/PREO;
3. Parecer do nada opor do PU/IRPH, de acordo com a Resolução IRPH n° 3 de 29/06/2021.

EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Extraído o Auto de Infração número 815585

EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Extraído o Edital de Embargo/Notificação número 22/0007/2022

02/330.776/2001 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BÁRBARA HELIODORA
Passe-se Alvará

02/265.154/2015 - PAULO ANTONIO BISAGGIO JUNIOR
Passe-se Alvará

02/01/001.256/2015 - ELISABETH RODRIGUES CARDOSO
Passe-se Alvará

02/01/000.169/2018 - LEONARDO BARBOSA MARTINS DE OLIVEIRA
Passe-se Alvará

EXPEDIENTE DE 04/03/2022
EIS-PRO-2022/01453 - IHS BRASIL - CESSAO DE INFRAESTRUTURA S.A
Cumpra as Exigências
1. Juntar projeto de modo a atender integralmente o artigo 2º inciso I, do Decreto nº 41728/16;
2. Juntar ATA de Assembleia aprovando as instalações, ART do PREO e Registro da estação junto à ANATEL de modo a atender o artigo 4º, incisos II a IV do Decreto nº 41728/16;
3. Para aceitação, juntar certificado de operação da ANATEL e assentimento do corpo de bombeiros de modo a atender o artigo 5º, incisos I e II do Decreto nº 41728/16.

02/01/000.384/2017 - HOTEL FLORIDA LTDA.
Cumpra as Exigências
O interessado deverá comparecer, retirar planta com anotações e receber esclarecimentos.

EIS-PRO-2022/01872 - SR. PROPRIETÁRIO
Cumpra as Exigências
Publicar e enviar notificação nº 22/0026/2022 e aguardar no prazo.

EIS-PRO-2022/01858 - SR. PROPRIETÁRIO
Cumpra as Exigências
Publicar e enviar notificação nº 22/0025/2022 e aguardar no prazo.

EIS-PRO-2022/01823 - CONDOMINIO DO EDIFICIO
Cumpra as Exigências
Publicar e enviar notificação nº 22/0024/2022 e aguardar no prazo.

EIS-PRO-2022/01858 - SR. PROPRIETÁRIO
Extraída Notificação número 22/0025/2022

EIS-PRO-2022/01872 - SR. PROPRIETÁRIO
Extraída Notificação número 22/0026/2022

EIS-PRO-2022/01823 - CONDOMINIO DO EDIFICIO
Extraída Notificação número 22/0024/2022

02/01/000.932/2015 - MARCUS VINÍCIUS CORDEIRO SILVA CAPOBIANCO
Ficam aceitas as obras

02/01/000.451/2018 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO IGUASSÚ
Ficam aceitas as obras

02/01/000.254/2019 - ANDREA CARLESSO LOZER
Ficam aceitas as obras

02/01/000.546/2019 - VALENTE EMPREENDIMENTOS 35 SPE LTDA
Passe-se Alvará

EXPEDIENTE DE 07/03/2022
EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Cancelo o Auto de Infração 815586

EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Cancelo o Auto de Infração 815585

EIS-PRO-2021/01655 - MARIA IZABEL DE AZEVEDO SODRÉ
Cumpra as Exigências
Considerando o informado até o momento, são solicitados:
1- Incluir Ficha Cadastral do IPTU, com informações sobre a área construída existente do imóvel, para esclarecimentos;
2- Incluir cópia da planta do pavimento cobertura, conforme Processo n° 07/417.833/1957, caso existente;
3- Incluir parecer de nada opor do PU/IRPH, conforme Resolução n° 3 de 29/06/2021;
4- Incluir declarações do Dec. 44.737/2018- LC 192/2018;
5- Sujeito a reanálise.

02/01/000.912/2015 - TANY MARY SOUZA DE ANDRADE
Cumpra as Exigências
Considerando o informado até o momento, para o atendimento do que requer:
1. Incluir fotos coloridas atualizadas do imóvel, esclarecendo as obras concluídas;
2- Atender às restrições da Licença de Obras: apresentar Certidão de Visto Fiscal atualizada.

EIS-PRO-2022/01860 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO
Extraída Notificação número 22/0027/2022

EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Extraído o Auto de Infração número 815586

EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Extraído o Auto de Infração número 815587

EIS-PRO-2022/01880 - NELSON FERREIRA DA COSTA
Extraído o Edital de Embargo/Notificação número 22/0008/2022

02/01/000.666/2014 - ALESSANDRA SPOSETTI
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/03309 - RICARDO VILELLA DE AFFONSECA FILHO
Passe-se Alvará

02/01/000.189/2016 - NEUZA MARIA FONSECA PORTELA DOS SANTOS
Passe-se Alvará

EIS-PRO-2021/03309 - RICARDO VILELLA DE AFFONSECA FILHO
Passe-se Alvará

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO - TIJUCA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022
02/12/000.510/2011 - GINO MARIN
Cumpra as Exigências
Deverá constar do Certificado do Corpo de Bombeiro, o endereço do imóvel licenciado ou Registro de imóveis que se correlacione

EIS-PRO-2022/01782 - MARIA LUISA CARNEIRO LEÃO
Cumpra as Exigências
1. Apresentar ART/RRT que contenha(m) as seguintes atividades: Levantamento Arquitetônico ou execução de desenho técnico, conforme Art. 2º da Res. SMU 33/2019.
2. Apresentar projeto nas cores convencionais de acordo com o art. 6º do RLF (Dec. 3.800/70)
3. Assinatura do PREO na Planta
4. Declaração do Anexo II do Dec. 44.737/2018

02/12/000.312/2011 - CAYO DE OLIVEIRA FRANCO
Cumpra as Exigências
1- Atender a exigência 01 de 09/11/2021 da seguinte maneira:
a) Indicar também a Declaração do Art. 4º do Dec. 37.918/2013
b) Substituir declaração que faz referência ao Dec. 10.426/91 pela Declaração do parágrafo 1º do Art. 39 da LC 198/2019

EIS-PRO-2022/00014 - GABRIELA MATOS DI BLASI
Cumpra as Exigências
1) Apresentar o Anexo I da Res. SMDEIS 27/2021, devidamente preenchido.

EIS-PRO-2021/02942 - ADRIANA MORAES
Cumpra as Exigências
1- Atender a exigência Nº 02 de 09/02/2022 da seguinte forma: representar as cores convencionais do acréscimo.
2- Assinatura na planta.

EIS-PRO-2021/04165 - RICARDO VILELLA DE AFFONSECA FILHO
Mantenho a Exigência

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO - MADUREIRA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022
EIS-PRO-2022/00247 - PATRICIA DE ANDRADE SOUZA DA SILVA
Cumpra as Exigências
1. Anexo II - LICIN disponível para visualização e impressão no Processo. Rio (Validar Documento).
Utilizar os códigos (nº de referência):
Nº 63588.1627736-42
2. Posteriormente, anexar ao processo através do Requerimento online, o Anexo II com preenchimento da Fase 2, em formato PDF, acompanhado do projeto no padrão definido pelo Anexo III do decreto 48.719/21, em formato PDF.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

3. Junto com os formulários LICIN, deverá ser entregue o formulário relativo ao Decreto 16.721/98 quanto às áreas privativas, conforme o Anexo I do referido decreto e declaração de responsabilidade pelo quadro de áreas, para atendimento à SMFP.

EIS-PRO-2022/00833 - ARCHIMEDES LUIZ BALDUINO
Cumpra as Exigências
1) Considerando o pleito, o projeto poderá ser apresentado seguindo os seguintes padrões:
a) Decreto 37918/13; b) Decreto Rio 48719/21(LICIN) ou c)Resolução SMDEIS nº 27 de 10/11/2021
Em caso de prosseguimento pelo Dec. 37918/13 deverá:
2) Na planta de situação apresentar: a) Condições do passeio; RN; curvas de nível; b) O lote conforme RGI(9,00m x 65,00m) com o contorno das demais edificações existentes no lote(aprovadas pelos processos 07/400035/53 e 02/348740/1992); c) Todas as declarações e termos do Dec. 37918/13, substituindo as menções ao Dec. 10426/91 (revogado) pelo art. 39 da Lei 198/19; d) Compatibilizar projeto com o projeto anteriormente aprovado pelo proc. nº 02/348740/92; e) Cotar todos os prismas, afastamentos e perímetro da edificação; f) Cotar e figurar logradouro conforme PAA 3303(12m); g) Quadro de áreas com retificação da numeração(202) e compatibilizado com o projeto anteriormente aprovado, incluindo: ATC, TO permitida, TO projetada, ATE permitida e ATE projetada,
3) Incluir formulário do Dec. 37918/13, devidamente preenchido e assinado;
4) Retificar título do projeto para: Legalização de modificação e acréscimo em unidade residencial pertencente a edificação multifamiliar existente, não afastada das divisas, de 02 pavimentos passando a 02 pavimentos mais terraço coberto vinculado à unidade 202, situada a Travessa Blandina 18, apto 202, Oswaldo Cruz, XVRA.
5) Excluir representação de norte magnético.
6) Apresentar a seguinte documentação:
6.1. ART/RRT do PRPA e do PREO ou de acordo com Res. 33 de 29/04/2019;
6.2. Apresentar certidão enfitêutica;
6.3. IPTU.

02/001.333/2018 - TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A
Cumpra as Exigências
1. Apor assinatura do novo PREO nas plantas e declaraçãoe do último projeto aprovado (20/05/2020).

EIS-PRO-2021/04828 - FERNANDO ORSA SOARES MARMORARIA
Cumpra as Exigências
1- Resgatar o Anexo II- LICIN disponível no Processo.Rio. Utilizar o código Documento Nº: 38269.1639728-5094 como número de referência;
2- Posteriormente, anexar ao processo através do Requerimento Online o Anexo II com preenchimento da Fase 2, em formato PDF, acompanhado do projeto padrão definido pelo Anexo III do Dec.48719/2, em formato PDF.

EIS-PRO-2021/05162 - SR RESPONSÁVEL LEGAL
Extraída Notificação número 03/0048/2022

EXPEDIENTE DE 08/03/2022
EIS-PRO-2021/01263 - ANANIAS SILVEIRA RANGEL
Compareça para Ciência de que o processo será enviado para elaboração do Laudo de Contrapartida.

02/305.766/1998 - NATALE AMENDOLA
Extraído o Auto de Infração número 967913

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO
DE PARCELAMENTO DA TERRA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
02/41/001.118/2018 - TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A E OUTROS
Cumpra as Exigências
- Apresentar RGI atualizado de todos os lotes do PAL 49.314;
- Informar quem assina o termo por todos os proprietários.

GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DE PARCELAMENTO DA TERRA
EXPEDIENTE DE 07/03/2022
02/34/000.240/2016 - CARNEGIE 25 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A
Cumpra as Exigências
Tendo em vista o projeto e a documentação juntados em 21/02/2022, deverá atender as seguintes exigências de 04/01/2022:
5-Juntar original colorido em papel poliéster e cinco cópias coloridas em papel sulfite, todas devidamente assinadas e carimbadas, CD devidamente identificado contendo a versão digital do projeto nos formatos DWG e DWF, bem como declaração do profissional autor do projeto quanto ao conteúdo dos arquivos digitais, devendo todas as documentações exigidas vir em pasta de trilho, o projeto em papel poliéster em canudo, e o CD contendo o projeto em meio digital deverá ser entregue acondicionado em envelope próprio, colado na contracapa do processo;
E ainda:
1-Apor assinaturas do proprietário e do autor do projeto no carimbo;
2-Apor nos terrenos adjacentes ao terreno onde existe o prédio nº 1825, o texto: “Propriedade de Terceiros”.

SUBGERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
EXPEDIENTE DE 07/03/2022
EIS-PRO-2022/01960 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO
Extraída Notificação número 45/0490/2022
Endereço do imóvel: RUA BACABAL nº 596

EIS-PRO-2022/01956 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PALÁCIO MOURISCO
Extraída Notificação número 45/0486/2022
Endereço do imóvel: PRA DE BOTAFOGO nº 484

EIS-PRO-2022/01959 - WONG TIN CHEUNG
Extraída Notificação número 45/0489/2022
Endereço do imóvel: AVN ÉRICO VERÍSSIMO nº 299

EIS-PRO-2022/01931 - ESPÓLIO ALICE DE SOUZA COSTA A/C ASM A IMOVEIS LTDA
Extraída Notificação número 45/0478/2022
Endereço do imóvel: RUA NERVAL DE GOUVÊA nº 449

EIS-PRO-2022/01943 - CURVA E COBRE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Extraída Notificação número 45/0484/2022
Endereço do imóvel: RUA PADRE TELÊMACO nº 50

02/192.641/2018 - UNILIVING BRASIL HOSPEDAGEM ESTUDANTIL LTDA
Extraída Notificação número 45/0485/2022
Endereço do imóvel: PRA DO FLAMENGO nº 20

EIS-PRO-2022/01935 - ESPÓLIO ALICE DE SOUZA COSTA A/C ASM A IMOVEIS LTDA
Extraída Notificação número 45/0480/2022
Endereço do imóvel: RUA NERVAL DE GOUVÊA nº 451

EIS-PRO-2022/01957 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SAMARA
Extraída Notificação número 45/0487/2022
Endereço do imóvel: RUA FARANI nº 42

EIS-PRO-2022/01864 - LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO
Extraída Notificação número 45/0477/2022
Endereço do imóvel: RUA NICARÁGUA nº 498

EIS-PRO-2022/01962 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO
Extraída Notificação número 45/0491/2022
Endereço do imóvel: RUA OMAR FONTOURA nº 173

EIS-PRO-2022/01871 - FILOMENA COSENZA DE LUCA
Extraída Notificação número 45/0483/2022
Endereço do imóvel: RUA PANAMÁ nº 344

EIS-PRO-2022/01958 - CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PRAIA DO FLAMENGO
Extraída Notificação número 45/0488/2022
Endereço do imóvel: PRA DO FLAMENGO nº 116

EIS-PRO-2022/01868 - MARCIO LUIZ TEIXEIRA GONÇALVES
Extraída Notificação número 45/0481/2022
Endereço do imóvel: RUA NICARÁGUA nº 645

EIS-PRO-2022/01870 - JOSÉ CASTRO GONZALEZ
Extraída Notificação número 45/0482/2022
Endereço do imóvel: RUA PANAMÁ nº 343

EIS-PRO-2022/01963 - CONDOMINIO DO EDIFÍCIO SPECIAL BEACH BALI
Extraída Notificação número 45/0492/2022
Endereço do imóvel: RUA MARLO DA COSTA E SOUZA nº 205

EIS-PRO-2022/01865 - RICARDO MOREIRA LANDRINO
Extraída Notificação número 45/0479/2022
Endereço do imóvel: RUA NICARÁGUA nº 591

SUBSECRETARIA DE CONTROLE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE CONTROLE AMBIENTAL
GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022.
“**Compareça para retirada da Licença Municipal Simplificada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.”**
“**Foi emitida a LMS nº 378/2022.”**
Proc.:14/200.890/2011 - ALD PARK WASH LTDA.

“**Compareça para retirada da Licença Ambiental Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias. comprovando sua publicação.”**
Proc.:26/510.082/2018 - BRASILUSO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMETICOS EIREL, .

“**Compareça para retirada da Licença Ambiental Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comprovando sua publicação.”**
Proc.:14/201.070/2014 - GTIS SB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº26/510.208/2018.”**
Proc.:. 26/510.208/2018 - SPEED35 CAR ILHA MECANICA LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/200.514/2020.”**
Proc.:14/200.514/2020 - LIDER CAR OIL COM. LUBRIF. AUTO PEÇAS MECÂNIC LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/200.467/2020.”**
Proc.:14/200.467/2020 - JOSIAS XAVIER GONÇALVES.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/200.471/2020.”**
Proc.:14/200.471/2020 - 3MARC TRANSPORTES LTDA EPP.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/200.524/2020.”**
Proc.:14/200.524/2020 - OFICINA MECANICA COLEGUINHA LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/201.341/2013.”**
Proc.:14/201.341/2013 - RO SU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/200.158/2014.”**
Proc.: 14/200.158/2014 - LUBRIFICANTES J SAMPAIO LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/201.130/2013.”**
Proc.: **14/201.130/2013** - MONTOPLAST INDUSTRIAL LTDA.

“**Compareça no prazo de 30 (dias) para regularização do andamento do processo administrativo nº14/200.402/2012.”**
Proc.:14/200.402/2012 - MARMORES E CONSTRUÇÕES CACIA LTDA.

SUBSECRETARIA DE CONTROLE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE CONTROLE AMBIENTAL
GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
“**Indefiro o que requer.”**
Proc.: 14/200.331/2019 - ECP ENGENHRARIA CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.
Proc.: 14/200.453/2020 - CAC ENGENHARIA S.A.

“**Atenda Integralmente ao exigido - em 30 (trinta) dias.”**
Proc.:14/201.353/2011 - AVENIDA BRASIL INVEST. IMOB. E PARTICIPAÇÕES S.A..
Proc.:14/200.406/2020 - ONCOLOGIA REDE D’OR S.A.

“**Atenda Integralmente ao exigido - em 60 (sessenta) dias.”**
Proc.:14/200.019/2017 - REDE DOR SÃO LUIZ S.A.
Proc.:14/200.105/2007 - SIMCAUTO MECANICA E REPRESENTACOES LTDA.
Proc.:14/200.767/2010 - LABORATÓRIO VETERINÁRIO PLASMA REAL LTDA.

“**Emitido Ofício de Intimação EIS-OFI-2022/00505.”**
Proc.:14/200.409/2020 - ALTATEC COMERCIO DE GASES LTDA

“**Emitido Ofício de Intimação DEIS-SUBCLA N 0001/2022.”**
Proc.:14/200.944/2013 - ANDRE LUIS DOS SANTOS BRITO.

“**Emitido Ofício de Intimação EIS-OFI-2022/00495.”**
“**Atenda Integralmente ao exigido - em 30 (trinta) dias.”**
Proc.:14/200.183/2020 - CENTRO DE EXCELENCIA DE RADIOTERAPIA DO RJ. SA.

“**Emitido Ofício de Intimação EIS-OFI-2022/00507.”**
Proc.:14/200.233/2012 - FREE HOTEL LTDA.

“**Emitido Ofício de Intimação EIS-OFI-2022/00515.”**
Proc.:14/201.440/2013 - COLIBRI CULTURAL GRAFICA EIRELI.

“**Emitido Ofício de Intimação EIS-OFI-2022/00509.”**
Proc.:14/2010.482/2020 - HORTIGIL GORTIFRUTI S.A .

“**Atenda ao exigido - em 30 (trinta) dias.”**
Proc.:14/200.188/2020 - HOSPITAL NORTE D’OR DE CASCADURA.
Proc.:14/200.492/2019 - DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A .
Proc.:26/510.248/2018 - LUPAMCAR AUTO PEÇAS LTDA-ME.
Proc.:14/200.803/2013 - RECICLAMOS TUDO IND. DE RECICLAGEM LTDA.
Proc.:14/200.188/2020 - HOSPITAL NORTE D’OR DE CASCADURA.
Proc.:14/200.894/2014 - CARREFOUR COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA.
Processo.Rio - EIS-PRO-2021/03715 - SENDAS S/A.
Documento Nº: 226491-9456

“**Atenda ao exigido - em 60 (sessenta) dias.”**
Proc.:14/200.567/2020 - C 47 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Proc.:23/300.112/2021 - SENDAS DISTRIBUIDORA S/A.
Processo.Rio - EIS-PRO-2021/04835 - VALENTE EMPREENDIMENTOS 37 SPE LTDA
Documento Nº: 228334-6087
Processo.Rio - EIS-PRO-2021/04815 - MOTOSIO PECAS PARA MOTOCICLETAS LTDA.
Documento Nº: 228093-4768
Processo.Rio - EIS-PRO-2021/05270 - TALHAMAR 5 EMPREEND.IMOBILIARIOS LTDA
Documento Nº: 224486-9177

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO - RIO-URBE
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2022
AVISO DE IMPUGNAÇAO

A Supervisão de Licitação da Empresa Municipal de Urbanização - Rio-Urbe, com sede no Largo dos Leões, n.º 15 - 8º andar - Humaitá, comunica aos interessados que a Empresa **DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA** impugnou o Edital da Concorrência Pública n.º 002/2022, cujo objeto são os "***SERVIÇOS DE DESMONTAGEM DAS ARENAS DO HANDEBOL E DO AQUÁTICO***". A copia encontra-se disponível no site ecompras rio (Ocorrências).

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO

COMPANHIA MUNICIPAL DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO
RIOLUZ
DIRETORIA TECNOLOGICA E DE PROJETOS
GERÊNCIA DE ENGENHARIA MECÂNICA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DTP/GEM Nº 005/2022

PROCESSO Nº 06/403.649/2021 - A GERÊNCIA DE ENGENHARIA MECÂNICA da RIOLUZ, de acordo com a legislação em vigor, NOTIFICA ROBSON PANNO 09197665797 LOCALIZADO NA RUA JANUÁRIO BARBOSA Nº 080 - LOJA - TAQUARA - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 22.720-389 que contra ele foi lavrado em 07/03/2022, o(s) AUTO(S) DE INFRAÇÃO Nº 986.048. A 1ª via original de cada Auto e sua Guia de Pagamento encontram-se à sua disposição na Rua Voluntários da Pátria, 169 - 8º andar, em Botafogo, durante o prazo de 30 (trinta) dias, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso.

EDITAL DE EMBARGO DTP/GEM-2 Nº 011/2022

PROCESSO Nº 06/403.649/2021 - Embargado(s) o(s) Sistema(s) de Exaustão Mecânica e Ar Condicionado instalado(s) à RUA JANUÁRIO BARBOSA Nº 080 - LOJA - TAQUARA - RIO DE JANEIRO.
PROPRIETÁRIO: ROBSON PANNO 09197665797 (PLAY BURGUER).



Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SECRETARIA DE TRANSPORTES

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

Conforme o Decreto 36.342 de 17/10/2012, comunicamos a relação das NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de ônibus do Município do Rio de Janeiro - SPPO - RJ pela SMTR.

RELAÇÃO DE MULTAS EM 17/02/2022

Concessionária: CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00073462	Administrativa	
F -00073468	Administrativa	
F -00073500	Administrativa	
F -00073504	Administrativa	
F -00073513	Administrativa	
F -00073474	Administrativa	
F -00073477	Administrativa	
F -00073487	Administrativa	
F -00074228	Administrativa	
F -00073550	Administrativa	
F -00073552	Administrativa	
F -00073564	Administrativa	
F -00073567	Administrativa	
F -00073575	Administrativa	
F -00073577	Administrativa	
F -00073456	Administrativa	
F -00074215	Administrativa	
F -00074230	Administrativa	
F -00074233	Administrativa	
F -00073472	Administrativa	
F -00073493	Administrativa	
F -00073506	Administrativa	
F -00073509	Administrativa	
F -00073511	Administrativa	
F -00073525	Administrativa	
F -00073527	Administrativa	
F -00073566	Administrativa	
F -00073571	Administrativa	
F -00073584	Administrativa	
F -00073508	Administrativa	
F -00073517	Administrativa	
F -00073519	Administrativa	
F -00073481	Administrativa	
F -00073489	Administrativa	
F -00073532	Administrativa	
F -00073538	Administrativa	
F -00074237	Administrativa	
F -00074236	Administrativa	
F -00073586	Administrativa	
F -00073588	Administrativa	
F -00074234	Administrativa	
F -00074216	Administrativa	
F -00074218	Administrativa	
F -00073407	Administrativa	
F -00073423	Administrativa	
F -00073425	Administrativa	
F -00073397	Administrativa	
F -00073393	Administrativa	
F -00073412	Administrativa	
F -00073414	Administrativa	
F -00073420	Administrativa	
F -00073431	Administrativa	
F -00073452	Administrativa	
F -00073418	Administrativa	
F -00073421	Administrativa	
F -00073427	Administrativa	
F -00073435	Administrativa	
F -00073437	Administrativa	
F -00073448	Administrativa	
F -00073458	Administrativa	
F -00073554	Administrativa	
F -00073529	Administrativa	
F -00073531	Administrativa	
F -00073534	Administrativa	
F -00073540	Administrativa	
F -00073546	Administrativa	
F -00073502	Administrativa	
F -00073523	Administrativa	
F -00074235	Administrativa	
F -00074217	Administrativa	
F -00073387	Administrativa	
F -00073403	Administrativa	
F -00073429	Administrativa	
F -00073569	Administrativa	
F -00074227	Administrativa	
F -00073409	Administrativa	
F -00074231	Administrativa	
F -00074232	Administrativa	
F -00073389	Administrativa	
F -00073395	Administrativa	
F -00073405	Administrativa	
F -00073410	Administrativa	
F -00073416	Administrativa	
F -00073443	Administrativa	
F -00073444	Administrativa	
F -00073446	Administrativa	
F -00073470	Administrativa	
F -00073479	Administrativa	
F -00073485	Administrativa	
F -00073495	Administrativa	
F -00073496	Administrativa	
F -00073498	Administrativa	
F -00073386	Administrativa	
F -00073391	Administrativa	
F -00073399	Administrativa	
F -00073401	Administrativa	
F -00073548	Administrativa	
F -00073556	Administrativa	
F -00073515	Administrativa	
F -00073464	Administrativa	
F -00073466	Administrativa	
F -00073562	Administrativa	
F -00073583	Administrativa	
F -00073542	Administrativa	
F -00073439	Administrativa	
F -00073450	Administrativa	
F -00073433	Administrativa	
F -00073441	Administrativa	
F -00073454	Administrativa	
F -00073460	Administrativa	
F -00073521	Administrativa	
F -00073475	Administrativa	
F -00073483	Administrativa	
F -00073491	Administrativa	
F -00073536	Administrativa	
F -00073544	Administrativa	
F -00073558	Administrativa	
F -00073573	Administrativa	
F -00073579	Administrativa	
F -00073581	Administrativa	
F -00073560	Administrativa	
F -00074229	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00074054	Administrativa	
F -00074223	Administrativa	
F -00074090	Administrativa	
F -00074098	Administrativa	
F -00074029	Administrativa	
F -00074037	Administrativa	
F -00074039	Administrativa	
F -00074045	Administrativa	
F -00074048	Administrativa	
F -00074050	Administrativa	
F -00074072	Administrativa	
F -00073968	Administrativa	
F -00073984	Administrativa	
F -00073989	Administrativa	
F -00073991	Administrativa	
F -00074001	Administrativa	
F -00073974	Administrativa	
F -00073982	Administrativa	
F -00074122	Administrativa	
F -00074100	Administrativa	
F -00073999	Administrativa	
F -00074084	Administrativa	
F -00074120	Administrativa	
F -00074102	Administrativa	
F -00074025	Administrativa	
F -00074056	Administrativa	
F -00073897	Administrativa	
F -00073907	Administrativa	
F -00073918	Administrativa	
F -00073920	Administrativa	
F -00073926	Administrativa	
F -00073928	Administrativa	
F -00074019	Administrativa	
F -00073936	Administrativa	
F -00073955	Administrativa	
F -00073997	Administrativa	
F -00073872	Administrativa	
F -00073882	Administrativa	
F -00073972	Administrativa	
F -00074211	Administrativa	
F -00073880	Administrativa	
F -00073888	Administrativa	
F -00073890	Administrativa	
F -00073892	Administrativa	
F -00073901	Administrativa	
F -00073911	Administrativa	
F -00073916	Administrativa	
F -00073930	Administrativa	
F -00074224	Administrativa	
F -00073913	Administrativa	
F -00074104	Administrativa	
F -00074212	Administrativa	
F -00073953	Administrativa	
F -00073956	Administrativa	
F -00074214	Administrativa	
F -00074220	Administrativa	
F -00074222	Administrativa	
F -00073903	Administrativa	
F -00073909	Administrativa	
F -00073914	Administrativa	
F -00073922	Administrativa	
F -00073924	Administrativa	
F -00073876	Administrativa	
F -00073884	Administrativa	
F -00073886	Administrativa	
F -00073905	Administrativa	
F -00074074	Administrativa	
F -00074108	Administrativa	
F -00074225	Administrativa	
F -00073988	Administrativa	
F -00074086	Administrativa	
F -00074088	Administrativa	
F -00074094	Administrativa	
F -00074096	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00074052	Administrativa	
F -00074070	Administrativa	
F -00074078	Administrativa	
F -00073962	Administrativa	
F -00073980	Administrativa	
F -00073986	Administrativa	
F -00073934	Administrativa	
F -00074035	Administrativa	
F -00073995	Administrativa	
F -00073951	Administrativa	
F -00073966	Administrativa	
F -00073976	Administrativa	
F -00073932	Administrativa	
F -00073938	Administrativa	
F -00073878	Administrativa	
F -00073899	Administrativa	
F -00073874	Administrativa	
F -00073895	Administrativa	
F -00073942	Administrativa	
F -00073944	Administrativa	
F -00073958	Administrativa	
F -00073960	Administrativa	
F -00074213	Administrativa	
F -00074219	Administrativa	
F -00074221	Administrativa	
F -00074021	Administrativa	
F -00074027	Administrativa	
F -00074007	Administrativa	
F -00074009	Administrativa	
F -00074068	Administrativa	
F -00074076	Administrativa	
F -00074011	Administrativa	
F -00073940	Administrativa	
F -00073946	Administrativa	
F -00073948	Administrativa	
F -00074043	Administrativa	
F -00074033	Administrativa	
F -00074041	Administrativa	
F -00073993	Administrativa	
F -00074110	Administrativa	
F -00074226	Administrativa	
F -00074082	Administrativa	
F -00074092	Administrativa	
F -00074106	Administrativa	
F -00074060	Administrativa	
F -00074062	Administrativa	
F -00074058	Administrativa	
F -00074064	Administrativa	
F -00074066	Administrativa	
F -00074080	Administrativa	
F -00074023	Administrativa	
F -00074031	Administrativa	
F -00074015	Administrativa	
F -00074017	Administrativa	
F -00074003	Administrativa	
F -00074005	Administrativa	
F -00074013	Administrativa	
F -00073964	Administrativa	
F -00073970	Administrativa	
F -00073978	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00074118	Administrativa	
F -00073244	Administrativa	
F -00073247	Administrativa	
F -00073296	Administrativa	
F -00073276	Administrativa	
F -00073263	Administrativa	
F -00073264	Administrativa	

F -00073266	Administrativa	
F -00073270	Administrativa	
F -00073273	Administrativa	
F -00073275	Administrativa	
F -00073382	Administrativa	
F -00073284	Administrativa	
F -00073291	Administrativa	
F -00073294	Administrativa	
F -00073308	Administrativa	
F -00073278	Administrativa	
F -00073283	Administrativa	
F -00073292	Administrativa	
F -00073374	Administrativa	
F -00073246	Administrativa	
F -00073253	Administrativa	
F -00073256	Administrativa	
F -00073258	Administrativa	
F -00073261	Administrativa	
F -00073293	Administrativa	
F -00073295	Administrativa	
F -00073298	Administrativa	
F -00073301	Administrativa	
F -00073304	Administrativa	
F -00073249	Administrativa	
F -00073255	Administrativa	
F -00073280	Administrativa	
F -00073285	Administrativa	
F -00073287	Administrativa	
F -00073288	Administrativa	
F -00073265	Administrativa	
F -00073274	Administrativa	
F -00073277	Administrativa	
F -00073309	Administrativa	
F -00073316	Administrativa	
F -00073322	Administrativa	
F -00073324	Administrativa	
F -00073310	Administrativa	
F -00074116	Administrativa	
F -00073245	Administrativa	
F -00073248	Administrativa	
F -00073250	Administrativa	
F -00073299	Administrativa	
F -00073305	Administrativa	
F -00073307	Administrativa	
F -00073384	Administrativa	
F -00073330	Administrativa	
F -00073367	Administrativa	
F -00073378	Administrativa	
F -00073380	Administrativa	
F -00073267	Administrativa	
F -00073282	Administrativa	
F -00073303	Administrativa	
F -00073306	Administrativa	
F -00073311	Administrativa	
F -00073314	Administrativa	
F -00073281	Administrativa	
F -00073286	Administrativa	
F -00073289	Administrativa	
F -00073318	Administrativa	
F -00073320	Administrativa	
F -00073339	Administrativa	
F -00073345	Administrativa	
F -00073353	Administrativa	
F -00073357	Administrativa	
F -00073343	Administrativa	
F -00073359	Administrativa	
F -00073361	Administrativa	
F -00073268	Administrativa	
F -00073347	Administrativa	
F -00073350	Administrativa	

F -00073355	Administrativa	
F -00073252	Administrativa	
F -00073370	Administrativa	
F -00073372	Administrativa	
F -00073279	Administrativa	
F -00073290	Administrativa	
F -00073326	Administrativa	
F -00073337	Administrativa	
F -00073262	Administrativa	
F -00074112	Administrativa	
F -00073332	Administrativa	
F -00073333	Administrativa	
F -00073349	Administrativa	
F -00073328	Administrativa	
F -00073363	Administrativa	
F -00073335	Administrativa	
F -00073341	Administrativa	
F -00073365	Administrativa	
F -00073368	Administrativa	
F -00073297	Administrativa	
F -00073300	Administrativa	
F -00073302	Administrativa	
F -00073376	Administrativa	
F -00073243	Administrativa	
F -00074114	Administrativa	
F -00073251	Administrativa	
F -00073269	Administrativa	
F -00073271	Administrativa	
F -00073272	Administrativa	
F -00073312	Administrativa	
F -00073254	Administrativa	
F -00073257	Administrativa	
F -00073259	Administrativa	
F -00073260	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00073594	Administrativa	
F -00074208	Administrativa	
F -00074210	Administrativa	
F -00073632	Administrativa	
F -00073605	Administrativa	
F -00073805	Administrativa	
F -00073811	Administrativa	
F -00073827	Administrativa	
F -00073837	Administrativa	
F -00073842	Administrativa	
F -00073848	Administrativa	
F -00073710	Administrativa	
F -00073764	Administrativa	
F -00073770	Administrativa	
F -00073788	Administrativa	
F -00073807	Administrativa	
F -00073815	Administrativa	
F -00073817	Administrativa	
F -00073823	Administrativa	
F -00073801	Administrativa	
F -00073790	Administrativa	
F -00073794	Administrativa	
F -00073762	Administrativa	
F -00073786	Administrativa	
F -00073796	Administrativa	
F -00073798	Administrativa	
F -00073844	Administrativa	
F -00073825	Administrativa	
F -00073831	Administrativa	
F -00073846	Administrativa	
F -00073862	Administrativa	
F -00073754	Administrativa	
F -00073756	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00073716	Administrativa	
F -00073722	Administrativa	
F -00073724	Administrativa	
F -00073730	Administrativa	
F -00073732	Administrativa	
F -00073596	Administrativa	
F -00073744	Administrativa	
F -00073750	Administrativa	
F -00073726	Administrativa	
F -00073736	Administrativa	
F -00073742	Administrativa	
F -00073656	Administrativa	
F -00073674	Administrativa	
F -00073677	Administrativa	
F -00073599	Administrativa	
F -00073772	Administrativa	
F -00073778	Administrativa	
F -00073780	Administrativa	
F -00073758	Administrativa	
F -00073768	Administrativa	
F -00073852	Administrativa	
F -00073860	Administrativa	
F -00073720	Administrativa	
F -00073728	Administrativa	
F -00073746	Administrativa	
F -00073748	Administrativa	
F -00073752	Administrativa	
F -00073766	Administrativa	
F -00073803	Administrativa	
F -00073760	Administrativa	
F -00073774	Administrativa	
F -00073776	Administrativa	
F -00073833	Administrativa	
F -00073838	Administrativa	
F -00073854	Administrativa	
F -00073868	Administrativa	
F -00073870	Administrativa	
F -00074207	Administrativa	
F -00073706	Administrativa	
F -00073718	Administrativa	
F -00073734	Administrativa	
F -00073668	Administrativa	
F -00073670	Administrativa	
F -00073675	Administrativa	
F -00073694	Administrativa	
F -00073638	Administrativa	
F -00073701	Administrativa	
F -00073666	Administrativa	
F -00073680	Administrativa	
F -00073650	Administrativa	
F -00073654	Administrativa	
F -00073660	Administrativa	
F -00073662	Administrativa	
F -00073738	Administrativa	
F -00073835	Administrativa	
F -00073840	Administrativa	
F -00073850	Administrativa	
F -00073856	Administrativa	
F -00073864	Administrativa	
F -00073684	Administrativa	
F -00073603	Administrativa	
F -00073608	Administrativa	
F -00073618	Administrativa	
F -00074209	Administrativa	
F -00073592	Administrativa	
F -00073624	Administrativa	
F -00073626	Administrativa	
F -00073648	Administrativa	
F -00073708	Administrativa	
F -00073634	Administrativa	
F -00073640	Administrativa	
F -00073642	Administrativa	
F -00073636	Administrativa	
F -00073664	Administrativa	
F -00073672	Administrativa	
F -00073682	Administrativa	
F -00073601	Administrativa	
F -00073607	Administrativa	
F -00073614	Administrativa	
F -00073688	Administrativa	
F -00073700	Administrativa	
F -00073821	Administrativa	
F -00073829	Administrativa	
F -00073858	Administrativa	
F -00073866	Administrativa	
F -00073809	Administrativa	
F -00073686	Administrativa	
F -00073692	Administrativa	
F -00073704	Administrativa	
F -00073712	Administrativa	
F -00073598	Administrativa	
F -00073610	Administrativa	
F -00073616	Administrativa	
F -00073590	Administrativa	
F -00073658	Administrativa	
F -00073782	Administrativa	
F -00073784	Administrativa	
F -00073792	Administrativa	
F -00073714	Administrativa	
F -00073740	Administrativa	
F -00073813	Administrativa	
F -00073819	Administrativa	
F -00073628	Administrativa	
F -00073630	Administrativa	
F -00073644	Administrativa	
F -00073646	Administrativa	
F -00073652	Administrativa	
F -00073690	Administrativa	
F -00073695	Administrativa	
F -00073698	Administrativa	
F -00073612	Administrativa	
F -00073620	Administrativa	
F -00073622	Administrativa	

Comunicamos a relação das NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de serviço de transporte público local (STPL) do Município do Rio de Janeiro pela SMTR.

RELAÇÃO DE MULTAS EM 17/02/2022

Série-CM	Enquadr.	Permissionário	Placa
A1-00420276	024.XIII	AGNALDO ARI DE SOUZA ROSADO	LQJ4885
A1-00393106	015.V	ELZI RODRIGUES DA COSTA	LUR9F78
A1-00392828	016.II	GERALDO ALVES DOS SANTOS	LLX9675
A1-00392829	016.II	JOSE ALBERTO DA COSTA	LSE3292
A1-00392817	016.II	RAIMUNDO MOURA OLIVEIRA	LLY8A74
A1-00392818	015.VI	RAIMUNDO MOURA OLIVEIRA	LLY8A74
A1-00393081	024.XI	UBIRACI DA ROCHA CAVALCANTE	LLN5134

Conforme o Decreto 36.342 de 17/10/2012, comunicamos a relação das NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de ônibus do Município do Rio de Janeiro - SPPO - RJ pela SMTR.

RELAÇÃO DE MULTAS EM 17/02/2022

Concessionária: CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00043750	Administrativa	
F -00043751	Administrativa	
F -00043752	Administrativa	
F -00043753	Administrativa	
F -00043754	Administrativa	
F -00043755	Administrativa	
F -00043756	Administrativa	
F -00044163	Administrativa	
F -00044261	Administrativa	
F -00044262	Administrativa	
F -00044263	Administrativa	
F -00044264	Administrativa	
F -00044265	Administrativa	
F -00044266	Administrativa	
F -00044267	Administrativa	
F -00043757	Administrativa	
F -00043758	Administrativa	
F -00043759	Administrativa	
F -00043760	Administrativa	
F -00043761	Administrativa	
F -00043762	Administrativa	
F -00043763	Administrativa	
F -00043764	Administrativa	
F -00044164	Administrativa	
F -00044268	Administrativa	
F -00044165	Administrativa	
F -00044166	Administrativa	
F -00044167	Administrativa	
F -00044168	Administrativa	
F -00044170	Administrativa	
F -00044171	Administrativa	
F -00044269	Administrativa	
F -00044270	Administrativa	
F -00044271	Administrativa	
F -00044272	Administrativa	
F -00044273	Administrativa	
F -00044274	Administrativa	
F -00044275	Administrativa	
F -00044172	Administrativa	
F -00044276	Administrativa	
F -00043765	Administrativa	
F -00043766	Administrativa	
F -00043767	Administrativa	
F -00043768	Administrativa	
F -00043769	Administrativa	
F -00043770	Administrativa	
F -00043771	Administrativa	
F -00044173	Administrativa	
F -00044174	Administrativa	
F -00044175	Administrativa	
F -00044176	Administrativa	
F -00044177	Administrativa	
F -00044178	Administrativa	
F -00044179	Administrativa	
F -00044277	Administrativa	
F -00044278	Administrativa	
F -00044279	Administrativa	
F -00044280	Administrativa	
F -00044180	Administrativa	
F -00044182	Administrativa	
F -00044183	Administrativa	
F -00044184	Administrativa	
F -00044185	Administrativa	
F -00044186	Administrativa	
F -00044187	Administrativa	
F -00044192	Administrativa	
F -00044193	Administrativa	
F -00044194	Administrativa	
F -00044195	Administrativa	
F -00044188	Administrativa	
F -00044189	Administrativa	
F -00044190	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00044196	Administrativa	
F -00044197	Administrativa	
F -00044198	Administrativa	
F -00044199	Administrativa	
F -00044200	Administrativa	
F -00044201	Administrativa	
F -00044202	Administrativa	
F -00044203	Administrativa	
F -00044204	Administrativa	
F -00043655	Administrativa	
F -00044205	Administrativa	
F -00044206	Administrativa	
F -00044207	Administrativa	
F -00044208	Administrativa	
F -00044209	Administrativa	
F -00044210	Administrativa	
F -00044211	Administrativa	
F -00043656	Administrativa	
F -00044212	Administrativa	
F -00044251	Administrativa	
F -00044252	Administrativa	
F -00043657	Administrativa	
F -00043658	Administrativa	
F -00043659	Administrativa	
F -00043660	Administrativa	
F -00043661	Administrativa	
F -00043662	Administrativa	
F -00043663	Administrativa	
F -00044213	Administrativa	
F -00044214	Administrativa	
F -00044215	Administrativa	
F -00044216	Administrativa	
F -00044217	Administrativa	
F -00044218	Administrativa	
F -00044219	Administrativa	
F -00044220	Administrativa	
F -00044221	Administrativa	
F -00044222	Administrativa	
F -00044223	Administrativa	
F -00044224	Administrativa	
F -00044225	Administrativa	
F -00044226	Administrativa	
F -00044228	Administrativa	
F -00044229	Administrativa	
F -00044230	Administrativa	
F -00044231	Administrativa	
F -00044232	Administrativa	
F -00044233	Administrativa	
F -00044234	Administrativa	
F -00043664	Administrativa	
F -00043703	Administrativa	
F -00044227	Administrativa	
F -00044235	Administrativa	
F -00044236	Administrativa	
F -00044237	Administrativa	
F -00044238	Administrativa	
F -00044239	Administrativa	
F -00044240	Administrativa	
F -00044241	Administrativa	
F -00044242	Administrativa	
F -00043665	Administrativa	
F -00043666	Administrativa	
F -00043667	Administrativa	
F -00043668	Administrativa	
F -00043669	Administrativa	
F -00043670	Administrativa	
F -00043671	Administrativa	
F -00043704	Administrativa	
F -00043705	Administrativa	
F -00043706	Administrativa	
F -00043707	Administrativa	
F -00043708	Administrativa	
F -00043709	Administrativa	
F -00043710	Administrativa	
F -00043672	Administrativa	
F -00043673	Administrativa	
F -00043674	Administrativa	
F -00043675	Administrativa	
F -00043676	Administrativa	
F -00043677	Administrativa	
F -00043678	Administrativa	
F -00043711	Administrativa	
F -00043712	Administrativa	
F -00043713	Administrativa	
F -00043714	Administrativa	
F -00043715	Administrativa	
F -00043716	Administrativa	
F -00043717	Administrativa	
F -00044243	Administrativa	
F -00044244	Administrativa	
F -00044245	Administrativa	
F -00044246	Administrativa	
F -00044247	Administrativa	
F -00044248	Administrativa	
F -00044249	Administrativa	
F -00044250	Administrativa	
F -00043741	Administrativa	
F -00043679	Administrativa	
F -00043718	Administrativa	
F -00043680	Administrativa	
F -00043681	Administrativa	
F -00043682	Administrativa	
F -00043683	Administrativa	
F -00043684	Administrativa	
F -00043685	Administrativa	
F -00043686	Administrativa	
F -00043719	Administrativa	
F -00043720	Administrativa	
F -00043721	Administrativa	
F -00043722	Administrativa	
F -00043723	Administrativa	
F -00043724	Administrativa	
F -00043725	Administrativa	
F -00043687	Administrativa	
F -00043688	Administrativa	
F -00043689	Administrativa	
F -00043690	Administrativa	
F -00043691	Administrativa	
F -00043692	Administrativa	
F -00043693	Administrativa	
F -00043726	Administrativa	
F -00043727	Administrativa	
F -00043728	Administrativa	
F -00043729	Administrativa	
F -00043730	Administrativa	
F -00043731	Administrativa	
F -00043732	Administrativa	
F -00043734	Administrativa	
F -00043735	Administrativa	
F -00043736	Administrativa	
F -00043737	Administrativa	
F -00043738	Administrativa	
F -00043739	Administrativa	
F -00043740	Administrativa	
F -00043694	Administrativa	
F -00043733	Administrativa	
F -00043695	Administrativa	
F -00043742	Administrativa	
F -00043696	Administrativa	
F -00043697	Administrativa	
F -00043698	Administrativa	
F -00043699	Administrativa	
F -00043700	Administrativa	
F -00043701	Administrativa	
F -00043702	Administrativa	
F -00043743	Administrativa	
F -00043744	Administrativa	
F -00043745	Administrativa	
F -00043746	Administrativa	
F -00043747	Administrativa	
F -00043748	Administrativa	
F -00043749	Administrativa	
F -00044253	Administrativa	
F -00044254	Administrativa	
F -00044255	Administrativa	
F -00044256	Administrativa	
F -00044257	Administrativa	
F -00044258	Administrativa	
F -00044259	Administrativa	
F -00044260	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00044041	Administrativa	
F -00044042	Administrativa	
F -00044043	Administrativa	
F -00044044	Administrativa	
F -00044045	Administrativa	
F -00044046	Administrativa	
F -00044047	Administrativa	
F -00044048	Administrativa	
F -00044151	Administrativa	
F -00044462	Administrativa	
F -00044551	Administrativa	
F -00044552	Administrativa	
F -00044553	Administrativa	
F -00044554	Administrativa	
F -00044555	Administrativa	
F -00044556	Administrativa	
F -00044524	Administrativa	
F -00044454	Administrativa	
F -00044543	Administrativa	
F -00044557	Administrativa	
F -00044455	Administrativa	
F -00044456	Administrativa	
F -00044457	Administrativa	
F -00044458	Administrativa	
F -00044459	Administrativa	
F -00044460	Administrativa	
F -00044461	Administrativa	
F -00044544	Administrativa	
F -00044545	Administrativa	
F -00044546	Administrativa	
F -00044547	Administrativa	
F -00044548	Administrativa	
F -00044549	Administrativa	
F -00044550	Administrativa	
F -00044032	Administrativa	
F -00044033	Administrativa	
F -00044034	Administrativa	
F -00044035	Administrativa	
F -00044036	Administrativa	
F -00044037	Administrativa	
F -00044038	Administrativa	
F -00044039	Administrativa	
F -00044026	Administrativa	
F -00044027	Administrativa	
F -00044028	Administrativa	
F -00044029	Administrativa	
F -00044030	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00044031	Administrativa	
F -00044025	Administrativa	
F -00044017	Administrativa	
F -00044018	Administrativa	
F -00044019	Administrativa	
F -00044020	Administrativa	
F -00044021	Administrativa	
F -00044022	Administrativa	
F -00044023	Administrativa	
F -00044024	Administrativa	
F -00044003	Administrativa	
F -00044004	Administrativa	
F -00044005	Administrativa	
F -00044006	Administrativa	
F -00044007	Administrativa	
F -00044008	Administrativa	
F -00044009	Administrativa	
F -00044010	Administrativa	
F -00044011	Administrativa	
F -00044012	Administrativa	
F -00044013	Administrativa	
F -00044014	Administrativa	
F -00044015	Administrativa	
F -00044016	Administrativa	
F -00044532	Administrativa	
F -00044533	Administrativa	
F -00044534	Administrativa	
F -00044535	Administrativa	
F -00044536	Administrativa	
F -00044537	Administrativa	
F -00044538	Administrativa	
F -00044539	Administrativa	
F -00044525	Administrativa	
F -00044526	Administrativa	
F -00044527	Administrativa	
F -00044528	Administrativa	
F -00044529	Administrativa	
F -00044530	Administrativa	
F -00044531	Administrativa	
F -00044040	Administrativa	
F -00044002	Administrativa	
F -00043995	Administrativa	
F -00043996	Administrativa	
F -00043997	Administrativa	
F -00043998	Administrativa	
F -00043999	Administrativa	
F -00044000	Administrativa	
F -00044001	Administrativa	
F -00044517	Administrativa	
F -00044518	Administrativa	
F -00044519	Administrativa	
F -00044520	Administrativa	
F -00044521	Administrativa	
F -00044522	Administrativa	
F -00044523	Administrativa	
F -00044451	Administrativa	
F -00044452	Administrativa	
F -00044453	Administrativa	
F -00044509	Administrativa	
F -00044510	Administrativa	
F -00044511	Administrativa	
F -00044512	Administrativa	
F -00044513	Administrativa	
F -00044514	Administrativa	
F -00044515	Administrativa	
F -00044540	Administrativa	
F -00044541	Administrativa	
F -00044542	Administrativa	
F -00044516	Administrativa	
F -00043994	Administrativa	

F -00043986	Administrativa	
F -00044508	Administrativa	
F -00043987	Administrativa	
F -00043988	Administrativa	
F -00043989	Administrativa	
F -00043990	Administrativa	
F -00043991	Administrativa	
F -00043992	Administrativa	
F -00043993	Administrativa	
F -00044501	Administrativa	
F -00044502	Administrativa	
F -00044503	Administrativa	
F -00044504	Administrativa	
F -00044505	Administrativa	
F -00044506	Administrativa	
F -00044507	Administrativa	
F -00043979	Administrativa	
F -00043980	Administrativa	
F -00043981	Administrativa	
F -00043982	Administrativa	
F -00043983	Administrativa	
F -00043984	Administrativa	
F -00043985	Administrativa	
F -00044494	Administrativa	
F -00044495	Administrativa	
F -00044496	Administrativa	
F -00044497	Administrativa	
F -00044498	Administrativa	
F -00044499	Administrativa	
F -00044500	Administrativa	
F -00043978	Administrativa	
F -00044191	Administrativa	
F -00044486	Administrativa	
F -00044487	Administrativa	
F -00044488	Administrativa	
F -00044489	Administrativa	
F -00044490	Administrativa	
F -00044491	Administrativa	
F -00044492	Administrativa	
F -00044493	Administrativa	
F -00043962	Administrativa	
F -00044181	Administrativa	
F -00043970	Administrativa	
F -00043971	Administrativa	
F -00043972	Administrativa	
F -00043973	Administrativa	
F -00043974	Administrativa	
F -00043975	Administrativa	
F -00043976	Administrativa	
F -00043977	Administrativa	
F -00043963	Administrativa	
F -00043964	Administrativa	
F -00043965	Administrativa	
F -00043966	Administrativa	
F -00043967	Administrativa	
F -00043968	Administrativa	
F -00043969	Administrativa	
F -00044485	Administrativa	
F -00044478	Administrativa	
F -00044479	Administrativa	
F -00044480	Administrativa	
F -00044481	Administrativa	
F -00044482	Administrativa	
F -00044483	Administrativa	
F -00044484	Administrativa	
F -00044570	Administrativa	
F -00044571	Administrativa	
F -00043955	Administrativa	
F -00043956	Administrativa	
F -00043957	Administrativa	

F -00043958	Administrativa	
F -00043959	Administrativa	
F -00043960	Administrativa	
F -00043961	Administrativa	
F -00043954	Administrativa	
F -00044471	Administrativa	
F -00044472	Administrativa	
F -00044473	Administrativa	
F -00044474	Administrativa	
F -00044475	Administrativa	
F -00044476	Administrativa	
F -00044477	Administrativa	
F -00044464	Administrativa	
F -00044465	Administrativa	
F -00044466	Administrativa	
F -00044467	Administrativa	
F -00044468	Administrativa	
F -00044469	Administrativa	
F -00044470	Administrativa	
F -00044559	Administrativa	
F -00044560	Administrativa	
F -00044561	Administrativa	
F -00044562	Administrativa	
F -00044563	Administrativa	
F -00044564	Administrativa	
F -00044565	Administrativa	
F -00044169	Administrativa	
F -00044062	Administrativa	
F -00044063	Administrativa	
F -00043947	Administrativa	
F -00043948	Administrativa	
F -00043949	Administrativa	
F -00043950	Administrativa	
F -00043951	Administrativa	
F -00043952	Administrativa	
F -00043953	Administrativa	
F -00044463	Administrativa	
F -00044558	Administrativa	
F -00043946	Administrativa	
F -00044056	Administrativa	
F -00043943	Administrativa	
F -00043944	Administrativa	
F -00043945	Administrativa	
F -00044049	Administrativa	
F -00044050	Administrativa	
F -00044051	Administrativa	
F -00044052	Administrativa	
F -00044053	Administrativa	
F -00044054	Administrativa	
F -00044055	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00044157	Administrativa	
F -00044158	Administrativa	
F -00044159	Administrativa	
F -00044160	Administrativa	
F -00044161	Administrativa	
F -00044162	Administrativa	
F -00043601	Administrativa	
F -00043602	Administrativa	
F -00043603	Administrativa	
F -00043604	Administrativa	
F -00043605	Administrativa	
F -00043606	Administrativa	
F -00043607	Administrativa	
F -00043609	Administrativa	
F -00043610	Administrativa	
F -00043611	Administrativa	
F -00043612	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00043613	Administrativa	
F -00043614	Administrativa	
F -00043615	Administrativa	
F -00044057	Administrativa	
F -00044058	Administrativa	
F -00044059	Administrativa	
F -00044060	Administrativa	
F -00043616	Administrativa	
F -00044566	Administrativa	
F -00044567	Administrativa	
F -00044568	Administrativa	
F -00044569	Administrativa	
F -00043617	Administrativa	
F -00043618	Administrativa	
F -00043619	Administrativa	
F -00043620	Administrativa	
F -00043621	Administrativa	
F -00043622	Administrativa	
F -00043623	Administrativa	
F -00043624	Administrativa	
F -00044066	Administrativa	
F -00044067	Administrativa	
F -00044068	Administrativa	
F -00044069	Administrativa	
F -00044070	Administrativa	
F -00044071	Administrativa	
F -00043625	Administrativa	
F -00043626	Administrativa	
F -00043627	Administrativa	
F -00043628	Administrativa	
F -00043629	Administrativa	
F -00043630	Administrativa	
F -00043631	Administrativa	
F -00043633	Administrativa	
F -00043634	Administrativa	
F -00043635	Administrativa	
F -00043636	Administrativa	
F -00043637	Administrativa	
F -00043638	Administrativa	
F -00043639	Administrativa	
F -00044073	Administrativa	
F -00044074	Administrativa	
F -00044075	Administrativa	
F -00044076	Administrativa	
F -00044077	Administrativa	
F -00044078	Administrativa	
F -00044079	Administrativa	
F -00044081	Administrativa	
F -00044082	Administrativa	
F -00044083	Administrativa	
F -00044084	Administrativa	
F -00044085	Administrativa	
F -00044086	Administrativa	
F -00044087	Administrativa	
F -00044080	Administrativa	
F -00043632	Administrativa	
F -00043608	Administrativa	
F -00044072	Administrativa	
F -00043641	Administrativa	
F -00043642	Administrativa	
F -00044128	Administrativa	
F -00044129	Administrativa	
F -00044130	Administrativa	
F -00044131	Administrativa	
F -00044132	Administrativa	
F -00044133	Administrativa	
F -00044134	Administrativa	
F -00043578	Administrativa	
F -00043579	Administrativa	
F -00043580	Administrativa	
F -00043581	Administrativa	
F -00043582	Administrativa	
F -00043583	Administrativa	
F -00043584	Administrativa	
F -00044136	Administrativa	
F -00044137	Administrativa	
F -00044138	Administrativa	
F -00044139	Administrativa	
F -00044140	Administrativa	
F -00044141	Administrativa	
F -00044142	Administrativa	
F -00044135	Administrativa	
F -00044143	Administrativa	
F -00044144	Administrativa	
F -00043592	Administrativa	
F -00043585	Administrativa	
F -00043586	Administrativa	
F -00043587	Administrativa	
F -00043588	Administrativa	
F -00043589	Administrativa	
F -00043590	Administrativa	
F -00043591	Administrativa	
F -00043593	Administrativa	
F -00044145	Administrativa	
F -00044146	Administrativa	
F -00044147	Administrativa	
F -00043594	Administrativa	
F -00043595	Administrativa	
F -00043596	Administrativa	
F -00043597	Administrativa	
F -00043598	Administrativa	
F -00043599	Administrativa	
F -00043600	Administrativa	
F -00043547	Administrativa	
F -00043548	Administrativa	
F -00043549	Administrativa	
F -00043550	Administrativa	
F -00043551	Administrativa	
F -00043552	Administrativa	
F -00043553	Administrativa	
F -00044150	Administrativa	
F -00044152	Administrativa	
F -00044153	Administrativa	
F -00044154	Administrativa	
F -00044155	Administrativa	
F -00044156	Administrativa	
F -00044149	Administrativa	
F -00043643	Administrativa	
F -00043644	Administrativa	
F -00043645	Administrativa	
F -00043646	Administrativa	
F -00043647	Administrativa	
F -00043640	Administrativa	
F -00044088	Administrativa	
F -00043554	Administrativa	
F -00043648	Administrativa	
F -00044089	Administrativa	
F -00044090	Administrativa	
F -00044091	Administrativa	
F -00044092	Administrativa	
F -00044093	Administrativa	
F -00044094	Administrativa	
F -00044095	Administrativa	
F -00043555	Administrativa	
F -00043556	Administrativa	
F -00043557	Administrativa	
F -00043558	Administrativa	
F -00043559	Administrativa	
F -00043560	Administrativa	
F -00043561	Administrativa	
F -00043649	Administrativa	
F -00043650	Administrativa	
F -00043651	Administrativa	
F -00043652	Administrativa	
F -00043653	Administrativa	
F -00043654	Administrativa	
F -00044097	Administrativa	
F -00044098	Administrativa	
F -00044099	Administrativa	
F -00044100	Administrativa	
F -00044101	Administrativa	
F -00044102	Administrativa	
F -00044103	Administrativa	
F -00043562	Administrativa	
F -00044096	Administrativa	
F -00044104	Administrativa	
F -00043563	Administrativa	
F -00043564	Administrativa	
F -00043565	Administrativa	
F -00043566	Administrativa	
F -00043567	Administrativa	
F -00043568	Administrativa	
F -00043569	Administrativa	
F -00044105	Administrativa	
F -00044106	Administrativa	
F -00044107	Administrativa	
F -00044108	Administrativa	
F -00044109	Administrativa	
F -00044110	Administrativa	
F -00044111	Administrativa	
F -00043570	Administrativa	
F -00044112	Administrativa	
F -00044113	Administrativa	
F -00044114	Administrativa	
F -00044115	Administrativa	
F -00044116	Administrativa	
F -00044117	Administrativa	
F -00044118	Administrativa	
F -00044119	Administrativa	
F -00044148	Administrativa	
F -00044120	Administrativa	
F -00043571	Administrativa	
F -00043572	Administrativa	
F -00043573	Administrativa	
F -00043574	Administrativa	
F -00043575	Administrativa	
F -00043576	Administrativa	
F -00043577	Administrativa	
F -00044121	Administrativa	
F -00044122	Administrativa	
F -00044123	Administrativa	
F -00044124	Administrativa	
F -00044125	Administrativa	
F -00044126	Administrativa	
F -00044127	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00043821	Administrativa	
F -00043822	Administrativa	
F -00043823	Administrativa	
F -00043824	Administrativa	
F -00043825	Administrativa	
F -00043826	Administrativa	
F -00043827	Administrativa	
F -00043939	Administrativa	
F -00043940	Administrativa	
F -00043941	Administrativa	
F -00043942	Administrativa	
F -00044351	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00044352	Administrativa	
F -00044353	Administrativa	
F -00044354	Administrativa	
F -00044355	Administrativa	
F -00044356	Administrativa	
F -00044357	Administrativa	
F -00044358	Administrativa	
F -00043932	Administrativa	
F -00043933	Administrativa	
F -00043934	Administrativa	
F -00043935	Administrativa	
F -00043936	Administrativa	
F -00043937	Administrativa	
F -00043938	Administrativa	
F -00043931	Administrativa	
F -00043922	Administrativa	
F -00043923	Administrativa	
F -00043924	Administrativa	
F -00043925	Administrativa	
F -00043926	Administrativa	
F -00043787	Administrativa	
F -00043788	Administrativa	
F -00043853	Administrativa	
F -00043854	Administrativa	
F -00043855	Administrativa	
F -00043856	Administrativa	
F -00043857	Administrativa	
F -00043858	Administrativa	
F -00043859	Administrativa	
F -00043774	Administrativa	
F -00043775	Administrativa	
F -00043776	Administrativa	
F -00043777	Administrativa	
F -00043778	Administrativa	
F -00043779	Administrativa	
F -00043780	Administrativa	
F -00043845	Administrativa	
F -00043846	Administrativa	
F -00043847	Administrativa	
F -00043848	Administrativa	
F -00043849	Administrativa	
F -00043850	Administrativa	
F -00043851	Administrativa	
F -00044284	Administrativa	
F -00044381	Administrativa	
F -00044382	Administrativa	
F -00044383	Administrativa	
F -00044384	Administrativa	
F -00044385	Administrativa	
F -00044386	Administrativa	
F -00044387	Administrativa	
F -00043773	Administrativa	
F -00043844	Administrativa	
F -00044281	Administrativa	
F -00044282	Administrativa	
F -00044283	Administrativa	
F -00044065	Administrativa	
F -00043772	Administrativa	
F -00043837	Administrativa	
F -00043838	Administrativa	
F -00043839	Administrativa	
F -00043840	Administrativa	
F -00043841	Administrativa	
F -00043842	Administrativa	
F -00043843	Administrativa	
F -00044064	Administrativa	
F -00043836	Administrativa	
F -00044374	Administrativa	
F -00044375	Administrativa	
F -00044376	Administrativa	
F -00044377	Administrativa	
F -00044378	Administrativa	
F -00044379	Administrativa	
F -00044380	Administrativa	
F -00044061	Administrativa	
F -00044366	Administrativa	
F -00044367	Administrativa	
F -00044368	Administrativa	
F -00044369	Administrativa	
F -00044370	Administrativa	
F -00044371	Administrativa	
F -00044372	Administrativa	
F -00044373	Administrativa	
F -00043829	Administrativa	
F -00043830	Administrativa	
F -00043831	Administrativa	
F -00043832	Administrativa	
F -00043833	Administrativa	
F -00043834	Administrativa	
F -00043835	Administrativa	
F -00043828	Administrativa	
F -00044359	Administrativa	
F -00044360	Administrativa	
F -00044361	Administrativa	
F -00044362	Administrativa	
F -00044363	Administrativa	
F -00044364	Administrativa	
F -00044365	Administrativa	
F -00044308	Administrativa	
F -00044309	Administrativa	
F -00044310	Administrativa	
F -00044311	Administrativa	
F -00044312	Administrativa	
F -00044313	Administrativa	
F -00044314	Administrativa	
F -00044404	Administrativa	
F -00044405	Administrativa	
F -00044406	Administrativa	
F -00044407	Administrativa	
F -00044408	Administrativa	
F -00044409	Administrativa	
F -00044410	Administrativa	
F -00043797	Administrativa	
F -00043868	Administrativa	
F -00044301	Administrativa	
F -00044302	Administrativa	
F -00044303	Administrativa	
F -00044304	Administrativa	
F -00044305	Administrativa	
F -00044306	Administrativa	
F -00044307	Administrativa	
F -00044397	Administrativa	
F -00044398	Administrativa	
F -00044399	Administrativa	
F -00044400	Administrativa	
F -00044401	Administrativa	
F -00044402	Administrativa	
F -00044403	Administrativa	
F -00044300	Administrativa	
F -00044396	Administrativa	
F -00044292	Administrativa	
F -00044388	Administrativa	
F -00043789	Administrativa	
F -00043860	Administrativa	
F -00043790	Administrativa	
F -00043791	Administrativa	
F -00043792	Administrativa	
F -00043793	Administrativa	
F -00043794	Administrativa	
F -00043795	Administrativa	
F -00043796	Administrativa	
F -00043861	Administrativa	
F -00043862	Administrativa	
F -00043863	Administrativa	
F -00043864	Administrativa	
F -00043865	Administrativa	
F -00043866	Administrativa	
F -00043867	Administrativa	
F -00043781	Administrativa	
F -00043852	Administrativa	
F -00044293	Administrativa	
F -00044294	Administrativa	
F -00044295	Administrativa	
F -00044296	Administrativa	
F -00044297	Administrativa	
F -00044298	Administrativa	
F -00044299	Administrativa	
F -00044389	Administrativa	
F -00044390	Administrativa	
F -00044391	Administrativa	
F -00044392	Administrativa	
F -00044393	Administrativa	
F -00044394	Administrativa	
F -00044395	Administrativa	
F -00044285	Administrativa	
F -00044286	Administrativa	
F -00044287	Administrativa	
F -00044288	Administrativa	
F -00044289	Administrativa	
F -00044290	Administrativa	
F -00044291	Administrativa	
F -00043782	Administrativa	
F -00043783	Administrativa	
F -00043784	Administrativa	
F -00043785	Administrativa	
F -00043786	Administrativa	
F -00044449	Administrativa	
F -00044450	Administrativa	
F -00044332	Administrativa	
F -00044333	Administrativa	
F -00044334	Administrativa	
F -00044335	Administrativa	
F -00044336	Administrativa	
F -00044337	Administrativa	
F -00044338	Administrativa	
F -00044428	Administrativa	
F -00044429	Administrativa	
F -00044430	Administrativa	
F -00044431	Administrativa	
F -00044432	Administrativa	
F -00044433	Administrativa	
F -00044434	Administrativa	
F -00043806	Administrativa	
F -00043807	Administrativa	
F -00043808	Administrativa	
F -00043809	Administrativa	
F -00043810	Administrativa	
F -00043811	Administrativa	
F -00043812	Administrativa	
F -00043877	Administrativa	
F -00043878	Administrativa	
F -00043879	Administrativa	
F -00043880	Administrativa	
F -00043881	Administrativa	
F -00043882	Administrativa	
F -00043883	Administrativa	
F -00044323	Administrativa	
F -00044419	Administrativa	
F -00044324	Administrativa	
F -00044325	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00044326	Administrativa	
F -00044327	Administrativa	
F -00044328	Administrativa	
F -00044329	Administrativa	
F -00044330	Administrativa	
F -00044420	Administrativa	
F -00044421	Administrativa	
F -00044422	Administrativa	
F -00044423	Administrativa	
F -00044424	Administrativa	
F -00044425	Administrativa	
F -00044426	Administrativa	
F -00044315	Administrativa	
F -00044411	Administrativa	
F -00043805	Administrativa	
F -00043876	Administrativa	
F -00044316	Administrativa	
F -00044317	Administrativa	
F -00044318	Administrativa	
F -00044319	Administrativa	
F -00044320	Administrativa	
F -00044321	Administrativa	
F -00044322	Administrativa	
F -00044412	Administrativa	
F -00044413	Administrativa	
F -00044414	Administrativa	
F -00044415	Administrativa	
F -00044416	Administrativa	
F -00044417	Administrativa	
F -00044418	Administrativa	
F -00043798	Administrativa	
F -00043799	Administrativa	
F -00043800	Administrativa	
F -00043801	Administrativa	
F -00043802	Administrativa	
F -00043803	Administrativa	
F -00043804	Administrativa	
F -00043869	Administrativa	
F -00043870	Administrativa	
F -00043871	Administrativa	
F -00043872	Administrativa	
F -00043873	Administrativa	
F -00043874	Administrativa	
F -00043875	Administrativa	
F -00043927	Administrativa	
F -00043928	Administrativa	
F -00043929	Administrativa	
F -00043907	Administrativa	
F -00043899	Administrativa	
F -00044347	Administrativa	
F -00044348	Administrativa	
F -00043900	Administrativa	
F -00043901	Administrativa	
F -00043902	Administrativa	
F -00043903	Administrativa	
F -00043904	Administrativa	
F -00043905	Administrativa	
F -00043906	Administrativa	
F -00043915	Administrativa	
F -00043916	Administrativa	
F -00043917	Administrativa	
F -00043918	Administrativa	
F -00043919	Administrativa	
F -00043920	Administrativa	
F -00043921	Administrativa	
F -00043908	Administrativa	
F -00043909	Administrativa	
F -00043910	Administrativa	
F -00043911	Administrativa	
F -00043912	Administrativa	
F -00043913	Administrativa	
F -00043914	Administrativa	
F -00043930	Administrativa	
F -00043892	Administrativa	
F -00043893	Administrativa	
F -00043894	Administrativa	
F -00043895	Administrativa	
F -00043896	Administrativa	
F -00043897	Administrativa	
F -00043898	Administrativa	
F -00043814	Administrativa	
F -00043815	Administrativa	
F -00043816	Administrativa	
F -00043817	Administrativa	
F -00043818	Administrativa	
F -00043819	Administrativa	
F -00043820	Administrativa	
F -00043885	Administrativa	
F -00043886	Administrativa	
F -00043887	Administrativa	
F -00043888	Administrativa	
F -00043889	Administrativa	
F -00043890	Administrativa	
F -00043891	Administrativa	
F -00044339	Administrativa	
F -00044435	Administrativa	
F -00044331	Administrativa	
F -00044427	Administrativa	
F -00043813	Administrativa	
F -00043884	Administrativa	
F -00044340	Administrativa	
F -00044341	Administrativa	
F -00044342	Administrativa	
F -00044343	Administrativa	
F -00044344	Administrativa	
F -00044345	Administrativa	
F -00044346	Administrativa	
F -00044436	Administrativa	
F -00044437	Administrativa	
F -00044438	Administrativa	
F -00044439	Administrativa	
F -00044440	Administrativa	
F -00044441	Administrativa	
F -00044442	Administrativa	
F -00044349	Administrativa	
F -00044350	Administrativa	
F -00044443	Administrativa	
F -00044444	Administrativa	
F -00044445	Administrativa	
F -00044446	Administrativa	
F -00044447	Administrativa	
F -00044448	Administrativa	

Comunicamos a relação das NOTIFICAÇÔES DE PENALIDADE expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de especial complementares (TEC) do Município do Rio de Janeiro pela SMTR.

RELAÇÃO DE MULTAS EM 17/02/2022

Série-CM	Enquadr.	Permissionário	Placa
A1-00392830	99.II	JURACY DE LIMA GONCALVES	RJG0J87
A1-00392827	4.7	MARCELO ALVES DE SOUZA	LLK3251
A1-00393058	2.4	ELIOMAR FRANCA BARROS	KXV8782

Conforme o Decreto 36.342 de 17/10/2012, comunicamos a relação das NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO expedidas ao serviço de Transporte de Passageiros por meio de ônibus do Município do Rio de Janeiro - SPPO - RJ pela SMTR.

RELAÇÃO DE MULTAS EM 18/02/2022

Concessionária: CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00074462	Administrativa	
F -00074470	Administrativa	
F -00074393	Administrativa	
F -00074399	Administrativa	
F -00074404	Administrativa	
F -00074478	Administrativa	
F -00074480	Administrativa	
F -00074489	Administrativa	
F -00074502	Administrativa	
F -00074507	Administrativa	
F -00074423	Administrativa	
F -00074437	Administrativa	
F -00074536	Administrativa	
F -00074544	Administrativa	
F -00074550	Administrativa	
F -00074552	Administrativa	
F -00074517	Administrativa	
F -00074519	Administrativa	
F -00074587	Administrativa	
F -00074556	Administrativa	
F -00074564	Administrativa	
F -00074583	Administrativa	
F -00074574	Administrativa	
F -00074593	Administrativa	
F -00074601	Administrativa	
F -00074530	Administrativa	
F -00074532	Administrativa	
F -00074435	Administrativa	
F -00074441	Administrativa	
F -00074449	Administrativa	
F -00074589	Administrativa	
F -00074595	Administrativa	
F -00074410	Administrativa	
F -00074419	Administrativa	
F -00074460	Administrativa	
F -00074468	Administrativa	
F -00074496	Administrativa	
F -00074597	Administrativa	
F -00074455	Administrativa	
F -00074500	Administrativa	
F -00074599	Administrativa	
F -00074570	Administrativa	
F -00074572	Administrativa	
F -00074585	Administrativa	
F -00074591	Administrativa	
F -00074546	Administrativa	
F -00074548	Administrativa	
F -00074429	Administrativa	
F -00074456	Administrativa	
F -00074431	Administrativa	
F -00074439	Administrativa	
F -00074445	Administrativa	
F -00074447	Administrativa	
F -00074408	Administrativa	
F -00074421	Administrativa	
F -00074528	Administrativa	
F -00074464	Administrativa	
F -00074466	Administrativa	
F -00074472	Administrativa	
F -00074538	Administrativa	
F -00074540	Administrativa	
F -00074554	Administrativa	
F -00074568	Administrativa	
F -00074576	Administrativa	
F -00074578	Administrativa	
F -00074579	Administrativa	
F -00074513	Administrativa	
F -00074515	Administrativa	
F -00074521	Administrativa	
F -00074523	Administrativa	
F -00074525	Administrativa	
F -00074534	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00074566	Administrativa	
F -00074581	Administrativa	
F -00074401	Administrativa	
F -00074412	Administrativa	
F -00074425	Administrativa	
F -00074433	Administrativa	
F -00074493	Administrativa	
F -00074506	Administrativa	
F -00074491	Administrativa	
F -00074494	Administrativa	
F -00074504	Administrativa	
F -00074453	Administrativa	
F -00074458	Administrativa	
F -00074485	Administrativa	
F -00074487	Administrativa	
F -00074498	Administrativa	
F -00074395	Administrativa	
F -00074397	Administrativa	
F -00074403	Administrativa	
F -00074542	Administrativa	
F -00074558	Administrativa	
F -00074560	Administrativa	
F -00074406	Administrativa	
F -00074415	Administrativa	
F -00074417	Administrativa	
F -00074427	Administrativa	
F -00074443	Administrativa	
F -00074451	Administrativa	
F -00074474	Administrativa	
F -00074476	Administrativa	
F -00074509	Administrativa	
F -00074511	Administrativa	
F -00074527	Administrativa	
F -00074562	Administrativa	
F -00074482	Administrativa	
F -00074484	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00075019	Administrativa	
F -00075030	Administrativa	
F -00075025	Administrativa	
F -00075041	Administrativa	
F -00075044	Administrativa	
F -00075094	Administrativa	
F -00075109	Administrativa	
F -00075118	Administrativa	
F -00074966	Administrativa	
F -00074972	Administrativa	
F -00074982	Administrativa	
F -00074988	Administrativa	
F -00075116	Administrativa	
F -00074980	Administrativa	
F -00074936	Administrativa	
F -00074950	Administrativa	
F -00074960	Administrativa	
F -00075098	Administrativa	
F -00075100	Administrativa	
F -00075111	Administrativa	
F -00075121	Administrativa	
F -00074878	Administrativa	
F -00074911	Administrativa	
F -00074916	Administrativa	
F -00074930	Administrativa	
F -00075076	Administrativa	
F -00075087	Administrativa	
F -00075090	Administrativa	
F -00074998	Administrativa	
F -00075014	Administrativa	
F -00075017	Administrativa	

F -00074876	Administrativa	
F -00074885	Administrativa	
F -00074893	Administrativa	
F -00074901	Administrativa	
F -00074994	Administrativa	
F -00075053	Administrativa	
F -00074938	Administrativa	
F -00074946	Administrativa	
F -00074996	Administrativa	
F -00074999	Administrativa	
F -00075001	Administrativa	
F -00075006	Administrativa	
F -00075012	Administrativa	
F -00075060	Administrativa	
F -00075069	Administrativa	
F -00074984	Administrativa	
F -00074907	Administrativa	
F -00074913	Administrativa	
F -00074918	Administrativa	
F -00074920	Administrativa	
F -00074926	Administrativa	
F -00074928	Administrativa	
F -00075103	Administrativa	
F -00075058	Administrativa	
F -00075074	Administrativa	
F -00074934	Administrativa	
F -00074944	Administrativa	
F -00074952	Administrativa	
F -00074962	Administrativa	
F -00074976	Administrativa	
F -00074978	Administrativa	
F -00074974	Administrativa	
F -00075083	Administrativa	
F -00074922	Administrativa	
F -00074924	Administrativa	
F -00074940	Administrativa	
F -00074948	Administrativa	
F -00074888	Administrativa	
F -00074899	Administrativa	
F -00075003	Administrativa	
F -00075008	Administrativa	
F -00075032	Administrativa	
F -00075034	Administrativa	
F -00075039	Administrativa	
F -00074874	Administrativa	
F -00074882	Administrativa	
F -00074954	Administrativa	
F -00074956	Administrativa	
F -00074903	Administrativa	
F -00074909	Administrativa	
F -00075105	Administrativa	
F -00075107	Administrativa	
F -00075028	Administrativa	
F -00075046	Administrativa	
F -00075049	Administrativa	
F -00075067	Administrativa	
F -00074964	Administrativa	
F -00074990	Administrativa	
F -00074992	Administrativa	
F -00074986	Administrativa	
F -00075021	Administrativa	
F -00075023	Administrativa	
F -00075037	Administrativa	
F -00075055	Administrativa	
F -00074958	Administrativa	
F -00074942	Administrativa	
F -00074884	Administrativa	
F -00074890	Administrativa	
F -00074892	Administrativa	
F -00074895	Administrativa	

F -00075065	Administrativa	
F -00075081	Administrativa	
F -00075051	Administrativa	
F -00075134	Administrativa	
F -00075096	Administrativa	
F -00075062	Administrativa	
F -00075072	Administrativa	
F -00075078	Administrativa	
F -00075092	Administrativa	
F -00075114	Administrativa	
F -00075132	Administrativa	
F -00075085	Administrativa	
F -00074932	Administrativa	
F -00075010	Administrativa	
F -00074968	Administrativa	
F -00074970	Administrativa	
F -00074905	Administrativa	
F -00074915	Administrativa	
F -00074880	Administrativa	
F -00074897	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00075127	Administrativa	
F -00075123	Administrativa	
F -00074284	Administrativa	
F -00074287	Administrativa	
F -00074290	Administrativa	
F -00074249	Administrativa	
F -00074241	Administrativa	
F -00074243	Administrativa	
F -00074251	Administrativa	
F -00074252	Administrativa	
F -00074254	Administrativa	
F -00074260	Administrativa	
F -00074242	Administrativa	
F -00074245	Administrativa	
F -00074253	Administrativa	
F -00074258	Administrativa	
F -00074261	Administrativa	
F -00074248	Administrativa	
F -00074250	Administrativa	
F -00074256	Administrativa	
F -00074316	Administrativa	
F -00074330	Administrativa	
F -00074289	Administrativa	
F -00074291	Administrativa	
F -00074259	Administrativa	
F -00074266	Administrativa	
F -00074272	Administrativa	
F -00074279	Administrativa	
F -00074244	Administrativa	
F -00074246	Administrativa	
F -00074268	Administrativa	
F -00074283	Administrativa	
F -00074286	Administrativa	
F -00074295	Administrativa	
F -00074298	Administrativa	
F -00074300	Administrativa	
F -00074303	Administrativa	
F -00074308	Administrativa	
F -00074336	Administrativa	
F -00074389	Administrativa	
F -00074285	Administrativa	
F -00074292	Administrativa	
F -00075129	Administrativa	
F -00074239	Administrativa	
F -00074240	Administrativa	
F -00074247	Administrativa	
F -00074372	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

F -00074383	Administrativa	
F -00074294	Administrativa	
F -00074296	Administrativa	
F -00074302	Administrativa	
F -00074310	Administrativa	
F -00074350	Administrativa	
F -00074358	Administrativa	
F -00074265	Administrativa	
F -00074267	Administrativa	
F -00074270	Administrativa	
F -00074276	Administrativa	
F -00074288	Administrativa	
F -00074297	Administrativa	
F -00074312	Administrativa	
F -00074318	Administrativa	
F -00074342	Administrativa	
F -00074352	Administrativa	
F -00074374	Administrativa	
F -00074387	Administrativa	
F -00074293	Administrativa	
F -00074301	Administrativa	
F -00074306	Administrativa	
F -00074340	Administrativa	
F -00074385	Administrativa	
F -00074381	Administrativa	
F -00074344	Administrativa	
F -00074263	Administrativa	
F -00074264	Administrativa	
F -00074269	Administrativa	
F -00074346	Administrativa	
F -00074354	Administrativa	
F -00074356	Administrativa	
F -00074364	Administrativa	
F -00074360	Administrativa	
F -00074368	Administrativa	
F -00074376	Administrativa	
F -00074378	Administrativa	
F -00074362	Administrativa	
F -00074326	Administrativa	
F -00074328	Administrativa	
F -00074299	Administrativa	
F -00074305	Administrativa	
F -00074320	Administrativa	
F -00074334	Administrativa	
F -00074314	Administrativa	
F -00074348	Administrativa	
F -00074367	Administrativa	
F -00074370	Administrativa	
F -00074255	Administrativa	
F -00074322	Administrativa	
F -00074324	Administrativa	
F -00074332	Administrativa	
F -00074338	Administrativa	
F -00074271	Administrativa	
F -00074274	Administrativa	
F -00074277	Administrativa	
F -00074282	Administrativa	
F -00074380	Administrativa	
F -00074391	Administrativa	
F -00074257	Administrativa	
F -00074262	Administrativa	
F -00074273	Administrativa	
F -00074275	Administrativa	
F -00074278	Administrativa	
F -00074280	Administrativa	
F -00074281	Administrativa	
F -00075125	Administrativa	
F -00074238	Administrativa	

Concessionária: CONSORCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES		
Série-CM	**Enquadramento**	**Ordem**
F -00074607	Administrativa	
F -00074615	Administrativa	
F -00074775	Administrativa	
F -00074785	Administrativa	
F -00074791	Administrativa	
F -00074806	Administrativa	
F -00074812	Administrativa	
F -00074843	Administrativa	
F -00074633	Administrativa	
F -00074639	Administrativa	
F -00074645	Administrativa	
F -00074637	Administrativa	
F -00074753	Administrativa	
F -00074756	Administrativa	
F -00074762	Administrativa	
F -00074764	Administrativa	
F -00074720	Administrativa	
F -00074728	Administrativa	
F -00074742	Administrativa	
F -00074722	Administrativa	
F -00074740	Administrativa	
F -00074699	Administrativa	
F -00074702	Administrativa	
F -00074710	Administrativa	
F -00074681	Administrativa	
F -00074754	Administrativa	
F -00074781	Administrativa	
F -00074802	Administrativa	
F -00074808	Administrativa	
F -00074821	Administrativa	
F -00074758	Administrativa	
F -00074768	Administrativa	
F -00074746	Administrativa	
F -00074748	Administrativa	
F -00074664	Administrativa	
F -00074666	Administrativa	
F -00074677	Administrativa	
F -00074870	Administrativa	
F -00074872	Administrativa	
F -00074613	Administrativa	
F -00074623	Administrativa	
F -00074773	Administrativa	
F -00074810	Administrativa	
F -00074816	Administrativa	
F -00074818	Administrativa	
F -00074829	Administrativa	
F -00074831	Administrativa	
F -00074850	Administrativa	
F -00074793	Administrativa	
F -00074804	Administrativa	
F -00074825	Administrativa	
F -00074827	Administrativa	
F -00074836	Administrativa	
F -00074854	Administrativa	
F -00074744	Administrativa	
F -00074750	Administrativa	
F -00074714	Administrativa	
F -00074716	Administrativa	
F -00074730	Administrativa	
F -00074708	Administrativa	
F -00074695	Administrativa	
F -00074706	Administrativa	
F -00074845	Administrativa	
F -00074856	Administrativa	
F -00074861	Administrativa	
F -00074656	Administrativa	
F -00074658	Administrativa	
F -00074669	Administrativa	

F -00074671	Administrativa	
F -00074760	Administrativa	
F -00074766	Administrativa	
F -00074770	Administrativa	
F -00074771	Administrativa	
F -00074689	Administrativa	
F -00074697	Administrativa	
F -00074691	Administrativa	
F -00074704	Administrativa	
F -00074712	Administrativa	
F -00074726	Administrativa	
F -00074732	Administrativa	
F -00074738	Administrativa	
F -00074777	Administrativa	
F -00074783	Administrativa	
F -00074675	Administrativa	
F -00074683	Administrativa	
F -00074779	Administrativa	
F -00074787	Administrativa	
F -00074789	Administrativa	
F -00074795	Administrativa	
F -00074800	Administrativa	
F -00074823	Administrativa	
F -00074834	Administrativa	
F -00074840	Administrativa	
F -00074718	Administrativa	
F -00074734	Administrativa	
F -00074736	Administrativa	
F -00074864	Administrativa	
F -00074685	Administrativa	
F -00074635	Administrativa	
F -00074641	Administrativa	
F -00074649	Administrativa	
F -00074619	Administrativa	
F -00074621	Administrativa	
F -00074724	Administrativa	
F -00074814	Administrativa	
F -00074820	Administrativa	
F -00074852	Administrativa	
F -00074862	Administrativa	
F -00074837	Administrativa	
F -00074842	Administrativa	
F -00074848	Administrativa	
F -00074858	Administrativa	
F -00074866	Administrativa	
F -00074868	Administrativa	
F -00074629	Administrativa	
F -00074701	Administrativa	
F -00074631	Administrativa	
F -00074647	Administrativa	
F -00074653	Administrativa	
F -00074655	Administrativa	
F -00074602	Administrativa	
F -00074605	Administrativa	
F -00074611	Administrativa	
F -00074617	Administrativa	
F -00074627	Administrativa	
F -00074643	Administrativa	
F -00074651	Administrativa	
F -00074796	Administrativa	
F -00074798	Administrativa	
F -00074660	Administrativa	
F -00074662	Administrativa	
F -00074668	Administrativa	
F -00074673	Administrativa	
F -00074609	Administrativa	
F -00074625	Administrativa	
F -00074679	Administrativa	
F -00074687	Administrativa	
F -00074693	Administrativa	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO
AVISO DE ESCLARECIMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 159/2022

A Pregoeira torna público as solicitações de esclarecimentos quanto ao Edital supra e as respectivas respostas.

Empresa "A"

Pergunta 1: Referente ao Item 2 do Termo de Referência, está correto nosso entendimento, poderá ser ofertado modelos HATCH e SEDAN?
Resposta 1: O veículo deverá ser conforme especificado no item/tipo II, da TABELA 1 (Descrição Detalhada dos Veículos) do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 2: Nos casos em que o Termo de Referência (item 3) solicita utilitário tipo van com cilindrada de 2.3 ou superior, estes veículos possuem potência em cavalos, mínimo 130cv questionamos a possibilidade de ofertar veículos de cilindrada 2.0 e 2.2, com capacidade de no mínimo 130cv a 163cv. Entendemos que tal mudança não afetaria em nada a capacidade operativa do veículo, muito pelo contrário, teríamos maior oferta de veículos respeitando as características exigidas no Termo de Referência. Sendo assim, podemos ofertar Veículos 2.0 e 2.2? Exemplo: Mercedes Benz - SPRINTER 2.2 163CV / CITROEN JUMPER 2.0 130CV e PEUGEOT BOXER 2.0 130CV.
Resposta 2: O veículo deverá ser conforme especificado no item/tipo III, da TABELA 1 (Descrição Detalhada dos Veículos) do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

Empresa "B"

Pergunta 1.1: Considerando o termo inicial de vigência, pela regra do edital o contrato terá 36 meses de vigência contados a partir da data estabelecida no memorando de início. Ocorre que torna-se mais razoável e adequado ao presente edital que o termo inicial de vigência seja vinculado à entrega dos primeiros veículos. Isso porque, as licitantes apresentarão suas propostas considerando o período de 36 meses de locação e, por outro lado, a CET-Rio pretende locar o objeto pelo período integral de 36 meses. Neste contexto, para garantir o período integral de 36 meses de locação é imprescindível que tanto vigência contratual quanto a respectiva execução do contrato se iniciem no mesmo marco temporal, qual seja, a data de entrega dos primeiros veículos. Diante de tais circunstâncias, questiona-se: o início da contagem da VIGÊNCIA contratual pode ser alterado para constar que será a partir da DATA DE ENTREGA DOS PRIMEIROS VEÍCULOS?
Resposta 1.1: Conforme disposto no subitem 7.1 do Edital e na Cláusula Oitava da Minuta de Contrato (Anexo II) do Edital.
Pergunta 1.2: Se positivo, a cláusula oitava da minuta do contrato deverá ser modificada, para constar que a vigência se dará a partir da entrega dos primeiros veículos.
Resposta 1.2: Conforme disposto no subitem 7.1 do Edital e na Cláusula Oitava da Minuta de Contrato (Anexo II) do Edital.
Pergunta 2: Considerando o prazo de entrega dos veículos, subitem 12.1 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital, e além disso, no termo de referência, consta que a empresa possui o prazo de 15 dias corridos, após a celebração do contrato, para providenciar a identificação do veículo. Como é público e notório, há quase 2 anos o país sofre as consequências nefastas decorrentes da crise sem precedentes causada pela pandemia do coronavírus. Apesar dos esforços para manter a produção de veículos e atender o mercado consumidor, as montadoras ainda não conseguiram retomar suas produções com a mesma facilidade e agilidade que existia antes da pandemia. Diante da escassez de alguns insumos, da redução da capacidade produtiva das montadoras e da grande oscilação da demanda durante o período da pandemia, os prazos de faturamento têm sofrido grandes alterações que fogem ao controle de todos os interessados na aquisição de veículos. Tais circunstâncias vêm sendo noticiadas em diversas reportagens de conhecimento público. Como consequência, as dificuldades para fornecimento de veículos novos vêm afetando, também, a disponibilidade de veículos seminovos, pois o mercado disponível não consegue suprir o aumento da demanda. Preocupada com tais circunstâncias adversas, esta empresa solicita a alteração do prazo de entrega, a fim de ajustá-lo a realidade do país para fornecimento de veículos. Questiona-se: o prazo de entrega dos veículos poderá ser de ao menos 180 dias contados da assinatura do contrato?
Resposta 2: Conforme disposto no item 12 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 3: Posse dos veículos. Entendemos que os veículos poderão estar na posse da contratada, por qualquer meio legal de negociação (leasing, locação, comodato, cessão de uso, etc.). Está correto nosso entendimento?
Resposta 3: Conforme disposto nos subitens 9.1 e 9.2 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 4: Do Reajuste - Claúsula Quinta da Minuta do Contrato. Nos termos do art. 37, XXI da Constituição Federal, o reajuste de preços objetiva recompor o valor proposto pelo licitante em função do regime inflacionário, visando manter as condições efetivas da proposta. Considerando o art. 40, XI da Lei nº 8.666/93 e o §1º do art. 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001, a periodicidade do reajuste de preço nos Contratos Públicos (i) deve ser anual e (ii) será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir. Diante deste cenário resta claro que os preços ofertados na proposta vencedora que for apresentada, por exemplo, no dia 11/03/2022 (data da sessão) deverão ser reajustados a partir de 11/03/2023. Questiona-se: O reajustamento de preços será concedido a cada período de 12 meses, adotando-se como data base para incidência do reajuste a data da apresentação da proposta?
Resposta 4: Não. A CET-Rio deve obediência ao Decreto nº 43.612/2017 e suas alterações, o qual dispõe que o prazo de reajuste do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses.
Pergunta 5: Encargos de mora em caso de atraso no pagamento pela Contratante. Apesar de prever a aplicação de juros de 0,5 ao mês em caso de atraso nos pagamentos efetuados pela Contratante, não há previsão no Edital ou anexos quanto à incidência de correção monetária e multa caso haja inadimplemento no pagamento efetuado pela Contratante, por culpa exclusiva desta. Referida previsão é imprescindível para recompor o valor devido e inadimplido, seja nos termos da legislação vigente, seja nos termos de entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça. Toda mora gera danos, os quais deverão ser recompostos por meio da aplicação de multa. Além disso, a correção monetária também é imprescindível para evitar a defasagem do valor pago em atraso pela Administração. Desta forma, a licitante requer esclarecimentos no tocante a correção monetária, percentuais de juros de mora e de multa que deverão ser aplicados em caso de atraso ou inadimplência da contratante, por culpa exclusiva desta.
Resposta 5: A fixação de multa no caso em questão tem natureza contratual, podendo ou não ser prevista pelo proponente. Tanto que o art. 69 da Lei 13.303/2016, que trata das cláusulas necessárias aos contratos, não faz menção à multa referente à mora. Conquanto não tenha sido prevista multa moratória, o Edital garante ao contratado o recebimento de juros enquanto houver atraso da CET-Rio.
Pergunta 6.1: Seguro. O Edital prevê que os veículos devem possuir seguro. Contudo, considerando que a manutenção preventiva e corretiva dos veículos será de responsabilidade da contratada, entendemos que a gestão quanto ao fornecimento ou não de seguros por meio de apólice deveria ser avaliada por cada licitante, propiciando maior flexibilidade para precificação de suas propostas, com benefícios para a Contratante em razão da ampliação da disputa em busca do menor preço para a contratação. Oportuno dizer que tal hipótese não exime a contratada de assumir as responsabilidades relacionadas ao seguro previstas no Edital. Muito pelo contrário, apenas lhe confere a opção de assumir tal obrigação por meio de declaração própria, sem a necessidade de contratar seguradora no mercado. Questiona-se: A Contratada poderá optar pela autogestão para assumir a responsabilidade relacionada ao seguro dos veículos?
Resposta 6.1: Conforme disposto no item 20 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 6.2: Caso a resposta ao item acima seja negativa, a Contratada poderá, ao menos, optar pela autogestão para assumir a responsabilidade pelo casco dos veículos?
Resposta 6.2: Conforme disposto no item 20 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 7.1: Assinatura dos Documentos. O item 17.3 prevê que a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de 2 dias uteis, para assinatura do contrato, deverá comparecer ao endereço informado, podendo, na impossibilidade enviar mandatário munido de procuração. Considerando que a minuta do contrato enviada pela CET-Rio deverá ser analisada e assinada pelos representantes legais da Contratada, que nem sempre será sediada na cidade do Rio de Janeiro, questiona-se, se o prazo poderá ser superior.
Resposta 7.1: Conforme disposto no subitem 17.3.1 do Edital.
Pergunta 7.2: O contrato poderá ser assinado eletronicamente?
Resposta 7.2: Não.
Pergunta 7.3: Nos termos da MP 2200-2/2001, serão aceitos para este processo licitatório as declarações e outros documentos desta licitante assinados digitalmente através de certificado digital, de representante pessoa física e/ou jurídica, padrão ICP-Brasil?
Resposta 7.3: Sim.
Pergunta 8: Local de entrega. Solicitamos sejam listadas as possíveis localidades em que se poderá exigir a entrega dos veículos a fim de que a Contratada tenha prévio conhecimento de todas as condições contratuais que podem interferir na precificação de sua proposta.
Resposta 8: Inicialmente os veículos deverão ser apresentados na sede da CET-Rio, em Botafogo (Rua Dona Mariana, n.º 48), e posteriormente serão apresentados diariamente nas Coordenadorias descentralizadas desta Companhia. Conforme disposto nos itens 14 e 15 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 9: Da entrega de documentos (via fisíca), subitem 12.14 do Edital. Considerando se tratar de pregão eletrônico, a determinação prevista no item 12.14 poderá ser cumprida pelo envio dos documentos por via eletrônica?
Resposta 9: Não.
Pergunta 10: Dos Recursos, subitem 14.1 do Edital. Favor esclarecer qual será o prazo para manifestação da intenção de recurso.
Resposta 10: No mínimo 20 (vinte) minutos.
Pergunta 11.1: Do prazo para entrega da garantia. O Edital prevê que a adjudicaria deverá prestar garantia de 2% do valor total do contrato, até o momento da sua assinatura. Considerando que tão somente após assinatura do contrato, haverá obrigação entre a contratante e contratada, questiona-se: Poderá ser apresentada a garantia inicial conforme prazo estabelecido no item 16.7, qual seja, 7 dias úteis, após a assinatura do contrato?
Resposta 11.1: Conforme disposto no subitem 16.1 do Edital.
Pergunta 11.2: Se deferido o quanto exposto, a cláusula sétima da minuta do contrato deverá ser alterado para constar que a contratada prestará garantia.
Resposta 11.2: Conforme disposto no subitem 16.1 do Edital e na Cláusula Sétima da Minuta de Contrato (Anexo II) do Edital.
Pergunta 12.1: Relação de empregados. Considerando o subitem 17.8 do Edital, importante frisar que somente após a celebração do contrato entre as partes será formalizada a contratação e, a partir deste momento, a Contratada poderá iniciar os procedimentos necessários para execução do objeto. Questiona-se: Entendemos que a exigência acima não se aplica no presente. Está correto o nosso entendimento?
Resposta 12.1: Sim.
Pergunta 12.2: Caso a resposta seja negativa, entendemos que a relação dos empregados e demais documentos deverão ser entregues apenas ao final do primeiro mês de execução do Contrato, junto com a primeira medição e fatura. Está correto o nosso entendimento?
Resposta 12.2: Sim.
Pergunta 12.3: Caso ambas as respostas sejam negativas, o prazo para atendimento da obrigação poderá ser estendido para até 20 dias úteis contados a partir da assinatura do contrato?
Resposta 12.3: Vide respostas 12.1 e 12.2 da Empresa "B".
Pergunta 13: Prazo para recolhimento de multa - prazo para recompor a garantia. No edital, §5º e 9º da cláusula décima quarta, constam prazos para recolhimento de multa e recomposição da garantia, de 3 dias e 48 horas, respectivamente. Questionamos: o prazo para recomposição de garantia e recolhimento de eventuais multas poderá ser modificado para 7 dias ou, caso não seja possível, para um prazo mais razoável?
Resposta 13: Conforme disposto na Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo II) do Edital, considerando que se trata de minuta-padrão estabelecida por Decreto.
Pergunta 14.1: Taxas e Pedágios. É correto entender que os valores gastos pela contratada em razão da prestação de serviço em favor da contratante a título de taxas e pedágios serão reembolsados?
Resposta 14.1: Conforme disposto no subitem 5.4 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Pergunta 14.2: Se positivo a resposta, qual o prazo e forma de reembolso?
Resposta 14.2: Conforme disposto no subitem 5.4 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital.

Empresa "C"

Pergunta 1: Considerando a condição do referido Edital que versa sobre a condição de participação e a atual Súmula 51 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, onde dita que "a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador" é possível afirmar que empresas sancionadas nos art. 87, III da Lei Federal 8.666/93 e no art. 7º da Lei Federal 10.520/02, com outros entes da Administração Pública (e não com este órgão licitador), poderão participar do aludido certame?
Resposta 1: Sim, dependendo da análise de cada caso.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS
MOBI-Rio
AVISO DE LICITAÇÃO

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO PE - SMFP Nº 0130/2022.**
Processo: **03/300.001/2022.**
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 12 (DOZE) CONTAINERS A SEREM INSTALADOS EM DIVERSOS ENDEREÇOS DA MOBI-RIO, NOS LIMITES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.
Valor estimado sigiloso conforme Lei 13.303/2016 e Decreto Rio 44.698/2018.
Local para a retirada do Edital:
através dos sites **http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br**
http://www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 986001)

A Pregoeira e a equipe de Apoio comunicam que **fica o certame remarcado para o dia 22 de março de 2022 às 10:30h (dez horas e trinta minutos).**

SECRETARIA DE CONSERVAÇÃO

ADVERTÊNCIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

PROCESSO N.º 26/000.008/2022 - Pelos fatos e razões aduzidos no pronunciamento da Pregoeira às fls. 36/40 ao qual me reporto e adoto como fundamento da decisão, aplico a penalidade de **ADVERTÊNCIA** à empresa **SANERIO CONSTRUÇÕES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 01.064.043/0001-01, pelo descumprimento do Art. 43, §6º da Lei Federal n.º 8.666/1993, bem como, o Item 11.9.4 c/c Item 20.2.(a) do edital do Pregão Eletrônico **PE - SECONSERVA Nº 621/2021**, que tem como objeto a execução de "**SERVIÇOS DE FRESAGEM**, **RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NA ÁREA DA 1ª CRC - AP1 E AP2 - PROGRAMA ASFALTO LISO**", conforme as especificações constantes do Edital e do Anexo I - Projeto Básico.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2022

A Coordenadoria de Infraestrutura e Logística **CONVOCA** a empresa **EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA**, **CNPJ nº 37.278.673/0001-18**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, para apresentação de defesa prévia ante a aplicação de penalidade pela não entrega de material, conforme **OFM Nº 005 / 2022**, **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/ 2022 E PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP Nº 550/2021**, com fulcro no Art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2022

A Coordenadoria de Infraestrutura e Logística **CONVOCA** a empresa **EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA**, **CNPJ nº 37.278.673/0001-18**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, para apresentação de defesa prévia ante a aplicação de penalidade pela não entrega de material, conforme **OFM Nº 006 / 2022**, **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/ 2022 E PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP Nº 724/2021**, com fulcro no Art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo Instrutivo: 07/000.552/2022
Termo de Apoio SME nº 30/2022
Data da assinatura: 15/02/2022
Partes: PCRJ/SME e FAZ EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, com a INTERVENIÊNCIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE - E/CRE (01.07.011) ESCOLA MUNICIPAL CARDEAL LEME.
OBJETO: APOIO PEDAGÓGICO E À INFRAESTRUTURA NA UNIDADE - E/CRE (01.07.011) ESCOLA MUNICIPAL CARDEAL LEME - Programa Apoie uma Escola ou Creche.
Fundamento: Decreto nº 30.871/2009 e a legislação em vigor, em especial Lei
Federal nº 8.666 de 21/06/93.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo Instrutivo: 07/000.553/2022
Termo de Apoio SME nº 31/2022
Data da assinatura: 15/02/2022
Partes: PCRJ/SME e FAZ EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, com a INTERVENIÊNCIA DO CONSELHO ESCOLA COMUNIDADE - E/CRE (06.22.009) ESCOLA MUNICIPAL COELHO NETO.
OBJETO: APOIO PEDAGÓGICO E À INFRAESTRUTURA NA UNIDADE - E/CRE (06.22.009) ESCOLA MUNICIPAL COELHO NETO - Programa Apoie uma Escola ou Creche.
Fundamento: Decreto nº 30.871/2009 e a legislação em vigor, em especial Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93.

EXTRATO DA ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMPLEMENTAR SRP/SME N° 0715/2021
O PREGOEIRO DA SME TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE, ATRAVÉS DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA CONSTANTE 07/005.446/2021

Às 14:30 horas do dia 17 de fevereiro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria P FP/SUBGGC No 031 de 17/05/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 07/005.446/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 0715/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Aquisição de Absorvente Higiênico, tendo em vista Solicitação de desclassificação das propostas dos itens 01 e 02.

Item: 1
Descrição: Absorvente higiênico
Descrição Complementar: Absorvente Higiênico Tipo: Normal Sem Abas, Formato: Tradicional, Apresentação: Externa
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 163.412 **Unidade de fornecimento**: Embalagem 8,00 UN
Valor Estimado: R$ 1,69 **Situação**: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,10

Aceito para: TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI, **pelo melhor lance de** R$ 2,00 e com valor negociado a R$ 1,69 **e a quantidade de** 163.412 **Embalagem 8,00 UN.**

Item: 2
Descrição: Absorvente higiênico
Descrição Complementar: Absorvente Higiênico Tipo: Normal Sem Abas, Formato: Tradicional, Apresentação: Externa
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.470.708 **Unidade de fornecimento**: Embalagem 8,00 UN
Valor Estimado: R$ 1,69 **Situação**: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,10

Aceito para: TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI, **pelo melhor lance de** R$ 2,00 e com valor negociado a R$ 1,69 **e a quantidade de** 1.470.708 **Embalagem 8,00 UN.**

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 14:19 horas do dia 08 de março de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO
PROCESSO 07/005446/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP/SME Nº 0715/2021

O Pregoeiro da Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições declara vencedores do certame e adjudica a **AQUISIÇÃO DE ABSORVENTE** à empresa: **TOP MIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI** para o item 1 no valor unitário de R$ 1,69 (um real e sessenta e nove centavos) para o item 2 no valor unitário de R$ 1,69 (um real e sessenta e nove centavos).

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 07/005379/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO/SRP/SME Nº 0077/2022

Data: 21/03/2022 às 14h (quatorze horas)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO
Valor: R$ 88.541.552,14 (oitenta e oito milhões quinhentos e quarenta e um mil quinhentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos).
Local para retirada do Edital: pelo site www.comprasnet.gov.br
Telefone para contato: (21) 2976-2120 - Horário: 10:00 às 17:00 horas.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 07/000155/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO/SME Nº 0208/2022

Data: 24/03/2022 às 14h (catorze horas).
Objeto: Prestação de serviços, com abrangência de cobertura local, para transmissão em TV digital aberta, de 10h30min (segunda a sexta-feira) de conteúdos educacionais e videoaulas, gravadas e ao vivo, definidos pela SME/RJ com montagem de grade de programação e transmissão ao vivo de sinal gerado na sede da MultiRio - Empresa Municipal de Multimeios, no Largo dos Leões nº 15 - Humaitá, Rio de Janeiro, através de infraestrutura principal e secundária, com sinal de retorno e inclusão de legenda oculta.
Valor: R$ 2.613.374,64 (dois milhões seiscentos e treze mil trezentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).
Local para retirada do Edital: pelo site www.comprasnet.gov.br
Telefone para contato: (21) 2976-2120 - Horário: 10:00 às 17:00 horas.

1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/ 1ª CRE Nº 06, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO
I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de janeiro de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO
O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III – DOS CUSTOS ESTIMADOS
III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 63, de 10 de novembro de 2021, à Rua Edgar Gordilho, 63, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/ 1ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação – CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI – DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS – CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/ 1ª CRE, localizada à Rua Edgar Gordilho, 63, até o dia 11/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII – DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:
A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria "P" nº 63, de 10 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 169, de 11 de novembro de 2021.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:
O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X – DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA
X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII – DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE
XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV – DO DIREITO DE PETIÇÃO
XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/1ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV – INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:
ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 12 folhas numeradas e ordenadas e anexos.
Rio de Janeiro,08 de março de 2022

Comissão de Avaliação:
Marcelo Teixeira Farias – matrícula 11/162466-7
Viviane Feitosa de Moraes – matrícula 12/296454-2
Clara dos Reis Magalhães – matrícula 12/268807-8

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/ 1ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos 08 (oito) dias do mês de março de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) E/ 1ª Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° 63 de 10 de novembro de 2021, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/ 1ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix – Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/ 1ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária – FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX –, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P" 63 da 1ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:
(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**

Comunitária ( ):	**Privada sem fins lucrativos ( ):**
( ) Qualificação Confessional	( ) Qualificação Confessional
( ) Certificação como Filantrópica	( ) Certificação como Filantrópica
( ) Nenhuma das duas	( ) Nenhuma das duas

Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica
Diretor: _____
Coordenador: _____
Profissional Especializado em Educação Especial: _____

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica
Diretor: _____
Coordenador: _____
Profissional Especializado em Educação Especial: _____

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____, portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:			META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:					
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
									NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)							Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)					
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
CEP:_____ - Rio de Janeiro - RJ-
Correio Eletrônico:_____ Telefone: (21)_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/2ª CRE Nº 57, DE 07 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de janeiro de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de **12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022**, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 57, de 07 de março de 2022, à Praça Alcio Souto, s/nº, Lagoa, Rio de Janeiro, no período de **09/03/2022** até **16/03/2022**, no horário de **09h** às **17h**, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/2ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/2ªCRE, localizada à Praça Alcio Souto, s/nº, Lagoa, Rio de Janeiro, até o dia **08/04/2022**, no horário de **9h** às **17h**, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 57, de 07 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 246, de 08 de março de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/2ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém ___ folhas numeradas e ordenadas e anexos.
Rio de Janeiro, de de 2022

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/___ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/___ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:
(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P" ___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:
(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.
2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO: **VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)** **VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)** **VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)**
VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)
2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____

(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**

Comunitária ( ):	**Privada sem fins lucrativos ( ):**
( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas

Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica
Diretor: _____
Coordenador: _____
Profissional Especializado em Educação Especial: _____

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:				META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:				
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
									NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)							Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)					
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
_____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua:_____ nº _____
CEP: _____ - Rio de Janeiro - RJ-
Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/3ªCRE Nº 01, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de 18 de abril de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 11, de 02 de março de 2022, à Rua Vinte e Quatro de maio, nº 931 - fundos, Engenho Novo, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.
IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/3ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);
n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/3ªCRE, localizada à Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 931 - fundos, Engenho Novo - RJ, até o dia 08/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 11, de 02 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 243, de 03 de março de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;
XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).
XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:
1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/3ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 12 folhas numeradas e ordenadas e anexos.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

Comissão de Avaliação da E/3ª CRE

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/___ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/___ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P" nº ___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:
(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**

Comunitária ( ):	**Privada sem fins lucrativos ( ):**
( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas

Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica
Diretor: _____
Coordenador: _____
Profissional Especializado em Educação Especial: _____

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:

a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:				META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:				
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
									NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA

Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____) Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)

* para beneficiários CFC

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
_____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
CEP:_____ - Rio de Janeiro - RJ-
Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO			
NOME		ASSINATURA	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA			
NOME		ASSINATURA	

3ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Instrumento - Termo de compromisso E/3ª CRE nº **04/2022**
Nome das Partes - **FLAVIO LINHARES DE SOUSA** e o Município do Rio de Janeiro/SME
Data da Celebração - 04/03/2022
Objeto - Estágio Obrigatório
Prazo - 07/03/2022 a 06/05/2022
Fundamento do ato- Convênio nº **15/2019**
Processo nº 01/903.375/2019

4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/4ª CRE Nº 03 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante o Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de janeiro de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 22 de 4 de março de 2022 , à Rua Professor Luís Rondelli, 150, Olaria, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• Privada sem fins lucrativos;
• Comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/4ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. Possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. Cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. Tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. Tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. Tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. Tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. Tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/4ªCRE, localizada à Rua Professor Luís Rondelli, 150, Olaria, Rio de Janeiro, até o dia 11/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 22 de 4, de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 245, de 07 de março de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/4ªCRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/4ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.
XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém ___ folhas numeradas e ordenadas e anexos.
Rio de Janeiro, de de 2022

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/4ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/4ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P" ___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO: **VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)** **VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)** **VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)**
VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)
2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº_____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:				META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:				
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
									NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)					Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)							
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
_____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
CEP:_____ - Rio de Janeiro - RJ-
Correio Eletrônico:_____ Telefone: (21)_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

5ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/5ª CRE Nº 04 DE 08 DE MARÇO DE 2022

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 5ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de 18 de abril de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 76 , de 11 de novembro de 2021, à Rua Rua Marupiara, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/5ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/5ª CRE, localizada à Rua Marupiara, s/nº até o dia 11/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 76, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 170, de 12 de novembro de 2021.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/5ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 12 folhas numeradas e ordenadas e anexos.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2022

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/___ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/___ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P"
___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor: _____** **Coordenador: _____** **Profissional Especializado em Educação Especial: _____**		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:				META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:				
									IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)								Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)				
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
___ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____, nº_____
CEP_____ Rio de Janeiro - RJ-
Correio Eletrônico:_____ Telefone: (21)_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

E/6ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/6ªCRE Nº 02, DE 08 DE MARÇO DE 2022

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 6ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de janeiro de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X 12 + C = R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 76, de 30 de dezembro de 2021, à Rua dos Abacatès, s/nº, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/6ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/6ª CRE, localizada à Rua dos Abacatès, s/nº, Deodoro até o dia 10/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 76, de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 203, de 03 de janeiro de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/6ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 40 folhas numeradas e ordenadas e anexos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

Comissão de Avaliação da E/6ªCRE

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/___ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/___ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P" ___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)
VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				**TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:**								
DIAS LETIVOS / MÊS:				**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:**				**META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:**				
									IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)									Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)			
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
___ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____, nº_____
CEP:_____ - Rio de Janeiro - RJ- Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
E/7ª CRE Nº 06, DE 08 DE MARÇO DE 2022

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 7ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de abril de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses, a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X 12 + C = R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 88, de 10 de novembro de 2021, à Avenida Ayrton Senna, 2001, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/7ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenadora da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/7ª CRE, localizada à Ayrton Senna, 2001 - Barra da Tijuca, até o dia 08/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 88, de 10 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 169, de 11 de novembro de 2021.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/7º CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto “N” nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém ___ folhas numeradas e ordenadas e anexos.

Rio de Janeiro, de de 2022.

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO “P” n° ___ de ___ de 2018, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº 18, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/___ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/___ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.

Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P"
___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO: **VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)** **VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)** **VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)**
VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)
2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				**TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:**								
DIAS LETIVOS / MÊS:				**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:**				**META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:**				
									IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
Nº	**NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA**	**GÊNERO**	**DATA DE NASCIMENTO**	**BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?**	**NIS DA CRIANÇA**	**DATA DE INGRESSO**	**DATA DO DESLIGAMENTO**	**QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS**	**NOME**	**Nº DA IDENTIDADE**	**NIS DO RESPONSÁVEL***	**ASSINATURA**
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)					Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)							
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
___ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
CEP:_____ - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

8ª COORDENADORA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
E/8ªCRE Nº 05, DE 08 DE MARÇO DE 2022

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de **18/04/2022** de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de **12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022**, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 02(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 50, de 07 DE MARÇO DE 2022 , à Rua BIARRITZ, N°31, Rio de Janeiro, no período de **09/03/2022 até 16/03/2022**, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/8ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/8ª CRE, localizada à Rua Biarritz , nº 31, até o dia **08/04/2022,** no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 50, de 07 de março de 2022, publicada no Diário Oficial de 08 de março de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/8ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 39 folhas numeradas e ordenadas e anexos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS
O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº 05, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº 05.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/8ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/8ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de **12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.**
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.
Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.
Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº 05 e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: “Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA “P”
___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:
(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:		**CNPJ:**	

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.
2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO: **VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)** **VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)** **VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)**
VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)
2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:				META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:				
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
									NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)									Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)			
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
_____ - Rio de Janeiro - RJ-
CEP:_____ Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME				ASSINATURA	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME				ASSINATURA	

8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
LAUDO DE ANÁLISE BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

De acordo com a Lei 3697 de 09 de dezembro de 2003, foram realizadas análises bacteriológicas nas amostras de água das escolas a seguir, sendo obtidos resultados satisfatórios para o consumo.

UNIDADE ESCOLAR	LAUDO DE
E/CRE (08.17.013) EM COLLECHIO	31/01/2022
E/CRE (08.17.055) EM PROF LAURO TRAVASSOS	04/03/2022
E/CRE (08.17.072) EM UBALDO DE OLIVEIRA	04/03/2022
E/CRE (08.17.603) CM DENTE DE LEITE	25/02/2022
E/CRE (08.33.806) EDI FORF CRISTIANO P DE MORAES BISPO	07/02/2022

9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/9ªCRE Nº 05, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de abril de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.
III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria “P” nº 72, de 08 de março de 2022, à Rua Amaral Costa, 140 - Campo Grande , Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com
esta Municipalidade, por intermédio da E/9ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.
V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;
v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada ao Coordenador(a) da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/9ªCRE, localizada à Rua Amaral Costa, nº 140, Campo Grande -RJ até o dia 08/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 72, de 08 de março de 2022, publicada no Diário Oficial de 09 de março de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/9ªCRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;
XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 30 folhas numeradas e ordenadas e anexos.

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas
disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Adminis-

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

tração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº 05, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6(seis) meses até 3(três) anos e 11(onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº 05.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/9ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/9ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.

Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___;
ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº 05 e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem
como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: “Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA “P” N.º 72 da 9ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:
(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.
Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº_____/_____(aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO: **VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)** **VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)** **VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)**
VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)
2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____, portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____

( ) Possuir menos que 20 empregados;

( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII

REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.

Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:

a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				**TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:**								
DIAS LETIVOS / MÊS:				**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:**				**META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:**				
									IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
Nº	**NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA**	**GÊNERO**	**DATA DE NASCIMENTO**	**BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?**	**NIS DA CRIANÇA**	**DATA DE INGRESSO**	**DATA DO DESLIGAMENTO**	**QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS**	**NOME**	**Nº DA IDENTIDADE**	**NIS DO RESPONSÁVEL***	**ASSINATURA**
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)					Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)							
* para beneficiários CFC												

ANEXO X

INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
CEP:_____ - Rio de Janeiro - RJ-
Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME			ASSINATURA		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME			ASSINATURA		

10ª COORDENADORIA REGIONAL EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/10ª CRE Nº 03, DE 8 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 10ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capita, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante ao Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de 18 de abril de 2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº_____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.

III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 258, de 04 de março de 2022, à Avenida Padre Guilherme Decaminada, nº 71, Santa Cruz, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/10ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada à Coordenadora da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/10ª CRE, localizada à Avenida Padre Guilherme Decaminada, nº 71, Santa Cruz, Rio de Janeiro, até o dia 08/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.

VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria E/10ª CRE “P” nº 258, de 04 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 07, de março de 2022.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/10ª CRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 12 folhas numeradas e ordenadas e anexos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.

_____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela(o) Exma(o). Sr.(ª) ___/___ Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° ___ de ___ de _____, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20.02.2002; do Decreto nº 32.318, de 7.06.2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13.09.1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18.09.1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº ___, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº ___.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/___ª CRE.
xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/___ª CRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.
Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº ___ e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX -, entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P"___ da ___ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2020.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor:** _____ **Coordenador:** _____ **Profissional Especializado em Educação Especial:** _____		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO												
NOME DA CRECHE:												
MÊS / ANO:				TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:								
DIAS LETIVOS / MÊS:				TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:				META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:				
									IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA
Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____)									Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)			
* para beneficiários CFC												

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
_____ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
_____ - Rio de Janeiro - RJ-
CEP:_____ Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO					
NOME				ASSINATURA	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA					
NOME				ASSINATURA	

11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E/11ªCRE Nº 03, DE 08 DE MARÇO DE 2022.

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, torna público que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e posteriores alterações, e do Decreto Rio nº 42.696/2016 e Resolução SME n.º 289/2021 para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e no Plano de Trabalho (Anexo VII), parte integrante do presente instrumento.

I - DO OBJETO

I.1. O objeto do presente edital consiste na divulgação do interesse desta Coordenadoria em celebrar Parceria, na forma de per capta, com instituições de Educação Infantil, na modalidade creche, sem fins lucrativos, integrantes da Rede Privada de Ensino do Município do Rio de Janeiro, incluindo as comunitárias e as confessionais, e que possuam ato autorizativo perante o Sistema Municipal de Ensino, cujo objetivo consiste no atendimento educacional e nutricional a crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11(onze) meses, a partir de 18/04/2022, nos termos do item II.

II - DO PRAZO

O prazo de vigência da Parceria será de 12 (doze) meses, a contar de 18 de abril de 2022, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada a duração a 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos.

III - DOS CUSTOS ESTIMADOS

III.1. O valor total estimado do Termo de Colaboração será calculado seguindo a fórmula abaixo:

VALOR PER CAPITA (A) = R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)
VALOR MENSAL (B) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA (C) = A X Nº _____ CRIANÇAS = R$ _____ (_____)

VALOR ESTIMADO DO TERMO DE COLABORAÇÃO
B X **12 + C =** R$ _____ (_____)

III.2. Havendo matrícula de alunos com necessidades especiais, desde que diagnosticado com a devida comprovação por profissionais da área, a meta de atendimento na parceria estabelecida sofrerá decréscimo, de no máximo 2(dois) alunos por grupamento, sem alteração do valor total estimado da parceria.
III.3. Os repasses correspondentes as parcelas 2 e 4 serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal estabelecido no Termo de Colaboração, para fins de utilização, preferencialmente, para qualificação do quadro de recursos humanos, aquisição de bens permanentes, execução de melhorias em suas instalações e aquisição de materiais pedagógicos.

III.4. O desembolso das parcelas se dará de acordo com o cronograma abaixo:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

III.5. Excetuando-se a primeira parcela, a liberação das demais se dará mediante apresentação, avaliação e aprovação pelo Ordenador de Despesa das Prestações de Contas dos meses anteriores, conforme estabelecido no cronograma de desembolso previsto no item III.4.

III.6. Em caso de exigências técnicas ou documentais a serem cumpridas, a liberação da parcela subsequente ficará suspensa até que sejam sanadas as impropriedades.

IV - RETIRADA DO EDITAL

IV.1. As instituições interessadas deverão retirar o Edital e os respectivos anexos, bem como toda a legislação mencionada neste Edital junto à Comissão de Avaliação, designada pela Portaria "P" nº 47, de 29 de dezembro de 2021, à Estrada de Maracajás, 1294 - Galeão - Ilha do Governador, Rio de Janeiro, no período de 09/03/2022 até 16/03/2022, no horário de 09h às 17h, gratuitamente, mediante a apresentação do carimbo padronizado com CNPJ da instituição.

IV.2. As retificações do Edital, por qualquer motivo, obrigarão a todos os participantes e serão divulgadas da mesma forma em que se deu publicidade ao presente Edital.

V - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

V.1. Somente poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que se classifiquem, pelo menos, em uma das seguintes categorias administrativas, na forma da lei:
• privada sem fins lucrativos;
• comunitária:

V.2. As instituições de ensino privada sem fins lucrativos e comunitária, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas nos termos da Lei 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

V.3. As instituições de Educação Infantil que pretendam formalizar parceria com esta Municipalidade, por intermédio da E/11ª CRE, mediante celebração de Termo de Colaboração, além de pertencer a uma das categorias administrativas de que trata o item V.1, deverão:

V.3.1. possuir regularização do funcionamento junto ao Sistema Municipal de Ensino, que contemple as faixas etárias das crianças a serem atendidas;

V.3.2. cumprir as exigências da legislação educacional, em especial as Deliberações do Conselho Municipal de Educação - CME, bem como da legislação sobre a regularidade jurídica e fiscal.

V.4. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as organizações da sociedade civil que:

V.4.1. não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

V.4.2. estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

V.4.3. tenham como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

V.4.4. tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

V.4.4.1 for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

V.4.4.2 reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V.4.4.3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V.4.5. tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

V.4.5.1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

V.4.5.2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V.4.5.3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

V.4.5.4. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

V.4.5.5. tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

V.4.6. tenham entre seus dirigentes pessoa:

V.4.6.1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

V.4.6.2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

V.4.6.3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

V.4.7. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal, com exceção dos Termos de Fomento vigentes no âmbito da Secretaria Municipal de Educação que migrarão para Termos de Colaboração após esse certame.

V.4.8. Não será permitida a participação de mais de uma organização da sociedade civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, observando-se ainda o que dispõe o Decreto Rio nº 42.696/2016.

V.4.9. Não será permitida a participação de organização da sociedade civil cujos dirigentes, gerentes ou associados sejam servidores do Município ou de suas entidades, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital. Conforme o art. 2º, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, também será vedada a participação de entidades que possuam em seus quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões de sua estrutura, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições desse Edital (ANEXO III).

VI - DA HABILITAÇÃO

As instituições interessadas na celebração do Termo de Colaboração de que trata este Edital deverão, ainda, comprovar sua regularidade mediante a apresentação da documentação abaixo elencada:

a) Inscrição no CNPJ;

b) Estatuto Social e última alteração, se houver, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou JUCERJA, demonstrando o objeto social da instituição e a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

c) Ata da eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no mesmo órgão em que foi registrado o Estatuto;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de Isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

f) Comprovante de Registro de Cadastro de Contribuinte Municipal;

g) Certidão Negativa de Débitos do Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISS

h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

i) Carteira de Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is) da instituição;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

k) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

l) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do imóvel sede da instituição.

m) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face da legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou Declaração emitida pelo representante legal da entidade (Anexo II);

n) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui, em seu quadro, funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do primeiro ou segundo escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, de acordo com o Decreto nº 19.381 de 1º/1/2001 (Anexo III);

o) Declaração em papel timbrado de que a instituição não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, devendo apresentar declaração de atendimento às disposições do Art. 21, III do Decreto Rio n.º 42.696/2016 (Anexo IV);

p) Declaração em papel timbrado de que a instituição não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal (Anexo V);

q) Declaração assinada pelo representante legal da instituição, ou procurador regularmente constituído, de que a Instituição observa cotas mínimas para pessoas negras e mulheres, cumprindo o disposto no Decreto Municipal n.º 21.083/2002, alterado pelo Decreto nº 21.253/2002 (Anexo VI);

r) Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

s) Comprovação do vínculo da equipe com a instituição mantenedora, o que poderá ser feito mediante a apresentação de cópias das carteiras de trabalho;

t) Documento oficial de autorização para funcionamento da creche ou laudo favorável da Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

u) Declaração do representante legal de que a organização da sociedade civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item V deste Edital;

v) Cadastro de conta corrente específica para a parceria firmada por meio do Termo de Colaboração;

w) Plano de Trabalho conforme modelo constante deste Edital (Anexo VII).

VII - DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

VII.1 As instituições interessadas deverão formalizar o pedido de celebração do Termo de Colaboração, por intermédio de carta endereçada à Coordenadora da CRE e documentação de habilitação, com vista à abertura de processo administrativo no protocolo da E/11ªCRE, localizada à Estrada de Maracajás, 1294 - Galeão - Ilha do Governador, até o dia 08/04/2022, no horário de 9h às 17h, acompanhada de toda a documentação elencada no item VI.
VII.2 As instituições deverão manter atualizados os documentos pertinentes à habilitação cabendo-lhes a responsabilidade pelo controle dos prazos de validade.

VII.3 As certidões e comprovantes solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos até 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

VII.4 Os documentos necessários à habilitação serão apresentados em cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação na Imprensa Oficial, ou poderão ser apresentados por meio de cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação desses, na forma do disposto no Decreto Municipal nº 2.477/1980.

VII.5 A cópia de certidão ou documento autenticada na forma da lei, desde que perfeitamente legível, dispensa a nova conferência com o documento original, ficando, entretanto, reservado à Comissão de Avalição o direito de exigir os originais para quaisquer verificações.

VII.6 Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no Presente Edital.

VII.7 É facultada a CRE, em qualquer fase do procedimento de habilitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

VII.8 Todas as declarações e informações apresentadas deverão ser elaboradas em papel timbrado da instituição, em folhas numeradas e rubricadas, contendo data e assinatura do Representante Legal e carimbo padronizado do CNPJ na última folha.

VI.9 Não serão acolhidas as solicitações que forem apresentadas na forma de cópias emitidas por fax, apresentarem divergência entre as respectivas vias ou não estiverem de acordo com as instruções para preenchimento e apresentação contidas neste Edital.

VIII - DA AVALIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES:

A avaliação da documentação e dos demais critérios será realizada pela Comissão de Avaliação designada para este fim por intermédio da Portaria “P” nº 47, de 29 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 202, de 30 de dezembro de 2021.

Somente serão deferidas as solicitações que preencham todos os requisitos previstos na Portaria supramencionada.

IX - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

O resultado final da avaliação das solicitações será divulgado por intermédio de publicação em Diário Oficial.

X - DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

X.1 A Parceria somente será celebrada com a entidade mantenedora da instituição de ensino.

X.2 A data para assinatura da parceria será agendada posteriormente, tão logo sejam concluídos os demais procedimentos administrativos cabíveis.

X.3 A parceria será celebrada nos moldes da minuta constante do **Anexo I** deste edital.

XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

XI.1 As prestações de contas da execução da parceria serão apresentadas na forma constante no Art. 10, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021, devendo ser apresentada pela entidade à respectiva E/CRE até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência do repasse, em conformidade com as normas e procedimentos determinados pela SME, e deverá conter os seguintes documentos:

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

XI.1 Requerimento (Anexo VIII);

XI.2 Relatório de Atendimento (Anexo IX);

XI.3 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XI.4 Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;

XI.5 Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza - ISS;

XI.5 Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XI.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

XI.7 Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

XI.8 Mapa Demonstrativo de despesas;

XI.9 Extrato bancário demonstrando o saldo em conta;

XI.10 Toda a documentação jurídico-fiscal apresentada pela instituição deverá atender aos requisitos de habilitação, completude, validade e autenticidade;

XI.11 O Relatório de Atendimento (Anexo IX) mencionado no item XI.2 deste Edital, deverá ser apresentado com todos os campos preenchidos, contendo as assinaturas dos responsáveis pelas crianças beneficiadas, do Diretor(a) e do(a) Representante Legal, esses dois últimos, devidamente cadastrados na E/SUBAIR/COR/GRE;

XII - DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

XII.1. Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X.

XII.2. A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

XIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

XIII.1. A Administração Municipal poderá impor à organização da sociedade civil, pela execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o Termo de Colaboração a ser celebrado, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Rio nº 42.696/2016 e na Resolução SME n.º 289/2021, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

(i) Advertência;

(ii) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;

(iii) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item (ii).

XIII.2. As sanções previstas nos itens (i) e (ii) poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas no item (iii) e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Termo de Colaboração, garantida a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII.3. As sanções estabelecidas nos itens (ii) e (iii) são da competência da Secretaria Municipal de Educação.

XIII.4. As sanções previstas nos itens (ii) e (iii) poderão também ser aplicadas às instituições selecionadas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

1 - sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do processo seletivo público;

3 - demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

XIV - DO DIREITO DE PETIÇÃO

XIV.1. Após a divulgação do resultado em Diário Oficial, conforme previsto no item IX, a organização da sociedade civil interessada poderá interpor recurso, no prazo de três dias úteis a contar da publicação, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XIV.2. A falta de manifestação da organização da sociedade civil interessada no prazo estabelecido no item XIV acarretará decadência do direito de recorrer a homologação do resultado do processo seletivo.

XIV.3. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão de Avaliação.

XIV.4. A Comissão de Avaliação poderá reconsiderar sua deliberação, no prazo de até cinco dias úteis.

XIV.5. Caso a Comissão de Avaliação não reconsidere sua deliberação no prazo de até cinco dias úteis, o Presidente, com a devida justificativa, encaminhará o recurso à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

XIV.6. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Entidade que estiver sofrendo penalidade administrativa será automaticamente excluída deste Processo Público.

XV.1. A organização da sociedade civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação quando da assinatura da parceria durante toda a sua vigência.

XV.2. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da E/11ªCRE observará as regras do presente Edital, da Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Rio nº 42.696/2016 e da Resolução SME n.º 289/2021, bem como as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

XV.3. Ficam as organizações da sociedade civil participantes desta seleção e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

XV.4. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração da parceria ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma: (i) por termo aditivo à parceria ou (ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração.

XV.5. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para: (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

XV.6. As disposições deste edital e de todos os seus anexos farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar do instrumento jurídico assinado, independente de transcrição;

XV.7. Fica vedada à instituição parceira a quarteirização do respectivo Termo Colaboração para outras entidades, ficando ressalvada a contratação de recursos humanos para atuação direta no projeto ou atividade.

Fica eleito o foro do Município do Rio de Janeiro para dirimir qualquer demanda judicial, renunciando os participantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

A participação da instituição implica em sua inteira submissão à legislação pertinente.

XIV - INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I - Minuta de Termo de Colaboração;
ANEXO II - Declaração Negativa de Ilícitos Trabalhistas;
ANEXO III - Declaração referente às normas éticas, conforme determina a que se reporta o Decreto "N" nº 19.381, de 01/01/2001;
ANEXO IV - Declaração de atendimento ao que dispõe o Art. 21, III do Decreto 42.696/2016;
ANEXO V - Declaração de que a organização civil não possui em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra fundação privada ou associação;
ANEXO VI - Declaração de cumprimento do que dispõe o Decreto nº 21.083, de 20/02/2002, e suas alterações;
ANEXO VII - Plano de Trabalho;
ANEXO VIII - Requerimento para Formalização de Processo de Prestação de Contas;
ANEXO IX - Relatório de Atendimento;
ANEXO X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

Este Edital contém 11 folhas numeradas e ordenadas e anexos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.

_____ _____ _____
Assinatura da Comissão de Avaliação

ANEXO I
MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ___ /2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - E/11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO** E A _____.

Aos ___ (___) dias do mês de ___ de 2022, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, neste ato representado pela Exma. Sr.ª Tania Maria de Souza Bendas Roberto, Coordenadora da 11ª Coordenadoria Regional de Educação, consoante delegação do Decreto RIO "P" n° 300 de 16/01/2017, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado o ___, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com sede na rua ___, inscrito no CNPJ sob o nº ___, neste ato representada por seu Representante Legal, ___, portador da carteira de identidade nº ___, expedida pelo ___, e inscrito no CPF sob o nº ___, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 e o no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação, devidamente publicada do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro em ___/___/___, às fls. ___, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NORMAS APLICÁVEIS

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, e suas alterações, do Decreto n.º 42.696 de 2016; do decreto nº 21.083, de 20/02/2002; do Decreto nº 32.318, de 7/06/2010; pelas normas do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19/12/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, 13/09/1990; pelas normas do Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto n.º 3.221, de 18/09/1981 e suas alterações; bem como as demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº 03, as quais a no que não contrastarem as sobreditas normas gerais, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO tem por objeto a obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capta, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional prestado a ___ (___) crianças, na faixa etária de 6 (seis) meses até 3 (três) anos e 11 (onze) meses, no período mínimo de 8 (oito) horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira, conforme Plano de Trabalho, Anexo I do presente termo, em consonância com as diretrizes e normas indicadas pela SME, bem como as normas citadas no Edital nº 03.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇOES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL possui as seguintes obrigações:

i - Desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho, fls. ___;

ii - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no Plano de Trabalho, fls. ___, cujo valor é definido por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

iii - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;

iv - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

v - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;

vi - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

vii - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, nos termos dos documentos referidos no item i desta CLÁUSULA, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

viii - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;

ix - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

x - Manter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Secretaria Municipal de Fazenda;

xi - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta à E/11ª CRE.

xii - Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

xiii - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao Município em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.

xiv - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;

xv - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;

xvi - Apresentar relatórios de Execução do e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro,

xvii - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos sociais em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 47 do Decreto Municipal nº 42696/2016;

xviii - Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90. (Obs.: A referência à Lei Federal nº 8.069/90 somente deve constar nos termos que envolvam crianças e adolescentes).

xix - Manter conservadas as instalações físicas da unidade de ensino.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO possui as seguintes obrigações:

i - Através da Secretaria Municipal de Educação - E/11ªCRE, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do plano de trabalho objeto do presente TERMO;

ii - Repassar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

iii - Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

iv - Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

i - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

ii - remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção chefia ou assessoramento;

iii - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

iv - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

v - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

vi - transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

vii - Realizar despesas com:
a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
c) pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 42696/2016;
d)obras que não sejam de mera adaptação e de pequeno porte.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do Município, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses a contar de 18 de abril de 2022.

Parágrafo Primeiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o MUNICÍPIO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

Parágrafo Segundo: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de vigência.

Parágrafo Terceiro: O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado de ofício pelo MUNICÍPIO, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) - por termo aditivo à parceria para:
(a) ampliação do valor global, no limite máximo de até trinta por cento;
(b) redução do valor global, sem limitação de montante;
(c) prorrogação da vigência, em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
(d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou
(ii) - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:
(a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou
(b) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

Parágrafo Único: Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e
(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O reajuste de preços somente será devido por ocasião da alteração do valor per capta fixado por ato do poder executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor do presente TERMO é de R$ ___ (___), e correrá por conta do PT ___; FR ___; ND ___, e será pago em ___ (___) parcelas, nos valores e períodos discriminados abaixo, tendo sido emitida(s) a(s) Nota(s) de Empenho Nº ___, em ___/___/___, no valor de R$ ___ (___).

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração.
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4.
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7.
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10.

Parágrafo Primeiro: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que esses ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas, salvo a primeira parcela, que será repassada mediante a assinatura do Termo de Colaboração. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

Parágrafo Segundo: Os recursos previstos no *caput* serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade.

Parágrafo Terceiro: A primeira parcela será liberada após a celebração do TERMO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Quarto: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do antepenúltimo repasse efetuado.

Parágrafo Quinto: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados, conforme regulamento específico.

Parágrafo Sexto: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no plano de trabalho pela autoridade pública competente.

Parágrafo Sétimo: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 45 (quarenta e cinco) dias após terminado o período a que se refere a parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas será instruída com os documentos indicados no Edital nº 03 e na Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas somente será recebida pelo MUNICÍPIO se estiver instruída com todos os documentos referidos no PARÁGRAFO PRIMEIRO.

Parágrafo Terceiro: No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quarto: Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo Quinto: Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: "Prestação de Contas nº XXX/XXXX - entre a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a Secretaria Municipal de Educação".

Parágrafo Sexto: A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A parceria será monitorada e avaliada por Comissão Gestora estabelecida por PORTARIA "P" N.º ____ da 11ª Coordenadoria de Educação.

Parágrafo Primeiro: Na avaliação da qualidade do atendimento prestado, a Comissão Gestora levará em consideração os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, conforme Anexo X, da Resolução SME n.º 289, de 20 de outubro de 2021.

Parágrafo Segundo: A SME poderá fazer uso de pesquisa de satisfação a fim de verificar a avaliação de diferentes aspectos tais como: atendimento dos funcionários, limpeza, qualidade das instalações, fatores pedagógicos, alimentação entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015 e com o Decreto Municipal nº 42696/2016, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:
(i) - Advertência;
(ii) - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
(iii) - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

Parágrafo Único: As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

Parágrafo Segundo: O MUNICÍPIO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo Terceiro: O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

Parágrafo Único: Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de rescisão, o MUNICÍPIO suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando essa obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescente inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
(i) - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o MUNICÍPIO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIARIAS NÃO RECOLHIDAS PELO PARCEIRO

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, autoriza o MUNÍCIPIO à realização de desconto em repasses referentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias quando esses não forem adimplidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O MUNICÍPIO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 06 (seis) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO DO ÓRGÃO COMPETENTE
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
Representante Legal da INSTITUIÇÃO
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	

Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica
Diretor: _____
Coordenador: _____
Profissional Especializado em Educação Especial: _____

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.

PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____
Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.

2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2022.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

ANEXO I – A DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ___ de ___ de 2022.

_____
AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C DA MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

ANEXO I-C AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019
(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº_____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____[órgão da Administração Direta] ou da (o)_____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____[autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro,___ de _____de____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II
DECLARAÇÃO REFERENTE A ILÍCITOS TRABALHISTAS

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

Obs.: 1) Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
2) Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da instituição.

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/2001

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possuí no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do Parágrafo Único do artigo 2º do Decreto "N" nº 19.381/2001.

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ART.21, III DO DECRETO 42.696/2016

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao Art. 21, III, do Decreto Municipal nº 42.696/2016, que esta Entidade não possui dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se esta declaração aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO POSSUI EM SUA DIRETORIA PESSOAS QUE PARTICIPEM DA DIRETORIA DE OUTRA FUNDAÇÃO PRIVADA OU ASSOCIAÇÃO

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que não possui na sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de

_____
(AssinAtura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COTA MÍNIMA

_____, organização da sociedade civil, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins que observa as cotas mínimas para pessoa de cor negra e mulheres (Decreto Municipal nº 21.083/02 e suas alterações).

Rio de Janeiro, de de

_____
(Assinatura, nome e cargo do representante legal da organização da sociedade civil)

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VII
PLANO DE TRABALHO

Entidade Proponente:	**CNPJ:**

Endereço:			
Cidade:	**UF:**	**CEP:**	**Tel:**
E-mail:			

Banco:	**Conta Corrente:**	**Agência:**

Nome do Representante Legal:	
RG (Órgão Expedidor):	**CPF:**

Endereço do Representante Legal:	**CEP:**	**Telefone:**
E-mail:		

Identificação da creche a ser beneficiada		
Nome:		
Endereço:	**CEP:**	**Telefone:**
Comunitária ( ): ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	**Privada sem fins lucrativos ( ):** ( ) Qualificação Confessional ( ) Certificação como Filantrópica ( ) Nenhuma das duas	
Equipe Técnica-Administrativa-Pedagógica **Diretor: _____** **Coordenador: _____** **Profissional Especializado em Educação Especial: _____**		

1– CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

IDENTIFICAÇÃO
Obtenção de parceria junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, na forma per capita, visando complementar valores necessários à manutenção do atendimento educacional e nutricional às crianças matriculadas na creche _____ _____ .
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
Considerando que a entidade não visa lucros, a obtenção da parceria junto à Prefeitura, por intermédio da E/Xª CRE, é essencial como uma das formas de assegurar melhor qualidade nos serviços prestados pela creche e, ainda, a necessidade de complementariedade do atendimento a demanda dessa faixa etária pela SME.
PERÍODO DE EXECUÇÃO
Início: ____/____/_____ Término: ____/____/____

2– META / ETAPAS DE EXECUÇÃO /ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 - META: O atendimento educacional visa a atender a _____ (_____) crianças, na faixa etária de _____ a _____, matriculadas na creche em horário integral de _____h às _____h (mínimo de 8 horas de atendimento) com atividades de atendimento educacional, em consonância com as orientações pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação, e atendimento nutricional.
2.2- ETAPAS DE EXECUÇÃO: As ações decorrentes da execução do Termo de Colaboração serão contínuas, não implicando fases ou etapas.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2.3- ESTIMATIVA DE CUSTO:
VALOR PER CAPITA: R$_____ (_____)
VALOR MENSAL PARA _____ CRIANÇAS: R$ _____ (_____)
VALOR ADICIONAL CORRESPONDENTE À 13ª PARCELA: R$ _____ (_____)

VALOR TOTAL: R$ _____ (_____)

2.4- DA RESERVA MÍNIMA DE VAGAS: Disponibilização de _____ vagas à Secretaria Municipal de Educação para atendimento a crianças na faixa etária de _____ a _____, no prazo de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

3- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.1- APLICAÇÃO DOS RECURSOS: Os recursos recebidos mensalmente serão aplicados em despesas diversas, dentre as permitidas pela Resolução SME nº _____/_____ (aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e gêneros alimentícios; pagamento de pessoal e os respectivos encargos; manutenção predial e de equipamentos e mobiliários, dentre outras vinculadas diretamente ao atendimento às crianças), de acordo com as prioridades estabelecidas, a partir das necessidades maiores que se apresentem em cada mês.

3.2- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS DE REFERÊNCIA.	VALOR	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS
1ª	1 e 2		Mediante assinatura do Termo de Colaboração
2ª + 50% adicional (13ª parcela)	3,4 e 5		Mediante a apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 1.
3ª	6,7 e 8		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 1, 2 e 3 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 4
4ª + 50% adicional (13ª parcela)	9,10 e 11		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 4, 5 e 6 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 7
5ª	12		Mediante a aprovação da Prestação de Contas dos meses de referência 7, 8 e 9 e Apresentação da Prestação de Contas do mês de referência 10

3.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS: Ocorrerá dentro do prazo estabelecido na Resolução SME nº _____/_____.

4- RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTE

Em atenção ao art. 24, VI, do Decreto Rio n.º 42.696/2016, DECLARO:

(nome da instituição) inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr._____,
portador da Carteira de Identidade nº_____ e do CPF nº _____
( ) Possuir menos que 20 empregados;
( ) Observar percentual mínimo de vinte por cento de vagas para afrodescendentes dos respectivos gêneros, sendo dez por cento das vagas reservadas para homens e dez por cento para mulheres em organizações da sociedade civil com mais de 20 empregados, na forma do art. 4º da Lei Municipal nº 4.978/08.

Rio de Janeiro ,_____ de _____ de 2020.

_____
Assinatura do Representante Legal

5- APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

Com fulcro no artigo 22, inciso IV, do Decreto nº 42696/2016, aprovo o Plano de Trabalho ora apresentado, com vista à celebração do Termo de Colaboração.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura pelo Titular: _____

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DATAR, ASSINAR E APOR O CARIMBO DO CNPJ OU RAZÃO SOCIAL)

ANEXO VIII
REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao(À) Senhor(a)
NOME DO(A) COORDENADOR(A) DA CRE (gestor público da parceria)
COORDENADOR(A) DA ___ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (cargo do gestor público da parceria)
ENDEREÇO (endereço da Coordenadoria)

Encaminho a V.Sª, para fins de apreciação, a Prestação de Contas do Termo de Colaboração nº _____/_____, celebrado entre esta municipalidade e a(o) _____ (nome da instituição) para atendimento educacional e nutricional, do processo instrutivo nº _____, tendo em vista a aplicação da importância de R$ _____ (_____), correspondente ao mês _____ de 20___, dos recursos referentes à _____ª parcela.
Instruem a presente prestação de contas os seguintes documentos, nos termos do art. 12 da Resolução SME nº_____/2021:
a) Relatório de Atendimento;
b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
c) Certidão Negativa de Débito perante o INSS - CND, ou Declaração de isenção quanto às contribuições junto ao INSS;
d) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS;
e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
g) Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;
h) Mapa Demonstrativo de despesas; e
i) Extrato bancário demonstrando o saldo em conta.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
Representante Legal da instituição

(EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO, ONDE CONSTE NOME DA MANTENEDORA, ATO AUTORIZATIVO, CNPJ, ENDEREÇO E TELEFONE)

ANEXO IX

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO

NOME DA CRECHE:

MÊS / ANO: | **TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS EM HORÁRIO INTEGRAL:**

DIAS LETIVOS / MÊS: | **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº:** | **META DO TERMO DE COLABORAÇÃO:**

Nº	NOME DA CRIANÇA BENEFICIADA	GÊNERO	DATA DE NASCIMENTO	BENEFICIÁRIA CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA?	NIS DA CRIANÇA	DATA DE INGRESSO	DATA DO DESLIGAMENTO	QUANT. DE DIAS FREQÜENTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL			
									NOME	Nº DA IDENTIDADE	NIS DO RESPONSÁVEL*	ASSINATURA

Ass. do Diretor da Creche (cadastrado pela Portaria _____) Ass. do Representante Legal da Entidade Parceira (cadastrado pela Portaria _____)

* para beneficiários CFC

ANEXO X
INDICADORES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
___ª Coordenadoria Regional de Educação
Rua_____ nº_____
_____ - Rio de Janeiro - RJ-
CEP:_____ Telefone: (21)_____
Correio Eletrônico:_____

EIXO	INDICADOR	ITEM	AVALIAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS INICIAIS - DIAGNÓSTICOS	ENCAMINHAMENTOS POSTERIORES AOS DIAGNÓSTICOS - ACOMPANHAMENTO
1 ESTRUTURA FÍSICA	1	Tomadas e fiação	Sim ( ) Não ( )	Sim - Atende ao item Não - Prazo para adequação de acordo com a complexidade da fragilidade a ser sanada	Sim - Atende ao item Não – Prorrogação do prazo e advertência
		Janelas com proteção	Sim ( ) Não ( )		
		Quinas abauladas	Sim ( ) Não ( )		
	2	Espaços adequados	Sim ( ) Não ( )		
		Extintor de incêndio dentro da validade	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos em condições de uso	Sim ( ) Não ( )		
2 PEDAGÓGICO	3	Murais	Sim ( ) Não ( )		
		Brinquedos para a faixa etária	Sim ( ) Não ( )		
		Materiais suficientes	Sim ( ) Não ( )		
	4	Registro prática pedagógica	Sim ( ) Não ( )		
		Registro atualizado	Sim ( ) Não ( )		
	5	Registro avaliação	Sim ( ) Não ( )		
		Avaliação de acordo com a rede	Sim ( ) Não ( )		
3 TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	6	Equipe conforme deliberação	Sim ( ) Não ( )		
		Atribuições específicas dos funcionários	Sim ( ) Não ( )		
4 NUTRICIONAL	7	Cardápio em consonância com UNAD	Sim ( ) Não ( )		
		Merenda suficiente	Sim ( ) Não ( )		

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

NOME		ASSINATURA	

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA CRECHE PARCEIRA

NOME		ASSINATURA	

11ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
LAUDA DE ANÁLISE BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA
EXPEDIENTE DE 09/03/2022

De acordo com a Lei nº 3527 de 07 de abril de 2003, foram realizadas análises bacteriológicas nas amostras de água das Unidades Escolares abaixo relacionadas, sendo obtidos resultados satisfatórios para o consumo:

UNIDADE ESCOLAR	DATA DO LAUDO
E/11ª CRE(11.20.031) EM CONJUNTO PRAIA DA BANDEIRA	04/02/2022

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMISSÃO DE PREGÃO
ADJUDICAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
PREGÃO ELETRÔNICO SMAS N.º 00116/2022

PROCESSO N. 08/002.897/2021
Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico nº 00116/2022
Às 16:19 horas do dia 08 de março de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 00116/2022, referente ao Processo nº 08/002897/2021, o pregoeiro, Sr(a) MARIA ANGELICA DE SOUSA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.
**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

Item: 1
Descrição: Transformador isolador
Descrição Complementar: Transformador Isolador Tipo: Monofásico, Potência Nominal: 600 VA, Tensão Entrada: 220 V, Tensão Saída: 160 V, Tipo Isolação: A Seco
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 28.850,0000 Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 1,00
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item
Evento Data Observações
Cancelado no julgamento 08/03/2022 15:43:28 Item cancelado no julgamento. Motivo: Item cancelado, tendo em vista que nenhum dos licitantes atendeu à convocação no chat, assim como os valores das propostas ofertados pela 2ª e 3ª colocadas estarem acima do valor estimado.

COMISSÃO DE PREGÃO
RESUMO DA ATA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
PREGÃO ELETRÔNICO SMAS N.º 00116/2022

PROCESSO N. 08/002.897/2021
Às 14:00 horas do dia 22 de fevereiro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA "P" FP/SUBGGC No 90 de 06/10/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 08/002897/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00116/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item para aquisição de TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, pertencente a classe 6120, devidamente descrito, caracterizado e especificado neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da Lei.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.
Item: 1
Descrição: Transformador isolador
Descrição Complementar: Transformador Isolador Tipo: Monofásico, Potência Nominal: 600 VA, Tensão Entrada: 220 V, Tensão Saída: 160 V, Tipo Isolação: A Seco
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada
Quantidade: 1 Unidade de fornecimento: Unidade
Valor Estimado: R$ 28.850,0000 Situação: Cancelado no julgamento
Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:19 horas do dia 08 de março de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

MARIA ANGELICA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial
CLAUDIO JOSE BEZERRA DE LEMOS
Equipe de Apoio
RAMON ABREU DA CUNHA
Equipe de Apoio

SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO
CONVOCAÇÃO PÚBLICA - Nº CP 021/2022*
(*) O ANEXO ENCONTRA-SE EM SUPLEMENTO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL CGP Nº 015 DE 08 DE MARÇO DE 2022

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **homologa e torna pública** a decisão dos recursos interpostos na análise de currículo e o resultado final dos candidatos inscritos no Processo Seletivo referente ao **Edital n° 010/2022**, destinado à contratação de pessoal por tempo determinado, para as unidades de saúde, em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de maio de 1993 e suas alterações (Lei Municipal nº 3.365 de 19 de março de 2002 e Lei Municipal nº 6.146 de 11 de abril de 2017) e regulamentada pelo Decreto nº 12.577 de 20 de dezembro de 1993 e ao disposto no Decreto Rio nº 47.355 de 08 de abril de 2020, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde.

Decisão dos recursos interpostos na análise de currículo Processo Seletivo Edital S/SUBG/CGP nº 010/2022		
NÍVEL SUPERIOR		
CARGO: MÉDICO CARDIOLOGIA (UNICOR)		**UNIDADE: HM SA**
Nº PROCESSO	**RECORRENTE**	**RECURSO**
09-000.954/2022	JOSÉ CEZAR DOS SANTOS	INDEFERIDO

• CAPSi JOÃO DE BARRO

NÍVEL SUPERIOR **CARGO: MÉDICO PSIQUIATRIA**						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	JURRAINE HERCULANO PEREIRA	20	20	40	80	20/09/1986
2º	CAROLINA SÁ NASCIMENTO DE PAULA DONDICI	20	00	30	50	03/09/1990
3º	MARCOS PAULO BRITTO DE OLIVEIRA	20	00	10	30	10/01/1985
4º	MARCEL SANTOS NOGUEIRA	20	00	10	30	26/09/1991

• HOSPITAL MATERNIDADE ALEXANDER FLEMING

NÍVEL SUPERIOR **CARGO: MÉDICO CIRURGIA PEDIÁTRICA**						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	FERNANDA SILVA GOMES	20	00	60	80	29/02/1988
2º	JULIANE GOMES LEAL PEREIRA	20	00	30	50	13/11/1988

NÍVEL SUPERIOR **CARGO: MÉDICO NEONATOLOGIA**						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
X	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

• HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ANESTESIOLOGIA						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	ALEXANDRE LARA PINTO DA COSTA	20	00	60	80	24/07/1971
2º	RENATA BUARQUE DE MACEDO VALENTE	20	00	60	80	14/08/1975
3º	PAULO DE TARSO AVELINO LOPES ANDRADE	20	00	60	80	11/01/1980
4º	MONIQUE LIMA AMORIM ANDRADE ALVES	20	00	30	50	26/02/1980
5º	PAULA ROCHA JORDÃO	20	00	30	50	22/08/1988
6º	DANIEL FIGUEIREDO MILWARD DE ANDRADE	20	00	30	50	29/05/1992

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO CIRURGIA PEDIÁTRICA						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	KAREN FELDMAN	20	00	50	70	14/05/1993

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO OBSTETRÍCIA						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
XX	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO PEDIATRIA (SALA DE PARTO)						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	CLAUDIA DA SILVA FEITOSA	20	20	60	100	18/08/1960

• HOSPITAL MATERNIDADE FERNANDO MAGALHÃES

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO CIRURGIA PEDIÁTRICA						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	ALANA BANDEIRA MARTINS	20	20	50	90	27/03/1990
2º	DARLI FERNANDES DE OLIVEIRA	20	00	60	80	27/09/1980

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO NEONATOLOGIA						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
XX	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO OBSTETRÍCIA						
CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
XX	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

• **HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO**

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO OBSTETRÍCIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
XX	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX

• **HOSPITAL MUNICIPAL JESUS**

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ANESTESIOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	MARIA ANGÉLICA ABRÃO	20	20	60	100	09/08/1958
2º	ALINE DE FATIMA DE SOUZA NUNES	20	20	60	100	23/08/1967
3º	CAROLINA LEMOS DA FONSECA WIEMER	20	20	60	100	20/10/1976
4º	NATHALIA SOUZA SANTOS	20	20	50	90	05/09/1985
5º	RENATA DE OLIVEIRA CHEDID	20	20	40	80	20/11/1989
6º	ELISA DE CASTRO FIGUEIREDO	20	00	60	80	08/10/1990
7º	WANDER DE RESENDE FURTADO	20	20	30	70	06/04/1985
8º **	TATIANA PEREIRA DO AMARAL DOS REIS	20	20	30	70	17/07/1985
9º	FERNANDO HENRIQUE MAGALHÃES RAMOS DE SOUSA	20	00	50	70	05/04/1988
10º	GABI MARIA DE FREITAS CARMO	20	20	30	70	24/05/1994
11º	ALESSA CORRÊA MOREIRA MUNIZ	20	00	40	60	14/03/1989
12º	JOAO PAULO WILLIAM PIASSA	20	00	30	50	16/02/1988
13º	MARCOS TOSCANO CUNHA	20	00	30	50	24/10/1988
14º	MARIANA MENDONÇA BEADLE DAHIA	20	00	30	50	12/04/1993
15º	GABRIEL GONZÁLEZ	20	00	30	50	01/09/1993

****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**

8º TATIANA PEREIRA DO AMARAL DOS REIS

• **HOSPITAL MUNICIPAL BARATA RIBEIRO**

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ANESTESIOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	ANA LUIZA CASTILHOS FERREIRA DE CARVALHO	20	20	40	80	04/04/1992
2º	FERNANDA MATTOS ABIRAUDE	20	00	30	50	22/06/1988
3º	FELIPE PERES NAZÁRIO	20	00	30	50	23/01/1992
4º	RAÍSSA LETÍCIA ABREU DE AZEREDO	20	00	30	50	06/10/1992
5º	BIANCA PASSOS PACHECO DE MELLO	20	00	30	50	21/04/1993
6º	BRENNO ALEXANDRE CARNEIRO	20	00	30	50	30/12/1994

• **HOSPITAL MUNICIPAL LOURENÇO JORGE**

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ANATOMIA PATOLÓGICA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	RENATA CARDOSO RIBEIRO SCHULZ	20	00	60	80	24/09/1979
2º	MARIANA IUCIF OLIVEIRA FORTES	20	00	60	80	04/02/1988
3º	JONES ZITENFELD CARDIA NETO	20	00	10	30	30/03/1990

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	CARLOS GUILHERME DE SOUZA CAMPOS	20	20	60	100	27/10/1964
2º	CARLOS AMARO DE CÉIA FREIRE	20	20	60	100	07/02/1980

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

3º	BRUNO DOMENICO LEONETTI	20	20	60	100	22/10/1982
4º	BRUNO GOES AMENDOLA DE SOUZA	20	20	60	100	01/06/1983
5º	PEDRO HENRIQUE GOMES FRAGA	20	20	60	100	20/05/1991
6º	GENES TADEU WANDERMUREM JÚNIOR	20	20	40	80	16/05/1990
7º	PAULA DE LEÃO TAVARES	20	00	40	60	06/09/1982
8º	DOUGLAS BARRADA RIBEIRO	20	00	40	60	13/05/1992
9º	PEDRO ALBERTO LIVINO DA SILVA	20	00	30	50	03/08/1984

• HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO ANESTESIOLOGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	MARIAN CHRISTINA AMADO LEAL PEREIRA PANTALEAO	20	20	60	100	23/09/1982
2º	SUZANA FRANCA CLARO	20	20	60	100	22/09/1984
3º	JULIVAL MENDES ALVES JUNIOR	20	20	60	100	21/09/1988
4º	ANA LUIZA DE OLIVEIRA TAVORA PINHO	20	20	50	90	11/12/1989
5º	EDUARDO AMORIM DE ASSUMPÇÃO BASTOS	20	20	50	90	11/10/1990
6º	GISELLA OTTONI	20	00	60	80	23/05/1969
7º	FELIPE SERRÃO MENDES DE SOUZA	20	00	60	80	06/05/1983
8º	ALINE RAMOS VIEIRA	20	20	40	80	15/04/1990
9º	THAIS PELIZON PROCESSI VIEIRA	20	20	40	80	01/07/1990
10º	LEANDRO JACOMO MARIA	20	20	30	70	13/03/1981
11º	GUILHERME DOS SANTOS E SANTOS	20	20	30	70	11/04/1984
12º	FERNANDO SALVI	20	00	50	70	04/10/1984
13º	SÉRGIO DA SILVA FEITOSA FILHO	20	20	30	70	13/05/1989
14º	MATHEUS AAD CAVALCANTE	20	20	30	70	13/01/1993
15º	ANA BEATRIZ OLIVEIRA BUESS	20	20	30	70	07/06/1993
16º	CAIO VASCONCELLOS RIBEIRO	20	20	30	70	20/12/1993
17º	CLAUDIO MARTINS MANGIA	20	20	30	70	14/03/1994
18º	LOUISE GOSLING RIBEIRO	20	20	30	70	04/05/1994
19º	NICOLE PALMA PACHECO	20	20	30	70	29/07/1994
20º	ANASTÁCIA POLIANA DOS REIS FIORIM	20	00	40	60	21/02/1987
21º	JENNICE LISTE DOMINGUES	20	00	30	50	29/03/1979
22º	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA IGNACIO BRAZ	20	00	30	50	16/09/1984
23º	MARCELLA AMORIM RAMOS LEITE	20	00	30	50	16/09/1987
24º	BRUNA OURIQUES MATRANGULO	20	00	30	50	25/02/1992
25º	JOSE EDUARDO SMILGEVICIUS SILVA	20	00	30	50	28/02/1992
26º	BERNARDO PEREIRA DOS SANTOS VIANA	20	00	30	50	22/07/1993
27º	LUCAS SMILGEVICIUS SILVA	20	00	30	50	12/11/1993
28º	CAIO RIBEIRO BARCELOS	20	00	30	50	25/02/1994
29º	RAMON RODRIGUES MARINS	20	00	30	50	14/11/1994
30º	ISABELLA SALGADO LOPES	20	00	30	50	03/12/1994
31º	JULIA PAGY GABRIEL	20	00	30	50	19/12/1995

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CARDIOLOGIA (UNIDADE CORONARIANA)

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	HERBERT RODRIGUES PINHEIRO	20	20	60	100	10/01/1978
2º	AIRTON DUARTE CARNEIRO	20	00	60	80	12/05/1952
3º	THIAGO MOREIRA FEITAL	20	00	40	60	03/05/1984
4º	JAQUELINE ROSSI MARIM	20	00	30	50	10/07/1990
5º * **	DANIEL BERG DE SA CARVALHO	20	00	30	50	24/02/1992

***Candidato beneficiário de Lei Municipal nº 4.950 de 02/12/2008**
5º DANIEL BERG DE SA CARVALHO
****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**
5º DANIEL BERG DE SA CARVALHO

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CIRURGIA GERAL

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	CARLOS EDUARDO PEREIRA DO VALE	20	20	60	100	12/12/1965

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2º	LUÍS FERNANDO ROSATI ROCHA	20	20	60	100	18/05/1971
3º	RAFAEL JOSE MESQUITA DRUMOND LOPES	20	20	60	100	23/03/1978
4º	GUILHERME INÁCIO BERTOLDO DE MELO E PATRIARCA DA SILVA NEIVA	20	20	60	100	04/06/1984
5º	FLÁVIA RAPOSO CAPPELLI ALVES	20	20	60	100	14/07/1987
6º	TATIANA KODLULOVICH DIAS	20	20	50	90	06/07/1984
7º	MARIANA CAMPOS SALGADO	20	20	50	90	14/07/1991
8º	MARCO AURÉLIO VIEIRA BORGES	20	00	60	80	14/03/1981
9º	REINALDO COURI NOGUEIRA JUNIOR	20	00	60	80	21/09/1982
10º	BEATRIZ CRISTINE GUIMARÃES PORTELLA	20	00	60	80	03/07/1985
11º	BARBARA VERVLOET CORSEUIL	20	00	60	80	19/05/1987
12º	RITA ANIELI DE PAULA ROCHA	20	20	30	70	22/10/1989
13º	SEBASTIAN ALEJANDRO GRANJA BUSTOS	20	20	30	70	28/02/1991
14º	ALINE FRANCO BARREIRA LIMA	20	00	30	50	19/06/1983
15º	PATRIQUE RAMOS CERQUEIRA	20	00	30	50	28/05/1989
16º	CARLOS MANOEL PEDRA PETTO GOMES	20	00	30	50	27/06/1990
17º	JONATHA CARLOS FRAZÃO DA SILVA	20	00	30	50	05/12/1991
18º	GABRIEL MOREIRA CRELIER	20	00	30	50	06/01/1992
19º	THAÍS PINHEIRO DE CARVALHO	20	00	30	50	15/03/1993
20º	ANDRÉ EVELBAUER BARRA	20	00	30	50	02/06/1993
21º	ANA CLARA SILVA CAVALCANTE	20	00	30	50	19/12/1995
22º	GLENDA MORAES GONÇALVES	20	00	20	40	14/05/1988
23º	TAINARA RODRIGUES MIRANDA	20	00	10	30	30/03/1993

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CIRURGIA VASCULAR

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	MARCELLO ROTOLO	20	00	60	80	23/11/1978
2º	RAPHAEL DE LUCENA OLIVEIRA	20	00	60	80	05/04/1981
3º	LIVIA BITTENCOURT PASTANA	20	20	40	80	20/01/1987
4º	VALTER WILLIAN DE PAIVA	20	00	40	60	23/03/1984
5º	FILIPE CESAR PEREIRA GONDAR	20	20	20	60	20/03/1987
6º	GISELE PERON DE CASTRO MORAIS SILVA	20	20	20	60	23/03/1990
7º	LEONARDO EIRAS ANTUNES	20	20	10	50	13/02/1991
8º	MIRLEN LOPES SENA	20	20	10	50	10/10/1992
9º	LARISSA BOMFIM ARBEX	20	00	10	30	21/04/1986

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO INFECTOLOGIA (CCIH)

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	LAURA CRIVELLARI MACIEIRA	20	0	50	70	14/10/1988
2º	CAROLINA OLIVEIRA VENTUROTTI	20	0	30	50	16/10/1990
3º	SARAH LANFERINI FRANK	20	0	30	50	18/12/1990
4º **	ANA ELISA ALMEIDA SANTOS DE OLIVEIRA	20	0	20	40	21/01/1994

****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**
4º ANA ELISA ALMEIDA SANTOS DE OLIVEIRA

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO NEONATOLOGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	GISLANY DOS SANTOS SALDANHA	20	20	60	100	27/12/1961
2º	NATHALIE VIEIRA SCHERER DE ALMEIDA	20	20	40	80	17/04/1990
3º	LUIZA PINTO DE MACEDO SOARES	20	00	10	30	07/11/1992

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO OBSTETRÍCIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	CRISTIANA VALLE DE LA RIVA	20	00	60	80	25/06/1977
2º	LUIZA COSTA RIBEIRO DE SOUZA MOITTA	20	00	60	80	27/03/1991
3º	LUIZA RODRIGUES BATISTA	20	20	20	60	11/04/1989
4º	GABRIELA DE MATTOS BARBOSA	20	00	30	50	18/11/1991

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	FABRÍCIO DOS SANTOS E SANTOS	20	20	60	100	25/08/1977
2º	DENNER NOVAIS RIBEIRO	20	20	60	100	18/03/1988
3º	ALEXANDRE DE MEDEIROS LANZONI	20	00	60	80	09/05/1981
4º	DEMETRIO CRESPO WAKED FILHO	20	00	60	80	17/11/1983
5º	DANIELA RAMOS BUENO RIVAS	20	20	30	70	09/11/1992
6º **	JORGE GUSTAVO ASSIS DO NASCIMENTO	20	00	30	50	15/01/1987
7º	FLÁVIO FERNANDES MATERA MORAIS DE OLIVEIRA	20	00	30	50	13/05/1989
8º	RUBENS VIEIRA RIOS NETO	20	00	30	50	02/04/1990
9º	FREDERICO QUEIROZ THEODORO DA SILVA	20	00	30	50	17/08/1994

****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**
6º JORGE GUSTAVO ASSIS DO NASCIMENTO

• HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ANESTESIOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	RENATA DOMINGUES	20	20	40	80	15/03/1989
2º	CAROLINA SANTOS	20	00	30	50	20/03/1995

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO CIRURGIA GERAL						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	MARY ANGELA ARAUJO	20	20	60	100	14/11/1955
2º	CARLOS WAGNER DE SOUZA RIBEIRO	20	00	30	50	09/07/1979
3º	ANA CAROLINA FEIJÓ BRAZZALLE	20	00	30	50	17/03/1992
4º	LAURA SILVA DE OLIVEIRA	20	00	30	50	09/11/1994
5º	GUILHERME ENGUER LAGOEIRO RIBEIRO MARTINS	20	00	20	40	05/12/1988
6º	CARLOS ALBERTO DE LIMA JUNIOR	20	00	20	40	11/02/1989
7º	INGRID TORRES GOMES FERREIRA	20	00	20	40	05/12/1989
8º **	RODOLPHO LUIZ DA SILVA	20	00	20	40	26/02/1993
9º	JOSÉ CARLOS COELHO SOZZI DE MORAES	20	00	10	30	21/12/1992

****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**
8º RODOLPHO LUIZ DA SILVA

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO CIRURGIA VASCULAR						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	PATRICIA HAROUCHE MONTEIRO	20	20	60	100	09/08/1973
2º	ROMULO MANDARINO DOS SANTOS	20	00	60	80	20/11/1982
3º	MAYARA DE ASSIS TOLEDO BOLSONI	20	00	10	30	22/06/1990

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO NEUROCIRURGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	PAULO JORGE CARDOSO FIGUEIRA	20	00	60	80	18/04/1953
2º	PRISCILLA DOS SANTOS SARAIVA ULRICHSEN	00	00	30	30	11/03/1993

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	VANESSA DIAS DA SILVA	20	20	60	100	30/01/1973
2º	BRUNO DE OLIVEIRA FIORELLI	20	20	50	90	31/10/1993
3º	RAFAEL AGOSTINHO DOS SANTOS	20	00	60	80	28/07/1984
4º	LEONARDO DE ALMEIDA FROTA	20	00	60	80	02/12/1984
5º	PATRÍCK BRIAN CANDIDO	20	20	40	80	21/05/1986
6º	FABIANO GLEYSON SILVA DE MEDEIROS	20	00	50	70	22/09/1987
7º	MATHEUS DE SÁ TORRES	20	20	30	70	14/07/1995
8º	LEONARDO GONÇALVES MONTEIRO	20	00	40	60	18/02/1979
9º	RODRIGO CIARLINI CAMPBELL	20	20	20	60	20/07/1994
10º	LUCAS CARVALHO DE OLIVEIRA	20	00	30	50	20/07/1987
11º	WALTER MADEIRA DA SILVEIRA	20	00	30	50	18/10/1989
12º	VINICIUS XAVIER DE SOUSA	20	00	30	50	03/03/1993

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO PEDIATRIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	NADINE NINHO CAMPOS	20	20	40	80	05/08/1992
2º	THUANNY GRUND DEVEZA	20	00	50	70	06/12/1990
3º	ANNA BEATRIZ LACERDA REIS VICENTE BENTO	20	00	50	70	26/09/1991
4º	TATIANA CRISTINA RODRIGUES DE BRITTO	20	00	30	50	06/01/1982

• HOSPITAL MUNICIPAL SOUZA AGUIAR

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO ANESTESIOLOGIA						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	SUZANA PATURY PENIDO SALLES	20	00	60	80	01/08/1966
2º	LISSA RODRIGUES COPLE DE PAULA	20	20	30	70	15/07/1987
3º	MARIA EDUARDA ALVES PIO	20	00	40	60	29/07/1993
4º	BRUNA MIRANDA DE CASTRO	20	00	30	50	25/08/1990

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO CARDIOLOGIA (UNIDADE CORONARIANA)						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	JOSÉ CEZAR DOS SANTOS	20	00	60	80	04/06/1954
2º	MONICA PACHECO DE OLIVEIRA	20	00	50	70	11/06/1973

NÍVEL SUPERIOR CARGO: MÉDICO CIRURGIA GERAL						
CLASS	**NOME**	**COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE**	**COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ**	**TOTAL**	**DATA NASCIMENTO**
1º	ADRIANA ROCHA GONÇALVES	20	20	60	100	18/07/1971

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2º	ALEXANDRE DE ABREU RIBEIRO	20	20	60	100	18/12/1989
3º	IGOR JOSE CARVALHO FEITOSA	20	20	30	70	02/04/1993
4º	LUANE TAVARES GAMA	20	20	20	60	02/10/1986
5º	THAMIRES FERNANDES DE LIMA SIMÕES	20	00	40	60	15/07/1993
6º	ANA LUIZA DE SOUZA THOMAZ	20	00	30	50	14/09/1991
7º	EDUARDO GRANATO MENCHISE	20	00	30	50	04/08/1993
8º	CAIO MARIO VILLELA DE CARVALHO JUNIOR	20	00	10	30	21/01/1993

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CIRURGIA PEDIÁTRICA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	CARLA ELIANE CARVALHO DE SOUSA 01	20	20	60	100	01/07/1965
2º	ERICA CERQUEIRA LOPES	20	20	60	100	27/10/1986
3º	BRUNO CÉSAR HONÓRIO DE ALBUQUERQUE	20	00	60	80	04/10/1982
4º	JÉSSICA BASTOS SILVA CASTRO	20	20	30	70	09/05/1991

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CIRURGIA PLÁSTICA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	ELLEN PATRÍCIA FARIA DE ALMEIDA SANTOS	20	20	60	100	01/03/1970
2º	MARCELLE KLEIN DE ARAÚJO MAYOLINO	20	20	50	90	12/05/1987
3º	FRANCIANE ROSSONE SILVA	20	20	20	60	28/07/1987
4º	CÁSSIA FERREIRA DOMINGUES	20	20	10	50	25/02/1992

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CIRURGIA VASCULAR

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	CLAYVISON FERREIRA CRUZ	20	00	30	50	21/04/1988
2º	ANA FLAVIA ANDRADE COSTA	20	20	10	50	23/04/1993
3º	RAQUEL VALENÇA VALADÃO LOBO	20	00	30	50	11/10/1993
4º	RAISSA RESENDE FIGUEIREDO	20	00	10	30	07/02/1991

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CLÍNICA MÉDICA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	ANA CRISTINA RAMOS DA SILVA	20	20	60	100	26/07/1971
2º	FERNANDA MAZZONI ZAMPA	20	20	60	100	13/03/1983
3º	BRUNO BARBOSA MADEIRA	20	00	40	60	18/12/1980
4º	MARIA CLARA DE ALCANTARA PEDRO	20	00	40	60	06/06/1993
5º	LUCAS SOUTO LOPES	00	00	50	50	15/04/1991
6º	NATÁLIA ANDRADE SOARES DE ARANIBAR	00	00	20	20	19/11/1984

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO CTQ ADULTO

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
XX	XXXX	XX	XX	XX	XX	XX

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO INTENSIVISTA ADULTO

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	MARTHA DA CONCEIÇÃO COSTA	20	20	60	100	08/06/1953

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

2º	ROSIMEYRE CAMPOS	20	00	60	80	19/10/1967
3º	JOSEANE CRISTINA SCHMITT SILVA	00	20	60	80	15/01/1969
4º	LUIZ FERNANDO ANDRADE TEIXEIRA	00	00	60	60	14/06/1970
5º	BERTHA MANSUR	20	00	30	50	19/10/1989

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO NEFROLOGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	RENATA REIS DE OLIVEIRA	20	20	60	100	14/10/1970
2º	EDUARDO CARLOS WINTER BERNARDES	20	20	60	100	03/02/1972
3º	MARCELO MIRANDA MARQUES	20	20	60	100	15/05/1974
4º	RONALDO DE CASTRO BORGES	20	00	60	80	17/02/1957
5º	CARLOS ANDRE LOBATO TEIXEIRA	20	00	60	80	08/09/1966
6º	MARIA HELENA VICTOR	20	00	60	80	13/01/1973
7º	ANA LUÍZA BATISTA DE CARVALHO	20	00	60	80	21/08/1977
8º	THOMAZ CANEDO DE MAGALHÃES FILHO	20	00	60	80	08/11/1978
9º	NATALIA SILVA MEDEIROS	20	00	20	40	03/04/1992

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO NEUROCIRURGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º **	GUILHERME GALDINO DE SOUSA	20	00	60	80	08/09/1989
2º	LUIZ FELIPE LOBO FERREIRA	00	00	50	50	04/11/1990

****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**
1º GUILHERME GALDINO DE SOUSA

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	MANOELA PALMEIRA DA COSTA RODRIGUES	20	20	60	100	30/06/1986
2º	JACQUELINE DE MATTOS COELHO	20	20	60	100	26/01/1987
3º	ROBERTA SIMÕES ROCHA	20	00	60	80	21/03/1978
4º	NATHÁLIA LEITE RAMOS	20	00	30	50	15/05/1990
5º	AMANDA MEDEIROS DE MENEZES	20	00	10	30	23/03/1993

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO RADIOLOGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	JOAO MANOEL DIAS NETO	20	00	60	80	01/04/1987
2º **	EDILSON RAIMUNDO DE CASTRO	20	20	30	70	04/04/1980
3º	SARAH RIBEIRO BACHA BUSTAMANTE	20	20	10	50	13/03/1989
4º	RENATA COCHINSKI	20	00	10	30	30/05/1992

****Candidato beneficiário de Lei Municipal Nº 5.695 de 27/03/2014**
2º EDILSON RAIMUNDO DE CASTRO

NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO UROLOGIA

CLASS	NOME	COMPROVAÇÃO DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA OU ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PARA A VAGA A QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA; ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU; TÍTULO DE ESPECIALISTA (AMB OU EQUIVALENTE) EM ÁREA DE ATUAÇÃO CORRELATA À VAGA QUE CONCORRE	COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ESPECIALIDADE QUE CONCORRE, EXCETO NO CASO DE VINCULO ORIUNDO DE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO NA PCRJ	TOTAL	DATA NASCIMENTO
1º	LUCAS DE ALMEIDA SENA	20	20	60	100	10/04/1986
2º	RODRIGO GALVES MESQUITA MARTINS	20	20	60	100	21/12/1988
3º	TARCISIO SILVA DE OLIVEIRA	20	00	60	80	23/03/1988
4º	PEDRO GELELETE MAYOLINO	20	00	50	70	31/03/1985
5º	ERIKA FERNANDES CELINO	20	00	40	60	24/07/1980
6º	FERNANDO SALLES DA SILVA FILHO	20	20	20	60	17/11/1989
7º	HIRON MARCOS BARRETO RODRIGUES	20	00	10	30	08/05/1986

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
EDITAL CPRS Nº 004 DE 08/03/2022

A COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, **RECRUTAMENTO E SELEÇÃO** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público o resultado da **CONSULTA** publicada por meio do Edital CPRS N° 002 de 01/02/2022, aos servidores municipais lotados e em exercício em unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e que tenham interesse em serem removidos de suas unidades de lotação atual para ocupar a Função Gratificada de Assistente II da Gerência de Ambiência e Relações com o Trabalho (S/SUBG/CGP/GART).

RESULTADO DA SELEÇÃO DE SERVIDORES APÓS ANÁLISE DE CURRÍCULO E ENTREVISTA PARA A GERÊNCIA DE AMBIÊNCIA E RELAÇÕES COM O TRABALHO (S/SUBG/CGP/GART)		
NOME	**MATRÍCULA**	**UNIDADE DE LOTAÇÃO**
JULIETA ALVES DA FONSECA	10/281.574-4	S/SUBHUE/IMAS NISE DA SILVEIRA

A inscrição do servidor e sua classificação **NÃO** são garantia de transferência cabendo avaliação da SMS quanto à necessidade, a conveniência e a oportunidade de movimentar os seus servidores, sob a égide do interesse coletivo. O prazo de validade da consulta será de **01 (hum) ano** a contar desta publicação.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
EDITAL S/SUBG/CGP/CDP Nº 105, DE 07 DE MARÇO DE 2022

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS), por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Gestão, tendo em vista autorização no processo n.º 09/007130/2021, RESOLVE:

1) Retificar o item 5 e o Anexo I do Edital S/SUBG/CGP/CDP n. 104, de 04/03/2022, referente ao Programa de Ortopedia e Traumatologia, passando a constar a seguinte redação:

Onde se lê:
5) As vagas ociosas oriundas de desistências serão ofertadas na reclassificação que será regulamentada em publicação a ser realizada no dia 22/03/2022 no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, por ato da Secretaria Municipal de Saúde, através de Edital, disponibilizado no site http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeConteudo?id=2303889.

Leia-se:
5) As vagas ociosas oriundas de desistências serão ofertadas na reclassificação que será regulamentada em publicação a ser realizada no dia 17/03/2022 no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, por ato da Secretaria Municipal de Saúde, através de Edital, disponibilizado no site http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/exibeConteudo?id=2303889.

Onde se lê:

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
1	AGATHA EVELIN CAMPELO DE LIMA CARRACO	HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
2	LORENA ARMOND GONCALVES	HOSPITAL MUNICIPAL LOURENÇO JORGE
3	FERNANDA BORGES COLCERNIANI CARLOS DE SOUZA	HOSPITAL MUNICIPAL BARATA RIBEIRO

Leia-se:

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

CLASS	NOME	LOTAÇÃO
1	AGATHA EVELIN CAMPELO DE LIMA CARRACO	HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
2	LORENA ARMOND GONCALVES	HOSPITAL MUNICIPAL LOURENÇO JORGE
3	FERNANDA BORGES COLCERNIANI CARLOS DE SOUZA	HOSPITAL MUNICIPAL SALGADO FILHO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CAP Nº 154 DE 08 DE MARÇO DE 2022
(TÉRMINO DO AMPARO LEGAL)

A Coordenação de Administração de Pessoas, convoca a(s) profissional(is) abaixo relacionada(s) a comparecer(em) à Rua Afonso Cavalcanti, nº. 455, Bloco 1, 6º andar, sala 615, Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ, para executar encerramento do contrato de trabalho por tempo determinado, em virtude da conclusão do amparo legal prevista no Artigo 10, Inciso II, Alínea b, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e conforme disposto no artigo 6º da Lei nº 1.978, de 26 de março de 1993, e na alínea "b" inciso I do artigo 9º do Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, publicado no D.O. Rio de 28/12/1993, consoante autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito, exarada no processo nº **09/000.751/2017.**

COMPARECIMENTO CONFORME TABELA

MATRICULA	NOME	EMPREGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO	DATA DA VALIDADE DO ENCERRAMENTO	COMPARECER EM	HORARIO
304.027-6	SULLA HABIB PINA	MEDICO ANESTESIOLOGIA	S/SUBHUE/ HMJ - HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	21/02/2022	09/03/2022	10:00 AS 13:00

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:
• Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CAP Nº 155 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

A Coordenação de Administração de Pessoas, convoca o(s) abaixo relacionado(s), tendo em vista aprovação no Processo Seletivo realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, através do **Edital CGP nº 058/2021, D.O Rio de 01/12/2021, página 115 a 118,** com resultado final publicado através do **Edital CGP nº 063/2021, D.O Rio 17/12/2021, página 124 a 128,** a comparecer(em) na Rua Afonso Cavalcanti, nº. 455, Bloco 1, 6º andar, sala 615, Cidade Nova - Rio de Janeiro / RJ, conforme calendário abaixo, para firmar contrato de trabalho por tempo determinado, no emprego que menciona, com fundamento na Lei 6.265, de 30 de outubro de 2017, que altera o art. 5º da Lei nº 6.146, de 11 de abril de 2017, autorizando o período de contrato para 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, consoante autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito, exarada no processo nº **09/000.751/2017**.

COMPARECIMENTO CONFORME TABELA

CPF	CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL CGP Nº 063/2021	NOME	EMPREGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	COMPARECER EM	HORÁRIO
..***-17	23º	MARIANNE QUINTAS RABELLO MORAES	MEDICO PEDIATRIA	S/SUBHUE/HMJ - HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	09/03/2022	08/03/2023	09/03/2022	10:00 ÀS 13:00
..***-06	24º	DEBORAH DE MELO DAYUBE CRUZ	MEDICO PEDIATRIA	S/SUBHUE/HMJ - HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	09/03/2022	08/03/2023	09/03/2022	10:00 ÀS 13:00

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:
1) 02 (duas) fotos 3x4 coloridas e recentes;
2) Carteira de Identidade Civil - IFP / DETRAN / SSP /DIC / IIPC, etc. (original e cópia);
3) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (original e cópia);
4) Carteira Nacional de Habilitação - Condutor (original e cópia);
5) CPF (original e cópia);
6) Titulo de Eleitor (com o respectivo comprovante de votação da última eleição - 1º e 2º turnos) ou certidão de quitação eleitoral (original e cópia);
7) Comprovante de residência (luz, gás, telefone fixo) emitidos, no máximo, há 60(sessenta) dias (original e cópia);
8) Certificado de Reservista (Dispensa de Incorporação, Carta Patente ou Incorporação de Reservista), se do sexo masculino (original e cópia);
9) Certidão de Casamento (se casado, separado ou divorciado) ou Certidão de Nascimento (se solteiro) - (original e cópia);
10) Cédula de PIS/PASEP (caso não tenha, apresentar Declaração de **NADA CONSTA** do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (original e cópia);
11) **ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL ADMISSIONAL ORIGINAL (ASO) EMITIDO POR PROFISSIONAL DA MEDICINA DO TRABALHO (VALIDADE: 30 DIAS DA EMISSÃO);**
12) Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia).
13) Entrar no site **http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial** e realizar a consulta da qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.
14) Carteira do conselho (CREMERJ) e comprovante de pagamento de anuidade 2021 (original e cópia);
15) **Todos os profissionais deverão apresentar o comprovante de vacinação contra o COVID - 19 (1ª e 2ª dose).**
16) Diploma de graduação em medicina.
17) Certificado de residência médica ou especialização do emprego a que concorre.
18) Título de especialização lato sensu ou stricto sensu (com o mínimo de 360 horas) ou de residência médica ou título de especialista diferente do informado para inscrição.
19) Comprovante de experiência profissional na área de atuação do emprego a que concorre - até 06 (seis) anos.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CAP Nº 156 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

A Coordenação de Administração de Pessoas, convoca o(s) abaixo relacionado(s), tendo em vista aprovação no Processo Seletivo realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, através do **Edital CGP nº 003/2022, D.O Rio de 12/01/2022, página 58 a 63,** com resultado final publicado através do **Edital CGP nº 006/2022, D.O Rio 02/02/2022, página 77 a 82,** a comparecer(em) na Rua Afonso Cavalcanti, nº. 455, Bloco 1, 6º andar, sala 615, Cidade Nova - Rio de Janeiro / RJ, conforme calendário abaixo, para firmar contrato de trabalho por tempo determinado, no emprego que menciona, com fundamento na Lei 6.265, de 30 de outubro de 2017, que altera o art. 5º da Lei nº 6.146, de 11 de abril de 2017, autorizando o período de contrato para 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, consoante autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito, exarada no processo nº **09/000.751/2017**.

COMPARECIMENTO CONFORME TABELA

CPF	CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL CGP Nº 006/2022	NOME	EMPREGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	COMPARECER EM	HORÁRIO
..***-50	6º	CAROLINA ARAUJO JANUARIO DA SILVA	MEDICO CLINICA MEDICA	S/SUBHUE/HMAR - HOSPITAL MUNICIPAL ALVARO RAMOS	09/03/2022	08/03/2023	09/03/2022	10:00 ÀS 13:00

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:
1) 02 (duas) fotos 3x4 coloridas e recentes;
2) Carteira de Identidade Civil - IFP / DETRAN / SSP /DIC / IIPC, etc. (original e cópia);
3) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (original e cópia);
4) Carteira Nacional de Habilitação - Condutor (original e cópia);
5) CPF (original e cópia);
6) Titulo de Eleitor (com o respectivo comprovante de votação da última eleição - 1º e 2º turnos) ou certidão de quitação eleitoral (original e cópia);

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

7) Comprovante de residência (luz, gás, telefone fixo) emitidos, no máximo, há 60(sessenta) dias (original e cópia);
8) Certificado de Reservista (Dispensa de Incorporação, Carta Patente ou Incorporação de Reservista), se do sexo masculino (original e cópia);
9) Certidão de Casamento (se casado, separado ou divorciado) ou Certidão de Nascimento (se solteiro) - (original e cópia);
10) Cédula de PIS/PASEP (caso não tenha, apresentar Declaração de **NADA CONSTA** do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (original e cópia);
11) **ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL ADMISSIONAL ORIGINAL (ASO) EMITIDO POR PROFISSIONAL DA MEDICINA DO TRABALHO (VALIDADE: 30 DIAS DA EMISSÃO);**
12) Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia).
13) Entrar no site **http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial** e realizar a consulta da qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.
14) Carteira do conselho (CREMERJ) e comprovante de pagamento de anuidade 2021 (original e cópia);
15) **Todos os profissionais deverão apresentar o comprovante de vacinação contra o COVID - 19 (1ª e 2ª dose).**
16) Diploma de graduação em medicina.
17) Certificado de residência médica ou especialização do emprego a que concorre.
18) Título de especialização lato sensu ou stricto sensu (com o mínimo de 360 horas) ou de residência médica ou título de especialista diferente do informado para inscrição.
19) Comprovante de experiência profissional na área de atuação do emprego a que concorre - até 06 (seis) anos.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CAP Nº 157 DE 08 DE MARÇO DE 2022.

A Coordenação de Administração de Pessoas, convoca o(s) abaixo relacionado(s), tendo em vista aprovação no Processo Seletivo realizado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, através do **Edital CGP nº 007/2022, D.O Rio de 02/02/2022, página 82 a 85,** com resultado final publicado através do **Edital CGP nº 012/2022, D.O Rio 17/02/2022, página 103 a 105,** a comparecer(em) na Rua Afonso Cavalcanti, nº. 455, Bloco 1, 6º andar, sala 615, Cidade Nova - Rio de Janeiro / RJ, conforme calendário abaixo, para firmar contrato de trabalho por tempo determinado, no emprego que menciona, com fundamento na Lei 6.265, de 30 de outubro de 2017, que altera o art. 5º da Lei nº 6.146, de 11 de abril de 2017, autorizando o período de contrato para 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, consoante autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito, exarada no processo nº **09/000.751/2017**.

COMPARECIMENTO CONFORME TABELA

CPF	CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL CGP Nº 012/2022	NOME	EMPREGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	TÉRMINO DO CONTRATO	COMPARECER EM	HORÁRIO
..***-40	3º	DEBORAH SUTTER AYRES PEREIRA	MEDICO HEMOTERAPIA	S/SUBHUE/HMCD - HOSPITAL MATERNIDADE CARMELA DUTRA	09/03/2022	08/03/2023	09/03/2022	10:00 ÀS 13:00

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:
1) 02 (duas) fotos 3x4 coloridas e recentes;
2) Carteira de Identidade Civil - IFP / DETRAN / SSP /DIC / IIPC, etc. (original e cópia);
3) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (original e cópia);
4) Carteira Nacional de Habilitação - Condutor (original e cópia);
5) CPF (original e cópia);
6) Titulo de Eleitor (com o respectivo comprovante de votação da última eleição - 1º e 2º turnos) ou certidão de quitação eleitoral (original e cópia);
7) Comprovante de residência (luz, gás, telefone fixo) emitidos, no máximo, há 60(sessenta) dias (original e cópia);
8) Certificado de Reservista (Dispensa de Incorporação, Carta Patente ou Incorporação de Reservista), se do sexo masculino (original e cópia);
9) Certidão de Casamento (se casado, separado ou divorciado) ou Certidão de Nascimento (se solteiro) - (original e cópia);
10) Cédula de PIS/PASEP (caso não tenha, apresentar Declaração de **NADA CONSTA** do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (original e cópia);
11) **ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL ADMISSIONAL ORIGINAL (ASO) EMITIDO POR PROFISSIONAL DA MEDICINA DO TRABALHO (VALIDADE: 30 DIAS DA EMISSÃO);**
12) Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia).
13) Entrar no site **http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial** e realizar a consulta da qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.
14) Carteira do conselho (CREMERJ) e comprovante de pagamento de anuidade 2021 (original e cópia);
15) **Todos os profissionais deverão apresentar o comprovante de vacinação contra o COVID - 19 (1ª e 2ª dose).**
16) Diploma de graduação em medicina.
17) Certificado de residência médica ou especialização do emprego a que concorre.
18) Título de especialização lato sensu ou stricto sensu (com o mínimo de 360 horas) ou de residência médica ou título de especialista diferente do informado para inscrição.
19) Comprovante de experiência profissional na área de atuação do emprego a que concorre - até 06 (seis) anos.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
EDITAL DE EXCLUSÃO CAP Nº 158 DE 08 DE MARÇO DE 2022.
(EXCLUSÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO)

A Coordenação de Administração de Pessoas torna pública a exclusão do(s) profissional(is) abaixo relacionado(s) do(s) Edital(is) que menciona, conforme tabela abaixo.

MATRICULA	NOME	EMPREGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO	EXCLUIR DO EDITAL Nº	PUBLICADO NO D.O.RIO DE/ PAGINA
304.027-6	SULLA HABIB PINA	MEDICO ANESTESIOLOGIA	S/SUBHUE/ HMJ - HOSPITAL MUNICIPAL JESUS	107 de 16/02/2022	17/02/2022 PAG 105

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Processo: SMS-PRO-2022/00481
- Cancelo o Contrato de Trabalho JULIAN DAMACENO DA SILVA, MÉDICO CLÍNICA MÉDICA, matrícula 29/326.639-2, por impedimento legal.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E AQUISIÇÕES
CONVOCAÇÃO PÚBLICA
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

A Coordenadoria de Licitações e Aquisições - S/SUBG/CLA, com Sede à Rua Afonso Cavalcanti, 455, 7º andar, sala 745, Bloco 01, Centro Administrativo São Sebastião (CASS), Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ torna público que realizará procedimento de Pesquisa de Mercado, destinado à aquisição de Veiculo de Passeio, através de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, visando atender às necessidades desta SMS-Rio, devidamente descrito e especificado no Termo de Referência que instrui o processo nº **09/000838/2022.**
As empresas interessadas em participar do procedimento de Pesquisa de Mercado deverão efetuar as retiradas do Termo de Referência e Formulário de Cotações correspondentes no endereço supracitado, ou solicitar os mesmos via e-mail, através dos correios eletrônicos renato.saude77@gmail.com e eduardo.sms.rio@gmail.com **até o dia 18/03/2022**, de modo a possibilitar a elaboração de proposta de preços.
As entregas das propostas deverão ser feitas até a data informada acima na sede desta Coordenadoria ou através dos correios eletrônicos supracitados.

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO SIGMA	OBJETOS	U/C	QTD
01	471270	23.10.03.001-02	VEICULO DE PASSEIO	UNID	02

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E AQUISIÇÕES
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ref.: Pregão Eletrônico nº 488/2021- Proc: 09/005.690/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
O Pregoeiro convoca o representantes legal da empresa abaixo relacionada, para assinatura da Ata de Registro de Preços do pregão em epígrafe, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a partir do dia 09/03/2022 - horário de 09:00 às 17:00h.
• NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2022

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde.
Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos
Processo: 09/005.474/2021
Modalidade: Pregão Eletrônico - SMS/SRP nº 644/2021.
Validade da Ata: 12(doze) meses a partir da publicação no Diário Oficial do Município.
Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Coordenadoria de Licitações e Aquisições.
Órgão Participante: Unidades Municipais de Saúde.
Empresa Vencedora - Itens 01, 07, 08, 44, 45, 52 ao 55: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI.
CNPJ: 34.729.047/0001-02
Valor Total Adjudicado: R$ 22.750.241,70.

Item	Código	Especificação / Marca	Qtde (cota principal)	VALOR UNITÁRIO (R$)
01	6505.08.117-03	AMPICILINA SODICA 2G + SULBACTAM SODICO 1G INJETAVEL FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ MOMENTA-EUROFARMA	14.418	13,00
07	6505.02.236-00	BROMETO DE ROCURONIO 10MG/ML SOLUCAO INJETAVEL FRASCO-AMPOLA 5ML Marca/Fabricante: GENÉRICO/ EUROFARMA	705.187	10,60
44	6505.08.119-34	MEROPENEM INJETAVEL 500MG FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ MOMENTA-EUROFARMA	446.527	12,48
52	6505.08.126-07	SULFATO DE POLIMIXINA B INJETAVEL 500.000UI FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ EUROFARMA	71.227	22,00
54	6505.08.114-42	TAZOBACTAM SODICO 4G + PIPERACICLINA SODICA 500MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ EUROFARMA	536.464	14,45
Item	**Código**	**Especificação / Marca**	**Qtde (me e epp)**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**
08	6505.02.236-00	BROMETO DE ROCURONIO 10MG/ML SOLUCAO INJETAVEL FRASCO-AMPOLA 5ML Marca/Fabricante: GENÉRICO/ EUROFARMA	2.148	10,60

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

45	6505.08.119-34	MEROPENEM INJETAVEL 500MG FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ MOMENTA-EUROFARMA	6.037	12,48
53	6505.08.126-07	SULFATO DE POLIMIXINA B INJETAVEL 500.000UI FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ EUROFARMA	1.535	22,00
55	6505.08.114-42	TAZOBACTAM SODICO 4G + PIPERACICLINA SODICA 500MG INJETAVEL FRASCO-AMPOLA Marca/Fabricante: GENÉRICO/ EUROFARMA	4.456	14,45

(*) Publicado por omissão no DO Rio de 08/03/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO: 625/2021

PROCESSO: 09/005.192/2018
OBJETO: Registro de preços para compra de Instrumentais para Clínica Básica Odontológica.

À VISTA DA HABILITAÇÃO FORAM ADJUDICADOS:

ITEM	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO (R$)
01	DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	19,00
02	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	1,59
03	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	4,56
04	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	7,15
05	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	5,60
06	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	5,60
08	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTD	5,60
09	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	5,53
10	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	5,53
12	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	7,50
13	DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	7,98
14	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	3,70
15	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	3,59
16	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	23,63
17	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	15,97
19	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	16,00
22	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	11,98
26	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	4,95
28	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	13,49
29	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	13,40
31	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	7,80
32	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	15,90
33	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	16,50
35	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	47,50
36	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	47,95
37	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	49,90
38	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	48,05
39	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	48,00
40	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	48,90
44	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	54,30
46	RIO MEIER COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO-HOSPITALARES LTDA	62,00
47	MCN COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	37,10
49	FATO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE INSTRUMENTOS CIRURGICOS LTDA	29,99

OBS.: Itens Fracassados - 07, 11, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 30, 34, 41, 42, 43, 45, 48, 50 ao 66, 69, 71 e 72.
Itens em análise: 67, 68 e 70.

PREGÃO ELETRÔNICO: 689/2021

PROCESSO: 09/006.929/2021
OBJETO: Registro de preços para aquisição de material hospitalar - seringas hipodérmicas descartáveis.

À VISTA DA HABILITAÇÃO FORAM ADJUDICADOS:

ITEM	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO (R$)
01	CEPALAB LABORATORIOS LTDA	0,30
02	CEPALAB LABORATORIOS LTDA	0,30
08	INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	0,14
09	INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	0,14
12	INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	0,45
13	INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA	0,45
16	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA	1,70
17	LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA	1,70

Obs.: Itens Desertos - 06 e 07.
Itens Fracassados - 03, 04, 05, 10, 11, 14 e 15.

COORDENADORIA GERAL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DA AP-3.2
CONVOCAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08.03.2022

Comunicamos que as empresas abaixo relacionadas deverão comparecer, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação deste Edital, à Rua Aquidabã nº 1037, com o respectivo carimbo, para retirada de empenho, no horário das 9 às 16 horas. A não retirada do mesmo estará sujeito às sanções previstas na Legislação em vigor.

FAVORECIDO	EMPENHO
IMAGEX MATERIAL HOSPITALAR E DIAGNÓSTICO EIRELI EPP	065/2022

SUBSECRETARIA DE HOSPITAIS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS
HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
CONVOCAÇÃO

Convocamos as empresas abaixo relacionadas para comparecer, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação deste, ao Hospital Municipal Miguel Couto, à Rua Mario Ribeiro, 117 - Gávea, 6º andar, com o respectivo carimbo, para retirada de Empenho, no horário de 9:00 às 16:00 h.

EMPRESA	EMPENHO
MICROSUTURE IND. COM. IMP. EXP. E REPRESENTAÇÃO DE MAT. CIRURGICO LTDA. EPP.	115/2022
SILITEC PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	116/2022

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
COORDENADORIA GERAL DE EMERGÊNCIA DA AP 2.1
HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
CONVOCAÇÃO

Comunicamos que a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) deverá(ao) comparecer, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação desta comunicação, ao Hospital Municipal Miguel Couto, à Rua Mario Ribeiro, 117 - Gávea, com o respectivo carimbo, para retirada de Empenho, no horário de 9:00 às 16:00. A não retirada do mesmo estará sujeito às sanções previstas na Legislação em vigor.

EMPRESA	EMPENHO
KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL IND DE EQUIP MED LTDA	2022/98

SUBSECRETARIA DE HOSPITAIS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS
HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
CONVOCAÇÃO

Convocamos as empresas abaixo relacionadas para comparecer, em um prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da publicação deste, ao Hospital Municipal Miguel Couto, à Rua Mario Ribeiro, 117 - Gávea, 6º andar, com o respectivo carimbo, para retirada de Empenho, no horário de 9:00 às 16:00 h.

EMPRESA	EMPENHO
MOGAMI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.	125/2022
OPEN FARMA COMERCIO DE PRODUOS HOSPITALARES LTDA	127/2022
SEROPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODS HOSPITALARES LTDA	128/2022
MEDICAL LIFE COMERCIO EIRELI	129/2022

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
CONVOCAÇÕES
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Comunicamos que a(s) firma(s) abaixo relacionada(s) deverá(ao) comparecer, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a partir da publicação deste Edital, na Rua da Capela, nº 96- Piedade-Rio de Janeiro - RJ-Setor DIL-Gabinete da Direção, com os respectivos carimbos, para retirada dos empenhos abaixo relacionados, no horário de 09:00 às 17:00 horas. A não retirada dos mesmos estará sujeita às sanções prevista na Legislação em vigor.

Nº EMPENHO	NOME DA EMPRESA	VALOR
2022/000174	ZITA MED BIOTECNOLOGIA LTDA ME	R$ 8.310,00

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
CONVOCAÇÕES
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Comunicamos que a(s) firma(s) abaixo relacionada(s) deverá(ao) comparecer, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a partir da publicação deste Edital, na Rua da Capela, nº 96- Piedade-Rio de Janeiro - RJ-Setor DIL-Gabinete da Direção, com os respectivos carimbos, para retirada dos empenhos abaixo relacionados, no horário de 09:00 às 17:00 horas. A não retirada dos mesmos estará sujeita às sanções prevista na Legislação em vigor.

Nº EMPENHO	NOME DA EMPRESA	VALOR
2022/000175	ZITA MED BIOTECNOLOGIA LTDA ME	R$ 10.895,00

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MUNICIPAL DA PIEDADE
CONVOCAÇÕES
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Comunicamos que a(s) firma(s) abaixo relacionada(s) deverá(ao) comparecer, no prazo de 05(cinco) dias úteis, a partir da publicação deste Edital, na Rua da Capela, nº 96- Piedade-Rio de Janeiro - RJ-Setor DIL-Gabinete da Direção, com os respectivos carimbos, para retirada dos empenhos abaixo relacionados, no horário de 09:00 às 17:00 horas. A não retirada dos mesmos estará sujeita às sanções prevista na Legislação em vigor.

Nº EMPENHO	NOME DA EMPRESA	VALOR
2021/000176	BIRDMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 6.790,00

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
SUPERINTENDENCIA DE HOSPITAIS PEDIÁTRICOS E MATERNIDADE
HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO
COMUNICADO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

Comunicamos as Empresas relacionadas abaixo, que suas respectivas Notas de Empenho encontram-se disponíveis para retirada:

NOTA DE EMPENHO	EMPRESA FAVORECIDA
085/2022	MEG LAB MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

086/2022	MEG LAB MATERIAL HOSPITALAR LTDA
087/2022	IMAGEX MAT HOSP E DIAGINÓSTICO EIRELI
088/2022	IMAGEX MAT HOSP E DIAGINÓSTICO EIRELI
089/2022	LABINBRAZ COMERCIAL LTDA

Os representantes das mencionadas Empresas deverão comparecer a Unidade no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, munidos de carimbo contendo nome e CNPJ da Favorecida.
Local para retirada: Setor de Farmácia HMHP - Av. Edgard Romero, 276 - Madureira - RJ
Horário de Atendimento: De Segunda à quinta-feira das 09hs às 16hs
A não retirada do mesmo estará sujeita às sanções previstas na Legislação em vigor.

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
HOSPITAL MATERNIDADE FERNANDO MAGALHÃES
CONVOCAÇÕES

* Processo: 0965/000.212/2018
Solicitamos o comparecimento da empresa IMAGEX MATERIAL HOSPITALAR E DIAGNÓSTICO EIRELLI EPP - CNPJ 19.723.754/0001-06, à Rua General José Cristino, n° 87 - 3° andar/Direção da Divisão de Infra Estrutura e Logística - São Cristóvão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data desta publicação, para a apresentação de esclarecimento a respeito do contrato de prestação de serviços com cessão de uso de equipamentos com serviço de assessoria científica acompanhado da aquisição de materiais de consumo laboratoriais para técnicas automatizadas - hemograma - no HMFM - Contrato n° 031/2017 - PE 175/2017.

INSTITUTO MUNICIPAL PHILIPPE PINEL
NOTIFICAÇÃO
EXPEDIENTE DE 07/03/2022

Notificamos a empresa ELEVADORES ELBO LTDA., inscrita no CPNJ sob o nº 33.127.721/0001-16, por descumprimento de cláusula contratual e item 41 do Projeto Básico (a paralização dos elevadores por motivos de defeitos técnicos, não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da Unidade, estando sujeita a Contratada às penalidades cabíveis previstas no Instrumento Contratual, bem como ao desconto proporcional aos dias de paralisação), parte integrante do Termo de Execução nº 05/2020 ao Contrato SMS nº 37/2020, assinado e vigente desde 10 de setembro de 2020 - Processos Instrutivos nº 09/0002.822/2017 - 09/79/000.035/2020, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E MONTA CARGAS. Pelo descumprimento, a Administração poderá aplicar, em conjunto ou isoladamente, uma ou mais das penalidades previstas na cláusula décima quarta, alíneas a, b, c e d: (a) advertência; (b) multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato; (c) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e, respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da Contratada; (d) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos e penalidades previstas na cláusula décima sexta - Da Rescisão.
Informamos que resta garantida à empresa, a prévia defesa, no prazo de 05(cinco) dias úteis, insculpida no Artigo 87, caput, da Lei nº 8.666/1993.

INSTITUTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA DE ZOONOSES E DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA
EXTRATO DE AÇÃO FISCAL S/IVISA-RIO N.º 025/2022, DE 07 DE MARÇO DE 2022
EDITAIS DE INTERDIÇÃO E DESINTERDIÇÕES

O PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA DE ZOONOSES E DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA (S/IVISA-RIO), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e considerando os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, moralidade e publicidade, norteadores da Administração TORNA PÚBLICO a relação de estabelecimentos, locais, atividades ou equipamentos que foram interditados pela autoridade competente, por infringência à legislação sanitária pertinente, bem como aqueles que foram desinterditados em virtude do cumprimento de intimação(ões) emanada(s).
Por oportuno, ficam pelo presente NOTIFICADOS, os responsáveis por estabelecimentos, locais, atividades ou equipamentos que ainda permaneçam interditados, a observarem com rigor o Edital n.º de Interdição até que se cumpra integralmente o respectivo Termo de Intimação associado, sob pena da aplicação de multas, sem prejuízo de encaminhamento à autoridade competente por desobediência.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE	
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS (TOTAL)	
Edital nº 54191 Data: 11/02/2022	Amanda Brandão Máster em Estética Rua Carolina Machado,560,sala 607 - Madureira
Edital nº 48415 Data: 17/02/2022	P A Simplesdent Eireli Rua Amaral Costa, 347 - Campo Grande
Edital nº 52484 Data: 18/02/2022	Sol Cargas Transportes Multimodal Ltda Rua Sargento Aquino,463 - Olaria
Edital nº 54192 Data: 21/02/2022	Laboratório Aja de Análises Médicas de Cascadura Ltda Avenida Dom Helder Câmara, 6991 - Pilares
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS (PARCIAL)	
Edital nº 52228 Data: 09/02/2022	Centro de Repouso Terceiro Milênio Fátima da Silva Carriane Rua das Açucenas,51 - Vila Valqueire
Edital nº 54296 Data: 09/02/2022	Carestiato Sanches Centro Médico Ltda Avenida Padre Roser,42,sala 420 - Vila da Penha
Edital nº 52313 Data: 10/02/2022	Dental Consult Saúde e Estética Ltda Avenida Henrique Valadares,143- Centro
Edital nº 51470 Data: 11/02/2022	Centro de Pesquisa de Osteoporose do RJ Ltda Rua Conde de Bonfim,369,sala 806/807 - Tijuca
Edital nº 52453 Data: 11/02/2022	AMO Serviços Médicos Ltda Praça do Fé,20 Bangu
Edital nº 51471 Data: 14/02/2022	Instituto Hermes Pardini S/A Rua Conde de Bonfim,344,bloco 2,sala 301,305 e 306 - Sup Sto Afonso,bloco 2,sala 307,308 E- Tijuca
Edital nº 54288 Data: 14/02/2022	Urgências Médicas Itanhangá Saúde Ltda Estrada do Itanhangá,1081 - Itanhangá
Edital nº 54289 Data: 14/02/2022	Policlínica Higienópolis Ltda Rua Miguel Burnier,82 - Higienópolis
Edital nº 51408 Data: 16/02/2022	Asilo clandestino Paulo Roberto Nascimento Vieira (antigo Hospedagem Jardim das Rosas) Rua da Fábrica,168 - Bangu
Edital nº 52485 Data: 22/02/2022	LC do Brasil Express Agenciamento de Cargas Ltda Rua Souza Valente,7 - São Cristóvão
Edital nº 54297 Data: 23/02/2022	Clínica Waldyr Tostes Ltda Avenida Armando Lombardi,800,sala 334 - Barra da Tijuca
ESTABELECIMENTOS DESINTERDITADOS (PARCIAL)	
Edital nº 52393 Data: 31/01/2022	RTO Recreio Trauma Ortopedia Ltda Estrada Benvindo de Novaes,1910,salas 301 a 309 - Recreio
Edital nº 51471 Data: 14/02/2022	Instituto Hermes Pardini S/A Rua Conde de Bonfim,344,bloco 2,sala 301,305 e 306 - Sup Sto Afonso,bloco 2,sala 307,308 E- Tijuca
COORDENAÇÃO DE INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA	
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS (TOTAL)	
Edital nº 54071 Data: 18/02/2022	Maria Fernandes da Silva Comercio de Alimentos Estrada dos Bandeirantes Nº 11227 Av A Quadra 01 Loja 02 Lote 05 - Vargem Pequena
Edital nº 57510 Data: 24/02/2022	Top 10 Brasil Alimentos e Bebidas Rua Deputado Heitor Gama,677 - Parque Anchieta
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS (PARCIAL)	
Edital nº 54070 Data: 11/02/2022	Mercado Famille Ltda. Rua Torre de Oliveira Nº 29 - Irajá
Edital nº 53986 Data: 11/02/2022	Pax Supermercados Ltda. Rua Carolina Machado Nº 990 - Oswaldo Cruz
Edital nº 53968 Data: 12/02/2022	Açougue e Mercearia Deus de Promessas Ltda. Rua Palas Nº 177 Lojas A/B - Pavuna
Edital nº 53967 Data: 12/02/2022	Luquel Comercio de Alimentos Eireli Epp Avenida Monsenhor Felix Nº 298 Loja - Irajá
Edital nº 57506 Data: 12/02/2022	Luquel Comercio de Alimentos Eireli Epp Avenida Monsenhor Felix Nº 298 Loja - Irajá
Edital Nº 54029 Data: 15/02/2022	Mercado Principal de Santíssimo Ltda. Estrada do Lameirão Nº 1300 - Santíssimo
Edital nº 54030 Data: 15/02/2022	Mercearia Lucre Muito Mais Ltda. Estrada da Posse Nº 77 Lote 13 Pal 44236 - Santíssimo
Edital nº 54031 Data: 15/02/2022	Mercearia Lucre Muito Mais Ltda. Estrada da Posse Nº 77 Lote 13 Pal 44236 - Santíssimo
Edital nº 57509 Data: 15/02/2022	Torre e Cia Supermercado S/A Estrada Marechal Miguel Salazar M Moraes N° 11 -
Edital nº 57507 Data: 15/02/2022	Mercado Salmos 1 Ltda Estrada do Outeiro Santo Nº 1139 - Taquara
Edital nº 57508 Data: 15/02/2022	Mercado Salmos 1 Ltda Estrada do Outeiro Santo Nº 1139 - Taquara
Edital nº 53969 Data: 16/02/2022	Ace Fruit Comercio de Alimentos Ltda Me Avn Jaime Poggi,80 Loja Q - Jacarepagua
Edital nº 53987 Data: 16/02/2022	Ace Fruit Comercio de Alimentos Ltda Me Avn Jaime Poggi,80 Loja Q - Jacarepagua
Edital nº 53916 Data: 18/02/2022	M Gonzalez Ribeiro Eireli E PP Rua Tirol Nº 324 - Freguesia
Edital nº 53970 Data: 19/02/2022	Supermercado Ultra 7 Ltda Rua Marques de São Vicente Nº 105 Loja A - Gavea
Edital nº 53971 Data: 21/02/2022	Mercearia Super Compras da Carvalho Ramos Eireli Estrada Carvalho Ramos 5, Qdra E Lot 5 Loja Pal 21619 N 5 - Campo Grande
Edital nº 53972 Data: 21/02/2022	Mercearia Super Compras da Carvalho Ramos Eireli Estrada Carvalho Ramos 5, Qdra E Lot 5 Loja Pal 21619 N 5 - Campo Grande
Edital nº 57526 Data: 22/02/2022	Superdelli Atacado Esupermercados S/A Avenida Brasil 9561 - Penha
Edital nº 57527 Data: 22/02/2022	Superdelli Atacado Esupermercados S/A Avenida Brasil 9561 - Penha
Edital nº 53973 Data: 24/02/2022	Germans Distribuidora de Comestíveis Ltda. Rua São Luiz Gonzaga, 308 - São Cristovão.
Edital nº 53974 Data: 24/02/2022	Germans Distribuidora de Comestíveis Ltda. Rua São Luiz Gonzaga, 308 - São Cristovão.
ESTABELECIMENTOS DESINTERDITADOS (TOTAL)	
Edital nº 54068 Data: 16/02/2022	Mercado Boas Compras Ltda. Estrada do Margaça Nº 2386 Loja A - Guaratiba
ESTABELECIMENTOS DESINTERDITADOS (PARCIAL)	
Edital nº 53839 Data: 08/02/2022	Emanuel Comercio de Generos Alimentícios Ltda. Estrada Catruz nº 2818
Edital nº 54067 Data: 09/02/2022	Hortigil Hortifruti S/A Avenida Embaixador Abelardo Bueno Nº 2950 Lot 110 Pal 22664 - Barra da Tijuca
Edital nº 57505 Data: 10/02/2022	Padaria e Confeitaria São Francisco de Assis Limitada Me Rua Dona Romana Nº 125 Loja - Engenho Novo
Edital nº 53986 Data: 11/02/2022	Pax Supermercados Ltda. Rua Carolina Machado Nº 990 - Oswaldo Cruz
Edital nº 53517 Data: 16/02/2022	Mercado Reizão do Rio Ltda. Avenida Bacaxa Nº 2 Lote Pal 19108 Qda 128- Cosmos
Edital nº 53979 Data: 16/02/2022	Mercado Novas Vendas Campo Grande Ltda. Rua Gianerini Nº 16 - Campo Grande

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Edital nº 54088 Data: 16/02/2022	Super Mercado Zona Sul S/A Rua das Laranjeiras, 215 - Laranjeiras.
Edital nº 53932 Data: 16/02/2022	Comal Rio Comercial de Alimentos Ltda. Rua do Catete, 247 Lojas A/B - Catete.
Edital nº 54018 Data: 17/02/2022	Bomboi Mercado de Carnes Ltda. Avenida Minist Edgard Romero, 5 e 5 A - Madureira
Edital nº 57509 Data: 21/02/2022	Torre e Cia Supermercados S/A Estrada Marechal Miguel Salazar M Moreira N° 11 - Taquara
Edital nº 53987 Data: 22/02/2022	Ace Fruti Comercio de Alimentos Ltda Me. Avn Jaime Poggi,80 Loja Q - Jacarepaguá
Edital nº 53731 Data: 23/02/2022	Intercontinental Comercio de Alimentos Ltda. Avenida João Ribeiro N 36 40 A 44 Loja A - Pilares
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA DE ZOONOSES	
ESTABELECIMENTOS DESINTERDITADOS (PARCIAL)	
Edital n.º 51296 Data: 25/02/2022	Prosilvestres Medicina de Animais Silvestres CNPJ n.º 21.270.784/0001-48 Rua Siqueira Campos, 170 E, Copacabana
ESTABELECIMENTOS DESINTERDITADOS (TOTAL)	
Edital n.º 55490 Data: 21/02/2022	Animaleme Clínica Veterinária Ltda CNPJ n.º 06.270.518/0001-21 Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 22, loja B, Leme
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS (PARCIAL)	
Edital n.º 51296 Data: 24/02/2022	Prósilvestres Medicina de Animais Silvestres CNPJ n.º 21.270.784/0001-48 Rua Siqueira Campos, 170 E, Copacabana
ESTABELECIMENTOS INTERDITADOS (TOTAL)	
Edital n.º 55490 Data: 17/02/2022	Animaleme Clínica Veterinária Ltda CNPJ n.º 06.270.518/0001-21 Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 22, loja B, Leme
Edital n.º 51295 Data: 17/02/2022	Rede Pet Shop Ltda CNPJ n.º 19.457.898/0001-50 Avenida Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, 1060, loja, Anchieta

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
EDITAL CVL/SUBSC Nº 238/2019 - 4º CONCURSO RIOSAUDE
110º CONVOCAÇÃO (ESCALA CADASTRO ON LINE E ADMISSÃO)

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, convoca os seguintes candidatos classificados no 4º Concurso Público para Admissão de Profissionais a Empregos públicos, abaixo relacionados, a comparecerem para firmar contrato de trabalho no **dia 09 de Março de 2022,** munido dos documentos relacionados no Anexo II, conforme procedimentos a seguir:

1ª . Preencher o cadastro online de dados pessoais, disponível a partir de **07/03/2022** no endereço eletrônico https://www.rio.rj.gov.br/web/riosaude/admissao (caso já tenha feito o cadastro, não precisa refazer).

2ª) Após o preenchimento do Cadastro on-line, comparecer nas dependências da Riosaúde - Rua Voluntários da Pátria 169 - 2º andar - Botafogo - Rio de Janeiro, **na respectiva data 08/03/2022 e horários abaixo:**

a) Definir a escala disponível;

b) Após a escolha da escala, o profissional deverá apresentar a documentação comprobatória do **Cadastro online (pré-admissão)** para a conferência dos dados pessoais preenchidos;

C) O profissional será orientado a **entregar TODA a documentação** relacionada no Anexo II para Admissão.

Vale lembrar que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do concurso

09/03/2022 AS 09H00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
VAGA REGULAR

1601º	SINDRIA KELLY DA CRUZ LEITE
1607º	VIVIANE MAFRA VIANNA

ANEXO II

Trazer o Cadastro online impresso (Todas as Vias)
Exame admissional:
1 (uma) foto 3x4 coloridas e recentes;
Carteira de Identidade (original e cópia)
Carteira de Trabalho e Previdência Social (original e cópia do espelho e verso - Qualificação Civil)*;
CPF (original e cópia)
Título de Eleitor, com respectivos comprovantes da última eleição - 1º e 2º turno (original e cópia)
Comprovante de Vacinação atualizado [DT adulto, Hepatite B] + [vacinação COVID-19 (1ª ,2ª 3° DOSE - OBRIGATÓRIO)] - (original e cópia)
Comprovante de Residência no nome do profissional ou do cônjuge (concessionárias de luz, água ou telefone fixo convencional) emitidos há menos de 60 (sessenta) dias (original e cópia) Quando não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG do nome que constar no comprovante.
Certificado de Reservista (Dispensa de incorporação, Carta Patente ou incorporação de Reservista)
Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento, se casado (original e cópia)
Cédula do PIS/PASEP ou CARTÃO CIDADÃO - caso não tenha, apresentar declaração de NADA CONSTA da Caixa Econômica Federal (PIS) ou Banco do Brasil (PASEP) (original e cópia)
CPF e Certidão de Nascimento de filhos menores (original e cópia)
CPF e Carteira de Identidade dos Dependentes (Cópia)
Cartela de vacinação de dependentes com idade inferior a 7 (sete) anos, e Declaração de Frequência Escolar, se idade superior a 7 (sete) anos (original e cópia)
Carteira do conselho (CREMERJ, COREN etc) e comprovante de pagamento da anuidade Atual e Certidão negativa (original e cópia)
Comprovante da declaração de Imposto de Renda Atual, SOMENTE parte da declaração de Bens e Direitos (cópia);
Comprovante de escolaridade (original e cópia) - Nível Médio e/ou Técnico;
Comprovante de Habilitação: Diploma (original e cópia) - Nível Superior;
Comprovante de especialização;
Comprovante de abertura de conta no Banco Santander; caso tenha.
Cartão original Fetranspor e cópia do comprovante de desincompatibilização do antigo empregador;
Termo de Guarda e Posse, em caso de adoção (original e cópia ou cópia autenticada);
Termo de Curatela (original e cópia ou cópia autenticada);
Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia)
Entrar no site http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial e realizar a consulta da Qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.

*** Quando modificar o nome tem que apresentar todos os documentos com as alterações.**
*** Quando o comprovante de residência não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG ou da CNH do proprietário (nome que constar no comprovante).**
Os demais classificados serão convocados por este Diário Oficial em novos chamamentos

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
EDITAL CVL/SUBSC Nº 238/2019 - 4º CONCURSO RIOSAUDE
173ª CONVOCAÇÃO (ESCALA CADASTRO ON LINE, EXAME ADMISSIONAL E ENTREGA DE DOCUMENTO).

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, convoca os seguintes candidatos classificados no 4º Concurso Público para Admissão de Profissionais a Empregos públicos, abaixo relacionados, a comparecerem para firmar contrato de trabalho no dia **11 de -março 2022,** munido dos documentos relacionados no Anexo II, conforme procedimentos a seguir:

1ª) Preencher o cadastro on line de dados pessoais disponível a partir de **11/03/2022** no endereço eletrônico https://www.rio.rj.gov.br/web/riosaude/admissao

2ª) Após o preenchimento do Cadastro on-line, comparecer nas dependências do **Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, situada na Av. Pastor Martin Luther King Júnior, 10.976 - Acari, Rio de Janeiro - RJ, 21531-010,** no **SETOR SESMT (MEDICINA DO TRABALHO) de 9:as 12:00**

3ª) Após o Exame admissional comparecer nas dependências Do **Hospital Maternidade Alexander Fleming** situado na **R. Jorge Schmidt, 331 - Mal. Hermes, Rio de Janeiro - RJ, 21610-645_na respectiva data e horários abaixo: 9h as 12h**

a) Exame admissional, após a inspeção médica e somente quando de posse do Atestado de Saúde ocupacional **APTO;**

b) Definir a escala disponível;

c) Após a escolha da escala, o profissional deverá apresentar a documentação comprobatória do **Cadastro online (pré-admissão)** para a conferência dos dados pessoais preenchidos;

d) O profissional será orientado a **entregar a documentação** relacionada no Anexo II para Admissão.

Vale lembrar ainda que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do concurso.

11/03/2022
DE 9H ÀS 12H
ENFERMEIRO OBSTETRA
VAGA REGULAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
32º	JESSICA PLACIDO DE SOUZA GONCALVES

ENFERMEIRO OBSTETRA
****CANDIDATOS INSCRITOS NA COTA DE NEGROS E ÍNDIOS - LEI MUNICIPAL 5.695 DE 27/03/2014**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
111º	LUCINEZ FERREIRA VILLA MAIOR

ANEXO I

Trazer o Cadastro online impresso (Todas as Vias)
Exame admissional:
1 (uma) foto 3x4 coloridas e recentes;
Carteira de Identidade (original e cópia)
Carteira de Trabalho e Previdência Social (original e cópia do espelho e verso - Qualificação Civil)*;
CPF (original e cópia)
Título de Eleitor, com respectivos comprovantes da última eleição - 1º e 2º º turno (original e cópia)
Comprovante de Vacinação atualizado [DT adulto, Hepatite B] + [vacinação COVID-19 (1ª, 2 e 3º ª DOSE - OBRIGATÓRIO)] - (original e cópia)
Comprovante de Residência no nome do profissional ou do cônjuge (concessionárias de luz, água ou telefone fixo convencional) emitidos há menos de 60 (sessenta) dias (original e cópia) Quando não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG do nome que constar no comprovante.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Certificado de Reservista (Dispensa de incorporação, Carta Patente ou incorporação de Reservista)
Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento, se casado (original e cópia)
Cédula do PIS/PASEP ou CARTÃO CIDADÃO - caso não tenha, apresentar declaração de NADA CONSTA da Caixa Econômica Federal (PIS) ou Banco do Brasil (PASEP) (original e cópia)
CPF e Certidão de Nascimento de filhos menores (original e cópia)
CPF e Carteira de Identidade dos Dependentes (Cópia)
Cartela de vacinação de dependentes com idade inferior a 7 (sete) anos, e Declaração de Frequência Escolar, se idade superior a 7 (sete) anos (original e cópia)
Carteira do conselho (CREMERJ, COREN etc) e comprovante de pagamento da anuidade Atual e Certidão negativa (original e cópia)
Comprovante da declaração de Imposto de Renda Atual, SOMENTE parte da declaração de Bens e Direitos (cópia);
Comprovante de escolaridade (original e cópia) - Nível Médio e/ou Técnico;
Comprovante de Habilitação: Diploma (original e cópia) - Nível Superior;
Comprovante de especialização;
Comprovante de abertura de conta no Banco Santander; caso tenha.
Cartão original Fetranspor e cópia do comprovante de desincompatibilização do antigo empregador;
Termo de Guarda e Posse, em caso de adoção (original e cópia ou cópia autenticada);
Termo de Curatela (original e cópia ou cópia autenticada);
Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia)
Entrar no site http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial e realizar a consulta da Qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.

*** Quando modificar o nome tem que apresentar todos os documentos com as alterações.**
*** Quando o comprovante de residência não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG ou da CNH do proprietário (nome que constar no comprovante).**
Os demais classificados serão convocados por este Diário Oficial em novos chamamentos.

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
8ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 018/2022
PARA: CHECAGEM DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO PROCESSO SELETIVO ON LINE.

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, mediante autorização contida no processo administrativo nº 09/007.947/2021, publicada na página 4 do D.O. de 13/08/2020, CONVOCA os profissionais abaixo indicados, que se candidataram no processo seletivo simplificado regido pelo **Edital n° 018/2022,** de que trata o processo administrativo n° . 09/200.185/2020, amparado no artigo 37, IX da Constituição Federal de 1998 e na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, **para atuarem no Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-RIO,** por tempo determinado, para apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da pontuação do Processo Seletivo *On line* (original e cópia) referente à análise de currículo prevista no item Anexo II do referido Edital. Para tanto, deverão adotar **os procedimentos na sequência abaixo:**

1ª) Comparecer nas dependências **do IVISA-RIO, situada na Rua Maria Eugênia, 148 - Humaitá (Auditório), na data e no horário informado, nos respectivos horários por ordem de classificação para**

2ª) Apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da Pontuação do Processo Seletivo *On Line* (Original e Cópia) referente à análise de currículo prevista no item ANEXO II do referido Edital.

3ª) Após a apresentação da documentação comprobatória os candidatos deverão acompanhar as próximas etapas do Processo Seletivo através do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do Processo Seletivo.

AGENTE DE APOIO AO IVISA-RIO
10/03/2022
15:30

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
206º	JULIA CAMPOS
207º	MARCOS WILSON
208º	BEATRIZ SILVA
209º	ERICK FLAVIO
210º	ANA PAULA PEREIRA NUNES
211º	DIOLANA BEATRIZ RODRIGUES DAS DORES
212º	EVELLYN CRISTINE
213º	SARA EMANUELE
214º	GABRIELA VILLAS BOAS TEIXEIRA
215º	ROSANGELA MARIA SANTOS
216º	JOANA FERREIRAA
217º	SONIA REGINA COUTINHO DE SOUZA COUTINHO
218º	VALDINETE ALVES DA SILVA
219º	LUCIANA DO AMARAL ARAÚJO
220º	VALÉRIA DE OLIVEIRA
221º	ANA LITE SOUZA DE SOUZA
222º	ANDERSON LUIZ GOMES DE PAULA
223º	VÂNIA RIBEIRO DE SOUZA
224º	SIMONE APARECIDA DA ROCHA NASCIMENTO DA COSTA
225º	VILMA RODRIGUES
226º	ANDRÉA BENEDITO
227º	JOAO ARIAN DE SOUZA LIMA
228º	CARLA LEAL BRAZ
229º	RAPHAEL REZENDE
230º	RENATA BATISTA DAS NEVES DE SENA
231º	EVERTON SILVA TEIXEIRA
232º	BRIAN LUCAS
233º	EDITE FERNANDES RAMOS
234º	DENILCE MARIA PEREIRA
235º	MARIA CARDOSO
236º	ROSANE NUNES SILVA
237º	MARCELO JOSÉ FIGUEIREDO SANTOS
238º	FABIANA PEREIRA GOMES
239º	ANGELICA SALOMAO DO NASCIMENTO
240º	VIVIANE GOMES DOS SANTOS
241º	ANA DE FREITAS
242º	PAULO CEZAR DA SILVA ALBUQUERQUE
243º	VIVIANE DIAS
244º	SILVANA DA PAULO
245º	CARLA ROCHA SALGADO
246º	VIVIANE DA SANTOS
247º	JANINE OCTAVIANO DA SILVA OCTAVIANO
248º	LEILA MENDES DE SOUZA
249º	KERLA POLLYANA COSTA PIMENTEL
250º	PRISCILA ALVES DE MESQUITA
251º	ANTÔNIO MARTINS
252º	FERNANDO RODRIGUES FILHO
253º	PABLO LUIS ALVES DE ALMEIDA
254º	MARCELLA BARROS DE JESUS
255º	RODRIGO CORRÊA DE ANDRADE

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
9ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 018/2022
PARA: CADASTRO ON LINE (PRÉ-ADMISSÃO), EXAME ADMISSIONAL E PARA FIRMAR CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, mediante autorização contida no processo administrativo nº 09/007.947/2021, publicada na página 4 do D.O. de 13/08/2020, CONVOCA os profissionais abaixo indicados, que se candidataram no processo seletivo simplificado regido pelo **Edital n° 018/2022,** de que trata o processo administrativo n° . 09/200.185/2020, amparado no artigo 37, IX da Constituição Federal de 1998 e na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, **para atuarem no Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-RIO.** Para tanto, deverão adotar **os procedimentos na sequência abaixo:**

1ª) Preencher o cadastro online de dados pessoais disponível a partir de dia **09/03/2022** no endereço eletrônico https://www.rio.rj.gov.br/web/riosaude/admissao

2ª) Comparecer **Hospital Municipal Rocha Faria, Av. Cesário de Melo, nº 3215 - Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ - no SESMET, dia 09 de março de 2022, no horário das 13:00 às 16:00h.**

3ª) Após a realização da inspeção médica, comparecer nas dependências **do IVISA-RIO, situada na Rua Maria Eugênia, 148 - Humaitá (Auditório), na data e no horário informado abaixo, por ordem de classificação, para** a entrega da documentação relacionada no anexo I para firmar contrato por prazo determinado, nos respectivos horários:

Vale lembrar que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do Processo Seletivo.

AGENTE DE APOIO AO IVISA-RIO
10/03/2022
90H00

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
191º	RENATA MACIEL FERNANDES
193º	CRISTIANO SOUSA
197º	CARLOS ALEXANDRE SANTOS DA CONCEIÇÃO
199º	CHAYENE BARROS PIERRE DA SILVA
200º	RENATA DOS SANTOS DE ANDRADE
201º	LUÍS ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA
203º	ANDRESSA MOISINHO

DOCUMENTAÇÃO PARA ADMISSÃO
ANEXO II

Trazer o Cadastro online impresso (Todas as Vias)
Exame admissional:
1 (uma) foto 3x4 coloridas e recentes;
Carteira de Identidade (original e cópia)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

Carteira de Trabalho e Previdência Social (original e cópia do espelho e verso - Qualificação Civil)*;
CPF (original e cópia)
Título de Eleitor, com respectivos comprovantes da última eleição - 1º e 2º turno (original e cópia)
Comprovante de Vacinação atualizado [DT adulto, Hepatite B] + [vacinação COVID-19 (1ª, 2ª e DOSE DE REFORÇO - OBRIGATÓRIO)] - (original e cópia)
Comprovante de Residência no nome do profissional ou do cônjuge (concessionárias de luz, água ou telefone fixo convencional) emitidos há menos de 60 (sessenta) dias (original e cópia) Quando não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG do nome que constar no comprovante.
Certificado de Reservista (Dispensa de incorporação, Carta Patente ou incorporação de Reservista)
Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento, se casado (original e cópia)
Cédula do PIS/PASEP ou CARTÃO CIDADÃO - caso não tenha, apresentar declaração de NADA CONSTA da Caixa Econômica Federal (PIS) ou Banco do Brasil (PASEP) (original e cópia)
CPF e Certidão de Nascimento de filhos menores (original e cópia)
CPF e Carteira de Identidade dos Dependentes (Cópia)
Cartela de vacinação de dependentes com idade inferior a 7 (sete) anos, e Declaração de Frequência Escolar, se idade superior a 7 (sete) anos (original e cópia)
Carteira do conselho (CREMERJ, COREN etc) e comprovante de pagamento da anuidade Atual e Certidão negativa (original e cópia)
Comprovante da declaração de Imposto de Renda Atual, SOMENTE parte da declaração de Bens e Direitos (cópia);
Comprovante de escolaridade (original e cópia) - Nível Médio e/ou Técnico;
Comprovante de Habilitação: Diploma (original e cópia) - Nível Superior;
Comprovante de especialização;
Comprovante de abertura de conta no Banco Santander; caso tenha.
Cartão original Fetranspor e cópia do comprovante de desincompatibilização do antigo empregador;
Termo de Guarda e Posse, em caso de adoção (original e cópia ou cópia autenticada);
Termo de Curatela (original e cópia ou cópia autenticada);
Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia)
Entrar no site http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial e realizar a consulta da Qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
5ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 026/2022

PARA: CHECAGEM DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO PROCESSO SELETIVO ON LINE.

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, mediante autorização contida no processo administrativo nº 09/007.947/2021, publicada na página 4 do D.O. de 13/08/2020, CONVOCA os profissionais abaixo indicados, que se candidataram no processo seletivo simplificado regido pelo **Edital n° 026/2022,** de que trata o processo administrativo n° . 09/200.185/2020, amparado no artigo 37, IX da Constituição Federal de 1998 e na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, **para atuarem no Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-RIO,** por tempo determinado, para apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da pontuação do Processo Seletivo *On-line* (original e cópia) referente à análise de currículo prevista no item Anexo II do referido Edital. Para tanto, deverão adotar **os procedimentos na sequência abaixo:**

1ª) Comparecer nas dependências **do IVISA-RIO, situada na Rua Maria Eugênia, 148 - Humaitá (Auditório), na data e no horário informado, nos respectivos horários por ordem de classificação para**

2ª) Apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da Pontuação do Processo Seletivo *On Line* (Original e Cópia) referente à análise de currículo prevista no item ANEXO II do referido Edital.

3ª) Após a apresentação da documentação comprobatória os candidatos deverão acompanhar as próximas etapas do Processo Seletivo através do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do Processo Seletivo.

TECNICO DE LABORATÓRIO IVISA-RIO
10/03/2022
10:30

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
47º	GERSON GHIOTTO DA SILVA
48º	ELAINE DOS REIS DE MOURA
49º	SUSANA DE MEDEIROS
50º	LUIZ ANTONIO CESAR PIMENTA
51º	KAMILA SANTOS DA SILVA
52º	HENRIQUE SOARES DE MEDEIROS
53º	GIRLEINE COUTO
54º	MARIA DA GLORIA APRIGIO DOS SANTOS
55º	ARTERINA DE SOUZA
56º	KARIN CRISTINA COSTA MOREIRA
57º	VANESSA DE SOUZA SANTOS
58º	LETICIA VELASCO
59º	LUCIANE MENEZES DA SILVA
60º	THATIANA NETTO MACIEL
61º	DAYANE BELLATO
62º	GISELLE SOARES
63º	PRISCILA FIGUEIRA SOARES
64º	TATIANE NASCIMENTO VELHO
65º	VIVIANE FERREIRA
66º	SABRINA SOARES SILVA
67º	JULIANA TINOCO SACRAMENTO
68º	PALOMA PEDRETTI MAZZIOLLI
69º	VICTOR SANTIAGO DO ROSÁRIO
70º	ROSILENE BRAGANÇA DE ANDRADE
71º	VERÔNICA DE SOUZA TEMOTEO
72º	IOLANDA TULER CHAVES THEOTONIO
73º	SUELEN SILVA DE Y
74º	AMANDA NERY DE OLIVEIRA
75º	GEAN CARLO PEREIRA DA SILVA
76º	AMANDA RAQUEL PINTO DA SILVA

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
10ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 028/2022

PARA: CHECAGEM DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO PROCESSO SELETIVO ON LINE.

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, mediante autorização contida no processo administrativo nº 09/007.947/2021, publicada na página 4 do D.O. de 13/08/2020, CONVOCA os profissionais abaixo indicados, que se candidataram no processo seletivo simplificado regido pelo **Edital n° 028/2022,** de que trata o processo administrativo n° . 09/200.185/2020, amparado no artigo 37, IX da Constituição Federal de 1998 e na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, **para atuarem no Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-RIO,** por tempo determinado, para apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da pontuação do Processo Seletivo *On line* (original e cópia) referente à análise de currículo prevista no item Anexo II do referido Edital. Para tanto, deverão adotar **os procedimentos na sequência abaixo:**

1ª) Comparecer nas dependências **do IVISA-RIO, situada na Rua Maria Eugênia, 148 - Humaitá (Auditório), na data e no horário informado, nos respectivos horários por ordem de classificação para**

2ª) Apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da Pontuação do Processo Seletivo *On Line* (Original e Cópia) referente à análise de currículo prevista no item ANEXO II do referido Edital.

3ª) Após a apresentação da documentação comprobatória os candidatos deverão acompanhar as próximas etapas do Processo Seletivo através do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do Processo Seletivo.

ANALISTA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
ENGENHARIA CIVIL/ELÉTRICA/MECÂNICA
10/03/2022
14:30H

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
76º	BÁRBARA FERNANDES SAMPAIO
77º	RENATO FERNANDES
78º	ROBERT CARDOZO SILVA
79º	RAFAEL DA CRUZ
80º	MATHEUS DANTAS DE OLIVEIRA BANDEIRA
81º	FRANCISCO SARQUIS
82º	MAGNO MASSENO
83º	CLEBIO BRAGANÇA VALERIANO
84º	MARIA DO SOCORRO BRITO
85º	GILSON LIMA PAES
86º	RENATO VIANNA ROCHA
87º	MICHEL SANDRO SANTOS SILVA
88º	ALEX PEREIRA E SILVA
89º	FRANCISCO HERMANO FERREIRA MEIRELLES
90º	ANDRÉ LUIZ FRANKLIN CANELA CORREIA NETO
91º	ANDERSON DE ALMEIDA MUZI
92º	ALINE RODRIGUES MARTINS
93º	ANTONIO CARLOS MEDEIROS DA ROSA JÚNIOR
94º	WILLIAM DOS PASSOS MAGNO
95º	CARLOS HENRIQUE MEIRELES AVILA FILHO
96º	ANDRE RODRIGUES DE CARVALHO
97º	JOSÉ RODRIGO SANTANA RODRIGO SANTANA
98º	BRUNO DA SILVA CABRAL
99º	RAPHAELLA DE OLIVEIRA GOMES CHAGAS RAPHAELLA DE OLIVEIRA CHAGAS
100º	VICTOR CESAR MONTEIRO LIMA MONTEIRO LIMA
101º	PHILIPE PRADO
102º	FÁBIO FREITAS SENNA DA SILVA
103º	JÉSSICA DO NASCIMENTO PEREIRA
104º	RAFAEL ALMEIDA MATTOS
105º	LEONARDO JOSÉ MOREIRA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
2ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 055/2022
PARA: CHECAGEM DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO PROCESSO SELETIVO ON LINE.

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso de suas atribuições, mediante autorização contida no processo administrativo nº 09/007.947/2021, publicada na página 4 do D.O. de 13/08/2020, CONVOCA os profissionais abaixo indicados, que se candidataram no processo seletivo simplificado regido pelo **Edital n° 055/2022,** de que trata o processo administrativo n° . 09/200.185/2020, amparado no artigo 37, IX da Constituição Federal de 1998 e na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, **para atuarem no Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-RIO,** por tempo determinado, para apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da pontuação do Processo Seletivo *On line* (original e cópia) referente à análise de currículo prevista no item Anexo II do referido Edital. Para tanto, deverão adotar **os procedimentos na sequência abaixo:**

1ª) Comparecer nas dependências **do IVISA-RIO, situada na Rua Maria Eugênia, 148 - Humaitá (Auditório), na data e no horário informado, nos respectivos horários por ordem de classificação para**

2ª) Apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da Pontuação do Processo Seletivo *On Line* (Original e Cópia) referente à análise de currículo prevista no item ANEXO II do referido Edital.

3ª) Após a apresentação da documentação comprobatória os candidatos deverão acompanhar as próximas etapas do Processo Seletivo através do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que aqueles que não comparecerem ou não apresentarem a documentação exigida serão eliminados do Processo Seletivo.

ANALISTA DESENVOLVEDOR PLENO
10/03/2022
13:30

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
11º	PHELIPE AVELLAR FRANCO
12º	FERNANDO VALENTIN
13º	BEATRIZ DA SILVA FONTES
14º	LUANA LIMA
15º	WASHINGTON LUIZ SOBRAL MENEZES
16º	MARIO ALBERTO ARAGÃO DUARTE
17º	ROMEU CARLOS TEMPONI GARCIA
18º	DELVECCHIO DOS SANTOS
19º	SUZANA REBOUÇAS ROCHA

TÉCNICO EM INFORMÁTICA I
10/03/2022
13:30

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
26º	RAFAEL BATISTA XAVIER FREIRE
27º	MARCELO ESMAILE MARTINS
28º	STANLEY BRUNO
29º	ADRIANO MONTEIRO BEZERRA
30º	AMAURY JORGE CARDOSO BELLO DA SILVA
31º	VICTOR HUGO DRUBI BRAGA DE ALMEIDA
32º	BENEDITO FERNANDES DE SOUZA SOBRINHO
33º	WASHINGTON SILVA
34º	SELEZIO JUNIOR
35º	ARLINDO VAGUEL
36º	GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA
37º	CARLOS HENRIQUE MACHADO
38º	RAFAEL FERREIRA DA SILVA
39º	FABIO SECUNDINO PADINHO FABIO PADINHO
40º	LEIR CESAR SOARES RIBEIRO
41º	JOAO PAULO DOS SANTOS MARTINS
42º	JOÃO FELIPE CORREIA
43º	ALEXANDRE SANTANA
44º	ADILIO DIAS DO NASCIMENTO
45º	GABRIEL OLIVEIRA FERREIRA DE MELO
46º	FERNANDO FERREIRA DE LIMA FILHO
47º	DAVI BARRETO BRAGA
48º	TARCÍSIO NASCIMENTO
49º	VICTOR JOSE GLICERIO
50º	PATRICIA CABRAL DA SILVA
51º	JOSE MOURA
52º	RODRIGO PEREIRA ARAÚJO
53º	JULIANA SOUSA MESQUITA
54º	PEDRO HENRIQUE
55º	KAUAN SOUZA PAULO DE MELO
56º	MARCELO SILVA
57º	JOSÉ ROBERTO PASSOS DA CRUZ
58º	MARCIO DE VASCONCELOS
59º	THIAGO AROUCA RIBEIRO SADA
60º	ALLAN WALLACE CAMPOS CORREIA
61º	GABRIEL LOBO
62º	GUILHERME BRAGA
63º	LUIZ FELIPE HORA DA SILVA TEIXEIRA
64º	PATRÍCIA ALVES DA SILVA

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 058/2022

A EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público o resultado Final do Processo Seletivo destinado à contratação por tempo determinado (itens 8.7 e 8.8 **do Edital 058/2022**), para atuar nas Unidades de saúde geridas pela **RioSaúde**, em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de maio de 1993 e regulamentada pelo Decreto nº 12.577 de 20 de dezembro de 1993, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público na Unidade.

Os candidatos deverão acompanhar as próximas etapas do Processo Seletivo através do Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
MÉDICO INTENSIVISTA PEDIATRICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	RESULTADO FINAL
1º	PAMELA CRISTINA RIBEIRO RODRIGUES	70
2º	RODRIGO PICAROTE DE FIGUEIREDO	60
3º	MARIANA RIBEIRO CUNHA	40

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 058/2022

1º CONVOCAÇÃO PARA COMPROBATÓRIO, EXAME ADMISSIONAL E ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO.
A fim de atender situação de excepcional interesse público, em razão da assunção emergencial e temporária do gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito do **Hospital Municipal Jesus** a **EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE,** no uso de suas atribuições, CONVOCA os profissionais abaixo indicados, os quais compõem o banco do processo simplificado regulamentado pelo **Edital n° 058/2022**, para caso queiram firmar contrato por prazo determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal de 1998 e na Lei Municipal nº 1.978, de 26 de março de 1993, regulamentada pelo Decreto nº 12.577, de 20 de dezembro de 1993, e suas alterações, **adotarem os procedimentos na sequência abaixo:**

1ª) Preencher o cadastro on line de dados pessoais **disponível a partir de dia 09/03/2022** no endereço eletrônico http://187.111.110.191:18888/Admissao

2ª) Comparecer nas dependências do **Hospital Municipal Jesus,** situada na Rua. Oito de Dezembro, 717 - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20550-200 - **Setor RH no dia 09/03/2022 para entrega de documentação no horário de 09 às 12h.**

a) Apresentar a documentação comprobatória dos requisitos da pontuação do **Processo Seletivo On line** (original e cópia) referente à análise de currículo prevista no item 2.2 e 2.4 do referido Edital;

b) Apresentar a documentação comprobatória do **Cadastro on line (pré- admissão)** para a conferência dos dados pessoais preenchidos;

c) O profissional será orientado a se submeter à inspeção de saúde e, após a realização da inspeção médica, munido do referido comprovante, a fim de **entregar a documentação** relacionada no Anexo I para firmar Contrato por Prazo Determinado.

09/03/2022
HOSPITAL MUNICIPAL JESUS
MÉDICO INTENSIVISTA PEDIATRICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
1º	PAMELA CRISTINA RIBEIRO RODRIGUES
2º	RODRIGO PICAROTE DE FIGUEIREDO
3º	MARIANA RIBEIRO CUNHA

ANEXO I

Trazer o Cadastro online impresso (Todas as Vias)
Exame admissional:
1 (uma) foto 3x4 coloridas e recentes;
Carteira de Identidade (original e cópia)
Carteira de Trabalho e Previdência Social (original e cópia do espelho e verso - Qualificação Civil)*;
CPF (original e cópia)
Título de Eleitor, com respectivos comprovantes da última eleição - 1º e 2º turno (original e cópia)
Comprovante de Vacinação atualizado [DT adulto, Hepatite B] + [vacinação COVID-19 (1ª ,2ª, 3ª DOSE - OBRIGATÓRIO)] - (original e cópia)
Comprovante de Residência no nome do profissional ou do cônjuge (concessionárias de luz, água ou telefone fixo convencional)emitidos há menos de 60 (sessenta) dias (original e cópia) Quando não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG do nome que constar no comprovante.
Certificado de Reservista (Dispensa de incorporação, Carta Patente ou incorporação de Reservista)
Certidão de Nascimento, se solteiro, ou Certidão de Casamento, se casado (original e cópia)
Cédula do PIS/PASEP ou CARTÃO CIDADÃO - caso não tenha, apresentar declaração de NADA CONSTA da Caixa Econômica Federal (PIS) ou Banco do Brasil (PASEP) (original e cópia)
CPF e Certidão de Nascimento de filhos menores (original e cópia)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CPF e Carteira de Identidade dos Dependentes (Cópia)
Cartela de vacinação de dependentes com idade inferior a 7 (sete) anos, e Declaração de Frequência Escolar, se idade superior a 7 (sete) anos (original e cópia)
Carteira do conselho (CREMERJ, COREN etc) e comprovante de pagamento da anuidade Atual e Certidão negativa (original e cópia)
Comprovante da declaração de Imposto de Renda Atual, SOMENTE parte da declaração de Bens e Direitos (cópia);
Comprovante de escolaridade (original e cópia) - Nível Médio e/ou Técnico;
Comprovante de Habilitação: Diploma (original e cópia) - Nível Superior;
Comprovante de especialização;
Comprovante de abertura de conta no Banco Santander; caso tenha.
Cartão original Fetranspor e cópia do comprovante de desincompatibilização do antigo empregador;
Termo de Guarda e Posse, em caso de adoção (original e cópia ou cópia autenticada);
Termo de Curatela (original e cópia ou cópia autenticada);
Carta de Naturalização, se estrangeiro (original e cópia)
Entrar no site http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial e realizar a consulta da Qualificação cadastral para verificação de divergências nos dados cadastrais. Entregar a consulta impressa e sem divergências.

*** Quando modificar o nome tem que apresentar todos os documentos com as alterações.**
*** Quando o comprovante de residência não estiver no nome do profissional ou do cônjuge, entregar declaração original e cópia do RG ou da CNH do proprietário (nome que constar no comprovante).**
Os demais classificados serão convocados por este Diário Oficial em novos chamamentos.

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
CONVOCAÇÃO PÚBLICA

A RIOSAÚDE, através da Coordenação de Aquisições, Contratos e Convênios - RS/PRE/DAF/CAC, torna público que realizará procedimento de cotação, destinado à contratação de serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial Desarmada, em conformidade às especificações contidas no Termo de Referência que instrui o processo nº 09/200.141/2022.
As empresas interessadas em participar da cotação deverão solicitar o termo de referência e seus anexos, via correio eletrônico: **cotacaoservico10.riosaude@gmail.com**, de modo a possibilitar a elaboração de proposta de preços.
A entrega da proposta de preços deverá ser realizada **ATÉ ÀS 23h00min do 8º dia útil**, **a partir desta publicação**, estritamente na forma e condições definidas no TR.

EMPRESA PÚBLICA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO S/A - RIOSAÚDE
CONVOCAÇÃO PÚBLICA

A Empresa Publica de Saúde do Rio de Janeiro - RIOSAÚDE, através da Coordenação de Aquisições, Contratos e Convênios - RS/PRE/DAF/CAC, torna público que realizará procedimento de cotação, destinado à contratação emergencial de empresa especializada na realização de serviço para execução de obras, reformas, macro e micro drenagem, infraestrutura em terreno e melhorias das estruturas das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) conveniadas a RIOSAÚDE, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência que instrui o processo n° RSU-PRO-2022/00227.
As empresas interessadas em participar da cotação deverão solicitar os mesmos via correio eletrônico: **cotacaoservico06.riosaude@gmail.com**, de modo a possibilitar a elaboração de proposta de preços.
A entrega da proposta de preços deverá ser realizada **até às 23h00min do dia 17/03/2022**, estritamente na forma e condições definidas no Termo de Referência.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA GERAL DE DEFESA AMBIENTAL - CGDA
2ª GERÊNCIA TÉCNICA REGIONAL AP-3 - GTR-2
EXPEDIENTE DO DIA 08/03/2022

"**EMITIDO O OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO MA/SUBMA/CGDA/GTR-2 Nº. 011/2022"**
Proc. MAB-PRO-2021/00141 - ERBE INCORPORADORA 001 S.A (BROOKFIELD RIO DE JANEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A).

"**EMITIDO O EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO MA/SUBMA/CGDA/GTR-2 Nº. 006/2022"**
Proc. MAB-PRO-2021/00141 - ERBE INCORPORADORA 001 S.A (BROOKFIELD RIO DE JANEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A).

"**LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 968.979"**
Proc. MAB-PRO-2021/00141 - ERBE INCORPORADORA 001 S.A (BROOKFIELD RIO DE JANEIRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A).

"**EMITIDO O OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO MA/SUBMA/CGDA/GTR-2 Nº. 013/2022"**
Proc. 14/200.203/2016 - GODOY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA-ME.

"**EMITIDO O OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO MA/SUBMA/CGDA/GTR-2 Nº. 012/2022"**
Proc. 14/201.207/2015 - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA.

"**CONCEDIDO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA O QUE REQUER ÀS FLS. 231"**
Proc. 26/510.366/2017 - LOCALIZA RENT A CAR S/A.

"**ATENDER O ITEM 8B DA LMO Nº. 2890/2021 NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS"**
Proc. 26/510.366/2017 - LOCALIZA RENT A CAR S/A.

"**EMITIDA A ADVERTÊNCIA MA/SUBMA/CGDA/GPA Nº. 009/2022"**
Proc. MAB-PRO-2022/00296 - SR. RENÊ FERNANDO LIRA DA SILVA.

"**EMITIDA A ADVERTÊNCIA MA/SUBMA/CGDA/GPA Nº. 024/2022"**
Proc. MAB-PRO-2022/00463 - SR. JOSÉ ELIAS DA SILVA LOPES.

"**EMITIDA A ADVERTÊNCIA MA/SUBMA/CGDA/GPA Nº. 023/2022"**
Proc. MAB-PRO-2022/00469 - SR. RESPONSÁVEL.

"**EMITIDA A ADVERTÊNCIA MA/SUBMA/CGDA/GPA Nº. 020/2022"**
Proc. MAB-PRO-2022/00472 - SR. RESPONSÁVEL.

"**EMITIDO O EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO MA/SUBMA/CGDA/GPA Nº. 010/2022"**
Proc. MAB-PRO-2022/00473 - SRA. MARILENE NERY DE OLIVEIRA

"**LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 968.961"**
Proc. MAB-PRO-2022/00473 - SRA. MARILENE NERY DE OLIVEIRA

FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
RIO-ÁGUAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 06/600.103/2022
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 02/2022
OBJETO: SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DA PAREDE LATERAL DO TRECHO DO RIO "A", AO LONGO DA AV. MANUEL CALDEIRA DE ALVARENGA - CAMPO GRANDE - XVIII R.A. - A.P 5.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias
VALOR ESTIMADO: R$ 1.178.552,50 (um milhão, cento e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 24/03/2022 às 10:30h.

1- As licitantes interessadas em retirar o edital deverão dirigir-se, no horário de 10h às 12h e das 14h às 16h, à Gerência de Licitação e Contrato, situada na Rua Afonso Cavalcanti nº 455, 12º andar, sala 1235 - Cidade Nova - Centro - CEP 20.211-901, para copiar o Edital e seus Anexos, apresentando "*Pendrive*" com no mínimo 8 GB, sem custos para o interessado.

2- Para consultar o Edital acessar o site no endereço eletrônico http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br.

3- Para maiores esclarecimentos os interessados devem dirigir-se ao endereço e nos horários descritos acima ou através dos telefones: 2088-0657. Podem, ainda, entrar em contato com a Gerência de Licitação e Contrato através do endereço eletrônico dafglc.rioaguas@rio.rj.gov.br.

4- O Edital será fornecido até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da realização da licitação, na Gerência de Licitação e Contratos, mediante a apresentação de carimbo do CNPJ da empresa.

OBS.: É condição de participação no certame a retirada do Edital e seus Anexos junto à Gerência de Licitação e Contrato.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
RIO-ÁGUAS
DIRETORIA DE ANÁLISE E FISCALIZAÇÃO
COMPARECER PARA CIÊNCIA/EXIGÊNCIA
EXPEDIENTE DE 08/03/2022

26/100.265/2022 - ESTAÇÃO RIO DE JANEIRO (TELXIUS);

INTIMAÇÃO N° 006/2022

REF.: OFÍCIO Nº 639/2019 RIO-ÁGUAS/PRE
PROCESSO 06/600.205/2020
SENHOR PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL PELO LOTE SITUADO NA AVENIDA DAS AMÉRICAS, 20.000 - BARRA DA TIJUCA: Tendo em vista o que dispõem os Art. 73 a 75 do RPT aprovado pelo Decreto "E" n° 3.800/70 (Código de Obras da Cidade do Rio de Janeiro) e Art. 05 do Decreto RIO Nº 44670 DE 25 DE JUNHO DE 2018 fica então **INTIMADO** o proprietário ou responsável pelo lote situado na Avenida das Américas, 20.000 - Barra da Tijuca para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento desta, cumprir as determinações abaixo: Em virtude da declaração subscrita na Intimação 004/2022 por parte do responsável que a recebeu, o proprietário deverá apresentar relatório fotográfico detalhado e assinado por responsável técnico com ART específica atestando que todas as solicitações determinadas na Intimação 004/2022 foram cumpridas. Fica determinado o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento desta para apresentação de recurso. O não cumprimento da presente INTIMAÇÃO dentro do prazo acima também poderá acarretar multas previstas no Artigo nº 136, parágrafos nº 06, 14, 34, 35, 144 e 145 do Regulamento de Licenciamento e Fiscalização do Decreto "E" nº 3.800 de 20 de Abril de 1970.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES DA SMH
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2022

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Habitação
Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de Apoio e Monitoramento das Políticas habitacionais, através da Sistemática de Registro de Preços, nas 5 (cinco) Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação, pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta dias), conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.
Processo: 16/001.311/2021
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP/SMH nº 043/2022
Vigência da Ata: 09/03/2022 a 06/03/2023
Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Coordenadoria de Contratos, Convênios e Licitações da SMH.
Órgãos Participantes: Secretaria Municipal de Habitação
Empresa Vencedora: SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. - CNPJ.: 23.475.070/0001-00 - Item 01
Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 29 - Centro - Niterói - CEP.: 24.020-280 - Telefone:(21)3852-7456
E-mail: licitacao@selettiservicos.com.br

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$
210013.0203-82	01	Agenciamento de Serviço de Assistente Técnico na Área de Política Habitacional, Ensino Superior Completo, 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, interno ou externo, diurno, noções de Informática Intermediária com conhecimento em Planilhas, Textos e Relatórios Gerenciais Consolidados.	40	R$ 4.421,73	R$ 2.122.430,40

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES DA SMH
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2022

Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Habitação
Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de Apoio e Monitoramento das Políticas habitacionais, através da Sistemática de Registro de Preços, nas 5 (cinco) Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação, pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta dias), conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.
Processo: 16/001.311/2021
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP/SMH nº 043/2022
Vigência da Ata: 09/03/2022 a 06/03/2023
Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Coordenadoria de Contratos, Convênios e Licitações da SMH
Órgãos Participantes: Secretaria Municipal de Habitação
Empresa Vencedora: ONG CON-TATO CENTRO DE PESQUISAS E DE AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS - CNPJ.: 03.686.998/0001-18 - Itens 02 e 03
Endereço: Rua Rosa e Silva n.º 83, Grajaú, Rio de Janeiro, RJ - CEP.: 20.541-320 - telefone: (21)976394063
E-mail: arilton@contato.org.br

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R$	PREÇO TOTAL R$
210013.0204-63	02	Agenciamento de Serviço de Assistente Técnico na Área de Política Habitacional, Ensino Superior Completo, 30 horas semanais, de segunda a sexta-feira, diurno, noções de Informática Intermediária com conhecimento em Planilhas, Textos e Relatórios Gerenciais Consolidados.	17	R$ 3.533,98	R$ 720.931,92
210013.0205-44	03	Agenciamento de Serviço de Assistente Técnico na Área de Política Habitacional, Ensino médio Completo, 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, diurno, noções de Informática básica com conhecimento em Planilhas, Textos.	62	R$ 2.686,78	R$ 1.998.964,32

SECRETARIA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA

SUBSECRETARIA DE GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: 28/000.121/2021
PREGÃO ELETRÔNICO RP GI Nº 168/2022
ESCLARECIMENTO

As amostras descritas no item 5 do Termo de Referência, deverão ser entregues na Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável.
Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 455, sala 571, bloco I
Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20211-110

SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA

AVISOS DO ORDENADOR DE DESPESAS
EXPEDIENTE DE 02/12/2021

(*)**PROCESSO: 25/003.350/2017** - **RECONHEÇO A DÍVIDA** no valor total de R$ 16.288,98 (dezesseis mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos), em favor da empresa Telemar Norte Leste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, referente ao Contrato nº 010010/2011 COR Rio, sobre Fornecimento de Serviço de Telefonia, referência Janeiro de 2017.
(*)Republicado por ter saído com incorreção no D.O.Rio nº 185.

(*)**PROCESSO: 25/003.351/2017** - **RECONHEÇO A DÍVIDA** no valor total de R$ 16.096,87 (dezesseis mil, noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), em favor da empresa Telemar Norte Leste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, referente ao Contrato nº 010010/2011 COR Rio, sobre Fornecimento de Serviço de Telefonia, referência Fevereiro de 2017.
(*)Republicado por ter saído com incorreção no D.O.Rio nº 185.

(*)**PROCESSO: 25/003.114/2021** - **RECONHEÇO A DÍVIDA** no valor total de R$ 15.458,90 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), em favor da empresa Telemar Norte Leste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, referente ao Contrato nº 010010/2011 COR Rio, sobre Fornecimento de Serviço de Telefonia, referência Março de 2017.
(*)Republicado por ter saído com incorreção no D.O.Rio nº 193.

(*)**PROCESSO: 26/000.880/2017** - **RECONHEÇO A DÍVIDA** no valor total de R$ 16.352,77 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos), em favor da empresa Telemar Norte Leste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, referente ao Contrato nº 010010/2011 COR Rio, sobre Fornecimento de Serviço de Telefonia, referência Abril de 2017.
(*)Republicado por ter saído com incorreção no D.O.Rio nº 185.

(*)**PROCESSO: 25/003.352/2017** - **RECONHEÇO A DÍVIDA** no valor total de R$ 8.806,61 (oito mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos), em favor da empresa Telemar Norte Leste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, referente ao Contrato nº 010010/2011 COR Rio, sobre Fornecimento de Serviço de Telefonia, referência Maio de 2017.
(*)Republicado por ter saído com incorreção no D.O.Rio nº 185.

(*)**PROCESSO: 25/003.113/2021** - **RECONHEÇO A DÍVIDA** no valor total de R$ 10.851,04 (dez mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), em favor da empresa Telemar Norte Leste S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, referente ao Contrato nº 010010/2011 COR Rio, sobre Fornecimento de Serviço de Telefonia, referência Junho de 2017.
(*)Republicado por ter saído com incorreção no D.O.Rio nº 193.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
1ª . GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08 DE MARÇO DE 2022

A Gerente da 1ª. Gerência Regional de Licenciamento e Fiscalização, na conformidade do que dispõe a legislação vigente, notifica os abaixo citados para ciência dos **Autos de Infração** lavrados, cujas 1ª vias se encontram à disposição dos autuados, na sede da Gerência, à Rua da Carioca, 41, durante o prazo de 30(trinta) dias a contar da publicação deste Edital, para efeito de pagamento ou interposição de recurso.

EDITAL Nº 001/2022
Nome: **SANDRA SUELY ARAUJO BRITO**
Auto de Infração: 986.218, de 13/01/2021

EDITAL Nº 002/2022
Nome: **ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**
Auto de Infração: 986.221, de 14/07/2021

EDITAL Nº 003/2022
Nome: **ALESSANDRA SOARES NOGUEIRA**
Auto de Infração: 986.225, de 14/07/2021

EDITAL Nº 004/2022
Nome: **ARTUR GIOVANI CARVALHO RAMUNDO**
Auto de Infração: 986.233, de 19/07/2021

EDITAL Nº 005/2022
Nome: **MARIA NATALIA AIRES DE SOUSA OLIVEIRA**
Auto de Infração: 986.239, de 19/07/2022

EDITAL Nº 006/2022
Nome: **JULIMAR DOS SANTOS SOUZA**
Auto de Infração: 986.244, de 22/07/2021

EDITAL Nº 007/2022
Nome: **ROSENILDES SAMPAIO CONCEIÇÃO**
Auto de Infração: 986.246, de 22/07/2021

EDITAL Nº 008/2022
Nome: **EDVALDO CABRAL DE OLIVEIRA**
Auto de Infração: 986.248, de 22/07/2021

EDITAL Nº 009/2022
Nome: **DOCE LAPA RJ LANCHES LTDA**
Auto de Infração: 986.250, de 23/07/2021

EDITAL Nº 010/2022
Nome: **EDSON GRUBE DE OLIVEIRA**
Auto de Infração: 986.253, de 26/07/2021

EDITAL Nº 011/2022
Nome: **ALESSANDRA SOARES NOGUEIRA**
Auto de Infração: 986.258, de 28/07/2021

EDITAL Nº 012/2022
Nome: **CASSIA ROSANA DOS SANTOS**
Auto de Infração: 986.274, de 02/08/2021

EDITAL Nº 013/2022
Nome: **ADRIANA REGINA DA SILVA**
Auto de Infração: 986.308, de 10/08/2021

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

EDITAL Nº 014/2022
Nome: **CLAUDIO JOSE MENDONÇA**
Auto de Infração: 986.316, de 10/08/2021

EDITAL Nº 015/2022
Nome: **ALESSANDRA SOARES NOGUEIRA**
Auto de Infração: 986.324, de 12/08/2021

EDITAL Nº 016/2022
Nome: **A S A LANCHONETE DE PRODUTOS NATURAIS EIRELI**
Auto de Infração: 986.362, de 23/08/2021

EDITAL Nº 017/2022
Nome: **GIULIO CESARE SCIAMMARELLA**
Auto de Infração: 986.366, de 25/08/2021

EDITAL Nº 018/2022
Nome: **ALEXANDRE CIMINELLI MALIZIA**
Auto de Infração: 986.422, de 09/09/2021

EDITAL Nº 019/2022
Nome: **JVC MANUTENÇÃO DE MOTORES EIRELI ME**
Auto de Infração: 986.433, de 11/11/2021

EDITAL Nº 020/2022
Nome: **ANTONIO GOMES BARBOSA**
Auto de Infração: 986.434, de 11/11/2021

EDITAL Nº 021/2022
Nome: **GIULIO CESARE SCIAMMARELLA**
Auto de Infração: 947.313, de 23/01/2020

EDITAL Nº 022/2022
Nome: **DESSIN MOVEIS PLANEJADOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
Auto de Infração: 947.412, de 05/03/2020

EDITAL Nº 023/2022
Nome: **SIMONE DE SOUZA CABRAL**
Auto de Infração: 986.484, de 19/04/2021

EDITAL Nº 024/2022
Nome: **ADRIANA REGINA DA SILVA**
Auto de Infração: 947.486, de 19/04/2021

EDITAL Nº 025/2022
Nome: **ALESSANDRA SOARES NOGUEIRA**
Auto de Infração: 947.497, de 11/05/2021

EDITAL Nº 026/2022
Nome: **LAS VEGANS PRODUTOS NATURAIS LTDA**
Auto de Infração: 947.503, de 06/06/2021

EDITAL Nº 027/2022
Nome: **JULIANO NUNES DOS SANTOS**
Auto de Infração: 947.511, de 08/06/2021

EDITAL Nº 028/2022
Nome: **GERSON XAVIER FERRARO**
Auto de Infração: 947.524, de 17/06/2021

EDITAL Nº 029/2022
Nome: **JAIME ALVES QUEROL**
Auto de Infração: 947.525, de 17/06/2021

EDITAL Nº 030/2022
Nome: **FILOMENA LOUREIRO AIROSA GIGLIO**
Auto de Infração: 947.531, de 21/06/2021

EDITAL Nº 031/2022
Nome: **CESAR GIUSEPPE CARVALHO RAMUNDO**
Auto de Infração: 947.532, de 21/06/2021

EDITAL Nº 032/2022
Nome: **VANDERLEIA MACEDO PINTO**
Auto de Infração: 947.537, de 22/06/2021

EDITAL Nº 033/2022
Nome: **MARIO FOSCOLO PERROTA FILHO**
Auto de Infração: 947.544, de 24/06/2021

EDITAL Nº 034/2022
Nome: **CARLOS AUGUSTO VENTURA**
Auto de Infração: 947.546, de 24/06/2021

EDITAL Nº 035/2022
Nome: **MOLHO CAMPANHA RESTAURANTE E BAR LTDA**
Auto de Infração: 947.572, de 01/07/2021

EDITAL Nº 036/2022
Nome: **RICARDO RODAS BORRACHARIA EIRELI**
Auto de Infração: 947.576, de 01/07/2021

EDITAL Nº 037/2022
Nome: **ROSENILDES SAMPAIO CONCEIÇÃO**
Auto de Infração: 986.246, de 22/07/2021

EDITAL Nº 038/2022
Nome: **DARLAN PEREIRA DE SOUZA**
Auto de Infração: 947.577, de 01/07/2021

EDITAL Nº 039/2022
Nome: **CRLOS ANTONIO RUA**
Auto de Infração: 947.582, de 05/07/2021

EDITAL Nº 040/2022
Nome: **JOVALDO ALVES DE ALMEIDA**
Auto de Infração: 947.563, de 29/06/2021

EDITAL Nº 041/2022
Nome: **ALESSANDRO LOPES NOGUEIRA**
Auto de Infração: 947.569, de 01/07/2021

EDITAL Nº 042/2022
Nome: **JOYCE MONIQUE MARECIANO DE MORAES**
Auto de Infração: 947.593, de 07/07/2021

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
5ª GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

O Gerente da 5ª Gerência Regional de Licenciamento e Fiscalização faz saber que foi expedido Edital de Notificação **N.º 38/2022**,em **08/03/2022**, para ciência do Auto de Infração **n.º 946.790** Contra **BAR E BOTEQUIM ESPETO CARIOCA LR LTDA**, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta GRLF, situada na Avn. Alfredo Balthazar da Silveira, n. 1701, Recreio dos Bandeirantes, ou por meio do endereço eletrônico da Prefeitura, www.rio.rj.gov.br, SMF/Tesouro Municipal/Auto de Infração Administrativo - cópia atualizada do auto, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

O Gerente da 5ª Gerência Regional de Licenciamento e Fiscalização faz saber que foi expedido Edital de Notificação **N.º 39/2022**,em **08/03/2022**, para ciência do Auto de Infração **n.º 950.245** Contra **JOÃO BAPTISTA LOPES**, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta GRLF, situada na Avn. Alfredo Balthazar da Silveira, n. 1701, Recreio dos Bandeirantes, ou por meio do endereço eletrônico da Prefeitura, www.rio.rj.gov.br, SMF/Tesouro Municipal/Auto de Infração Administrativo - cópia atualizada do auto, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

O Gerente da 5ª Gerência Regional de Licenciamento e Fiscalização faz saber que foi expedido Edital de Notificação **N.º 40/2022**,em **08/03/2022**, para ciência do Auto de Infração **n.º 950.248** Contra **FOR KIDS CRECHE ESCOLA LTDA**, cuja 1ª via se encontra à sua disposição na sede desta GRLF, situada na Avn. Alfredo Balthazar da Silveira, n. 1701, Recreio dos Bandeirantes, ou por meio do endereço eletrônico da Prefeitura, www.rio.rj.gov.br, SMF/Tesouro Municipal/Auto de Infração Administrativo - cópia atualizada do auto, a contar da publicação deste edital, para efeito de pagamento ou apresentação de recurso, dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente.

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
8ª GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
PROCESSO DE RECURSO DE AUTO CANCELADO
04/740.099/2022 - ROBERTO FERREIRA DE SOUZA A.I. 989.578

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
8ª GERÊNCIA REGIONAL DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXPEDIENTE DE 08/03/2022
PROCESSO DE RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO
04/740.111 /2022 - JOSE VICENTE SOBRINHO A.I. 989.598

SUBSECRETARIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO
F/CLF/GPIF - SUBGERÊNCIA DE PUBLICIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A titular da Subgerência de Publicidade, no uso de suas atribuições legais, INTIMA os abaixo relacionados a tomarem ciência das exigências e/ou decisões, formuladas nos processos referentes à exibição de publicidade, enviando e-mail para o seguinte endereço eletrônico: publicidade@smf.rio.rj.gov.br

PROCESSOS	REQUERENTES
04/150.101/2022	ASSOCIAÇÃO DE SUPERMERCADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
04/150.676/2021	JA SANTOS PUBLICIDADE LTDA
04/150.097/2022	451 R2 PROMOCOES E EVENTOS LTDA
04/681.455/2021	AM PATT PUBLICIDADE LTDA
04/681.453/2021	AM PATT PUBLICIDADE LTDA
04/681.741/2021	AM PATT PUBLICIDADE LTDA
04/681.739/2021	AM PATT PUBLICIDADE LTDA
04/680.101/2022	AM PATT PUBLICIDADE LTDA

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

SECRETARIA DE TURISMO

RIOTUR - EMPRESA DE TURISMO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO S/A
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/100.408/2021

Às 10:00h do dia 16 de fevereiro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA "P" FP/SUBGGC Nº 46 de 17/06/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e no Decreto nº 10.024 de 20/09/2019. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS**, **PARA A PASSARELA PROFESSOR DARCY RIBEIRO**, **VISANDO ATENDER O EVENTO CARNAVAL 2022.** O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes.
Propostas: Participaram dos itens 08(oito) empresas.
Após o encerramento da sessão, foi divulgado o resultado dos vencedores e aberto o prazo recursal, conforme preconiza o Art. 44 do Decreto nº 10.024/2019. Não houve intenção de recurso. Sendo assim, a Pregoeira, Denise G. P. Nogueira, **ADJUDICA** aos licitantes vencedores os itens abaixo:
LL GASPAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, vencedor dos ITENS: 08(R$ 5,16); 13 (R$ 7,94); 16(R$ 5,34); 17(R$ 5,08); 18(R$ 5,90); 20(R$ 5,90); 24(R$ 24,96); 31(R$ 19,74); 32(R$ 65,17); 35(R$ 13,88); 45(R$ 2,77); 53(R$ 47,95); 54(R$ 47,95); 55(R$ 102,75); 56(R$ 205,50); 70(R$ 35,00); 78(R$ 50,24); 79(R$ 86,59); 80(R$ 24,70); 81(R$ 23,45); 82(R$ 74,20); 83(R$ 172,77);
HPS CLEAN MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI, vencedor do ITEM 57(R$ 84,33);
VALTEC MANUTENÇÃO, **COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, vencedor do ITEM 52 (R$ 173,20);
FOX STORE LTDA., vencedor dos ITENS: 1(R$ 0,83); 2(R$ 1,09); 3(R$ 5,50); 4(R$ 6,66); 5(R$ 28,75); 6(R$ 0,66); 7(R$ 0,75); 9(R$ 14,53); 11(R$ 52,00); 12(R$ 1,00); 14(R$ 14,34); 21(R$ 2,50); 22(R$ 0,94); 23(R$ 1,33); 25(R$ 48,00); 26(R$ 0,53); 27(R$ 0,60); 28(R$ 2,37); 29(R$ 6,85); 33(R$ 6,40); 34(R$ 9,32); 36(R$21,00);37(R$40,50);38(R$1,96);39(R$0,52);40(R$0,64);41(R$2,25);42(R$4,50);43(R$5,91);44(R$12,90); 46(R$ 0,56); 47(R$ 56,00); 48(R$ 48,00); 50(R$ 354,00); 51(R$ 36,00); 58(R$ 45,00); 59(R$ 58,50); 60(R$ 45,00); 62(R$ 6,84); 63(R$ 5,00); 64(R$ 26,38); 65(R$ 2,68); 66(R$ 16,77); 67(R$ 1,20); 68(R$ 1,10); 71(R$ 224,00); 72(R$ 1.050,00); 73(R$ 39,00); 74(R$ 78,00); 75(78,00); 76(R$ 128,00); 84(R$ 84,50); 85(R$ 203,00); 88(R$ 27,00); 89(R$ 114,00); 90(R$ 5,56).
ITENS Cancelados no Julgamento: 10, 15,19,30, 49, 69, 77, 86 e 87.
ITENS Desertos: 61 e 91.
A íntegra da Ata do Pregão encontra-se disponível no sítio eletrônico: http://www.comprasgovernamentais.gov.br

SECRETARIA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

ADMINISTRAÇÃO SETORIAL
AVISO DE ERRATA DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA SEAC-RIO CO nº 001/2021
PROCESSO 22/000.039/2021

"Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Apoiar a SEAC-RIO no Gerenciamento e Supervisão das Intervenções no Âmbito do Projeto Casa Carioca"
Em Atendimento aos apontamentos da nossa Egrégia Corte de Contas - TCM/RJ, à diligência do processo em epígrafe, a Comissão de Licitação informa;

ERRATA

DO EDITAL:
O*s subitens a seguir passam a vigorar com a seguinte redação;*
3.1 - No dia 25 de abril de 2022, às 15:00h, a Comissão de Licitação estará reunida na sala de reuniões do Centro Administrativo São Sebastião, na Rua Afonso Cavalcante - nº 455, Bloco I - Subsolo - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ, para receber e iniciar a abertura dos envelopes referentes à CONCORRÊNCIA SEAC-RIO - CO Nº 001/2021.

4.2 - São consideradas parcelas de maior relevância técnica:

1	Serviços de engenharia contemplando gerenciamento e supervisão de obras e elaboração de projetos.
2	Serviços Técnicos Sociais contemplando atendimento, cadastramento e levantamentos em Programas de intervenção em favelas.

5.2 - O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo IV, totalizando a importância de R$ 12.726.464,02 (doze milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos). O orçamento estimado tem por base a Tabela de Preços do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia - SCO-RIO referente ao mês de 2022/01, nos termos do Decreto Municipal nº 15.307/96.

10f) - Equipe Técnica: Apresentação da relação, currículos e atestados de profissionais, todos registrados no C.R.E.A./C.A.U./CRESS, compatíveis com os serviços a serem desenvolvidos, conforme abaixo:

- Engenheiro (a) Civil - profissional de nível superior, com no mínimo 10 (dez) anos de formado, com experiência em Gerenciamento, Supervisão, elaboração de projetos de engenharia em programas habitacionais, contendo os sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; viário; geotecnia; iluminação pública; áreas de lazer /paisagismo.

- Engenheiro(a) Eletricista - profissional de nível superior, com mais de 10 anos de formado e Experiência em Gerenciamento, Supervisão, elaboração de projetos de engenharia em programas habitacionais, contendo os sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; viário; geotecnia; iluminação pública; áreas de lazer /paisagismo.

- Arquiteto (a) e Urbanista - profissional de nível superior, com mais de 10 anos de formado e Experiência em Gerenciamento, Supervisão elaboração de projetos de engenharia em programas habitacionais, contendo os sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; viário; geotecnia; iluminação pública; áreas de lazer /paisagismo.

- Assistente Social - profissional de nível superior, com mais de 5 anos de formado e Experiência em trabalhos técnicos sociais ou socioambientais em programas habitacionais, com comprovação através de currículo e declaração da empresa contratante com contrato de trabalho e/ou carteira de trabalho.

Os profissionais serão pontuados segundo o item específico e critério contido no presente Edital. Os currículos dos profissionais deverão ratificar as atestações apresentadas e serão apresentados em, no máximo, duas páginas, devendo ser firmados por eles, confirmando a veracidade e a exatidão das informações neles contidas, e acompanhados de declaração manifestando sua concordância em compor a equipe técnica para os serviços, objeto do presente edital. Em página complementar, os currículos deverão ser acompanhados pelos respectivos diplomas de graduação, na forma original legível, ou em cópia autenticada legível.
Não serão considerados, para fins de pontuação, os currículos de profissionais apresentados como integrantes de equipes técnicas de mais de uma licitante, assim como aqueles desacompanhados da declaração formal de sua disponibilidade para os serviços, e de seu diploma (original, ou cópia autenticada).
Os profissionais serão pontuados, inclusive, pela apresentação de diploma de curso de pós-graduação (Especialização, ou Mestrado, ou Doutorado), conforme o item específico de pontuação. A apresentação do respectivo diploma deve ser feita na forma original, ou cópia autenticada legível.
A entrega dos documentos referentes aos títulos não implica, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados de acordo com as normas estabelecidas neste edital.
Obs:. O Quadro Título de Formação Acadêmica do presente item foi suprimido:

Inclusão do subitem:
11.1.2 - Não serão admitidas revisões contratuais por ocasional erro na elaboração das propostas.

Correção: O subitem
13.16.4. D do EDITAL do subitem 12. D do respectivo ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA passam a ter a seguinte redação:

D. EQUIPE TÉCNICA: máximo de 20 (vinte) pontos - peso 1,5 (um e meio), obedecendo a qualificação descrita, conforme o seguinte critério de pontuação:

d.1 - Engenheiro(a) Civil - máximo de 10 (dez) pontos, sendo:

Item	Pontuação	Critério
Apresentação de até 3 (três) atestados contendo todos os atributos relacionados na coluna "critérios"	De 0 (zero) a 9 (nove) pontos, 3 pontos para cada atestado que contenha todos os atributos	Profissional com mais de 10 anos de formado e Experiência em Gerenciamento, Supervisão elaboração de projetos de engenharia em programas habitacionais, contendo os sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; viário; geotecnia; iluminação pública; áreas de lazer / paisagismo.
Apresentação de documento que comprove curso de pós graduação	De 0 (zero) até 1 (um) ponto	Apresentação de diploma de curso de pós-graduação (Especialização, ou Mestrado, ou Doutorado) na área afim.

d.2 - Engenheiro(a) Eletricista - máximo de 3 (três) pontos, sendo:

Item	Pontuação	Critério
Apresentação de 1 atestado contendo os atributos relacionados na coluna "critérios"	De 0 (zero) a 2 (dois) pontos, 2 pontos para o atestado que contenha todos os atributos	Profissional com mais de 10 anos de formado e Experiência em Gerenciamento, Supervisão elaboração de projetos de engenharia em programas habitacionais, contendo os sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; viário; geotecnia; iluminação pública; áreas de lazer / paisagismo.
Apresentação de documento que comprove curso de pós graduação	De 0 (zero) até 1 (um) ponto	Apresentação de diploma de curso de pós-graduação (Especialização, ou Mestrado, ou Doutorado) na área afim.

d.3 - Arquiteto(a)- máximo de 5 (cinco) pontos, sendo:

Item	Pontuação	Critério
Apresentação de até 2 atestados contendo todos os atributos relacionados na coluna "critérios"	De 0 (zero) a 4 (quatro) pontos, 2 pontos para cada atestado que contenha todos os atributos	Profissional com mais de 10 anos de formado e Experiência em Gerenciamento, Supervisão elaboração de projetos de engenharia em programas habitacionais, contendo os sistemas de abastecimento de água; esgotamento sanitário; viário; geotecnia; iluminação pública; áreas de lazer / paisagismo.
Apresentação de documento que comprove curso de pós graduação	De 0 (zero) até 1 (um) ponto	Apresentação de diploma de curso de pós-graduação (Especialização, ou Mestrado, ou Doutorado) na área afim.

d.4 - Assistente Social - máximo de 2 (dois) pontos, sendo:

Item	Pontuação	Critério
Apresentação de até 2 trabalhos inseridos nos atributos relacionados na coluna "critérios"	De 0 (zero) a 1 (um) ponto, 0,5 pontos para cada trabalho que contenha todos os atributos	Profissional com mais de 5 anos de formado e Experiência em trabalhos técnicos sociais ou socioambientais em programas habitacionais, com comprovação através de currículo e declaração da empresa contratante com contrato de trabalho e/ou carteira de trabalho.
Apresentação de documento que comprove curso de pós graduação	De 0 (zero) até 1 (um) ponto	Apresentação de diploma de curso de pós-graduação (Especialização, ou Mestrado, ou Doutorado) na área de gestão, administração, ou gerenciamento.

13.16.4.I. A pontuação máxima de cada quesito se dará conforme:
(A) EXPERIÊNCIA DA LICITANTE: máximo de 20 (vinte) pontos - peso 1 (um), obtidos através da apresentação de 4 (quatro) atestados registrados no CREA/CAU, valendo, no máximo, 5 pontos cada um, atendendo os itens abaixo especificados:

A1 - Gerenciamento, supervisão, fiscalização, acompanhamento e controle de obras e serviços, análise e elaboração de projetos; (Máximo de 5 pontos)

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

A2 - Trabalho Social e ações para liberação e regularização fundiária de terrenos para obras em comunidades de baixa renda; (Máximo de 5 pontos)
A3 - Apoio técnico na avaliação técnico-quantitativa e orçamentária de projetos e obras em programas habitacionais.; (Máximo de 5 pontos)
A4 - Gerenciamento, supervisão, fiscalização, acompanhamento, controle e análise técnica e orçamentária de projetos e obras em programas habitacionais contendo:
• Sistema de abastecimento de água;
• Sistema de esgotamento sanitário;
• Sistema viário;
• Geotecnia;
• Sistema de iluminação pública;
• Áreas de lazer /paisagismo.
• Edificações
• Reformas
(Máximo de 5 pontos)

Para cada atestado, a pontuação será dada de acordo com a avaliação a seguir:
5 (cinco) pontos: o atestado atende integralmente ao solicitado;
0 (zero) pontos: o atestado não atende ao solicitado.
Obs: Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

DO TERMO DE REFERÊNCIA:
3 - ESCOPO DOS SERVIÇOS (Nova redação)
O objeto do presente Termo de Referência têm como função assegurar o perfeito cumprimento de todas as etapas de implementação do Projeto Casa Carioca, cabendo à empresa contratada apoiar a SEAC-RIO, na elaboração dos projetos, levantamentos de dados, cadastramentos técnicos, no acompanhamento dos contratos de obras e no apoio a fiscalização nos serviços de campo, mediante o gerenciamento e a supervisão das intervenções programadas para 21.285 (vinte mil e hum mil duzentos e oitenta e cinco) residências nas comunidades e ou favelas da cidade do Rio de Janeiro, apontadas como preferentes, tendo em vista o IDS de valor até 0,55. Bem como, a elaboração dos projetos executivos atrelados às melhorias habitacionais e outras intervenções relativas ao projeto que venham a ser demandado pela SEAC-RIO, com a utilização de pessoal qualificado e fornecimento de apoio logístico, compreendendo a execução das seguintes atividades:

7- Valor Estimado
O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo IV, totalizando a importância de R$ 12.726.464,02 (doze milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos). O orçamento estimado tem por base a Tabela de Preços do Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia - SCO-RIO referente ao mês de 2022/01, nos termos do Decreto Municipal nº 15.307/96.

COMUNICADO:
Encontram-se disponíveis para retirada; Nova Planilha de Custos Unitários / Cronograma físico financeiro, e Parcelas de Maior Relevância Técnica mediante acesso ao portal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no endereço eletrônico https://ecomprasrio.rio.rj.gov.br/editais/editais_aviso.asp?processo=220000392021, na ***"ÁREA OCORRÊNCIAS - TIPO ERRATA"*** em arquivo compactado podendo, alternativamente, obtê-lo em meio magnético ou adquiri-lo pelo representante de cada empresa interessada que se apresentar na Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC-RIO / ADS, à Rua Afonso Cavalcante, nº 455, Bl I, 3º Andar, Sala 353 - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para realização do certame, portando 01 (um) Pen drive para cópia do edital e seus anexos e Carimbo de CNPJ da empresa.

CONTROLADORIA GERAL

SUBCONTROLADORIA DE CORREGEDORIA
COORDENADORIA TÉCNICA DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da QUARTA Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, com sede na Rua Afonso Cavalcante n.º 455, Prédio Anexo, 8º andar - Ala A, Cidade Nova, tendo em vista o disposto no art. 196 e 197, da Lei n.º 94 de 14 de março de 1979, pelo presente edital, CITA o Professor I - Matemática, LUIZ GUSTAVO MARQUES SOARES, matrícula n.º 10/273.281-6, para o prazo de 10 (dez) dias, ter vista e apresentar defesa escrita no processo n.º 07/005.459/2021 de Inquérito n.º 064/2021, a que responde perante esta Comissão, sob pena de revelia, uma vez que foi indiciado por transgressão aos Artigos 167 inciso I e 168 inciso XIII da Lei n.º 94/79, por haver completado trinta faltas consecutivas no período de 01/09/2021 a 30/09/2021, incorrendo em abandono de cargo. Por este edital fica ainda ciente que, nos termos do art. 195 da lei 94/79, combinado com o art. 64 da Resolução CVL nº 131 de 11 de dezembro de 2018, e em atenção a ampla defesa assegurada pela Constituição Federal, poderá, no prazo de 05 (cinco) dias, compreendido no prazo para a defesa, requerer nova inquirição de testemunhas cujos depoimentos lhe possam ser comprometedores, ou inquirição de testemunhas ainda não ouvidas, bem como postular diligências e tudo o mais que julgar necessário ao perfeito esclarecimento dos fatos, casos em que o prazo para a defesa ficará suspenso, sendo reaberto pelo período restante, a partir da ciência de V.S.ª da realização dos atos requeridos ou do indeferimento do pedido com as razões pertinentes. Os prazos serão contados em dias corridos e fluirão a partir da terceira publicação deste Edital.

SUBCONTROLADORIA DE CORREGEDORIA
COORDENADORIA TÉCNICA DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da QUARTA Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, com sede na Rua Afonso Cavalcante n.º 455, Prédio Anexo, 8º andar - Ala A, Cidade Nova, tendo em vista o disposto no art. 196 e 197, da Lei n.º 94 de 14 de março de 1979, pelo presente edital, CITA o Professor de Ensino Fundamental - Educação Física, JORGE LUIS DA SILVEIRA, matrícula n.º 10/300.454-6, para o prazo de 10 (dez) dias, ter vista e apresentar defesa escrita no processo n.º 07/10/003.128/2021 de Inquérito n.º 073/2021, a que responde perante esta Comissão, sob pena de revelia, uma vez que foi indiciado por transgressão aos Artigos 167 inciso I e 168 inciso XIII da Lei n.º 94/79, por haver completado trinta faltas consecutivas no período de 02/08/2021 a 31/08/2021, incorrendo em abandono de cargo. Por este edital fica ainda ciente que, nos termos do art. 195 da lei 94/79, combinado com o art. 64 da Resolução CVL nº 131 de 11 de dezembro de 2018, e em atenção a ampla defesa assegurada pela Constituição Federal, poderá, no prazo de 05 (cinco) dias, compreendido no prazo para a defesa, requerer nova inquirição de testemunhas cujos depoimentos lhe possam ser comprometedores, ou inquirição de testemunhas ainda não ouvidas, bem como postular diligências e tudo o mais que julgar necessário ao perfeito esclarecimento dos fatos, casos em que o prazo para a defesa ficará suspenso, sendo reaberto pelo período restante, a partir da ciência de V.S.ª da realização dos atos requeridos ou do indeferimento do pedido com as razões pertinentes. Os prazos serão contados em dias corridos e fluirão a partir da terceira publicação deste Edital.

SUBCONTROLADORIA DE CORREGEDORIA
COORDENADORIA TÉCNICA DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da QUARTA Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, com sede na Rua Afonso Cavalcante n.º 455, Prédio Anexo, 8º andar - Ala A, Cidade Nova, tendo em vista o disposto no art. 196 e 197, da Lei n.º 94 de 14 de março de 1979, pelo presente edital, CITA a Secretário Escolar, LAISSY DOS SANTOS TAVARES, matrícula n.º 10/284.021-3, para o prazo de 10 (dez) dias, ter vista e apresentar defesa escrita no processo n.º 07/04/002.168/2021 de Inquérito n.º 068/2021, a que responde perante esta Comissão, sob pena de revelia, uma vez que foi indiciado por transgressão aos Artigos 167 inciso I e 168 inciso XIII da Lei n.º 94/79, por haver completado trinta faltas consecutivas no período de 27/05/2021 a 25/06/2021, incorrendo em abandono de cargo. Por este edital fica ainda ciente que, nos termos do art. 195 da lei 94/79, combinado com o art. 64 da Resolução CVL nº 131 de 11 de dezembro de 2018, e em atenção a ampla defesa assegurada pela Constituição Federal, poderá, no prazo de 05 (cinco) dias, compreendido no prazo para a defesa, requerer nova inquirição de testemunhas cujos depoimentos lhe possam ser comprometedores, ou inquirição de testemunhas ainda não ouvidas, bem como postular diligências e tudo o mais que julgar necessário ao perfeito esclarecimento dos fatos, casos em que o prazo para a defesa ficará suspenso, sendo reaberto pelo período restante, a partir da ciência de V.S.ª da realização dos atos requeridos ou do indeferimento do pedido com as razões pertinentes. Os prazos serão contados em dias corridos e fluirão a partir da terceira publicação deste Edital.

PROCURADORIA GERAL

EDITAL PGM N.º 15, DE 08 DE MARÇO DE 2022
REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL
ESTÁGIO FORENSE

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO torna público que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo especial de candidatos ao Programa de Estágio Forense - Escritório da Representação da Procuradoria Geral do Município no Distrito Federal, nos termos da autorização contida na Resolução PGM nº 1.028, de 21 de janeiro de 2021 e deste Edital.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1. O processo seletivo especial destina-se à admissão e à formação de lista de candidatos ao Programa de Estágio Forense da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro no Escritório da Representação no Distrito Federal.
2. O exercício das atividades relativas ao Programa de Estágio Forense se dará em regime presencial no Distrito Federal.
3. Este processo seletivo se destina ao preenchimento imediato de 01 (uma) vaga e as que venham a abrir durante o período de vigência deste Edital.
4. O estudante, no ato da inscrição, deverá estar cursando, no mínimo, o 6º período da faculdade de Direito.
5. O estudante, no ato da convocação, deverá estar cursando, no mínimo, o 7º período da faculdade de Direito (3/5 partes do curso) e, em hipótese alguma, poderá ter concluído o curso, sendo, portanto, de responsabilidade do candidato a inscrição no certame.
6. Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.
7. O Processo Seletivo Especial será organizado, coordenado e executado pelo Centro de Estudos da PGM-Rio, competindo-lhe:
a) organizar, coordenar e executar os trabalhos para o bom andamento do Processo Seletivo Especial da sua abertura até a publicação do resultado final;
b) garantir a observância dos termos deste edital; e
c) decidir sobre cada uma das etapas do processo seletivo.

II. DO ESTÁGIO
1. A bolsa-auxílio mensal, pelo cumprimento das tarefas pertinentes ao estágio, será no valor correspondente a R$ 1.413,94 (um mil quatrocentos e treze reais e noventa e quatro centavos).
2. Será acrescido à bolsa-auxílio, o auxílio-transporte no valor de R$ 178,20 (cento e setenta e oito reais e vinte centavos).
3. A carga horária e o local de realização do estágio são os constantes do quadro abaixo:

CARGA HORÁRIA	LOCAL DE REALIZAÇÃO
25h semanais	**Escritório da Representação em Brasília da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro** Setor Comercial Sul, Quadra 7 Bloco A, 14º andar, sala 1401 - Torre do Pátio Brasil Shopping - Asa Sul - Brasília/DF

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

III. DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas no período de 09 de março de 2022 a 18 de março de 2022, até as 23h59min, horário de Brasília, incluindo sábado, domingos e feriados, podendo ocorrer prorrogação a critério do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município.
2. Os pedidos de inscrição serão recebidos exclusivamente pelo e-mail **estagiopgmrj@rio.rj.gov.br**
3. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa aceitação, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o Processo Seletivo Especial.
4. Não será exigido o pagamento de taxa para a inscrição no Processo Seletivo Especial.
5. A Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro não se responsabiliza por inscrições não recebidas, independente do motivo, tais quais: ordem técnica dos equipamentos, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a efetivação da inscrição.
6. Procedimentos para inscrição:
6.1. Certificar-se, preliminarmente, de que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Processo Seletivo Especial:
a) estar em regularidade com as obrigações eleitorais;
b) estar em regularidade com o serviço militar obrigatório;
c) não ter antecedentes criminais ou disciplinares;
d) ter disponibilidade para cumprir carga horária semanal de 25 horas citada neste Edital.
e) submeter-se e acatar os preceitos do Regulamento do Processo Seletivo Especial.
6.2. Para requerer a inscrição o candidato deverá enviar e-mail ao endereço **estagiopgmrj@rio.rj.gov.br** com o assunto “Inscrição - Estágio Forense 2022 (DF)”.
6.3. No corpo do e-mail deverão ser informados os seguintes dados:
Nome:
Data de nascimento:
Sexo:
Identidade:
Órgão emissor:
CPF:
Filiação pai:
Filiação mãe:
Estado Civil:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
Estado:
CEP:
Telefones:
E-mail:
Instituição de ensino superior:
Campus:
Período:
Coeficiente de rendimento acumulado:
6.4. Deverá ser anexado ao e-mail a declaração ou o histórico escolar emitido pela Instituição de Ensino Superior contendo o coeficiente de rendimento acumulado atualizado, sob pena de o pedido de inscrição não ser conhecido.
6.5. O documento deverá ter o formato PDF com as seguintes características:
a) Limite máximo de 2mb;
b) Texto legível;
c) Imagem nítida;
d) A orientação da página (paisagem ou retrato) deve se ajustar à orientação de leitura.
7. Os arquivos que não observarem as demais características formais serão desconsiderados e o candidato será considerado eliminado.
8. Os candidatos são inteiramente responsáveis pelas informações inseridas no formulário de inscrição e pelos documentos anexados.
9. A inexatidão ou a não veracidade de qualquer informação, irregularidade ou adulteração de qualquer documento apresentado, verificada a qualquer tempo, acarretará na nulidade da inscrição bem como de todos os atos dela decorrentes, ficando o candidato eliminado, de forma irrecorrível, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e/ou criminal.
10. O descumprimento das instruções resultará na não efetivação da inscrição.
11. A pessoa travesti ou transexual poderá requerer o emprego do seu nome social na divulgação de todos os atos do presente certame, nos termos do Decreto nº 33.816/2011;
12. Conforme o estabelecido na Lei Municipal 5.695 de 27/03/2014 fica reservado a candidatos negros e índios, o equivalente a 20% (vinte por cento) e às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas neste Edital, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 645 de 05/11/1984, no Decreto Municipal nº 5.890 de 16/06/1986, na Lei Municipal nº 2.111 de 10/01/1994, Lei Municipal nº 4.950 de 02/12/2008 e Lei Municipal nº 6.132 de 15/03/2017, devendo o candidato autodeclarar-se no corpo do e-mail de inscrição.
13. É considerado negro ou índio o candidato que assim se declare no momento da inscrição.
14. Ficam reservados, nos termos da Lei n.º 7.180, de 08/12/2021, 2% (dois por cento) do número de vagas para estudantes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
15. Caso o candidato não se autodeclarar no ato da inscrição, não será permitida qualquer alteração para esse fim.
16. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de vagas.

IV. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

1. O presente processo seletivo especial será realizado em única etapa na qual serão analisados os seguintes fatores:
a) Coeficiente de Rendimento acumulado (CRa) constante do histórico escolar da graduação em Direito do candidato, considerando apenas duas casas decimais e arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco;
a.1) O coeficiente de rendimento acumulado deverá ser igual ou superior a 8,0 (oito);
a.2) Serão considerados eliminados do processo seletivo os candidatos que tiverem coeficiente de rendimento acumulado inferior a 8,0 (oito).
b) Pontuação atribuída por este edital à taxa de aprovação média da Instituição de Ensino Superior (PInstEOU) do candidato no Exame de Ordem Unificado (EOU) apurado no relatório “Exame de Ordem em Números”, Volume IV, 2020, Apêndices 1, 2 e 3 (acessível em https://examedeordem.oab.org.br/DadosEstatisticos), em conformidade com os seguintes critérios:
b.1) 1 ponto para as Instituições que tiveram taxa de aprovação média igual ou acima de 50%;
b.2) 0,5 ponto para as Instituições que tiveram taxa de aprovação média igual ou acima de 30% e abaixo de 50%;
b.3) Não será atribuída pontuação às Instituições de Ensino Superior que não figurem na lista referida no item IV.1.b ou tenham taxa de aprovação média inferior a 30%.
2. A nota final do candidato (NF) será calculada pela adição das parcelas “coeficiente de rendimento acumulado (CRa)” e “pontuação atribuída à taxa de aprovação média da Instituição de Ensino Superior do candidato no Exame de Ordem Unificado (PInstEOU)”, nos seguintes termos: NF = CRa + PInstEOU, onde:
a) NF é a nota final do candidato;
b) CRa é o coeficiente de rendimento acumulado definido nos termos dos itens IV.1.a;
c) PInstEOU é a pontuação institucional definida nos termos do item VI.1.b.
3. Serão aprovados os candidatos com as 50 (cinquenta) maiores notas finais definidas no item IV.2, em ordem decrescente, e observando-se o seguinte:
a) Para fins de desempate, os candidatos com notas finais iguais serão ordenados por idade, dando-se precedência aos de maior idade.
b) Os candidatos empatados na última posição de classificação serão desempatados com base item IV.1.a, não se admitindo ultrapassagem do limite previsto no caput do item IV. 3.
4. Formada a lista de aprovados, o resultado será divulgado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (DOMRJ) e no portal da PGM www.rio.rj.gov.br/web/pgm.
5. Caberá interposição de recurso devidamente fundamentado, dirigido ao Diretor do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar no Diário Oficial.
6. Os recursos deverão ser remetidos, em formato PDF, com o título “Recurso - Estágio Forense 2022 (DF)” para o endereço eletrônico **estagiopgmrj@rio.rj.gov.br**, com os seguintes dados:
a) Identificação do candidato (nome e CPF);
b) A fundamentação ou embasamento, com as devidas razões do recurso, limitado a 250 (duzentos e cinquenta) palavras.
7. Os recursos que não observarem os critérios do item IV.6.a e IV.6.b ou interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
8. Os recursos serão analisados pelo Diretor do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, que deliberará como última instância na esfera administrativa.
9. As respostas aos recursos serão publicadas no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e no portal da PGM www.rio.rj.gov.br/web/pgm.

V. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente de nota final, desde que preencham os requisitos constantes deste edital.
2. Serão elaboradas, além da lista de classificação geral, três listas de classificação especial, sendo uma destinada aos candidatos com deficiência, a outra para candidatos negros e índios e, por fim, uma destinada aos candidatos maiores de sessenta anos.
3. Em observância à Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para efeito de desempate observar-se-á a idade mais avançada, sendo considerada a idade que o candidato tiver no último dia de inscrição.
4. As cotas previstas neste Edital não modificam a ordem dos candidatos na lista de classificação geral, que observará estritamente a nota de cada candidato e os critérios de desempate previstos no item anterior.
5. As listas de classificação especiais, mencionadas no item V.2, também serão organizadas na ordem decrescente das notas dos candidatos aprovados, observados os critérios de desempate previstos no item V.3.
6. As vagas reservadas, que não venham a ser preenchidas, serão ocupadas pelos candidatos não beneficiários das cotas, observada a lista de classificação geral.

VI. DA ADMISSÃO

1. Serão convocados, por ordem de classificação, tantos candidatos aprovados no Processo Seletivo Especial quantos sejam necessários para atender às necessidades do Escritório da Representação no Distrito Federal, de acordo com o quantitativo de vagas para o Estágio de Prática Forense, considerando os percentuais destinados aos candidatos beneficiários das cotas.
2. É permitido ao candidato que não possa ou não tenha interesse em atender à convocação realizada pela Procuradoria Geral do Município requerer o adiamento de sua admissão, passando a constar tal candidato no último lugar da lista de aprovados, convocando-se o candidato classificado na posição imediatamente subsequente àquela do candidato renunciante.
3. Caso o candidato enquadrado no item 2 acima seja cotista, este passará também para o último lugar da respectiva lista de cotistas aprovados e, não havendo outro candidato que preencha a mesma cota convocado pela lista geral, será convocado o candidato classificado imediatamente subsequente na lista respectiva.
4. O candidato, quando da convocação, deverá apresentar os seguintes documentos:
a) declaração oficial da Faculdade de Direito, oficial ou reconhecida, de conclusão de 3/5 partes do curso de Bacharel;
b) certidão de matrícula em Faculdade de Direito (oficial ou reconhecida);
c) certidão de que não sofreu penalidade disciplinar;
d) histórico escolar atualizado;
e) xerox da carteira demonstrando a inscrição nos quadros de estagiário da OAB/DF;
f) 2 (duas) fotos 3 x 4;
g) currículo;
h) número da conta corrente bancária individual e em seu próprio nome (xerox do cartão do banco).
i) em se tratando de candidato beneficiário de cota destinada a pessoas com deficiência, laudo médico com a indicação da deficiência, podendo ser exigida inspeção oficial médica antes da admissão.
5. Na hipótese de o candidato não apresentar algum dos documentos previstos no item VI.4 no prazo regulamentar, ou nos casos omissos em 10 (dez) dias, este passará a ocupar a última colocação da classificação final, passível de uma outra convocação.

VII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O certame será regulado por este Edital, organizado e executado pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro.
2. A aprovação no Processo Seletivo Especial assegurará apenas a expectativa de direito à convocação. A Administração Superior reserva-se o direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária.
3. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição ou convocação do candidato, desde que verificadas falsidades de declarações ou irregularidades nos documentos.
4. O Processo Seletivo será homologado pelo Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro, sendo o ato respectivo publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro D.O.Rio.
5. O estágio será regido pelas normas municipais do Rio de Janeiro.
6. Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados, exclusivamente, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O.Rio e disponibilizados no site www.rio.rj.gov.br/web/pgm.
7. Até a homologação do certame não haverá comunicação pessoal dirigida ao candidato.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

8. O acompanhamento das publicações de Editais, avisos e comunicados relacionados ao certame é de responsabilidade exclusiva do candidato.
9. É de responsabilidade da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro a convocação dos candidatos.
10. O candidato habilitado deverá acompanhar as referidas publicações no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O.Rio.
11. Após a homologação do certame, o candidato aprovado é responsável pela atualização do seu endereço junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro.
12. Não serão fornecidas, por telefone, informações acerca de resultados, notas, classificação ou convocações.
13. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação de todas as condições, exigências e prazos estabelecidos neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais este não poderá alegar desconhecimento.
14. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Diretor do Centro de Estudos da PGM-Rio.
15. A aprovação no processo seletivo não gera direito subjetivo à celebração do contrato de estágio.
16. A Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro reserva-se o direito de não preencher o total de vagas oferecido.
17. Os candidatos são inteiramente responsáveis pelas informações prestadas e pelos documentos juntados no pedido de inscrição.
18. Os candidatos que não enviarem a documentação exigida em total conformidade com os dispositivos deste Edital serão eliminados.
19. Serão eliminados em qualquer fase do processo seletivo os candidatos:
a) que fizerem declarações falsas, inexatas, incompletas;
b) que não apresentarem toda a documentação exigida;
c) que não satisfizerem todas as condições estabelecidas no Edital; ou
d) que não atenderem às convocações no prazo estabelecido.
20. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo Especial, estabelecidos no presente Edital e na legislação pertinente.
21. Este Processo Seletivo Especial terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

Rio de janeiro, 08 de março de 2022.

DANIEL BUCAR CERVASIO

TRIBUNAL DE CONTAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
1ª PUBLICAÇÃO

Ref.: Processo n.º 40/000751/2019

O Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, com sede na Rua Santa Luzia, nº 732, Centro, Rio de Janeiro - RJ, tendo em vista as tentativas frustradas de comunicação efetivada com base no inciso II do art. 145 do Regimento Interno desta Corte de Contas e no art. 14, I, da Resolução TCMRJ Nº 36 de 19 de novembro de 2021 a pessoa jurídica **Rufolo Empresa de Serviços Técnicos e Construções Ltda**, CNPJ:42.219.998/0001-60, vem, pelo presente Edital, **NOTIFICAR** a mesma para recolher aos cofres públicos do Município do Rio de Janeiro, de forma solidária, **no prazo apontado no voto nº 404/2021** - **DCPN**, **o valor ali indicado**, sob pena de, não o fazendo, ser feita comunicação à douta Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, para adoção das medidas legais cabíveis. O referido valor deverá ser recolhido por meio de geração do Documento de Arrecadação de receitas Municipais (DARM-Rio), disponível no sítio eletrônico http://dief.rio.rj.gov.br/smf/darmrioweb, sob o código de receita nº 804-4 (Rendas Diversas), e a apresentação do comprovante de recolhimento deverá ocorrer na Secretaria das Sessões do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, localizada na Rua Santa Luzia, nº 732, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro- RJ, das 09:00 às 18:00 horas.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
S/SUBHUE/SHGE/HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA MAIA
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 09/004.349-2015 e 09/80/000.048-2016.
3º Termo Aditivo nº.001/2022 ao Contrato nº.002/2018.
Data da Assinatura: 14 de Janeiro de 2022.
Partes: PCRJ/SMS/HMRM e **HB MULTISERVIÇOS LTDA**.
CNPJ: 000.768.165/0001-08.
Objeto: Adesão ao PE-463/2016, para Serviços de Maqueiros.
Prazo: 12(doze) meses, pelo período de 24.01.2022 à 23.01.2023.
Valor Total: R$ 80.940,00
Programa de Trabalho: 1885.10.302.0306.2009
Natureza de Despesa: 3390.3711
Nota de Empenho: 2022/016.
Fundamento: Artigo 57, Inciso II da Lei nº.8.6566/1993, Artigo 1, Inciso Caput da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e alterações, ao RGCAF editado através do Decreto nº 3.221 de 18/09/81, e o decidido nos processos supracitados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Instrutivo nº: 15/000.479/2016
4º Termo Aditivo nº 003/2022 ao Contrato SMEL nº: 018/2016
Data da Assinatura: 27/01/2022.
Partes: O Município do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Municipal de Esportes e a Ziuleo Copy Comércio e Serviços Ltda.
Objeto: prestação de serviços de locação de impressoras e sistema de gerenciamento de impressões, com fornecimento de todos os suprimentos (inclusive papel) para atender a Secretaria Municipal de Esportes, a contar de 28/01/2022 até 27/07/2022.
Prazo: 06 meses.
Valor: R$ 33.895,68 (trinta e três mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).
Programa de Trabalho: 25.01.27.126.0381.2791.
Natureza de Despesa: 3.3.90.40.09.
Nota de Empenho: 2022/000022.
Valor do Empenho: R$ 33.895,68 (trinta e três mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).
Fundamento: Art. 57, II c/c §4º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

A VAZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, portadora do CNPJ nº 12.036.294/0001-90, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, através do processo nº EIS-PRO-2022/01547, a Licença Ambiental Municipal para construção de Grupamento de áreas Privativas, sito no Lote 2, a ser desmembrado e remembrado do lote 14 projetada servidão de passagem nº 02 D na rua e nos lotes 33, 34, 35 e 36 na Avenida Canal nº 1 ou Rua Serviente A da Quadra 3 do PAL 19170 do PA 12.592 Vargem Grande - RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

A VAZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, portadora do CNPJ nº 12.036.294/0001-90, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, através do processo nº EIS-PRO-2022/01550, a Licença Ambiental Municipal para construção de Grupamento de áreas Privativas, sito no Lote 3, a ser desmembrado e remembrado do lote 14 projetada servidão de passagem nº 02 D na rua e nos lotes 33, 34, 35 e 36 na Avenida Canal nº 1 ou Rua Serviente A da Quadra 3 do PAL 19170 do PA 12.592 Vargem Grande - RJ.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
9ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo n°: 07/09/000299/2022
Contrato n.º 11/2022
Data da assinatura: 15/02/2022
Partes: PCRJ/SME/9ª CRE e Medvitalis Serviços Ltda.
Objeto: prestação de serviços de agenciamento de condutores (motoristas).
Prazo: 15/02/2022 até 14/02/2023
Valor total: R$ 40.676,28 (quarenta mil seiscentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos).
Programa de Trabalho: 16.10.12.361.0315.2081
Natureza da Despesa: 3.3.90.37.09
Nota de Empenho nº: 2022/94
Fundamento: Artigo 1 Caput da Lei nº 10.520 de 2002.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Carvalho Hosken S/A Engenharia e Construções, CNPJ nº 33.342.023/0001-33, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.773/2011, a renovação da Licença Municipal de Instalação - LMI nº 2148/2022, para a implantação de loteamento, situado a Avenida Vice-Presidente José de Alencar, PAL 39.025 / PAA 10.315, Jacarepaguá, Município do Rio de Janeiro, em substituição a licença LMI nº 1685/2016.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOTÉCNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 06/100.054/2018
Instrumento: 7º Termo Aditivo n° 005/2022 ao Contrato nº 039/2019
Data da assinatura: 07/02/2022
Partes: Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO e a empresa Macport Estruturas Ltda.
Objeto: modificação de quantidades
Fundamento legal: inciso I do art. 506 do RGCAF

GABINETE DO PREFEITO
CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

Processo Instrutivo: N.º 10/004.090/2021
Contrato Nº 010009/2022
Data da Assinatura: 02 de março de 2022.
Partes: MRJ, através do CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA DO GABINETE DO PREFEITO e a MGS CLEAN SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Prestação de Serviços de Apoio Operacional considerando a limpeza, conservação, jardinagem e higienização de bens móveis e imóveis, copeiragem, controle de acesso e recepção nas dependências do Centro de Operações e Resiliência - COR, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do dia 15/04/2022.
Valor: R$ 4.848.776,88 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos).
Programa de Trabalho: 41.13.04.122.0385.2165
Natureza da Despesa: 3.3.90.37.09
Empenho: Nº 2022/000059, no valor R$ 1.717.275,15 (hum milhão, setecentos e dezessete mil, duzentos e setenta e cinco reais e quinze centavos).
Fundamento: Leis Federais Nº 10.520/02 e Nº 8.666/93 e suas alterações.

SECRETARIA MUNCIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS
EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATO

Processo Instrutivo n.º: 27/000.012/2021
Instrumento de: Contrato n.º 02/2022.
Data da Assinatura: 01/03/2022
Partes: PCRJ/SMPDA e a empresa JP SERVICE LTDA. - ME
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de ração para caninos e felinos, visando atender as necessidades do Abrigo Municipal / Fazenda Modelo - SMPDA.
Prazo de Entrega: 04 (quatro) meses.
Valor do Contrato: R$ 436.838,49 (Quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos).
Programa de Trabalho: 38.01.04.542.0080.2019
Natureza de Despesa: 3.3.90.30.08
Nota de Empenho: 2022/000021
Fundamento: Artigo 1 Inciso Caput da Lei 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

GRÁFICA ONIDA LTDA - EPP, CNPJ nº 33.129.800/0001-66, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, através do processo nº EIS-PRO-2022/00584, Licença Ambiental Municipal para Atividades Não Industriais e de Serviços, na Rua Ruilândia nº 10, 22 Loja, e 34 - Higienópolis - Cep 21061-070 - Rio de Janeiro - RJ.

Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d

FUNDAÇÃO PLANETÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 12/600.039/2019
3º Termo Aditivo ao Termo de Execução nº 2021/104208 Ref. Ao Contrato nº 001/2019
Data da assinatura: 31/01/2022
Partes: Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro e OMNIS LUX ASTRONOMIA & PROJETOS CULTURAIS LTDA
Objeto: Prorrogação do prazo contratual por mais12 (doze meses), a contar de 01/02/2022 até 31/01/2023.
Prazo: 12 (doze) meses a contar da assinatura
Valor Total: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Programas de Trabalho: 10.42.13.573.0310.4506
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.04
Notas de Empenho: 2022/059 e 2022/060
Fundamento: Artigo 57, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.
Omitido no D.O. de 18 de fevereiro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo n°: 07/02/000263/2022.
Termo de Colaboração: 49/2022.
Data da Assinatura: 03/02/2022.
Partes: PCRJ/SME/2ª CRE e Primeira Igreja Batista do Alto da Boa Vista.
Objeto: Atendimento educacional e nutricional prestado a crianças na faixa etária de creche.
Prazo: 12 (doze) meses, de 03/02/2022 a 02/02/2023.
Valor total: R$ 507.000,00 (quinhentos e sete mil reais)
Programa de Trabalho: 16.03.12.365.0623.2935
Natureza da Despesa: 3.3.50.39.08
Nota de Empenho: 2022/000152
Valor do Empenho: 78.000,00 (setenta e oito mil reais)
Fundamento: Lei 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 42.696/2016 e suas alterações.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 23/000.217/2021
Instrumento: Termo Aditivo n.º 001/2022 ao Contrato n.º 003/2021.
Data da assinatura: 08/03/2022
Partes: Município do Rio de Janeiro - SMDEIS e SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: Modificação qualitativa sem acréscimo de valor
Fundamento: Artigo 65, inciso I, alínea a c/c inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOTÉCNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - GEO-RIO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 06/100.722/2021
Instrumento: Contrato nº 024/2021
Data da assinatura: 27/12/2021
Partes: Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO e a Claro S.A.
Objeto: Telefones fixo e móvel
Valor: R$ 36.864,72
Vigência: 24 meses
Programa de Trabalho: 15.41.15.126.0384.4764
Código de Despesa: 3.3.90.39.26
Nota de Empenho: 2021/000092
Valor: R$ 6.144,12
Fundamento: art.1º Caput da lei 10.520/2002



Assinado Digitalmente por EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - 68.697.333/0001-55 Data: Quarta-feira, 9 de Março de 2022 às 4:52:25 Código de Autenticação: 2070f86d